

Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras



Volume I – Diagnóstico Geral do Concelho de Oeiras

iscte
INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

cies _iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

Ficha Técnica

Nome

Volume I – Diagnóstico Geral do Concelho de Oeiras

Financiamento

Câmara Municipal de Oeiras

Coordenação

João Sebastião e Luís Capucha

Equipa

Ana Rita Capucha, Eva Gonçalves, Joana Campos, Marcos Correia, Patrícia Santos, Sara Nunes, Sónia Pintassilgo

Data

outubro de 2020 (revisão janeiro 2022)

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
Sítio: <http://www.cies.iscte-iul.pt>

INTRODUÇÃO.....	1
ENQUADRAMENTO	2
O ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO.....	2
O ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
O ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	7
CAPÍTULO 1 : HISTÓRIA, TERRITÓRIO E TRANSPORTES.....	14
1.1: CARACTERIZAÇÃO SOCIO HISTÓRICA.....	14
1.2: OEIRAS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	15
1.3: TERRITÓRIO DE OEIRAS	16
1.4: TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES	17
1.4.1 RETRATO ATUAL	17
1.4.2 CENÁRIO FUTURO	18
CAPÍTULO 2 : CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS.....	20
2.1: CRESCIMENTO POPULACIONAL INTERCENSITÁRIO: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	20
2.2: DENSIDADE POPULACIONAL	28
2.3: ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO RESIDENTE	29
2.4: FAMÍLIAS E ALOJAMENTOS	36
2.5: DINÂMICA POPULACIONAL: CRESCIMENTO TOTAL, NATURAL E MIGRATÓRIO	41
2.5.1: DINÂMICA POPULACIONAL: NATALIDADE E FECUNDIDADE – AML, OEIRAS E FREGUESIAS	45
2.6: POPULAÇÃO ESTRANGEIRA – AML, CONCELHO DE LISBOA E FREGUESIAS.....	49
2.7: POPULAÇÃO ‘COM DIFICULDADES’	57
2.8. POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR	57
2.9: PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS.....	60
CAPÍTULO 3 : CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA	66
3.1: POPULAÇÃO ATIVA E TAXAS DE ATIVIDADE	66
3.2: NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÕES	71
3.3: EMPREGO	75
3.4: DESEMPREGO	82
3.5: TECIDO EMPRESARIAL	86
3.6: RENDIMENTOS	91
3.7. APOIOS SOCIAIS.....	96
CAPÍTULO 4 : O CONCELHO E A EDUCAÇÃO PELOS AGENTES LOCAIS	103

4.1: ASPETOS POSITIVOS E NEGATIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS.....	103
4.2: AVALIAÇÃO DOS PROJETOS CONCELHIOS PARA A EDUCAÇÃO	124
4.3: PRIORIDADES EDUCATIVAS DO CONCELHO	126
4.4: PAPEL ATRIBUÍDO À CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DA CARTA EDUCATIVA E PLANO EDUCATIVO MUNICIPAL	140

<u>ANEXOS</u>	<u>156</u>
----------------------------	-------------------

ANEXO 1: FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO SOCIOEDUCATIVA (FOLHA DE ROSTO).....	156
ANEXO 2: QUESTIONÁRIO AOS EDUCADORES E DOCENTES DA REDE PÚBLICA	157
ANEXO 3: GUIÃO PARA ENTREVISTA INDIVIDUAL AOS DIRETORES DOS AE/ENA.....	174
ANEXO 4: GUIÕES PARA ENTREVISTAS <i>FOCUS GROUP</i>	176
ANEXO 5: ACP COM ROTAÇÃO VARIMAX SOBRE PRIORIDADES DE MELHORIA DO CONCELHO DE OEIRAS	184
ANEXO 6: ACP COM ROTAÇÃO VARIMAX SOBRE PRIORIDADES DE MELHORIA DAS UNIDADES ORGÂNICAS	185
ANEXO 7: ACP COM ROTAÇÃO VARIMAX SOBRE PAPEL DA CÂMARA MUNICIPAL	186

Índice de Tabelas

Tabela 1: Número de docentes e educadores, de respostas obtidas e taxas de resposta por UO	10
Tabela 2: Número e percentagem de casos no universo e na amostra por ciclo/nível de ensino	11
Tabela 3: Número e percentagem de casos no universo e na amostra por tipo de vínculo contratual	11
Tabela 1.1: Média e Desvio Padrão dos Tempos de Viagem entre Subsecções (2011) e Estabelecimentos Escolares (2019)	19
Tabela 2.1: População residente nos momentos censitários 2001 e 2011, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos	21
Tabela 2.2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001 e 2001-2011, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos	21
Tabela 2.3: População residente nos momentos censitários no concelho de Oeiras e por freguesia ou uniões de freguesia, 1991, 2001 e 2011	24
Tabela 2.4: Taxa de crescimento total intercensitário no concelho de Oeiras e por freguesia ou uniões de freguesia, 1991-2001 e 2001-2011	24
Tabela 2.5: Grupos de freguesias de Oeiras em função da dinâmica de crescimento (tipo de crescimento) em duas décadas (1991-2001 e 2001-2011)	25
Tabela 2.6: População residente no concelho de Oeiras e nas freguesias ou uniões de freguesia, nos momentos censitários 1991, 2001 e 2011	26
Tabela 2.7: Taxa de crescimento total intercensitário no concelho de Oeiras e por freguesias ou uniões de freguesia, 1991-2001 e 2001-2011 (%)	26
Tabela 2.8: Grupos de freguesias ¹ de Oeiras em função da dinâmica de crescimento em duas décadas (1991-2001 e 2001-2011)	27
Tabela 2.9: Densidade populacional (N.º/km ²) por freguesia do concelho de Oeiras, 2011	28
Tabela 2.10: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), por freguesia ou uniões de freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011	31
Tabela 2.11: Índice de Envelhecimento e Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011	31
Tabela 2.12: População total em 2011 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2001-2011, por freguesia ou união de freguesia	35
Tabela 2.13: População residente, Famílias, Dimensão média das famílias e Taxa de Variação (%), 2001 e 2011, Portugal, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos	37
Tabela 2.14: Famílias, Famílias com filhos menores de 15 anos (2011) e Dimensão média das famílias, por freguesias do concelho de Oeiras, 2001 e 2011	38
Tabela 2.15: Alojamentos familiares clássicos e Taxa de variação (%), por freguesias do concelho de Oeiras, 2001 e 2011	40
Tabela 2.16: População residente em 2001 e 2011, total de nados-vivos e óbitos 2001-2010 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2001-2011, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Crescimento Total, Tipologia de Crescimento, por freguesia, concelho de Oeiras	42
Tabela 2.17: Índice sintético de fecundidade, Portugal, AML e concelhos, 2001, 2009-2018	45
Tabela 2.18: Nados-vivos por local de residência da mãe, concelho de Oeiras e freguesias, 1996-2018	47
Tabela 2.19: População residente total e de nacionalidade estrangeira (n. e %), 2011, Portugal, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos	50
Tabela 2.20: População estrangeira com estatuto legal de residente e Taxa de Crescimento, em Portugal, na Área Metropolitana de Lisboa e nos concelhos de Lisboa e Oeiras, 2008-2018	51
Tabela 2.21: Proporção de nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira e taxa de variação no período (%), Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e concelhos, 2011-2018	53
Tabela 2.22: Proporção de nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira (%), concelho de Oeiras, 1995-2018	54
Tabela 2.23: População residente total e de nacionalidade estrangeira (n. e %), 2011, Freguesias de Oeiras	55
Tabela 2.24: População residente, População e Proporção (%) de população com pelo menos uma dificuldade, homens e mulheres com pelo menos uma dificuldade, relação de masculinidade da população com pelo menos uma dificuldade, por freguesias do concelho de Oeiras, 2011	57
Tabela 2.25: População por grupos etários escolares (3-19 anos completos), por freguesia, no concelho de Oeiras, 2001	58
Tabela 2.26: População por grupos etários escolares (3-19 anos completos), por freguesia, no concelho de Oeiras, 2011	58

<i>Tabela 2.27: Taxa de variação (%) da população por grupos etários escolares (3-19 anos completos), por freguesia, no concelho de Oeiras, 2001-2011</i>	58
<i>Tabela 2.28: População total estimada, para 2015 e 2019, por freguesia, concelho de Oeiras</i>	59
<i>Tabela 2.29: População estimada por grupos etários escolares, para 2015, por freguesia, Concelho Oeiras</i>	60
<i>Tabela 2.30: População estimada por grupos etários escolares, para 2019, por freguesia, Concelho Oeiras</i>	60
<i>Tabela 2.31: Projeções da População Total para 2020 e 2025, por freguesias e cenários</i>	62
<i>Tabela 2.32: População dos grupos etários escolares para 2025, UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)-</i>	63
<i>Tabela 2.33: População dos grupos etários escolares para 2025, UF Carnaxide e Queijas, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)</i>	63
<i>Tabela 2.34: População dos grupos etários escolares para 2025, UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)</i>	64
<i>Tabela 2.35: População dos grupos etários escolares para 2025, Freguesia de Barcarena, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)</i>	64
<i>Tabela 2.36: População dos grupos etários escolares para 2025, Freguesia de Porto Salvo, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)</i>	65
<i>Tabela 3.1: População ativa no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, em 2001 e 2011, por sexo, e variação decenal</i>	66
<i>Tabela 3.2: População ativa nas freguesias ou uniões de Freguesia do concelho de Oeiras, em 2001 e 2011, por sexo, e variação decenal</i>	67
<i>Tabela 3.3: Taxa de atividade no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, em 2001 e 2011, por sexo (%)</i>	69
<i>Tabela 3.4: Distribuição da população residente com mais de 15 anos de idade por nível de escolaridade completo no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e concelho de Oeiras, em 2011 (%)</i>	72
<i>Tabela 3.5: Taxa de analfabetismo no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e concelho e nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, em 2011 (%)</i>	75
<i>Tabela 3.6: População residente no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras e empregada, segundo situação na profissão, em 2011</i>	77
<i>Tabela 3.7: População residente no concelho de Oeiras e empregada, segundo situação na profissão e por sexo, em 2011</i>	78
<i>Tabela 3.8: Proporção dos empregados da população residente nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, segundo o setor de atividade, em 2001 e 2011</i>	80
<i>Tabela 3.9: Proporção dos empregados da população residente nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, segundo o ramo de atividade económica, em 2011 (Parte I)</i>	81
<i>Tabela 3.10: Proporção dos empregados da população residente nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, segundo o ramo de atividade económica, em 2011 (Parte II)</i>	82
<i>Tabela 3.11: Número de inscritos no Instituto e Emprego e Formação Profissional no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2014 e 2019</i>	83
<i>Tabela 3.12: Pessoal ao serviço das empresas não financeiras no concelho de Oeiras, por ramo de atividade económica, em 2018</i>	90
<i>Tabela 4.1: Relação entre a componente “Representação das famílias” e outras variáveis</i>	124

Índice de Figuras

Figura 1.1: Oeiras na Área Metropolitana de Lisboa	15
Figura 1.2: Ocupação do Solo em Oeiras	16
Figura 1.3: Rede de Infraestruturas de Transporte de Oeiras	17
Figura 2.1: Taxa de crescimento total intercensitário na Área Metropolitana de Lisboa, total e por concelho, 1991-2001 e 2001-2011 (%)	22
Figura 2.2: Tipologia de crescimento no concelho de Oeiras por freguesias ou uniões de freguesia, 1991-2011	27
Figura 2.3: Densidade populacional (N.º/km ²) por freguesia do concelho de Oeiras, 2011	29
Figura 2.4: Pirâmide etária (%) Concelho Oeiras, 2011	30
Figura 2.5: Pirâmide etária (%) UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, 2011	30
Figura 2.6: Pirâmide etária (%), UF Carnaxide e Queijas, 2011	30
Figura 2.7: Pirâmide etária (%), UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, 2011	30
Figura 2.8: Pirâmide etária (%) Freguesia Barcarena, 2011	30
Figura 2.9: Pirâmide etária (%) Freguesia Porto Salvo, 2011	31
Figura 2.10: Índice de Envelhecimento (%), por freguesia ou união de freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011	32
Figura 2.11: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por freguesia ou união de freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011	33
Figura 2.12: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), Concelho Oeiras, 2011	34
Figura 2.13: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, 2011	34
Figura 2.14: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), UF Carnaxide e Queijas, 2011	34
Figura 2.15: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, 2011	34
Figura 2.16: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), Freguesia Barcarena, 2011	34
Figura 2.17: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), Freguesia Porto Salvo, 2011	35
Figura 2.18: População total em 2011 e Taxa de Crescimento total - TCI (%) no período intercensitário 2001-2011, por freguesia ou união de freguesia, concelho de Oeiras	36
Figura 2.19: Dimensão média das famílias, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2011	39
Figura 2.20: Proporção de famílias com menores de 15 anos, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2011	39
Figura 2.21: Taxa de variação dos alojamentos familiares clássicos, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011	40
Figura 2.22: Taxa de crescimento total, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011	43
Figura 2.23: Taxa de Crescimento Natural, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011	44
Figura 2.24: Taxa da Balança Migratória, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011	44
Figura 2.25: Índice sintético de fecundidade, Portugal, AML e respetivos concelhos, 2001, 2009-2018	46
Figura 2.26: Nados-vivos no concelho de Oeiras, 1996-2018	48
Figura 2.27: Nados-vivos por local de residência da mãe, Freguesias do Concelho de Oeiras, 1996-2018	49
Figura 2.28: Proporção de nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira (%), concelho de Oeiras, 1995-2018	54
Figura 2.29: Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira (%) nas freguesias de Oeiras, 2011	56
Figura 2.30: Proporção de população estrangeira, por freguesias, concelho de Oeiras, 2011	56
Figura 3.1: Variação da população ativa nas freguesias ou união de freguesias de Oeiras e do concelho, entre 2001 e 2011 (%)	68
Figura 3.2: Taxa de Atividade por freguesias ou uniões de freguesia do concelho de Oeiras, 2011	70
Figura 3.3: Evolução das taxas de atividade das freguesias ou uniões de freguesia do concelho de Oeiras, por sexo, em 2001 e 2011	71
Figura 3.4: Distribuição da população residente com mais de 15 anos por nível/ciclo de escolaridade completo no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e concelho de Oeiras, por sexo e em 2011 (%)	73
Figura 3.5: Distribuição da população residente com mais de 15 anos por nível de escolaridade completo por freguesia ou união de freguesia, em 2011 (%)	74
Figura 3.6: Taxa de emprego no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, total e por sexo, em 2001 e 2011 (%)	76
Figura 3.7: Taxa de emprego no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, por escalões etários, em 2001 e 2011 (%)	77
Figura 3.8: Proporção de empregados, residentes no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, por setor de atividade, em 2001 e 2011 (%)	79
Figura 3.9: Taxa de desemprego no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, segundo o sexo, em 2001 e 2011	83

Figura 3.10: Taxa de desemprego por freguesia ou união de freguesia, segundo o sexo, em 2011	84
Figura 3.11: Proporção de desempregados segundo o grau de ensino completo por freguesia ou união de freguesia, 2011	85
Figura 3.12: Taxa de desemprego jovem no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, em 2011	86
Figura 3.13: Número de empresas sediadas no concelho de Oeiras, e peso na Área Metropolitana de Lisboa e Continente, entre 2009 e 2018	87
Figura 3.14: Rácio entre população ativa e o número de empresas em 2011, no concelho de Oeiras, AML e Continente	87
Figura 3.15: Número médio de empresas não financeiras por km ² no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2009 e 2018	88
Figura 3.16: Evolução das empresas sediadas no concelho de Oeiras por dimensão, entre 2009 e 2018	88
Figura 3.17: Pessoal ao serviço das empresas não financeiras no concelho de Oeiras, em 2009 e 2018, em comparação com a Área Metropolitana de Lisboa e Continente	89
Figura 3.18: Evolução do ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2018	91
Figura 3.19: Evolução das diferenças entre homens e mulheres em termos do ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2017	92
Figura 3.20: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos, por escolaridade no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, em 2017	94
Figura 3.21: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, por ramo de atividade, em 2018	95
Figura 3.22: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, por qualificação, em 2017	96
Figura 3.23: Número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção no concelho de Oeiras e peso na Área Metropolitana de Lisboa e no Continente, entre 2003 e 2018	97
Figura 3.24: Número de beneficiários do RMG e RSI por sexo no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2018	97
Figura 3.25: Número de pensionistas no concelho de Oeiras e peso na Área Metropolitana de Lisboa e no Continente, entre 2010 e 2018	98
Figura 3.26: Número de pensionistas por tipo no concelho de Oeiras, em 2018	99
Figura 3.27: Total de beneficiários do subsídio de desemprego	100
Figura 3.28: Beneficiários das prestações de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos (%)	100
Figura 3.29: Beneficiários do subsídio de desemprego por sexo	101
Figura 3.30: Número de beneficiários do abono de família	102
Figura 4.1: Perceção da necessidade de renovação e manutenção de equipamentos escolares (%)	103
Figura 4.2: Perceção da necessidade de renovação e manutenção por ciclo/nível de ensino (%)	104
Figura 4.3: Perceção da necessidade de rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	105
Figura 4.4: Perceção da ampliação e diversificação da oferta educativa e formativa, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	106
Figura 4.5: Perceção da necessidade de ampliação da oferta de atividades extracurriculares e de apoio às famílias (%)	108
Figura 4.6: Perceção da necessidade de parcerias da UO com empresas e parques tecnológicos (%)	109
Figura 4.7: Perceção da necessidade de parcerias com outros atores sociais por ciclo/nível de ensino (%)	109
Figura 4.8: Perceção da necessidade de melhorias nos papéis das famílias (%)	110
Figura 4.9: Perceção da necessidade de melhorias nos processos de planeamento, avaliação e articulação entre ciclos/níveis de ensino (%)	111
Figura 4.10: Perceção da necessidade de melhorias nos processos de avaliação, planeamento e articulação por ciclo/nível de ensino (%)	112
Figura 4.11: Perceção da necessidade de melhorias no conhecimento sobre as aquisições do aluno para ter sucesso no ciclo/nível seguinte, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	112
Figura 4.12: Perceção da necessidade de melhorias na regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	113
Figura 4.13: Perceção da necessidade de melhorias nas acessibilidades, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	114

Figura 4.14: Percepção da necessidade de melhorias na contratação de funcionários, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	115
Figura 4.15: Percepção da necessidade de melhorias em projetos e atividades concelhios, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	116
Figura 4.16: Percepção da necessidade de melhorias nos papéis das famílias (%)	116
Figura 4.17: Percepção sobre as melhorias necessárias nas quatro componentes (%)	118
Figura 4.18: Percepção das melhorias necessárias na componente “Articulação e Regulação” por ciclo/nível de ensino (%)	118
Figura 4.19: Percepção sobre as melhorias necessárias na componente “Articulação e Regulação” por área disciplinar (%)	119
Figura 4.20: Percepção das melhorias necessárias na componente “Recursos concelhios e Oferta escolar” por ciclo/nível de ensino (%)	120
Figura 4.21: Percepção das melhorias necessárias na componente “Recursos concelhios e Oferta escolar” por área disciplinar (%)	120
Figura 4.22: Percepção das melhorias necessárias na componente “Equipamentos e Funcionários” por ciclo/nível de ensino (%)	121
Figura 4.23: Percepção das melhorias necessárias na componente “Equipamentos e Funcionários” por área disciplinar	122
Figura 4.24: Percepção das melhorias necessárias na componente “Representação das Famílias” por ciclo/nível de ensino (%)	123
Figura 4.25: Percepção das melhorias necessárias na componente “Representação das Famílias” por área disciplinar (%)	123
Figura 4.26: Percepção da necessidade de melhorias em projetos e atividades concelhios, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	126
Figura 4.27: Grau de prioridade da oferta de berçário, creche e pré-escolar no concelho de Oeiras atribuído pelos inquiridos, geral e apenas educadores (%)	127
Figura 4.28: Grau de prioridade da diversificação da oferta de modalidades de ensino básico, ensino secundário e ensino profissional (%)	128
Figura 4.29: Grau de prioridade das parcerias entre UO e outros atores (%)	130
Figura 4.30: Grau de prioridade da rentabilização dos serviços/equipamentos disponíveis por parte das UO, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	131
Figura 4.31: Grau de prioridade das ferramentas dos transportes escolares e públicos, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	132
Figura 4.32: Grau de prioridade dos apoios à família, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	132
Figura 4.33: Grau de prioridade das ferramentas de gestão no entendimento dos inquiridos (%)	133
Figura 4.34: Grau de prioridade dada às quatro componentes (%)	134
Figura 4.35: Grau de prioridade da oferta para a “Primeira infância”, por ciclo/nível de ensino (%)	135
Figura 4.36: Grau de prioridade das ferramentas dado à “Oferta educativa e formativa”, por área disciplinar (%)	136
Figura 4.37: Grau de prioridade das ferramentas dado aos “Recursos e data”, por ciclo/nível de ensino (%)	137
Figura 4.38: Grau de prioridade das ferramentas dado aos “Recursos e data”, por área disciplinar (%)	137
Figura 4.39: Grau de prioridade das ferramentas dado aos “Serviços e apoios”, por ciclo/nível de ensino (%)	138
Figura 4.40: Percepção acerca do papel da CMO na mediação de parcerias (%)	141
Figura 4.41: Percepção acerca do papel da CMO nos processos de autoavaliação, supervisão e articulação (%)	142
Figura 4.42: Percepção acerca do papel da CMO na regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores (%)	142
Figura 4.43: Percepção acerca do papel da CMO ao nível do sucesso escolar (%)	143
Figura 4.44: Percepção acerca do papel da CMO na rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho (%)	144
Figura 4.45: Percepção acerca do papel da CMO na acessibilidade à escola (%)	144
Figura 4.46: Percepção acerca do papel da CMO nos transportes disponíveis (%)	145
Figura 4.47: Percepção acerca do papel da CMO na organização da oferta educativa e formativa em concertação (%)	145
Figura 4.48: Percepção acerca do papel da CMO nos projetos e atividades realizados anualmente (%)	146
Figura 4.49: Percepção acerca do papel da CMO na promoção de atividades (%)	147
Figura 4.50: Percepção acerca do papel da CMO na representação das famílias (%)	148
Figura 4.51: Percepção acerca do papel da CMO na renovação/manutenção de edifícios e equipamentos (%)	148

<i>Figura 4.52: Percepção acerca do papel da CMO na Contratação de funcionários (%)</i>	149
<i>Figura 4.53: Valores relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO</i>	152
<i>Figura 4.54: Valores médios relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO, por ciclo/nível de ensino</i>	153
<i>Figura 4.55: Valores médios relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO, por UO</i>	154
<i>Figura 4.56: Valores médios relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO, por área disciplinar</i>	155

Introdução

O Volume I – Diagnóstico Geral do Concelho de Oeiras – é o primeiro de três volumes do conjunto de documentos que integra a Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras. E que, em conjunto com o Volume II – Diagnóstico Educativo do Concelho de Oeiras –, constitui o diagnóstico com produção de conhecimento sobre o concelho e sobre a educação no concelho, essencial para a redação do Volume III, a Carta Educativa & Plano Educativo Municipal propriamente ditos.

Este volume inicia-se com uma primeira secção em que se apresentam o enquadramento legislativo e o enquadramento teórico-metodológico onde são expostas as linhas orientadoras que guiaram a elaboração de todo o trabalho desde a fase do diagnóstico até à fase da redação e negociação do documento estratégico final. Divide-se depois em quatro capítulos distintos.

O Capítulo 1: História, território e transportes serve de apresentação ao município, à sua história, ao seu território, às comodidades que oferece à população ao nível dos transportes e vias para mobilidade, analisando em particular os trajetos dos alunos até às escolas da rede pública do concelho.

No Capítulo 2: Caracterização demográfica e projeções da população, analisa-se a evolução da população e da dinâmica populacional de Oeiras, nas últimas décadas, terminando com resultados das projeções da população em idade escolar, para as diferentes freguesias.

O Capítulo 3: Caracterização socioeconómica caracteriza a dinâmica da escolarização, da atividade e do emprego no concelho de Oeiras, numa perspetiva evolutiva, em termos temporais.

No Capítulo 4: O Concelho e a educação pelos agentes locais privilegiados por trabalhar na área da educação ou em áreas que podem contribuir para a sua melhoria e, logo, para o desenvolvimento estratégico do concelho. Serve este capítulo para identificar as perceções dos agentes locais acerca do parque escolar, das escolas e da oferta educativa e formativa existente no concelho de Oeiras, sobre o contexto de descentralização de competências e o papel do Município e, ainda, sobre as necessidades e processos de melhoria que identificam como prioritárias no terreno (quer nas suas unidades orgânicas escolares quer ao nível do concelho).

Enquadramento

O enquadramento legislativo

Pretende-se neste ponto, dedicado ao enquadramento legislativo da Carta Educativa, dar conta dos principais diplomas que estabelecem princípios e critérios relevantes no âmbito do sistema educativo, em especial sobre o ordenamento da rede escolar e o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos escolares.

No que diz respeito à Carta Educativa em concreto, em termos legislativos, a mesma está atualmente enquadrada e definida nos termos do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro. Este diploma concretiza, em parte, a continuidade do movimento de “transferência de competências da Administração direta e indireta do Estado para o poder local democrático, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, [que] “concretiza e desenvolve os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública, plasmados no n.º 1 do artigo 6.º da Constituição da República Portuguesa” (Prólogo: 674). Este movimento de partilha de responsabilidades entre Estado Central e comunidades locais, em particular as Autarquias, tem-se verificado no território nacional, sobretudo nas últimas décadas.

O sistema educativo português mantém como sua característica a centralidade governativa. No entanto, o aumento das competências transferidas para a alçada dos Municípios transformou a essência da Carta Educativa. De um “instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município (nº 1, art.º 10º do Decreto-Lei nº 7/2013, de 15 de janeiro)”, ou seja, documento focado na prospeção das necessidades da rede escolar face às projeções demográficas, passa a um documento de planeamento estratégico municipal para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e a coesão social nos diferentes territórios. No atual diploma, o Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, surgem expressos como principais objetivos:

“1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente; 2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação; 3 — A carta educativa deve promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis; 4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos; 5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.” (artº 6, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro).

A elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal e deve conter a caracterização da rede escolar (edificado e equipamentos), o diagnóstico concelhio, projeções de desenvolvimento demográfico e socioeconómico e uma proposta de intervenção ao nível da rede pública. Após a sua elaboração, a Carta Educativa deve ser discutida com o Conselho Municipal de Educação, aprovada pela Assembleia Municipal e submetida ao “departamento governamental com competência na matéria, que, no prazo de 30 dias, se pronuncia sobre eventuais desconformidades da carta com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos estatuídos no presente decreto-lei, nomeadamente o disposto no artigo 8.º, ou com outros instrumentos aplicáveis à elaboração da carta (nº 4, art.º 14 do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro)”. A Carta Educativa deve ser revista em caso de criação ou encerramento de estabelecimentos escolares (do Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário), de desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa e, de forma obrigatória, de dez em dez anos.

Com o presente trabalho pretende-se rever a Carta Educativa de Oeiras, com vista a prepará-la para o desenvolvimento de um Plano Estratégico Educativo Municipal com um alcance mais alargado, respondendo aos atuais desafios da escola e às necessidades do concelho no domínio da educação, tendo como vocação a promoção do sucesso escolar e da qualidade das aprendizagens, num quadro de reforço do papel recursivo das autarquias no sistema educativo.

Naturalmente, a Carta Educativa deve respeitar os princípios e objetivos estabelecidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (Lei nº 46/86, de 14 de outubro, alterada pela primeira vez pela Lei nº 115/97, de 19 de setembro, pela segunda vez pela Lei nº 49/2005, de 30 de agosto, que republica o diploma) e pela Lei nº 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei nº 65/2015, de 3 de julho, que, em complemento à LBSE, estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.

No âmbito da elaboração da Carta Educativa de Oeiras, foi igualmente considerada a Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010, de 14 de junho, a qual determinou o encerramento das escolas básicas do 1º ciclo com menos de 21 alunos, com um só professor a lecionar a alunos do 1º ao 4º ano em simultâneo, e sem infraestruturas adequadas (cantina, biblioteca ou equipamentos informáticos). A mesma resolução enfatizou a importância dos agrupamentos verticais (com todos os níveis de ensino, incluindo a educação pré-escolar), para a concretização de uma escolaridade de 12 anos e dos projetos educativos. Na base desta resolução encontra-se a necessidade de garantir a igualdade de oportunidades, promover o sucesso e combater o abandono escolar.

Em matéria de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, atentou-se nos “Contratos de Autonomia” estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, alterado pela primeira vez pelo Decreto-Lei nº 224/2009, de 11 de setembro e alterado pela segunda vez e republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, que introduz a “diferenciação da oferta educativa, transferência de competências na organização do currículo, constituição de turmas e gestão de recursos humanos”. Neste sentido, são de sublinhar os princípios gerais e orientadores deste regime, bem como os seus objetivos, presentes nos artigos 3º e 4º, dos que se destacam a integração das escolas nas

comunidades que servem; a interligação entre o ensino e as atividades sociais, culturais, científicas e económicas; a participação de todos os intervenientes no processo educativo, como professores, alunos, famílias, autarquias e entidades representativas das atividades e instituições sociais, culturais, científicas e económicas, considerando as especificidades dos diferentes níveis de educação e de ensino; a promoção do sucesso escolar, prevenção do abandono e concretização da igualdade de oportunidades; a diversidade de soluções organizativas no exercício da autonomia, particularmente no que respeita à organização pedagógica, entre outros.

Este diploma legal representa um passo relevante no sentido da descentralização da educação e na definição de uma maior autonomia, implicando “(...) a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas ou à escola não agrupada pela lei e pela administração educativa de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos (nº 1, art.º 8º)”.

É ainda no Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, que estão definidos os princípios e objetivos dos contratos de autonomia celebrados com os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas. Estes contratos proporcionam uma extensão de competências, comparativamente com as escolas sem os mesmos, sendo estabelecidos após o cumprimento e verificação de um conjunto de critérios e avaliações.

Compreendendo a importância do número de alunos por turma para a avaliação das escolas, seguiu-se o disposto no Despacho Normativo nº 1-B/2017, de 17 de abril, o qual estabelece os critérios para a distribuição de crianças e alunos, constituição de turmas e definição do período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e de ensino, e no Despacho Normativo nº 6/2018, de 12 de abril, que define o regime de matrículas. Atentou-se ainda na Lei do Orçamento de Estado para 2018, Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, artigo 173º, que implementa a redução do número de alunos por turma prevista no Despacho Normativo nº 1-B/2017, de 17 de abril, a todos os estabelecimentos públicos do Ensino Básico (não ficando cingida aos estabelecimentos integrados na medida TEIP).

Observaram-se ainda os principais diplomas referentes à transferência de competências para os municípios em matéria de educação, nomeadamente a Lei nº 159/99, de 14 de setembro, alterada pelo Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, chamada lei dos “Contratos de Execução” e a Portaria nº 1049-A/2008, de 16 de setembro.

Assim, no que se refere à Lei nº 159/99, de 14 de setembro, é estabelecido que:

“1. É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos seguintes domínios:

- a) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar;
 - b) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico.
- (...)

3. Compete ainda aos órgãos municipais no que se refere à rede pública:

- a) Assegurar os transportes escolares;

- b) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- c) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente em residências, centros de alojamento e colocação familiar;
- d) Comparticipar no apoio às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da ação social escolar;
- e) Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico;
- f) Participar no apoio à educação extraescolar;
- g) Gerir o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico (art.º 19º)”.
As condições de transferência das atribuições a que se referem as alíneas a), c) e d) do número 1. do artigo 2º são definidas em contratos de execução a celebrar entre o Ministério da Educação e os municípios. Adicionalmente, o Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, transfere para as autarquias as seguintes atribuições e competências no âmbito da educação:

- “a) Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;
- b) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;
- c) Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;
- d) Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
- e) Ação social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
- f) Transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico (nº 1, art.º 1º)”.

Importa ainda notar a Lei nº 22/2012, de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica e a Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, que dá o cumprimento da reorganização, das quais resultaram a redução do número de freguesias de Oeiras, passando das antigas 9 para as novas 5 freguesias.

No âmbito dos alunos portadores de necessidades educativas especiais vigora atualmente o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, que regulamenta um determinado modelo de escola inclusiva. Deve-se salientar a sua importância para a compreensão do regime de educação e ensino especial nos estabelecimentos públicos.

É de mencionar ainda que foi considerado neste trabalho a Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, no âmbito das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC) a funcionar em estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1º ciclo do Ensino Básico.

O enquadramento teórico

Na sequência do exposto na secção anterior, o trabalho de elaboração da Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras teve em consideração que se trata de um documento de planeamento estratégico municipal para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e da coesão social nos diferentes territórios concelhios para um período de vigência de 10 anos. A organização do plano de trabalho e a redação dos três volumes que compõem o documento seguem as linhas orientadoras do conceito de planeamento estratégico que se explora de seguida.

Surgiu no mundo empresarial associado à necessidade de analisar o ambiente e o contexto de uma empresa como forma de projetar o seu futuro, através da reorganização dos seus recursos e tendo em conta o seu meio envolvente (Costa [1997], 2003¹). A definição de uma estratégia pressupõe então um compromisso com um futuro desejado e, em simultâneo, identifica o que fazer para o atingir (Idem), enquanto o planeamento clarifica quanto ao como fazer (Estêvão, 1998²). Posiciona-se, então, como um instrumento de gestão que pode ser utilizado para que a organização possa aproveitar as suas oportunidades e reduzir os seus riscos, adequando-se às constantes transformações que ocorrem no cenário mundial.

A gestão estratégica é um modelo cíclico e evolutivo (Cadeira, 2009³) pois percorre cinco fases. A primeira é o estudo ou o diagnóstico da realidade presente da organização. A segunda é o plano de ação em que se define a identidade, ou as linhas orientadoras da ação, e os objetivos a atingir em função do futuro desejado. A esta segue-se a fase da implementação do plano que deve ser sempre acompanhada de uma quarta fase, a do acompanhamento, de forma a aferir se as metas delineadas para atingir os objetivos definidos estão a ser cumpridos, para fazer os necessários reajustamentos à ação; e que se pode traduzir na realização de várias fases de monitorização ao longo da implementação. Por último, a fase da prestação de contas que pode acontecer após cada monitorização e que também deve ser realizada terminado o período de vigência do plano de ação. O planeamento estratégico depressa extrapolou o mundo das empresas, porque a metodologia de trabalho e as vantagens que proporciona torna-o adaptável ao processo de gestão de qualquer organização, projeto, plano, programa, serviço, etc., que se pretenda implementar, avaliar e melhorar (Vasconcelos e Machado, 1979⁴), podendo ser, por isso, considerado como adequável à elaboração de um documento municipal de planeamento estratégico.

Os dois primeiros volumes são o resultado da primeira fase do planeamento estratégico: diagnóstico geral e educativo do concelho. Apenas a partir do conhecimento construído sobre o concelho (história, território, demografia, características socioeconómicas da população e perceções dos agentes locais) e sobre a educação no concelho (rede e oferta escolar e população e desempenho escolar) durante a fase do diagnóstico, e sistematizado no Volume III através da metodologia da

¹Costa, J.A. ([1997] 2003). *O Projecto educativo da escola e as políticas educativas locais – Discursos e práticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

²Estêvão, C.V. (1998). *Gestão Estratégica nas Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional.

³Caldeira, J. (2009). *Monitorização da Performance Organizacional*. Lisboa, Almedina.

⁴Vasconcelos, S. F. e Machado, A. M. V. (1979). *Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

Análise *SWOT*⁵, se poderão identificar as prioridades de intervenção e os correspondentes objetivos estratégicos e criar o plano de ação para os próximos 10 anos, tendo sempre em conta a identidade do concelho, neste caso, sobretudo, o enquadramento político do documento. A identidade que orienta a Carta Educativa e Plano Educativo Municipal de Oeiras, a sistematização dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças da realidade educativa concelhia, assim como os objetivos estratégicos e plano de implementação e de monitorização das ações, e a calendarização dos momentos de prestação de contas, compõem o Volume III – Carta Educativa e Plano Educativo Municipal de Oeiras.

O enquadramento metodológico

A metodologia de trabalho para a elaboração do diagnóstico assentou numa abordagem “multimétodo”, porque a triangulação dos dados obtidos e sistematizados através de diferentes técnicas de recolha e de análise de informação, num processo de metodologia mista é, na nossa ótica, uma forma de minimizar a sempre existente subjetividade decorrente da maior proximidade que se cria entre investigadores e objeto de estudo ao longo do trabalho de campo (Godoy, 2005); assim como aumenta a coerência, a clarificação e a ilustração de resultados (Greene, Caracelli e Graham, 1989). O plano de trabalho incluiu:

- (1) pesquisa documental – análise da legislação referente à Carta Educativa, às competências de diversas entidades, aos processos de matrículas, entre outras; dos documentos que integram a Carta Educativa; de vários documentos estratégicos do concelho como a Carta Social, o Plano Diretor Municipal, o Plano Habitacional 2020-2030 e de outros instrumentos de planeamento;
- (2) a exploração de bases de dados como a do INE - Instituto Nacional de Estatística, do PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo (projeto da Fundação Francisco Manuel dos Santos), da DGEEC – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, da DGEstE – Direção Geral de Estabelecimentos Escolares, do Infoescolas – Estatísticas do Ensino Básico e Secundário, do Júri Nacional de Exames, do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, da Câmara Municipal de Oeiras e dos vários estabelecimentos escolares;
- (3) a recolha de dados sobre as unidades orgânicas escolares da rede pública através do preenchimento de uma ficha de caracterização socioeducativa (ver folha de rosto destes ficheiros no Anexo 1);
- (4) a realização de um questionário que foi aplicado ao universo dos educadores e docentes das escolas públicas do concelho (ver Anexo 2);
- (5) a realização de entrevistas exploratórias com todos os diretores de agrupamentos de escolas e escola não agrupada da rede escolar pública do concelho (ver guião no Anexo 3);
- (6) a realização de entrevistas de grupo a dirigentes das escolas públicas, a dirigentes das escolas privadas, a dirigentes de representantes da rede social e das instituições de ensino superior, a

⁵A análise *SWOT* – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* – consolidou-se como uma ferramenta adequada ao planeamento estratégico por facilitar o processo de sistematização do conhecimento produzido na fase do diagnóstico.

representantes do tecido empresarial concelhio, com representantes de pais e encarregados de educação e associações de pais, com os dirigentes das juntas de freguesia ou uniões de freguesia e, por fim, com as equipas técnica e política da Câmara Municipal (ver guiões no Anexo 4).

No início do plano de trabalho, as entrevistas individuais com os diretores das unidades orgânicas da rede pública concelhia estavam planeadas para acontecer *in loco*, e incluíam a visita às instalações da escola sede e a outros estabelecimentos escolares que os diretores assim entendessem, com o objetivo de preencher uma grelha sobre o estado dos edifícios escolares. Porém, apenas quatro dessas visitas foram realizadas devido ao início das restrições decorrentes da pandemia covid-19, pelo que a maioria destas entrevistas acabaram por ser realizadas via plataformas digitais inviabilizando a aplicação da grelha sobre o estado dos edifícios escolares; optou-se, assim, por retirar este instrumento do plano de trabalhos e por aprofundar o tema nas entrevistas individuais aos diretores da rede pública.

Para as entrevistas individuais e de grupo optou-se pelo modelo de entrevistas semi-diretivas respondendo, dessa forma, à necessidade de questionar os interlocutores sobre dimensões específicas, geralmente incluídas nos estudos que dão origem a documentos estratégicos municipais, embora mantendo níveis de liberdade e de autonomia de resposta por parte dos inquiridos mediante as suas reflexões (Ghiglione e Matalon, 1993). Os guiões que orientaram as entrevistas foram preparados com a colaboração da equipa da Câmara Municipal e servem o propósito de garantir uma necessária normalização de perguntas que permita uma análise comparada entre agentes (Bardin, 2011) e retirar conclusões que possam ser mais facilmente sistematizáveis e comparadas com os resultados das outras análises. Considera-se este instrumento, da entrevista semi-dirigida, o mais adequado para recolher opiniões e perceções, em profundidade, de agentes que são considerados como privilegiados no contexto da educação local e que podem fornecer *insights* importantes sobre como melhorar o sistema educativo e formativo do concelho de Oeiras.

Os educadores (educadores de infância, docentes, formadores, entre outros profissionais), aqueles que são os agentes de primeira linha no âmbito da educação, devem claramente ser também ouvidos. No âmbito deste estudo utiliza-se o termo “educadores” para designar educadores de infância e os termos “professor/docente” para os profissionais que lecionam o ensino básico e secundário. Tendo em conta a dimensão dessa população num concelho com uma rede escolar pública constituída por onze unidades orgânicas, o questionário surge como o instrumento mais adequado. As etapas de elaboração deste instrumento seguiram as orientações que normalmente regem as equipas de investigação (Ghiglione e Matalon, 1993). Este instrumento foi elaborado pela equipa CIES e submetido à revisão não apenas dos elementos da equipa da Câmara Municipal, mas também dos diretores da UO. Depois de aprovado, foi reproduzido na sua versão final numa plataforma *online* (Qualtrics) e devidamente testado (Mattar, 1994).

Os discursos produzidos pelos atores auscultados durante as entrevistas foram analisados através da técnica da análise de conteúdo e recorrendo a uma grelha analítica que permite operacionalizar de forma mais eficiente a comparação entre agentes de diferentes campos de atuação. Esta comparação substitui a necessidade de realizar entrevistas até ao ponto de saturação da informação (Guerra, 2006). A análise de conteúdo é a mais adequada para realizar “inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 1986: 104), de acordo com as dimensões de análise geralmente utilizadas em estudos sobre profissões; e que, em simultâneo, possibilita a construção de novas categorias a partir da interpretação da informação construída (Mayring, 2000). Para a leitura dos resultados do questionário recorreu-se a análise estatística de tipo uni e bivariada e exercícios de análises multivariadas, nomeadamente Análises de Componentes Principais e de Correspondências Múltiplas, através das quais se poderão aferir perfis de educadores e de docentes a partir das suas perceções sobre as dimensões consideradas.

Todo este caminho foi feito mantendo, sempre, um diálogo permanente com o Departamento de Educação da Câmara Municipal e de outros serviços que se julgam de particular relevância ao longo do processo. Considera-se importante manter uma lógica participativa, promovendo o envolvimento tão ativo quanto possível de todas as partes interessadas e, em simultâneo, o desenvolvimento de uma componente mais “pericial”, que permitam uma ampla e diversificada recolha de informação e de perspetivas, interesses e posições dos agentes envolvidos, de forma direta e indireta, no sistema de educação e formação no concelho de Oeiras.

Finaliza-se esta secção com a exposição das dificuldades encontradas e decisões tomadas para as ultrapassar.

Fichas de caracterização socioeducativa das UO da rede pública

Todas as fichas de caracterização socioeducativa foram preenchidas e enviadas para a equipa de investigadores, embora algumas tenham sido preenchidas apenas parcialmente. Ao longo do Volume II, que foi elaborado em grande parte com dados retirados deste instrumento, estão assinaladas todas as faltas de informação, assim como todos os dados que surgem como pouco coerentes.

Questionário aos educadores e docentes da rede pública

O objetivo inicial era aplicar o questionário ao universo dos educadores e docentes das onze unidades orgânicas da rede pública do concelho de Oeiras. No entanto, após onze semanas de aplicação ao longo das quais foram sendo feitos reforços regulares para motivar as respostas de educadores e docentes, não foi possível atingir o objetivo. A informação da tabela 1 mostra como apenas se obtiveram respostas de cerca de 49% dos educadores e docentes do concelho de Oeiras. A representatividade, considerando o limite mínimo de 60%, está assegurada para apenas cinco

unidades orgânicas: a ES Quinta do Marquês (64,7%), os AE Aquilino Ribeiro (90,0%), de São Julião da Barra (76,1%), Conde de Oeiras (60,2%) e de Carnaxide-Portela que apresenta uma taxa de respostas que pode ser explicada, por exemplo, por respostas incorretas ou por profissionais que estejam em funções noutras escolas apesar de pertencerem a este agrupamento. Para as restantes unidades orgânicas não se podem considerar que as respostas sejam representativas dos respetivos corpos docentes.

Tabela 1: Número de docentes e educadores, de respostas obtidas e taxas de resposta por UO

Unidades orgânicas	Universo	Respostas obtidas	Taxas de resposta
AE Aquilino Ribeiro	150	135	90,0
AE de Carnaxide	202	41	20,3
AE de Carnaxide-Portela	53	60	113,2
AE Conde de Oeiras	113	68	60,2
AE de Linda-a-Velha e Queijas	229	96	41,9
AE de Miraflores	180	69	38,3
AE de Paço de Arcos	343	110	32,1
AE de Santa Catarina	171	49	28,7
AE de São Bruno	71	34	47,9
AE de São Julião da Barra	209	159	76,1
ES Quinta do Marquês	102	66	64,7
TOTAL	1.823	887	48,7

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020; Questionário aos educadores e docentes, 2020. Cálculos próprios.

No entanto, sendo este um importante instrumento por recolher opiniões junto de atores que ocupam um lugar central na concretização das políticas educativas, importava manter a análise embora mudando o foco para o total de educadores e docentes do concelho. As análises que consideram a discriminação dos resultados por unidade orgânica devem ter em conta que seis não estão devidamente representadas pelas respostas obtidas.

Tomando esta decisão, importava verificar se a amostra representa os educadores e docentes através de dois outros indicadores, além da unidade orgânica a que pertencem, considerados importantes no âmbito de um documento de planeamento estratégico municipal: a ciclo/nível em que lecionam e o vínculo contratual. Relativamente ao primeiro indicador optou-se por incluir uma outra opção – da educação especial – por se considerar que estes docentes, que trabalham em qualquer ciclo/nível de ensino, representam um grupo importante para a realidade escolar (são definidos pelo Ministério da Educação com grupos de recrutamento específicos – 910, 920 e 930 – definidos pelo tipo de deficiências em que se especializam e não por áreas disciplinares) e, por isso, deviam ser considerados em todas as análises.

Na tabela 2 observa-se que os casos da amostra se distribuem de forma similar aos do universo, pelo que, neste indicador, fica garantida a representatividade do universo.

Tabela 2: Número e percentagem de casos no universo e na amostra por ciclo/nível de ensino

Ciclos/níveis	Universo		Amostra	
	N	%	n	%
Pré-escolar	78	4,3	73	6,1
1.º ciclo	309	17,0	217	18,0
2º ciclo	309	17,0	189	15,7
3º ciclo e ES	1.022	56,1	668	55,4
Educação especial	105	5,8	59	4,9
TOTAL	1.823	100,0	1.206¹	100,0

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020; Questionário aos educadores e docentes, 2020. Cálculos próprios.

Notas: ¹O total de casos da amostra explica-se pelo facto de muitos inquiridos lecionarem em vários ciclos/níveis em simultâneo.

A comparação das percentagens discriminadas por tipo de vínculo contratual demonstra igualmente que as distribuições dos casos pelos vários vínculos são semelhantes no universo e na amostra, garantindo a representatividade do universo numa análise aos educadores e docentes do concelho.

Tabela 3: Número e percentagem de casos no universo e na amostra por tipo de vínculo contratual

Ciclos/níveis	Universo		Amostra	
	N	%	n	%
Quadro de Escola/Agrupamento	1.212	66,7	610	65,9
Quadro de zona pedagógica	246	13,5	133	14,4
Contratado	341	18,8	176	19,0
Outras situações	18	1,0	7	0,8
TOTAL	1.817¹	100,0	926²	100,0

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020; Questionário aos educadores e docentes, 2020. Cálculos próprios.

Notas: ¹Não se conhece o tipo de vínculo contratual para seis profissionais. ²As diferenças nos totais da amostra são, também, uma consequência de um número considerável de inquiridos que não respondeu ao total do questionário.

Neste caso existem 106 casos que não indicaram o seu vínculo contratual.

Entrevistas individuais aos diretores da rede pública

Quatro das entrevistas individuais aos diretores das unidades orgânicas da rede pública foram realizadas nas respetivas sedes tal como planeado. Devido à pandemia covid-19 e às restrições de mobilidade, o plano de trabalho foi ajustado e estas entrevistas foram realizadas via plataformas digitais seguindo o mesmo guião. O método de análise dos discursos produzidos pelos atores foi o mesmo para todos, e não se registaram limitações na aplicação destas ferramentas a expor.

Entrevistas de grupo aos agentes educativos

Apesar do contexto da pandemia covid-19 e do consequente atraso na execução do plano de trabalho, causou algumas limitações na realização das entrevistas de grupo (ou *focus group*). Nomeadamente a nível do agendamento das reuniões que acabou por ser acelerado para que fosse possível de realizar durante o mês de julho de 2020. Tal facto, juntamente com um aparente

desconhecimento do que cada entidade pode proporcionar no âmbito de um documento de planeamento estratégico e da própria natureza da Carta Educativa, e sobre o papel que cada um pode desempenhar, deu origem a uma fraca adesão por parte dos atores educativos convidados. Apesar disso, resolveu-se avançar com esta etapa considerando importante ouvir todos os atores locais e levantando a hipótese de planear outros momentos de auscultação no futuro.

O primeiro *focus group*, aos onze diretores de agrupamentos de escolas e escola não agrupada da rede pública, realizou-se no dia 9 de julho e participaram oito elementos (os AE de Miraflares, de São Julião da Barra e a ES Quinta do Marquês não estiveram representados).

Para o segundo *focus group* direcionado a representantes das escolas privadas e profissionais do concelho, e calendarizado para o dia 9 de julho, foram convidados oito elementos das seguintes entidades: Escola Profissional Val do Rio, Instituto de Tecnologias Náuticas, Oeiras International School, Colégio São Francisco de Assis, Colégio da Fonte, Externato "Padre António Vieira", Colégio Monte Flor e Instituto Español Giner de Los Rios. Estiveram presentes os representantes do Instituto de Tecnologias Náuticas, do Colégio da Fonte e do Colégio Monte Flor.

O terceiro *focus group* para representantes das instituições de ensino superior e da rede social convocado para dia 10 de julho, previa uma longa lista de convidados: Universidade Atlântica, Instituto Superior Técnico – Campus Tagus Park, Faculdade de Motricidade Humana, Superior Náutica Infante D. Henrique, SCM - Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, Ajuda de Mãe, EMDIIP - Equipa Móvel de Desenvolvimento Infantil e Intervenção Precoce, Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Ocidental e Oeiras, Cercioeiras, Pro-Atlântico, AGA-KHAN Portugal. Estiveram presentes representantes da Universidade Atlântica e da Cercioeiras.

Também para o dia 10 de julho foi marcado o quarto *focus group* dedicado a representante de associações empresariais, parques tecnológicos e empresas e que contava com a presença de: Cisco, Solplay, Instituto de Soldadura e Qualidade, SIC, Novartis, AERLIS e CUF. Estiveram presentes representantes da Cisco, do Instituto de Soldadura e Qualidade, da AERLIS e da CUF.

O quinto *focus group*, a realizar no dia 14 de julho, direcionava-se às associações de pais contava com a presença de representantes nove associações: APEE da EB1 Armando Guerreiro, APEE da EB1/JI Gomes Freire de Andrade, da EB1/JI Alto de Algés, APEE da EB1 Samuel Johnson, APEE da Escola EB 2,3 Vieira da Silva, APEE da ES Luís de Freitas Branco, APEE da ES Aquilino Ribeiro, APEE da ES Professor José Augusto Lucas, APEE da ES Sebastião e Silva. Este foi o grupo que menos aderiu ao convite de participação estando presentes apenas duas representantes da APEE da ES Luís de Freitas Branco.

No mesmo dia a calendarização contava com a realização do sexto *focus group*, para os dirigentes das Juntas ou Uniões de Juntas de Freguesia do concelho de Oeiras, e todos estiveram presentes.

A adesão também foi total nos outros *focus group*. No sétimo, que teve lugar no dia 21 de julho, direcionado para a equipa técnica da educação ou de setores que, pela sua natureza, têm de trabalhar em conjunto com a equipa da educação; todos os elementos previstos estiveram presentes.

O último *focus group* realizou-se no dia 22 de julho com a equipa política da Câmara Municipal, mais especificamente os vereadores e diretores do departamento de educação e de obras públicas.

Capítulo 1 : História, Território e Transportes

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar o concelho de Oeiras, a sua história aqui exposta num breve resumo, o seu território e algumas das comodidades que oferece à sua população, nomeadamente nas áreas dos transportes e do bem-estar.

1.1: Caracterização socio histórica⁶

O concelho de Oeiras, localizado à beira-mar e às portas de Lisboa, é um dos 18 concelhos que constituem a Área Metropolitana de Lisboa. Por Carta Régia de D. José I, a 13 de julho de 1759, foi atribuída a jurisdição desse território a Sebastião de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, o primeiro Conde de Oeiras.

Antes dessa data, Oeiras, até pela sua proximidade a Lisboa, era uma região de importância no setor industrial, sobretudo pela exploração de pedreiras e de cal; para a defesa, de que decorre da criação de Fortes; e ainda para as ordens religiosas, tendo sido criados alguns Conventos.

A partir do século XIX a tendência para ser uma região de lazer foi crescendo, primeiramente com o veraneio da classe burguesa, abrindo-se mais tarde, por via da maior amplitude dos meios de transporte, a outras classes sociais. Paralelamente, o setor industrial continuou a desenvolver-se com a instalação de grandes unidades fabris, como a Fundação de Oeiras. Entre os anos 40 e 50, Oeiras é influenciada pelo crescimento de Lisboa e torna-se um concelho-dormitório atendendo ao custo de vida mais baixo, comparativamente à capital.

É a partir dos anos 80 e 90 que Oeiras começa a constituir-se como um polo económico autónomo na Área Metropolitana de Lisboa, resultado de uma estratégia de desenvolvimento municipal com especial incidência em atividades ligadas à Ciência e Tecnologia e às novas Tecnologias de Informação e Comunicação. A organização do território do concelho muda para espelhar tais orientações, estando a maior parte do universo empresarial organizado em espaços empresariais, como o Taguspark ou o Lagoas Park. No que se refere às empresas de Investigação & Desenvolvimento (I&D), o Complexo Investigacional da Quinta do Marquês, mais conhecido como Estação Agronómica, é um exemplo de referência no domínio da biotecnologia.

Hoje, Oeiras é a sede de laboratórios de ciência de referência internacional, como o Instituto de Tecnologia Química e Biológica ou o Instituto Gulbenkian de Ciência, e de desenvolvimento de projetos empresariais e de I&D sobretudo nas áreas das ciências da vida, agroflorestal, biotecnologia, ciências da saúde I&D e farmacêutica. No domínio da tecnologia, em Oeiras está a sede portuguesa da Google e de empresas da área do audiovisual, cibersegurança, comunicações, e-commerce, indústrias criativas, internet e mediatech, tendo vindo a ganhar centralidade no Município.

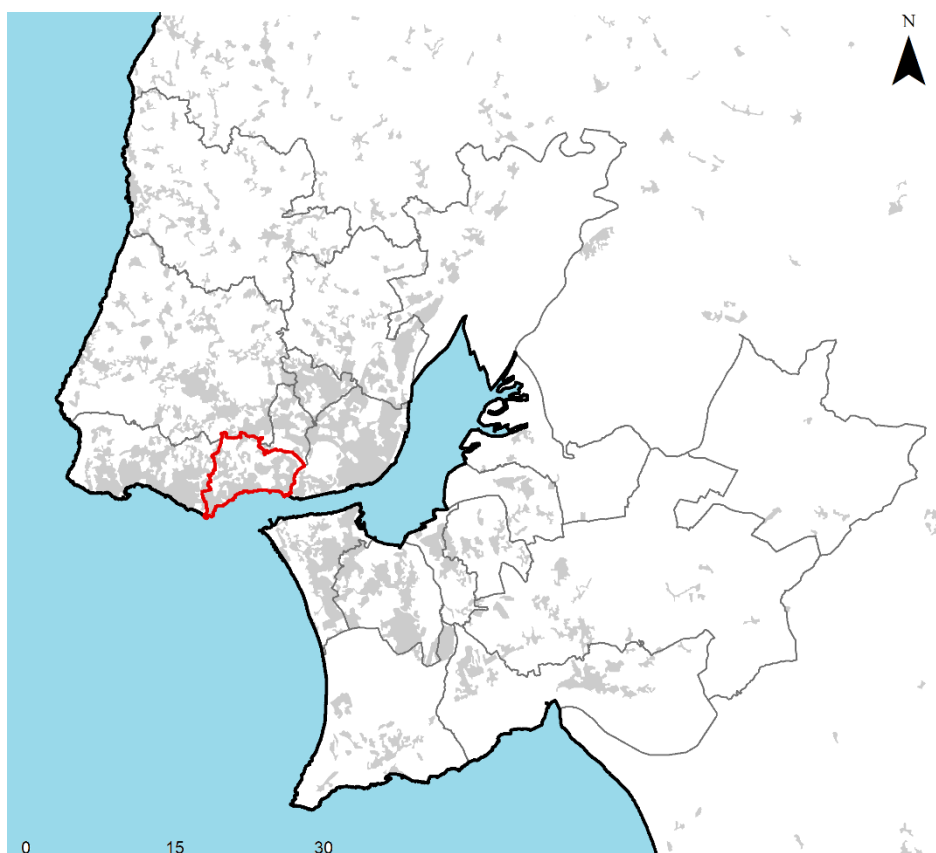
⁶ Para a redação deste subcapítulo utilizaram-se como fontes a Carta Educativa Municipal de Oeiras datada de 2007 e a Brochura Oeiras Valley produzida pelo Município.

Mais recentemente, também devido a todo este dinamismo, a Câmara Municipal promoveu o Concelho como um destino de excelência para investimentos que criem valor acrescentado para a região. A marca Oeiras Valley é assumida como “um ecossistema único para os negócios, a ciência e a tecnologia”. Pretende-se manter a aposta na dinamização económica, ampliando o apoio e acolhimento de empresas, a captação de talento, o apoio à inovação e ao empreendedorismo em ciência e tecnologia, mas também o alargamento do investimento internacional no município. Além disso, o município pretende ampliar o investimento na educação, na cultura, na habitação e no ambiente. O programa Oeiras Educa tem como objetivo interligar as escolas, as famílias e a comunidade tendo em vista o sucesso escolar.

1.2: Oeiras na Área Metropolitana de Lisboa

Oeiras é um concelho incluído na Área Metropolitana de Lisboa, tendo Lisboa, Cascais, Sintra e Amadora como concelhos limítrofes. É o município com maior percentagem, da AML e do país, de população com ensino superior, juntamente com um forte poder de atração de emprego qualificado. A sua localização na AML pode ser visualizada na Figura 1.1.

Figura 1.1: Oeiras na Área Metropolitana de Lisboa

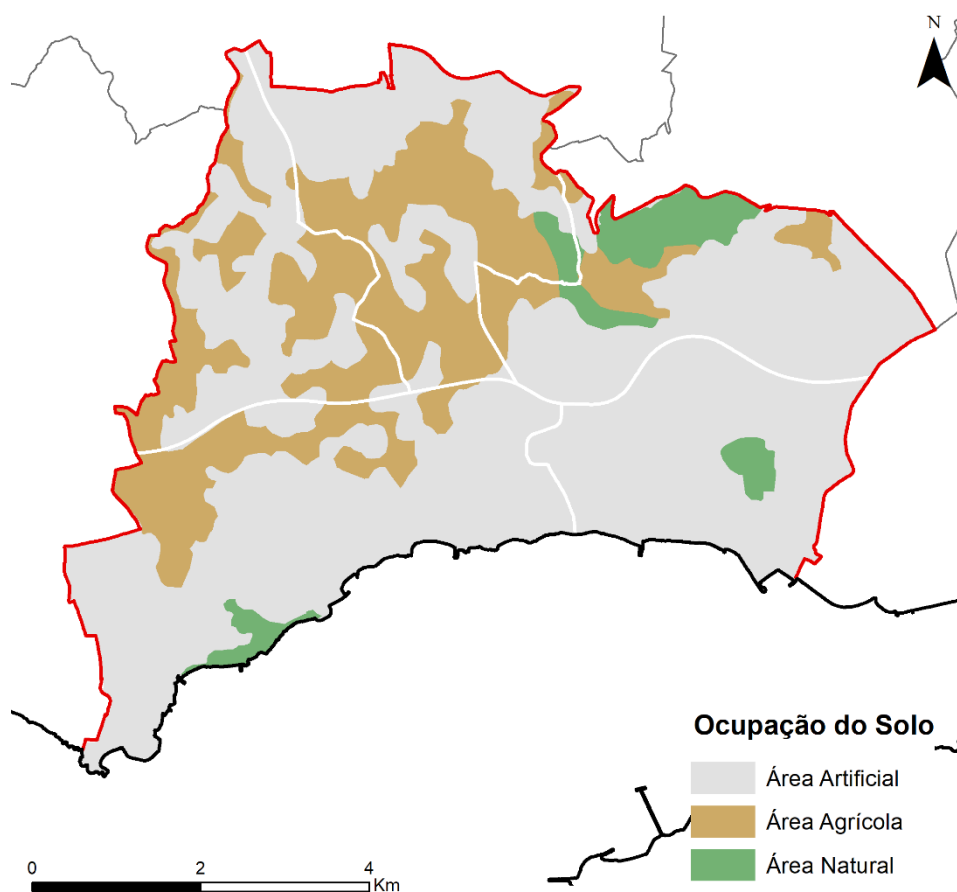


Fonte: construção própria.

1.3: Território de Oeiras

Oeiras tem 45.88 km² estando o território dividido em 5 freguesias ou uniões de freguesia, nomeadamente a União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, a União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paços de Arcos e Caxias, a freguesia de Porto Salvo, a freguesia de Barcarena e a União das Freguesias de Carnaxide e Queijas. Analisando a ocupação do solo (com base na Corine Land-Cover 2018) em Oeiras, na figura 1.2 é possível ver que a maioria do território (70%) é urbanizado, sobretudo por espaços residenciais e unidades industriais, comerciais e de transporte. Ainda existe uma significativa percentagem de terrenos agrícolas no concelho (25%), sobretudo a noroeste, sendo esta atividade sobretudo de cariz extensivo e encontrando-se relativamente fragmentada no território. Por fim, a percentagem de espaços verdes naturais é bastante reduzida ocupando apenas 5% do território.

Figura 1.2: Ocupação do Solo em Oeiras



Fonte: construção própria.

Do ponto de vista económico e social, Oeiras tem várias sedes de empresas multinacionais no país, como por exemplo a Nestlé, a General Electric, a Oracle, a HP, a Samsung ou a BMW entre muitas outras, a maioria sediadas nos vários parques industriais do concelho: Taguspark; Lagoas Park; Arquiparque I, Arquiparque II, Quinta da Fonte Office Park, Parque Suécia, Parque Holanda e

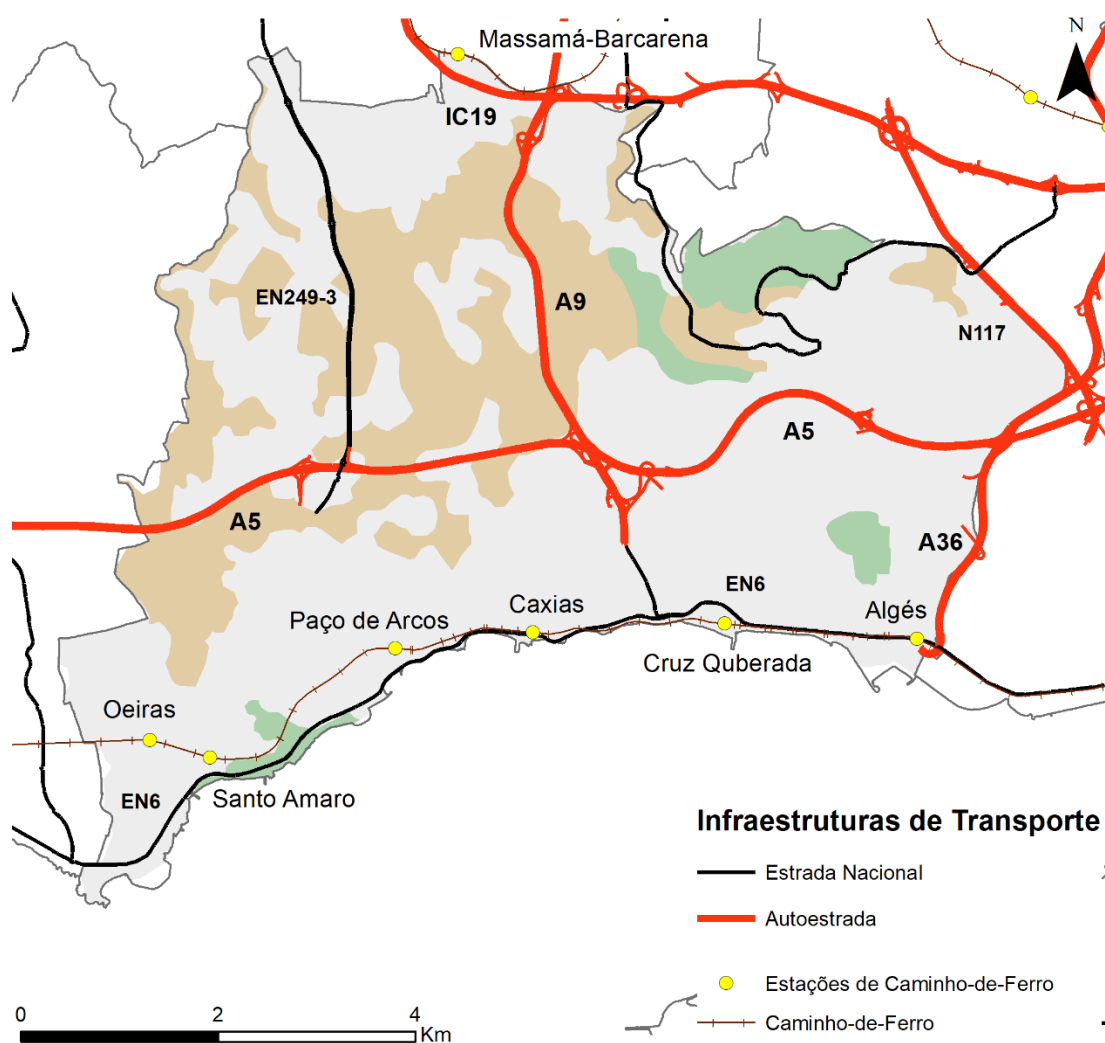
Neopark. No seu território também estão instaladas as sedes do Grupo Impresa e da Media Capital e de outras instituições públicas como, por exemplo, a Federação Portuguesa de Futebol, o Instituto de Socorros a Náufragos, a NATO – North Atlantic Treaty Organization ou o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

1.4: Transportes e Acessibilidades

1.4.1 Retrato Atual

Oeiras usufrui de boas infraestruturas de transporte, quer público quer privado, que garantem à maioria da população uma acessibilidade eficaz a Lisboa e a outros concelhos da AML, sobretudo da margem norte do rio Tejo. Na Figura 1.3 é possível observar a rede principal de transportes de Oeiras.

Figura 1.3: Rede de Infraestruturas de Transporte de Oeiras



Fonte: construção própria.

Além da rede local, as principais infraestruturas rodoviárias são constituídas pelas autoestradas e estradas nacionais. A A5 atravessa o concelho de oeste a leste (e, naturalmente, também no sentido inverso) permitindo um acesso rápido a Lisboa e a Cascais. A A9 (CREL) inicia-se no concelho, na costa do Estoril circundando a cidade de Lisboa e terminando no eixo urbano de Alverca-Vila Franca de Xira, passando pelos concelhos de Odivelas e Loures. O IC19 com um acesso em Barcarena, já no limite do concelho com Sintra, é o principal e mais usado eixo viário da AML, ligando Sintra e Amadora a Lisboa. A A36 (CRIL) que também se origina em Oeiras, em Algés, circunda a cidade de Lisboa nos seus limites, até Sacavém, sendo mais uma alternativa de deslocação da população de Oeiras para diferentes pontos de entrada em Lisboa, tal como a A5 e o IC19. Neste grupo de conexão com Lisboa também está a EN6, também conhecida como “marginal”, conectando Cascais com Lisboa. Por fim, em Oeiras existem mais dois eixos viários de relativa importância, nomeadamente a EN117 e a EN249-3, ligando os centros urbanos de Oeiras com Sintra e Amadora.

Relativamente ao transporte público, este é assegurado quase na sua maioria pelos serviços de caminho-de-ferro e complementarmente por transporte rodoviário. Oeiras é atravessada no sentido este-oeste ao longo da sua marginal pela linha de serviços urbanos de Cascais, que liga a cidade de Lisboa a Cascais. As estações existentes em Oeiras são as de Algés, Cruz-Quebrada, Caxias, Paço de Arcos, Santo Amaro e Oeiras. A norte do concelho, em Barcarena, existe uma estação, Massamá-Barcarena, que assegura a conectividade da população de Oeiras com os serviços urbanos da linha de Sintra, permitindo um acesso alternativo não só à cidade de Lisboa, mas também a Sintra, Amadora, Vila Franca de Xira e linha do Norte. Em complemento ao transporte público pesado, existem também operadoras de transporte público rodoviário que asseguram a acessibilidade dentro do concelho e deste com os concelhos limítrofes. Presentemente as empresas que asseguram estes serviços são a Vimeca, Scotturb e a Carris. Há ainda um serviço de transporte gratuito fornecido pela Câmara Municipal de Oeiras, chamado Combus, que assegura parte da mobilidade dentro do concelho, sobretudo nos centros urbanos de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias.

1.4.2 Cenário Futuro

Está previsto e planeado pelo Município de Oeiras o desenvolvimento de novas infraestruturas e serviços de transporte para a próxima década, que deverão melhorar a acessibilidade da população em geral, através de diferentes meios de transporte. No entanto, a presente Carta Educativa & Plano Educativo Municipal é só vigente para os próximos dez anos, o qual é um período demasiado curto para aferir o impacto de possíveis infraestruturas e serviços de transportes cuja operacionalização não tem data prevista.

Atualmente, e considerando apenas a acessibilidade da população aos jardins de infância, às escolas básicas e às escolas secundárias, esta já é efetivamente de boa qualidade. Numa análise preliminar, foi calculada a distância euclidiana (em metros) de todas as subsecções estatísticas de 2011 aos diferentes estabelecimentos escolares mais próximos. Em seguida, criaram-se dois indicadores para refletir o tempo (em minutos) necessário para percorrer essas mesmas distâncias, tendo em conta

os modos de transporte pedonal (5 km/h) e viário (50 km/h), como pode ser observado através da média e desvio padrão apresentados na Tabela 3.1, em baixo.

Tabela 1.1: Média e Desvio Padrão dos Tempos de Viagem entre Subsecções (2011) e Estabelecimentos Escolares (2019)

Medidas	Minutos (A Pé)			Minutos (Veículo Privado)		
	Jardim de Infância	Escola Básica	Escola Secundária	Jardim de Infância	Escola Básica	Escola Secundária
Média	8.36	5.30	14.30	0.51	0.33	1.27
Desvio Padrão	5,18	3,18	8,54	0,32	0,19	0,54

Fonte: construção própria.

Os tempos de viagem reais serão relativamente superiores aos apresentados, sobretudo para o veículo privado. No entanto, são indicadores eficazes que demonstram que presentemente a acessibilidade a qualquer estabelecimento escolar é relativamente fácil, seja qual for o modo de transporte. Assim, o reforço dos serviços de transporte público (Combust, Satuo, Eléctrico ou Carris Metropolitana) deverão ser competitivos (sobretudo em tempo de viagem e custo) com o transporte automóvel privado.

Por outro lado, o reforço da acessibilidade pedociclável, e sobretudo o modo ciclável, deve garantir que efetivamente o uso da bicicleta permita maior rapidez na deslocação do ponto A (casa) ao ponto B (escola), quando comparado com o modo pedonal e até com o transporte individual e público. Além da rapidez, estas infraestruturas devem assegurar a segurança do utilizador e a proteção dos equipamentos, tanto no ponto de partida como no ponto de chegada. Por fim, a promoção dos modos leves de transporte e dos transportes públicos tem de ser acompanhada pelo levantamento de um conjunto de restrições e custos para o uso de automóvel privado.

Para se aferir os impactos reais das novas infraestruturas de transporte serão necessários dados mais recentes (censos 2021), bem como os relatórios desenvolvidos para cada projeto de infraestrutura de transporte, especialmente no caso das infraestruturas rodoviárias. Mais importante, será necessário saber qual será a estratégia futura de planeamento e ordenamento do território da Câmara Municipal de Oeiras tendo em conta estas novas infraestruturas.

Assim, conclui-se que para os próximos dez anos, o modelo territorial existente será ainda bastante realista para a criação da presente Carta Educativa & Plano Educativo Municipal.

Capítulo 2 : Caracterização Demográfica e Projeções Demográficas

O presente capítulo tem por objetivo caracterizar a evolução e projeção da estrutura demográfica da população do concelho de Oeiras, enquadrado na Área Metropolitana de Lisboa (AML), atual região definida na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, nível de desagregação II (NUTS II, versão 2013). Atendendo à fineza que se procura introduzir na análise, no que diz respeito ao concelho de Oeiras, o nível de desagregação considerado foi o da freguesia.

As fontes de informação consideradas para este trabalho foram, sobretudo, os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 1991, 2001 e 2011 e as Estatísticas Demográficas. O recurso às estatísticas demográficas permite a reconstituição das dinâmicas natural e migratória da população ao longo das últimas décadas. A informação decorrente dos recenseamentos permite a análise do estado da população, para os diferentes momentos censitários. Atendendo a que o último momento censitário se refere a 21 de março de 2011, a análise do estado da população mais recente remete para esse momento. A utilização de estimativas da população para o cálculo dos indicadores que aqui consideramos na análise do estado da população não oferece a garantia de qualidade que se exige a um trabalho desta natureza, para além de que as estimativas produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística não se aplicam à fineza da desagregação geográfica (concelho e freguesia) e de caracterização da população com que trabalhamos.

Os dados do próximo recenseamento (previsto para março de 2021) poderão ajudar, no futuro, a completar e atualizar a informação relativa ao estado da população (não sendo expectável a disponibilização dos dados antes de um a três anos a contar da data de realização do censo).

Até essa data, a análise do movimento da população fornecerá uma possível leitura da evolução da mesma, porque são as dinâmicas natural e migratória que determinam o crescimento populacional (positivo, negativo ou nulo). Foi nesse sentido que calculámos, também, estimativas para a população em idade escolar.

Importará, assim, considerar, de forma articulada, a análise do estado e movimento da população, a partir dos dados censitários (análise do estado da população em 1991, 2001 e 2011), das estatísticas demográficas (análise das dinâmicas populacionais, ao longo do tempo, até 2018) e, de seguida, as projeções demográficas para momentos posteriores, a partir da consideração de cenários que consideram tendências passadas de evolução da população.

As projeções demográficas, nomeadamente da população em idade escolar, e a escolha dos cenários considerados mais plausíveis têm, então, como suporte a análise realizada ao nível do estado e movimento da população que se apresenta de seguida.

2.1: Crescimento populacional intercensitário: evolução da população residente

Nos quadros seguintes apresentam-se os valores referentes à população recenseada na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e respetivos concelhos, nos dois últimos momentos censitários

(2001 e 2011), assim como o resultado da Taxa de Crescimento Total (Tci⁷) da população, nos dois últimos períodos intercensitários (1991-2001, 2001-2011), para as mesmas zonas geográficas.

Tabela 2.1: População residente nos momentos censitários 2001 e 2011, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos

Região/Concelho	Ano	
	2001	2011
AML	2 661 850	2 821 876
Alcochete	13 010	17 569
Almada	160 825	174 030
Amadora	175 872	175 136
Barreiro	79 012	78 764
Cascais	170 683	206 479
Lisboa	564 657	547 733
Loures	199 059	205 054
Mafra	54 358	76 685
Moita	67 449	66 029
Montijo	39 168	51 222
Odivelas	133 847	144 549
Oeiras	162 128	172 120
Palmela	53 353	62 831
Seixal	150 271	158 269
Sesimbra	37 567	49 500
Setúbal	113 934	121 185
Sintra	363 749	377 835
V.F. Xira	122 908	136 886

Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Nota: Em Loures regista-se uma quebra de série na informação censitária de 1991 para 2011, que se deve ao surgimento do município de Odivelas (em 1998).

Tabela 2.2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001 e 2001-2011, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos

Região/Concelho	Período	
	1991-2001	2001-2011
AML	5,6	6,0
Alcochete	27,9	35,0
Almada	6,0	8,2
Amadora	-3,2	-0,4
Barreiro	-7,9	-0,3
Cascais	11,3	21,0
Lisboa	-14,9	-3,0
Loures	3,5	3,0
Mafra	24,3	41,1
Moita	3,6	-2,1
Montijo	8,7	30,8
Odivelas	--	8,0
Oeiras	7,1	6,2
Palmela	21,7	17,8
Seixal	28,5	5,3
Sesimbra	37,9	31,8
Setúbal	9,9	6,4
Sintra	39,4	3,9
V.F. Xira	18,7	11,4

Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Nota: Em Loures regista-se uma quebra de série na informação censitária de 1991 para 2011, que se deve ao surgimento do município de Odivelas (em 1998).

O crescimento populacional da AML é positivo ao longo das duas décadas analisadas, variando a taxa de crescimento total 0,4 pontos percentuais entre o primeiro e o segundo período (de 5,6% para 6%). O crescimento registado no concelho de Oeiras é dos que mais se aproxima da média da AML, traduzindo um aumento populacional nos dois períodos intercensitários, e revelando estabilidade nesse crescimento, com resultados próximos nos dois períodos (7,1% e 6,2%).

Para o crescimento da AML, há contributos desiguais dos diferentes concelhos. Lisboa é o concelho com um decréscimo populacional mais elevado, em ambos os períodos intercensitários. Nos restantes concelhos da atual Área Metropolitana de Lisboa verifica-se que, no período

⁷ A taxa de crescimento total intercensitário resulta do seguinte cálculo: $TCi = (P1 - P0) / P0 * 100$, sendo P0 a população inicial do período intercensitário e P1 a população final do período.

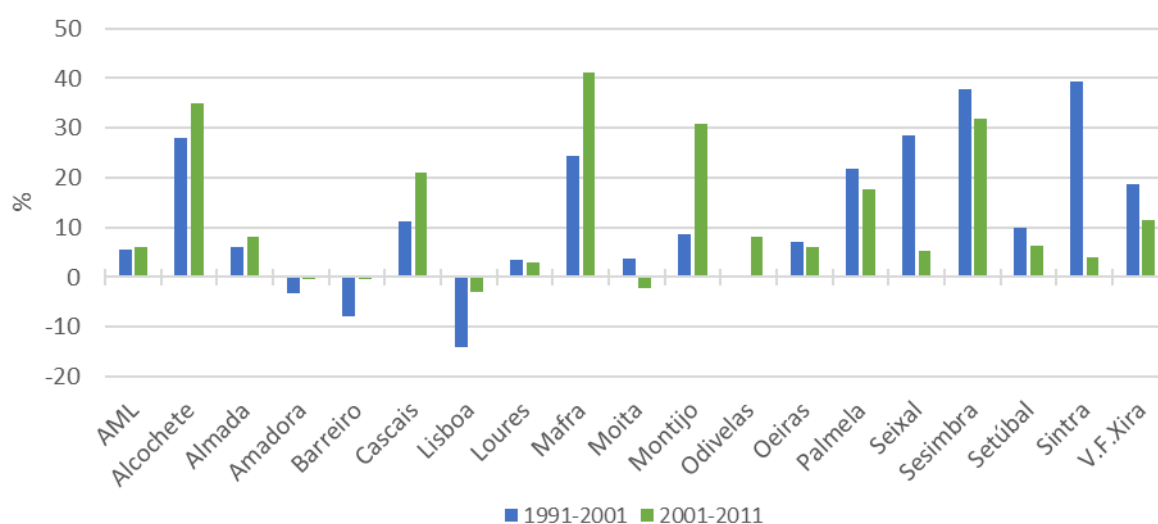
intercensitário mais recente, são os concelhos mais afastados de Lisboa os que ganham mais população (Alcochete, Mafra, Montijo, Sesimbra, Cascais e Palmela), nenhum deles fazendo fronteira com o de Lisboa. Todos estes concelhos registavam já um crescimento populacional positivo no período intercensitário anterior, e todos menos um (Palmela) viram reforçado esse crescimento no último período (2001-2011).

Noutro grupo encontram-se concelhos – Almada, Oeiras, Setúbal, Vila Franca de Xira – que registaram, em ambos os períodos um crescimento tendencialmente estável e moderado. Neste grupo poderiam incluir-se os concelhos de Seixal e Sintra, embora estes tenham registado uma clara diminuição na taxa de crescimento populacional. Em certa medida, parecem ter-se tornado menos atrativos face a outros.

Temos, ainda, os concelhos que perderam efetivamente população em ambos os períodos em análise ou apenas no último. É o caso, já referido, de Lisboa e de três dos concelhos mais próximos da capital – Amadora, Barreiro e Moita.

Assim, os concelhos da orla litoral norte da AML, onde se inclui Oeiras, apesar de revelarem ritmos diferenciados de crescimento, têm mostrado, no seu conjunto, uma capacidade de garantir um crescimento consistente da sua população, como se constata na figura seguinte que apresenta graficamente a informação da tabela anterior.

Figura 2.1: Taxa de crescimento total intercensitário na Área Metropolitana de Lisboa, total e por concelho, 1991-2001 e 2001-2011 (%)



Fonte: Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Nota: Em Loures regista-se uma quebra de série na informação censitária de 1991 para 2011, que se deve ao surgimento do município de Odivelas (em 1998).

Para além disso, atendendo ao crescimento positivo global da AML, ao aumento do Índice Sintético de Fecundidade nos últimos anos e à pressão urbanística que se faz sentir no concelho de Lisboa, é de admitir um reforço de transferências habitacionais para concelhos limítrofes da capital, com

capacidade atrativa e com uma rede de transportes que responda às atuais exigências dos cidadãos orientados para a responsabilidade ambiental.

O concelho de Oeiras surge, neste contexto, muito bem posicionado, situando-se a menos de 30 minutos do centro de Lisboa e do principal aeroporto do país e com um projeto abrangente de crescimento económico e social, no qual se prevê “investir até 2026 perto de 400 milhões de euros na dinamização económica, na educação, habitação, ambiente e inteligência territorial” (Oeiras Valley, 2019: 3).⁸

No concelho de Oeiras, existem já 5 parques empresariais e de Ciência e Tecnologia, 4 instituições de I&D e 7 instituições de ensino superior. A população do concelho detém recursos escolares e económicos (nomeadamente, o poder de compra) bastante acima da média nacional⁹. A qualidade de vida da população de Oeiras remete, também, para um custo de vida mais baixo do que no concelho de Lisboa (preços mais baixos na habitação e em bens de primeira necessidade); um índice de poluição seis vezes mais baixo do que em Lisboa (para o que tem contribuído o investimento do município na sustentabilidade ambiental); uma área verde correspondendo a 15% do concelho; e um índice de serviços de saúde superior ao de Lisboa (Oeiras Valley, 2019: 17-18).

Sendo o crescimento desigualmente distribuído pelo território, fará sentido uma análise mais fina e geograficamente desagregada. Consideramos, assim, de seguida, a evolução da população nos períodos já referidos, ao nível da freguesia do concelho de Oeiras.

Para a análise, consideraram-se as freguesias de acordo com a anterior divisão administrativa (9 freguesias, considerando Paço de Arcos e Caxias em conjunto)¹⁰ e com a atual divisão (5 freguesias), resultante da reforma de 2012. A análise considerou os dois critérios uma vez que a reforma administrativa aconteceu ao longo do período de análise que consideramos (no segundo período intercensitário considerado) e o maior detalhe na informação, de acordo com a anterior delimitação, poderá interessar na caracterização demográfica do concelho, pelo menos numa primeira fase.¹¹ Assim, apresentam-se, de seguida, os valores referentes aos efetivos populacionais dos três últimos momentos censitários, para cada uma das 9 freguesias (de acordo com a anterior

⁸ Oeiras Valley (2019), *Um Ecossistema único para os Negócios, a Ciência e a Tecnologia*, Câmara Municipal de Oeiras.

⁹ Em 2017, o índice de poder de compra em Oeiras era de 156,6%, face ao valor de referência de Portugal (100%) e ao valor de 100,7% do Continente. Na Área Metropolitana de Lisboa, o concelho de Oeiras é o que apresenta o segundo valor mais elevado, a seguir ao concelho de Lisboa (cujo valor é de 219,6%). INE (2019), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2017*.

¹⁰ A 12 de junho de 2001 foi criada a freguesia de Caxias (autonomizando-se da de Paço de Arcos). Em 2013, de acordo com a reforma administrativa de freguesias, Caxias juntou-se às freguesias de Paço de Arcos e Oeiras e São Julião da Barra, formando uma nova freguesia (União das freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias). No censo de 2001, os dados apresentados para a freguesia de Paço de Arcos incorporam os de Caxias (que foi elevada a freguesia nesse ano, mas após a realização do recenseamento). Assim, por uma questão de garantia de comparabilidade dos dados e dos indicadores, consideraremos a informação de Caxias e Paço de Arcos agrupada, na análise da informação censitária de 2001.

¹¹ Importa referir que ao longo da análise iremos privilegiar a apresentação de informação de acordo com a atual delimitação geográfica das freguesias, de acordo com a reforma de 2012 (Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP – 2013).

delimitação geográfica das freguesias) do concelho de Oeiras, e os resultados da taxa de crescimento total dos períodos intercensitários.

Tabela 2.3: População residente nos momentos censitários no concelho de Oeiras e por freguesia ou uniões de freguesia, 1991, 2001 e 2011

Freguesias	Período		Ano
	1991	2001	2011
Oeiras (concelho)	151 342	162 128	172 120
Algés	20 952	19 542	22 273
Barcarena	9 148	11 847	13 861
Carnaxide	16 630	21 354	25 911
Cruz Quebrada-Dafundo	8 452	6 591	6 393
Linda-a-Velha	24 626	21 952	19 999
Oeiras e S. Julião da Barra	35 035	34 851	33 827
Paço de Arcos e Caxias	16 543	23 496	24 322
Porto Salvo	10 540	13 724	15 157
Queijas	9 416	8 771	10 377

Fonte: INE, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Tabela 2.4: Taxa de crescimento total intercensitário no concelho e Oeiras e por freguesia ou uniões de freguesia, 1991-2001 e 2001-2011

Freguesias	Período	
	1991-2001	2001-2011
Oeiras (concelho)	7,1	6,2
Algés	-6,7	14,0
Barcarena	29,5	17,0
Carnaxide	28,4	21,3
Cruz Quebrada-Dafundo	-22,0	-3,0
Linda-a-Velha	-10,9	-8,9
Oeiras e S. Julião da Barra	-0,5	-2,9
Paço de Arcos e Caxias	42,0	3,5
Porto Salvo	30,2	10,4
Queijas	-6,9	18,3

Fonte: INE, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Considerando as 9 freguesias, verificamos disparidades nos respetivos efetivos populacionais, assim como na dimensão das freguesias. Numa visão de conjunto, é perceptível que, no primeiro período intercensitário (1991-2001), há perdas e ganhos populacionais mais acentuados do que no segundo (2001-2011), isto é, as perdas populacionais atenuaram-se no segundo período em análise e o crescimento tornou-se mais equilibrado entre as diferentes freguesias, no último período. Se analisada a evolução do crescimento com mais detalhe, é possível identificar grupos de freguesias que se caracterizam por dinâmicas de crescimento diferenciadas.

Assim, os resultados da taxa de crescimento total por freguesias, nos dois períodos intercensitários, permitiram a identificação de grupos por tipo de crescimento e evolução desse crescimento entre um período e outro, a partir da seguinte tipologia:

- Decréscimo reforçado (em que se verificam níveis de decréscimo populacional elevado, e um reforço desse decréscimo no segundo período intercensitário, isto é, há um aumento de perdas populacionais);
- Decréscimo permanente (com crescimento negativo em ambos os períodos);
- Decréscimo esbatido (com crescimento negativo em ambos os períodos, embora no segundo período intercensitário os valores do crescimento se aproximem de zero);
- Inversão para tendência negativa (de um crescimento positivo passou-se para um crescimento negativo);

- Inversão para tendência positiva (de um crescimento negativo passou-se para um crescimento positivo);
- Crescimento esbatido (com crescimento positivo em ambos os períodos, embora no segundo período intercensitário os valores do crescimento se atenuem consideravelmente);
- Crescimento permanente/consolidado (verifica-se um crescimento positivo em ambos os períodos intercensitários).

No quadro seguinte, encontra-se a distribuição das diferentes freguesias por alguns dos grupos¹ definidos na tipologia de crescimento.

Tabela 2.5: Grupos de freguesias de Oeiras em função da dinâmica de crescimento (tipo de crescimento) em duas décadas (1991-2001 e 2001-2011)

Tipo de crescimento	Freguesias
Decréscimo reforçado	
Decréscimo permanente (2)	Linda-a-Velha, Oeiras e São Julião da Barra
Decréscimo esbatido (1)	Cruz Quebrada-Dafundo
Inversão para tendência negativa	
Inversão para tendência positiva (2)	Algés, Queijas
Crescimento esbatido (1)	Paço de Arcos e Caxias
Crescimento permanente/consolidado (3)	Barcarena, Carnaxide, Porto Salvo

Fonte: Construção própria.

Nota: ¹De acordo com a delimitação geográfica anterior à reforma administrativa de 2012 (Caxias e Paço de Arcos consideradas em conjunto).

Numa análise de conjunto, poder-se-á dizer que as perdas populacionais se atenuaram do primeiro para o segundo período, tendo-se tornado o crescimento mais equilibrado entre as diferentes freguesias, no último período intercensitário.

O concelho de Oeiras situar-se-ia no grupo de crescimento permanente, aquele que agrega o maior número de freguesias. De facto, as freguesias de Barcarena, Carnaxide e Porto Salvo, todas situadas na coroa interior do concelho e com maior dimensão territorial, apresentam resultados de crescimento francamente positivos nos dois períodos em análise. Para além disso, importa referir que a maioria das freguesias apresenta resultados positivos de crescimento. Para além das três freguesias referidas, no caso de Paço de Arcos e Caxias verificou-se uma redução do crescimento, que apresentava um valor muito elevado no primeiro período (passando de 42% para 3,5%) e, em Algés e Queijas, o crescimento populacional negativo no primeiro período deu lugar a um crescimento positivo no segundo.

Na freguesia de Cruz Quebrada-Dafundo, apesar do crescimento negativo em ambos os períodos, é evidente o esbatimento do decréscimo, com um valor final mais próximo de zero.

As freguesias que, em ambos os períodos, apresentavam um crescimento populacional negativo são as de Linda-a-Velha e Oeiras e São Julião da Barra, para o que poderá contribuir a estrutura populacional de ambas, mas também a especificidade das freguesias, na sua dimensão e posição geográfica e administrativa privilegiada, eventualmente potenciadoras de dificuldades no acesso a habitação. Destas, a única freguesia que reforçou uma perda populacional foi a de Oeiras e S. Julião da Barra, ainda assim, com um decréscimo pouco acentuado no segundo período (-2,9%). Esta é a freguesia com mais população, desde o início do período considerado e, apesar da perda populacional, mantém-se, em 2011, como a mais populosa.

A distribuição da população é desigual pelo território do concelho, sendo as freguesias mais populosas em 2011, a já referida, seguida das de Carnaxide, Paço de Arcos e Caxias e Algés. No conjunto das freguesias, três perderam população nos dois últimos períodos intercensitários, quatro ganharam população nos dois períodos e duas perderam no primeiro período, mas ganharam população no último período. O balanço entre ganhos e perdas, apesar de desigual no território e no seio de cada freguesia, revela um equilíbrio interno ao concelho, resultando num crescimento positivo em ambos os períodos, com pouca diferença relativa (7,1 e 6,2%, nos períodos 1991-2001 e 2001-2011, respetivamente).

Esta estabilidade no crescimento populacional no concelho, por oposição a algumas oscilações no crescimento verificado nas freguesias, pode ter que ver com alterações de residências internas ao concelho, resultantes, entre outros fatores, de programas de realojamento. O crescimento em algumas freguesias dever-se-á, assim, "a expansões urbanas clássicas, mas também à realocização de população já residente no concelho (Carta Educativa de Oeiras, 2007, p.5)."

Façamos, agora, um exercício semelhante, considerando as atuais freguesias.

Tabela 2.6: População residente no concelho de Oeiras e nas freguesias ou uniões de freguesia, nos momentos censitários 1991, 2001 e 2011

Freguesias	Período		Ano
	1991	2001	2011
Oeiras (concelho)	151 342	162 128	172 120
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/ Dafundo	54 030	48 085	48 665
U. F. Carnaxide e Queijas	26 046	30 125	36 288
U. F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	51 578	58 347	58 149
Barcarena	9 148	11 847	13 861
Porto Salvo	10 540	13 724	15 157

Fonte: INE, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Nota: Reconstituição própria dos efetivos populacionais das atuais freguesias de Oeiras, cujas delimitações são resultantes da reforma administrativa de 2012.

Tabela 2.7: Taxa de crescimento total intercensitário no concelho de Oeiras e por freguesias ou uniões de freguesia, 1991-2001 e 2001-2011 (%)

Freguesias	Período	
	1991-2001	2001-2011
Oeiras (concelho)	7,1	6,2
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/ Dafundo	-11,0	1,2
U. F. Carnaxide e Queijas	15,7	20,5
U. F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	13,1	-0,3
Barcarena	29,5	17,0
Porto Salvo	30,2	10,4

Fonte: INE, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Nota: Reconstituição própria dos efetivos populacionais das atuais freguesias de Oeiras, cujas delimitações são resultantes da reforma administrativa de 2012.

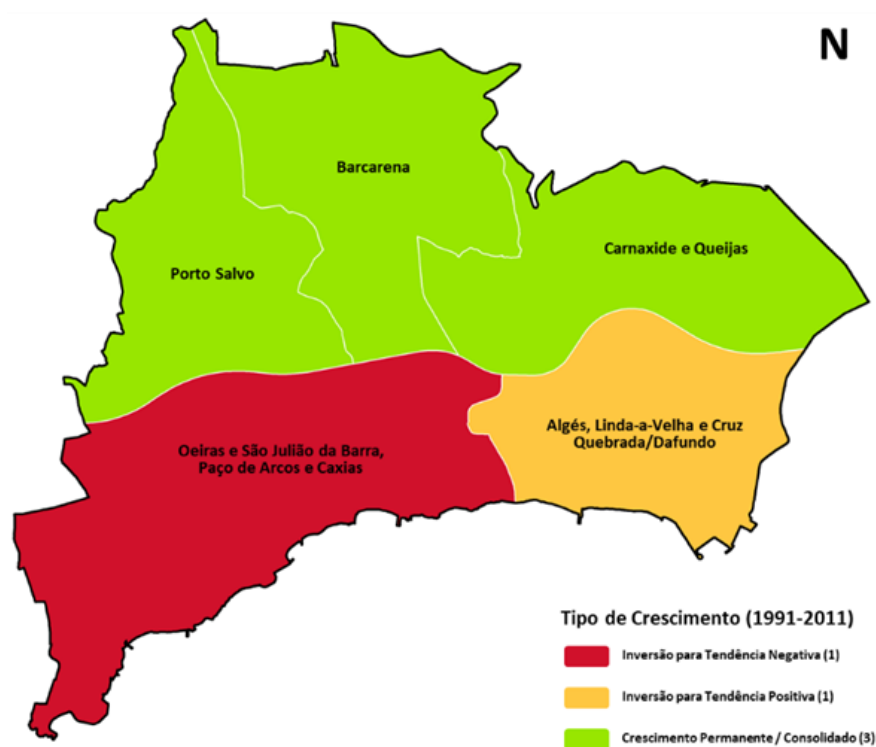
Tabela 2.8: Grupos de freguesias¹ de Oeiras em função da dinâmica de crescimento em duas décadas (1991-2001 e 2001-2011)

Tipo de crescimento	Freguesias
Decréscimo reforçado	
Decréscimo permanente	
Decréscimo esbatido	
Inversão para tendência negativa (1)	U. F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias
Inversão para tendência positiva (1)	U. F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo
Crescimento esbatido	
Crescimento permanente/consolidado (3)	U. F. Carnaxide e Queijas, Barcarena, Porto Salvo

Fonte: Construção própria.

Nota: ¹De acordo com a nova delimitação geográfica decorrente da reforma administrativa de 2012.

Figura 2.2: Tipologia de crescimento no concelho de Oeiras por freguesias ou uniões de freguesia, 1991-2011



Fonte: Construção própria.

De acordo com a reorganização territorial que deu origem à nova delimitação geográfica verificam-se ganhos na análise do crescimento, isto é, constata-se uma redução da proporção de casos com evoluções negativas de crescimento. Assim, crescimentos em sentido contrário em freguesias anteriormente existentes, equilibram-se com a nova divisão territorial, possibilitando balanços positivos ou tendencialmente positivos. Há apenas uma exceção, que diz respeito à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias que, tendo tido um crescimento positivo no primeiro período intercensitário, registou uma inversão nesse crescimento, situando-se

em -0,3% de crescimento total entre 2001 e 2011. Três das novas cinco freguesias apresentam um crescimento permanente ou consolidado o que, no conjunto, é um resultado muito positivo. E quatro das cinco freguesias apresentam um crescimento populacional positivo no último período intercensitário.

Estes resultados são um indicador claro da atratividade do concelho que, em mais de metade das freguesias apresenta uma taxa média de crescimento nos 20 anos dos períodos analisados acima dos 15%. No caso de Barcarena, essa taxa é superior a 23% (23,2%).

Ora, o crescimento populacional potencia, em princípio, o rejuvenescimento da estrutura etária das populações, o que, por sua vez, será determinante nas dinâmicas populacionais, nomeadamente, no incremento da fecundidade. Veremos mais à frente como têm evoluído os fenómenos demográficos, como a fecundidade, em Oeiras e respetivas freguesias.

Passaremos a considerar, na análise, as unidades mais agregadas, no sentido de obedecer à atual configuração geográfica decorrente da reforma administrativa de 2012.

2.2: Densidade Populacional

Considerando a concentração desigual da população no concelho de Oeiras, atendendo quer ao volume populacional, quer à área das diferentes freguesias, introduzimos na análise os valores da densidade populacional. Assim, os resultados para a densidade populacional dão conta de que as freguesias da coroa litoral do concelho concentravam, em 2011, o maior volume de população, a que correspondia, também, uma maior densidade populacional. As três freguesias que apresentavam o maior número de habitantes por km² eram, então, a partir de dados do Censo de 2011, a de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, a de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e a de Carnaxide e Queixas que, não estando no litoral, é uma das que faz fronteira com o concelho de Lisboa e com o da Amadora.

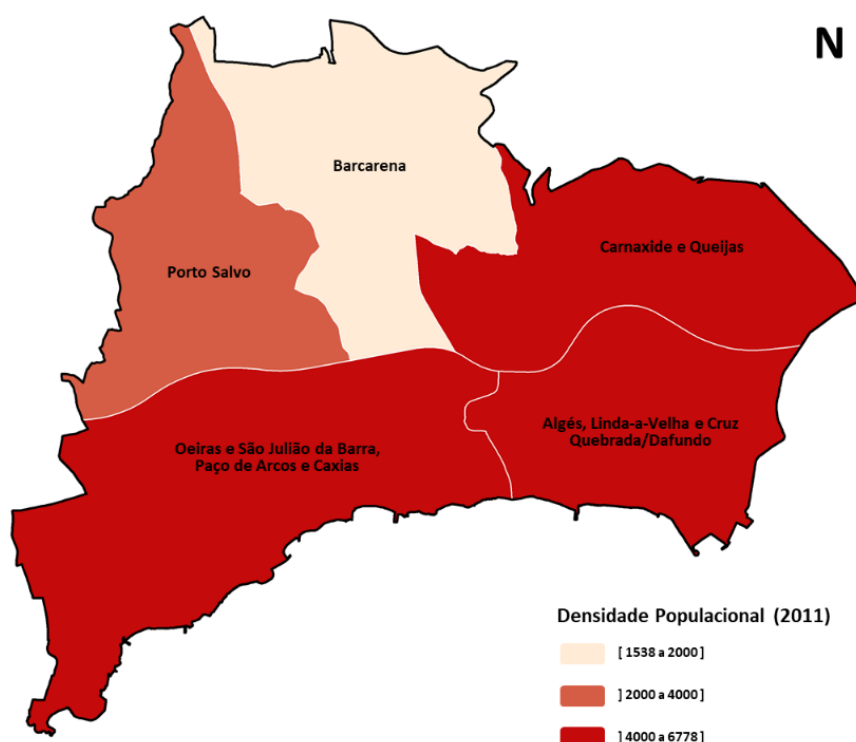
Tabela 2.9: Densidade populacional (N.º/ km²) por freguesia do concelho de Oeiras, 2011

Freguesia	Pop.	Área	Dens. Pop.
Barcarena	13 861	9,01	1 538,4
Porto Salvo	15 157	7,35	2 062,2
U.F. Carnaxide e Queijas	36 288	8,81	4 119,0
U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	58 149	13,53	4 297,8
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	48 665	7,18	6 777,9
Total Oeiras	172 120	45,88	3 751,5

Fonte: INE - XV Recenseamento Geral da População, Wikipédia, Lista de freguesias de Oeiras, área (em km²); Cálculos próprios.

Nota: Considera-se a delimitação geográfica das freguesias de acordo com a CAOP2013.

Figura 2.3: Densidade populacional (N.º/ km²) por freguesia do concelho de Oeiras, 2011



Fonte: Construção própria.

2.3: Estrutura Demográfica da População Residente

De acordo com as tendências de crescimento e a diversidade identificada, interessará perceber de que forma esse crescimento se reflete na estrutura populacional. Introduzimos, de seguida, as pirâmides etárias,¹² o índice de envelhecimento¹³ e as proporções etárias¹⁴ de Oeiras e das freguesias em análise, no sentido de analisarmos a estrutura populacional das respetivas populações, no momento censitário mais recente.

¹² As pirâmides etárias foram construídas com recurso ao Excel, a partir de proporções de efetivos (grupos etários anuais), para possibilitar comparações.

¹³ O índice de envelhecimento resulta do quociente entre a população idosa (65 e + anos) e a população jovem (0-19 anos completos) e é expresso em percentagem: $IE = \frac{Pop.(65e+)}{Pop.(0-19)} \times 100$. Refira-se que se considerou como população jovem, em termos etários, a população até aos 19 anos, atendendo ao propósito deste estudo, que se centra na população escolar, e ao facto de a escolaridade obrigatória se estender, atualmente, a 12 anos. No caso de se considerar o grupo dos jovens até aos 14 anos, os valores do índice de envelhecimento seriam, claramente, mais elevados (no caso do município de Oeiras, seria de 124,14%).

¹⁴ As proporções etárias resultam do quociente entre o efetivo populacional de um grupo etário definido (aqui consideraram-se os três grupos funcionais – jovens, adultos, idosos) e o total da população, sendo expressas em percentagem.

Figura 2.4: Pirâmide etária (%) Concelho Oeiras, 2011

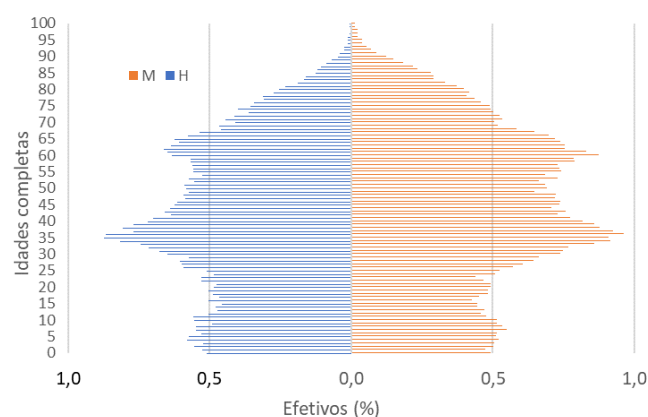


Figura 2.5: Pirâmide etária (%) UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, 2011

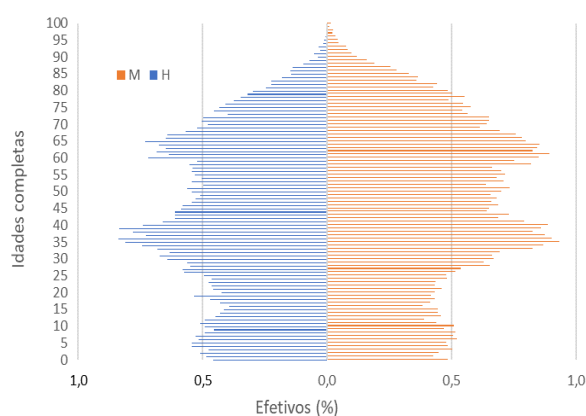


Figura 2.6: Pirâmide etária (%), UF Carnaxide e Queijas, 2011

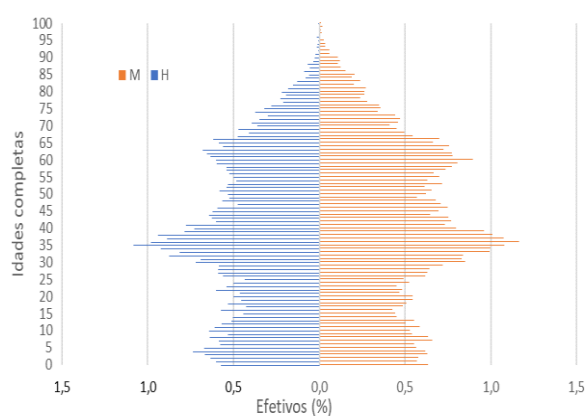


Figura 2.7: Pirâmide etária (%), UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, 2011

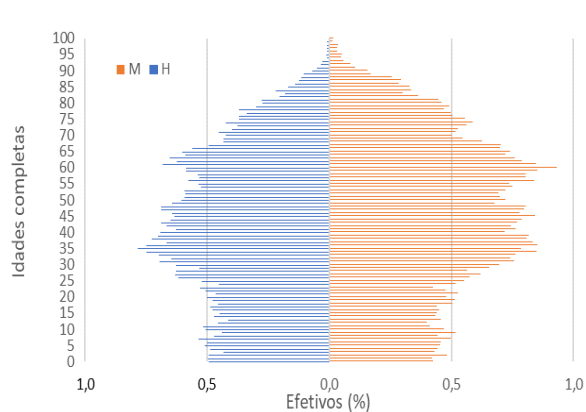


Figura 2.8: Pirâmide etária (%) Freguesia Barcarena, 2011

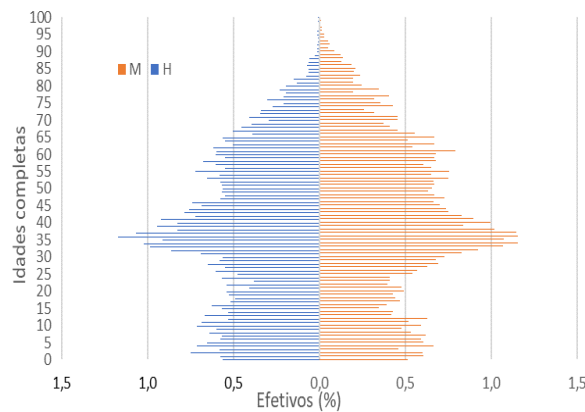


Figura 2.9: Pirâmide etária (%) Freguesia Porto Salvo, 2011

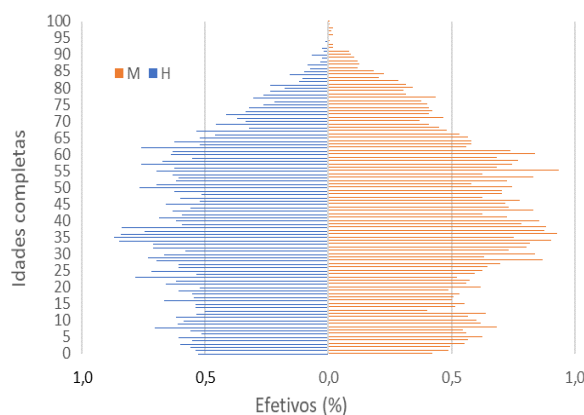


Tabela 2.10: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), por freguesia ou uniões de freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011

Freguesia	Total	Jovens (0-19)	Adultos (20-64)	Idosos (65 e +)
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	48 665	9 141	28 575	10 949
U.F. Carnaxide e Queijas	36 288	8 162	22 517	5 609
U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	58 149	10 857	35 184	12 108
Barcarena	13 861	3 109	8 765	1 987
Porto Salvo	15 157	3 390	9 451	2 316
Oeiras Total	172 120	34 659	104 492	32 969

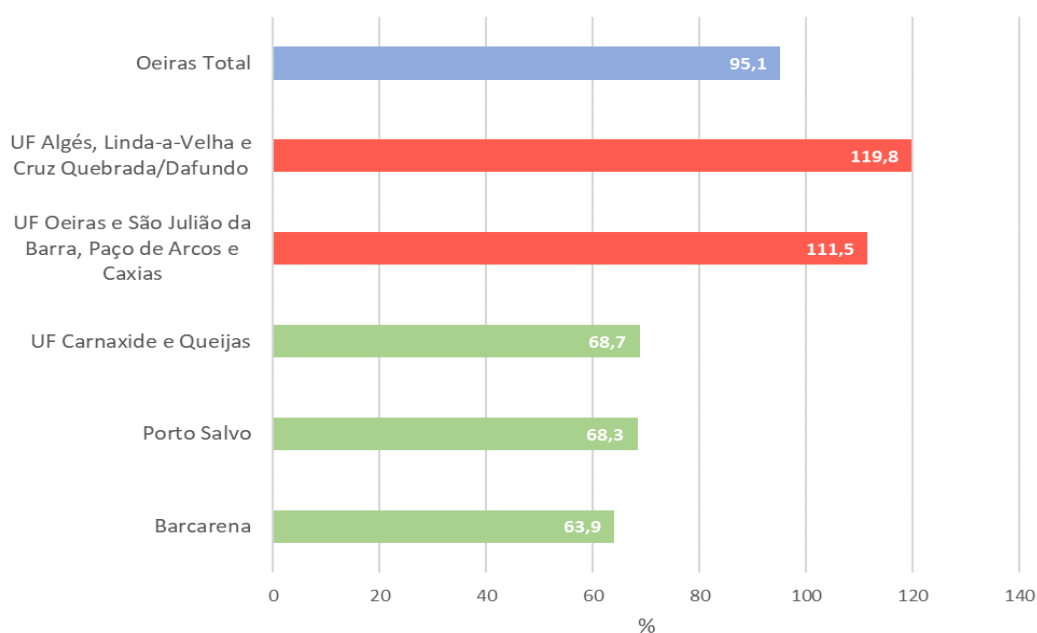
Fonte: INE, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Tabela 2.11: Índice de Envelhecimento e Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011

Freguesia	Índice Envelhecimento	Proporção Jovens (0-19)	Proporção Adultos (20-64)	Proporção Idosos (65 e +)
Barcarena	63,9	22,4	63,2	14,3
Porto Salvo	68,3	22,4	62,4	15,3
UF Carnaxide e Queijas	68,7	22,5	62,1	15,5
UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	111,5	18,7	60,5	20,8
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	119,8	18,8	58,7	22,5
Oeiras Total	95,1	20,1	60,7	19,2

Fonte: INE, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

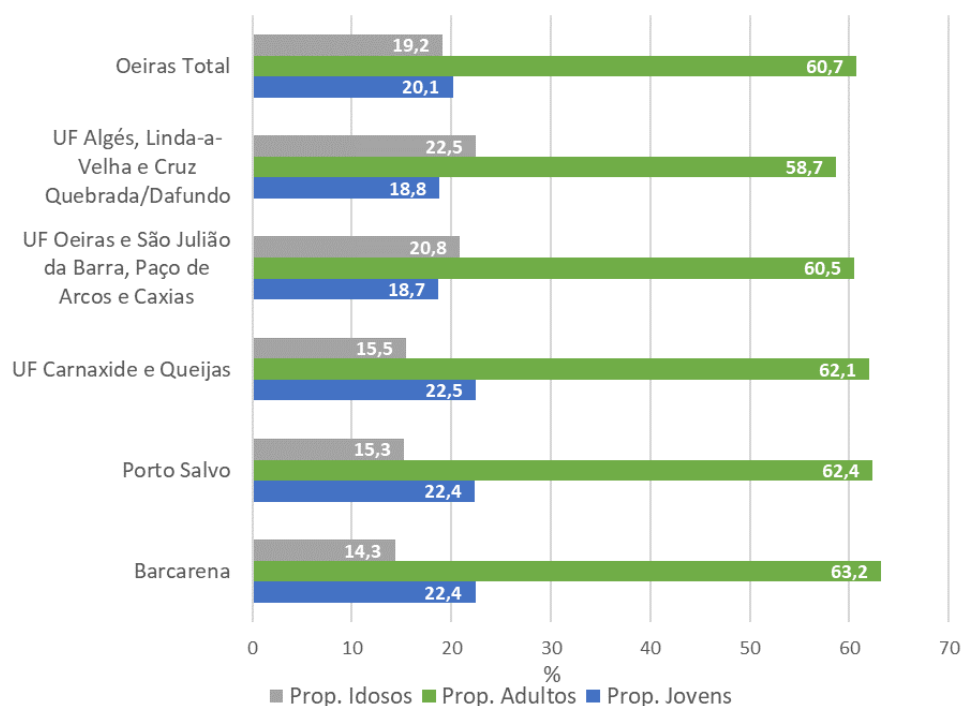
Figura 2.10: Índice de Envelhecimento (%), por freguesia ou união de freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011



Fonte: Construção própria.

A análise das pirâmides etárias, do índice de envelhecimento e das proporções dos grandes grupos etários (jovens, adultos e idosos) dão conta de um perfil diferenciado de estruturas populacionais entre as freguesias da coroa litoral do concelho e da coroa interior. As duas freguesias do litoral – UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias – apresentavam, em 2011, um maior número de idosos do que de jovens, com um índice de envelhecimento superior a 100. As freguesias de Barcarena, Porto Salvo e UF Carnaxide e Queijas, evidenciavam estruturas populacionais mais jovens, com resultados para o índice de envelhecimento inferiores a 70% (isto é, claramente com mais jovens do que idosos). Estes são resultados muito positivos, contribuindo para um índice de envelhecimento, no concelho, favorável aos jovens, de 95,1%.

Figura 2.11: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por freguesia ou união de freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011



Fonte: Construção própria.

A estrutura populacional das três freguesias com menor índice de envelhecimento revela também proporções mais elevadas de população em idade adulta (dos 20 aos 64 anos). É de notar, inclusivamente, que os grupos etários com maior expressão são os que correspondem às idades em que, atualmente, se concentram os níveis mais elevados de fecundidade (nomeadamente, a partir dos 30 anos). Há, assim, nestas freguesias, um potencial de incremento de fecundidade potenciado pelas respetivas estruturas populacionais.

Com efeito, a estrutura populacional tende a condicionar os resultados na fecundidade das populações, no que diz respeito à distribuição da população pelos diferentes grupos etários. Mas, em termos demográficos, existe outro fator a ter em conta, que diz respeito à repartição da população masculina e feminina por cada grupo etário. Atendendo a que, em algumas freguesias, as pirâmides etárias denunciam a existência de algum desequilíbrio entre homens e mulheres, em alguns grupos etários (fator que pode, como referido, condicionar os resultados da fecundidade no curto e médio prazo), vejamos os resultados das relações de masculinidade para as idades férteis (15-50 anos exatos), lembrando que, quanto mais próximo o resultado estiver de 100, maior o equilíbrio entre os efetivos populacionais masculino e feminino (se for superior a 100 é favorável aos homens e se for inferior é favorável às mulheres).

Figura 2.12: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), Concelho Oeiras, 2011

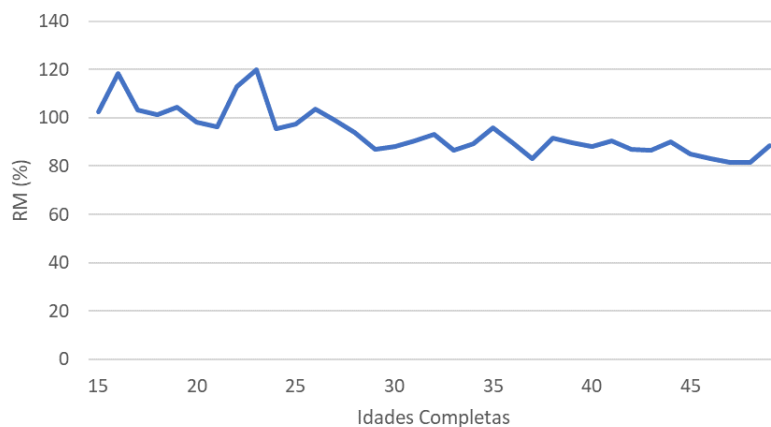


Figura 2.13: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, 2011

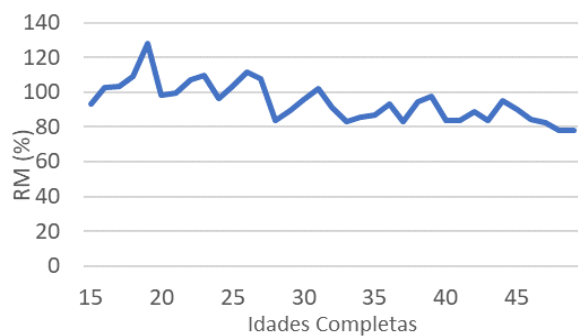


Figura 2.14: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), UF Carnaxide e Queijas, 2011

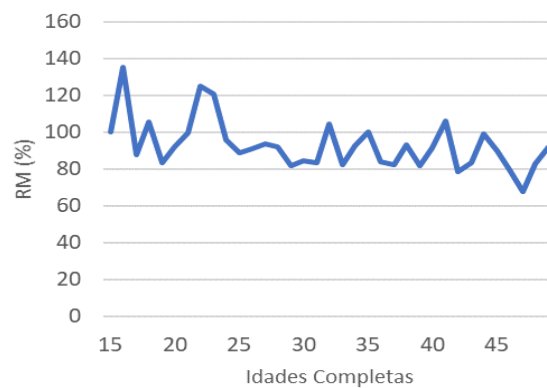


Figura 2.15: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, 2011

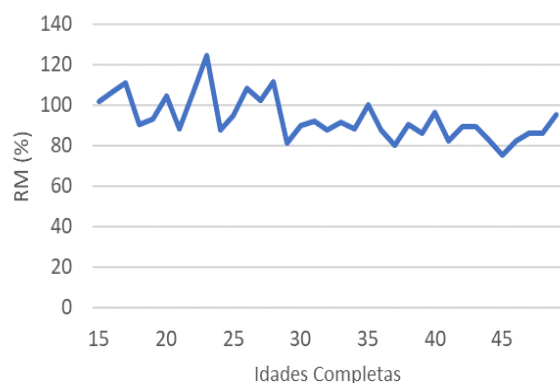
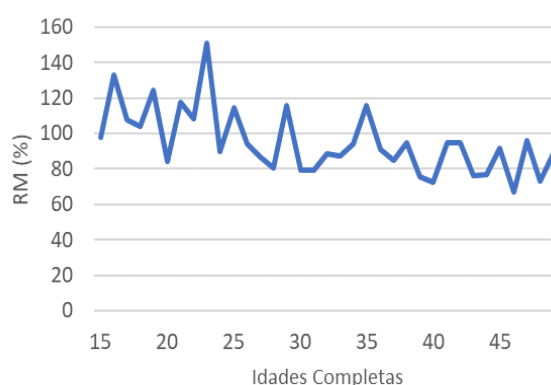


Figura 2.16: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), Freguesia Barcarena, 2011



Figura 2.17: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), Freguesia Porto Salvo, 2011



Dos cálculos efetuados, verifica-se que, tendencialmente, nas idades mais jovens a relação de masculinidade é favorável aos homens, com valores superiores a 100, e que, com o avançar da idade, os resultados se situam mais próximos de 100, com menos oscilações, chegando, no final do grupos etários definidos para o intervalo fértil a valores inferiores a 100, isto é, com mais mulheres do que homens. Como seria de esperar, a UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sendo a mais populosa, é a que regista uma menor oscilação nos valores, ao longo dos grupos etários. Este indicador (relação de masculinidade), como referido atrás, é expresso em percentagem, viabilizando, por isso, comparações entre freguesias. Mas interessa saber, também, o potencial absoluto da população que protagoniza dinâmicas de movimento, como as da fecundidade. Nesse sentido, interessará analisar os totais absolutos das populações e ver se as freguesias mais populosas são as menos envelhecidas e como têm evoluído.

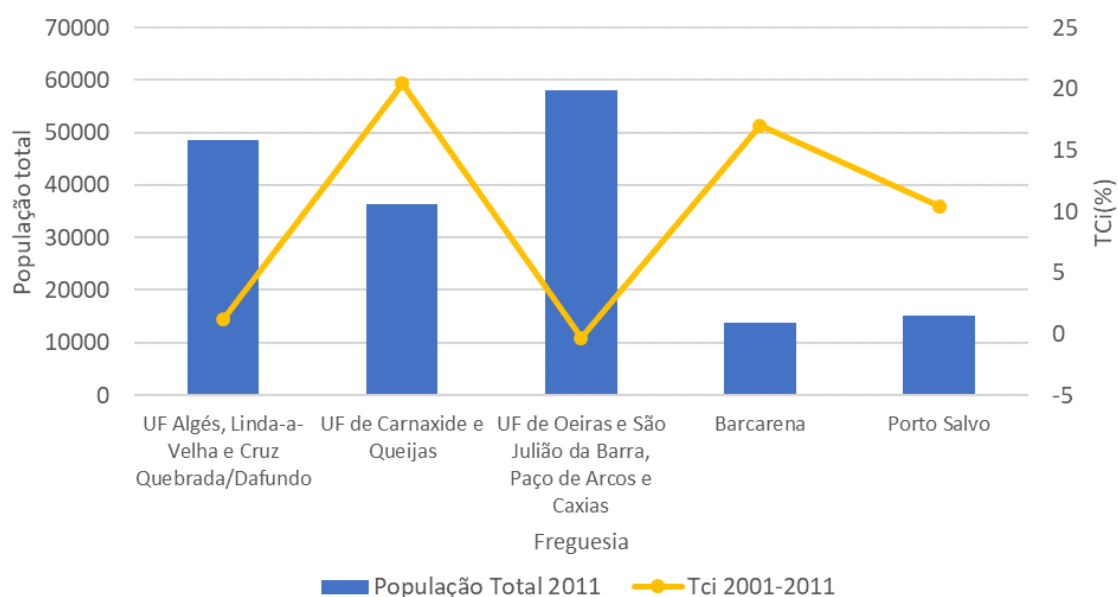
Introduzimos, por isso, um quadro com o total da população, por freguesia, em 2011, e as taxas de crescimento total referentes ao último período intercensitário.

Tabela 2.12: População total em 2011 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2001-2011, por freguesia ou união de freguesia

Freguesia	População Total 2011	Tci 2001-2011
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	48 665	1,2
UF de Carnaxide e Queijas	36 288	20,5
UF de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	58 149	-0,3
Barcarena	13 861	17,0
Porto Salvo	15 157	10,4
Oeiras Total	172 120	6,2

Fonte: INE - XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Figura 2.18: População total em 2011 e Taxa de Crescimento total - TCI (%) no período intercensitário 2001-2011, por freguesia ou união de freguesia, concelho de Oeiras



A análise dessa informação indica que as freguesias com mais população em 2011 são as que registam um menor crescimento populacional entre 2001 e 2011. Com efeito, o maior crescimento concentra-se nas freguesias menos populosas, que contribuem, ainda assim, de forma evidente, para um crescimento positivo e permanente do concelho.

Esse crescimento populacional potencia o rejuvenescimento da estrutura etária das populações, o que, por sua vez, será determinante nas dinâmicas populacionais, nomeadamente, no incremento da fecundidade e na composição da população em termos familiares.

2.4: Famílias e Alojamentos

Considerando os dados relativos ao número de famílias e à dimensão familiar no contexto nacional e regional (NUTS II, versão 2013), verifica-se que o número de famílias cresceu no último período intercensitário, mas a dimensão média das famílias diminuiu em todos os concelhos da AML, em linha com o verificado no país. Lisboa é o concelho da AML em que o crescimento do número de famílias é mais reduzido (4,03%), verificando-se um maior crescimento do número de famílias nos concelhos de Alcochete, Mafra, Montijo e Sesimbra, precisamente quatro dos concelhos da AML que registaram um maior crescimento populacional, como observado atrás. Estes resultados decorrerão da fixação de novas famílias em concelhos da AML mais distantes da capital e mais acessíveis financeiramente.

O concelho de Oeiras revela, também, capacidade de atração e fixação de novas famílias, tendo apresentado, no período intercensitário de 2001 a 2011 um crescimento de 16% no número de famílias.

Quanto à dimensão média das famílias, de uma forma generalizada, os resultados apontam para uma diminuição generalizada do número médio de pessoas por família na AML. Em todos os concelhos da região se regista uma diminuição da dimensão média das famílias, posicionando-se quase todos abaixo da média nacional, em ambos os anos, à exceção de 3 concelhos mais periféricos, a Norte, Sul e Oeste Litoral de Lisboa (Mafra, Palmela e Sintra, respetivamente), o que coincide com ganhos populacionais no período intercensitário.

Em Oeiras, o indicador não apresenta uma grande variação, entre 2001 e 2011, mas regista-se, ainda assim, uma redução de 2,63 para 2,4 indivíduos por família.

Tabela 2.13: População residente, Famílias, Dimensão média das famílias e Taxa de Variação (%), 2001 e 2011, Portugal, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos

Região/ Concelho	Ano 2001			Ano 2011			Tx. Var. (%) Famílias	Tx. Var. (%) Dimensão Méd. Famílias
	População	Famílias	Dimensão média famílias	População	Famílias	Dimensão média famílias		
Portugal	10 356 117	3 650 757	2,84	10 562 178	4 043 726	2,61	10,76	-7,9
AML	2 661 850	1 005 671	2,65	2 821 876	1 147 775	2,46	14,13	-7,1
Alcochete	1 010	4 893	2,66	17 569	6 794	2,59	38,85	-2,7
Almada	160 825	60 920	2,64	174 030	71 901	2,42	18,03	-8,3
Amadora	175 872	67 235	2,62	175 136	73 433	2,38	9,22	-8,8
Barreiro	79 012	29 970	2,64	78 764	33 174	2,37	10,69	-9,9
Cascais	170 683	62 866	2,72	206 479	82 093	2,52	30,58	-7,4
Lisboa	564 657	234 451	2,41	547 733	243 892	2,25	4,03	-6,8
Loures	199 059	70 949	2,81	205 054	80 464	2,55	13,41	-9,2
Mafra	54 358	20 012	2,72	76 685	28 887	2,65	44,35	-2,3
Moita	67 449	23 907	2,82	66 029	26 137	2,53	9,33	-10,5
Montijo	39 168	14 819	2,64	51 222	20 576	2,49	38,85	-5,8
Odivelas	133 847	48 853	2,74	144 549	57 744	2,50	18,20	-8,6
Oeiras	162 128	61 717	2,63	172 120	71 584	2,40	15,99	-8,5
Palmela	53 353	18 959	2,81	62 831	23 677	2,65	24,89	-5,7
Seixal	150 271	53 477	2,81	158 269	62 261	2,54	16,43	-9,5
Sesimbra	37 567	13 296	2,83	49 500	19 274	2,57	44,96	-9,1
Setúbal	113 934	42 772	2,66	121 185	48 328	2,51	12,99	-5,9
Sintra	363 749	131 986	2,76	377 835	144 160	2,62	9,22	-4,9
V.F. Xira	122 908	44 589	2,76	136 886	53 396	2,56	19,75	-7,0

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

No interior do concelho de Oeiras, em todas as freguesias houve um aumento do número de famílias entre 2001 e 2011. O aumento foi mais acentuado nas freguesias que se encontram nas categorias de crescimento permanente ou consolidado (da tipologia de crescimento), isto é, com um crescimento populacional reforçado ou permanente ao longo de duas décadas (dois períodos intercensitários: 1991-2001 e 2001-2011). Isto significa que o crescimento populacional é acompanhado do aumento do número de famílias. A freguesia com uma taxa de variação mais elevada no número de famílias é a UF Carnaxide e Queijas, com um crescimento de 33,31%.

Quanto à variação da dimensão média das famílias, os resultados acompanham, de forma generalizada, a tendência do concelho, com uma diminuição dessa dimensão entre 2001 e 2011. Daqui decorre que as freguesias onde se registava, em 2001, um maior número de indivíduos por família, em média, eram as mesmas com os valores mais altos em 2011. Falamos da UF Carnaxide e Queijas, Barcarena e Porto Salvo, com uma dimensão média perto dos 3 indivíduos por família em 2001 e mais perto de 2,5 em 2011. Porto Salvo é sempre a freguesia com um maior número de indivíduos por família em média. As três freguesias com maior crescimento populacional e com maior número médio de pessoas por família, são as que, nos dois momentos censitários, apresentavam uma proporção mais elevada de famílias com indivíduos menores de 15 anos¹⁵ (com valores iguais ou superiores a 30%).

Tabela 2.14: Famílias, Famílias com filhos menores de 15 anos (2011) e Dimensão média das famílias, por freguesias do concelho de Oeiras, 2001 e 2011

Freguesias	Ano 2001			Ano 2011			Tx. Var. (%) Famílias	Tx. Var. (%) Dimensão Méd. Famílias	Famílias com menores de 15 anos 2011	Proporção (%) Fam. com menores 15 anos 2011
	Pop.	Famílias	Dimensão média famílias	Pop.	Famílias	Dimensão média famílias				
U.F._A_LV_CQ/D	48 085	19 345	2,49	48 665	21 119	2,30	9,17	-7,3	4.691	22,2
U.F._C_Q	30 125	10 636	2,83	36 288	14 179	2,56	33,31	-9,6	4.259	30,0
U.F._OSBJ_PA_C	58 347	22 862	2,55	58 149	25 196	2,31	10,21	-9,6	5.453	21,6
Barcarena	11 847	4 234	2,80	13 861	5 415	2,56	27,89	-8,5	1.678	31,0
Porto Salvo	13 724	4 640	2,96	15 157	5 675	2,67	22,31	-9,7	1.703	30,0
Total Oeiras	162 128	61 717	2,63	172 120	71 584	2,40	15,99	-8,5	17.784	24,8

Fonte: - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Legenda: U.F._A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo; U.F._C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F._OSBJ_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

É de realçar que, em todas as freguesias, a proporção de famílias com menores de 15 anos se situava, em 2011, acima dos 20%.

¹⁵ O critério etário (menores até aos 15 anos) aqui considerado é definido pelo INE, na publicação de informação censitária, não sendo possível considerar para este indicador, os jovens até aos 19 anos, como apresentado atrás.

Figura 2.19: Dimensão média das famílias, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2011

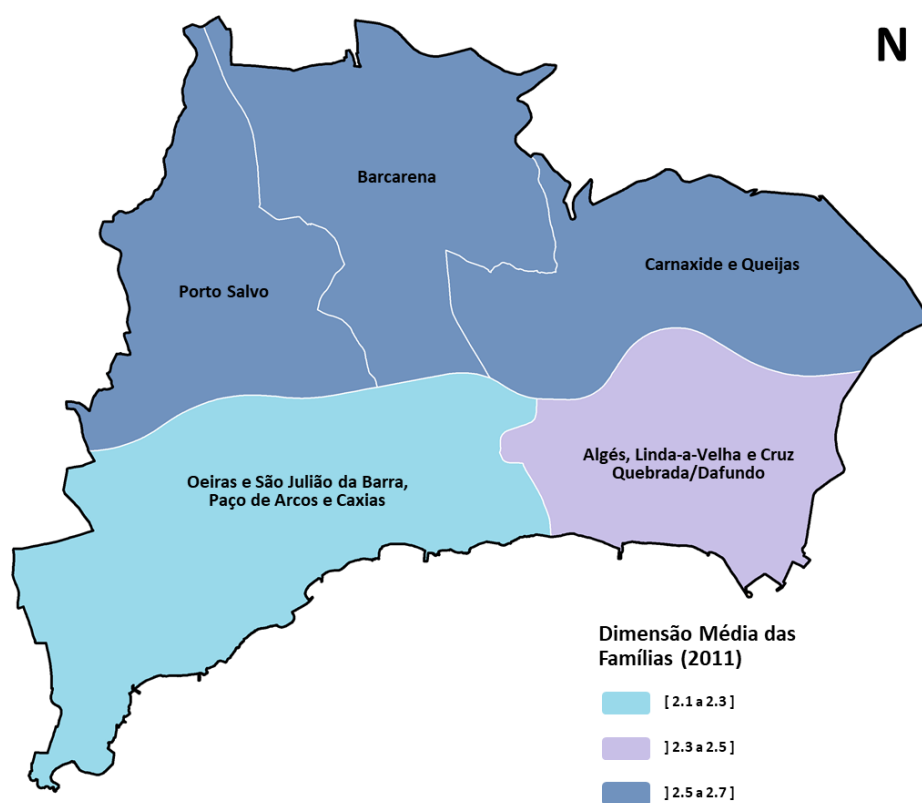
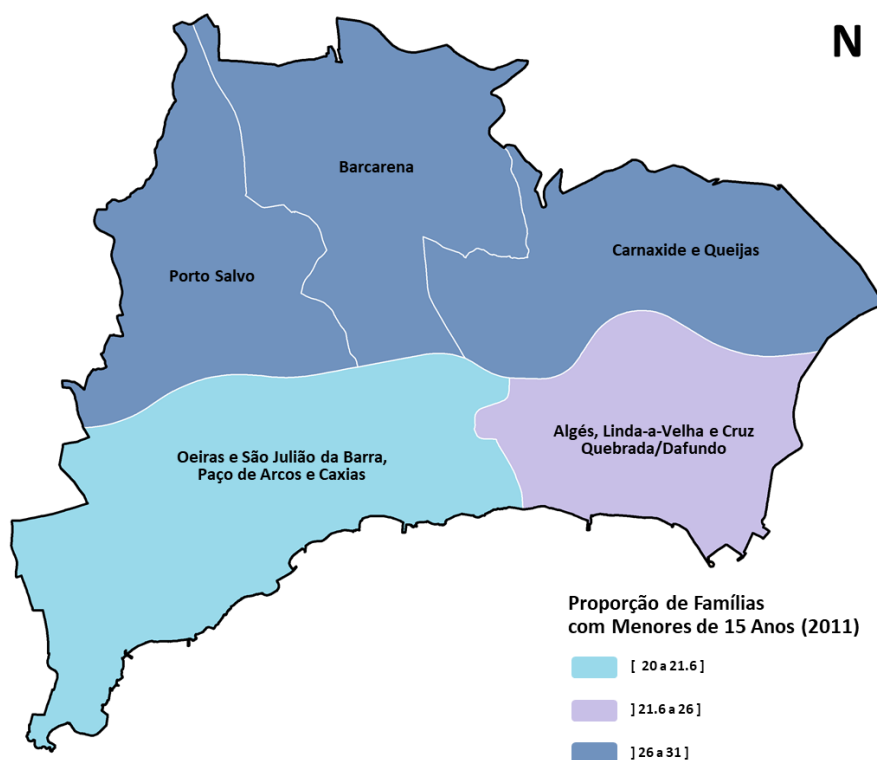


Figura 2.20: Proporção de famílias com menores de 15 anos, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2011



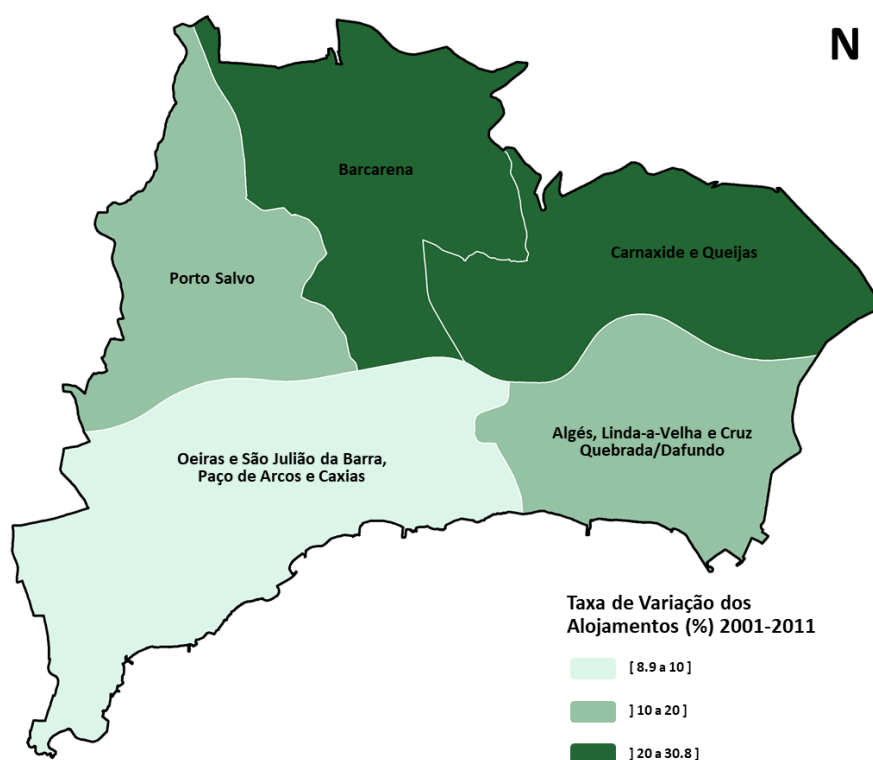
No que concerne ao número de alojamentos familiares clássicos¹⁶, este cresceu, de forma generalizada, no concelho de Oeiras e no conjunto das freguesias, mas o ritmo de crescimento variou entre as diferentes freguesias.

Tabela 2.15: Alojamentos familiares clássicos e Taxa de variação (%), por freguesias do concelho de Oeiras, 2001 e 2011

Freguesia	2001	2011	Tx. Var. (%) Alojamentos
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	23 102	25 452	10,17
U.F. Carnaxide e Queijas	12 528	16 394	30,86
U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	28 615	31 166	8,91
Barcarena	5 121	6 392	24,82
Porto Salvo	5 755	6 611	14,87
Total Oeiras	75 121	86 015	14,50

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Figura 2.21: Taxa de variação dos alojamentos familiares clássicos, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011



A freguesia de Barcarena (24,82%) e, sobretudo, a UF de Carnaxide e Queijas (30,86%) registam os valores mais elevados da taxa de variação do número de alojamentos, entre 2001 e 2011, o que

¹⁶ Os alojamentos familiares clássicos excluem os alojamentos coletivos e outros alojamentos familiares como barracas e casas rudimentares de madeira, móveis, improvisados e outros.

acompanha os resultados anteriormente descritos, em relação ao crescimento do número de famílias. Em todas as outras freguesias, o número de alojamentos cresceu, sendo que Porto Salvo se apresenta como a terceira freguesia com uma taxa de variação mais elevada. As duas freguesias da coroa litoral do concelho apresentam taxas de crescimento próximas de 10%, no número de alojamentos, o que é um indicador bastante positivo relativamente ao crescimento do edificado, atendendo ao facto de serem freguesias com um número de alojamentos consideravelmente mais elevado, à partida, face ao das restantes freguesias.

2.5: Dinâmica populacional: Crescimento Total, Natural e Migratório

Introduzindo, agora, indicadores relativos à dinâmica populacional (que influencia o volume e a estrutura da população entre dois momentos censitários), consideraremos os resultados das duas componentes do movimento da população: a componente natural e a migratória.

No balanço do movimento natural, migratório e total, verificou-se, em todas as freguesias, ao longo do último período intercensitário, um crescimento natural positivo. Já o movimento migratório só se apresentou positivo no caso das três freguesias da coroa interior do concelho, que se inseriam na categoria de crescimento permanente ou consolidado, na tipologia de crescimento inicialmente definida.

Tabela 2.16: População residente em 2001 e 2011, total de nados-vivos e óbitos 2001-2010 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2001-2011, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Crescimento Total, Tipologia de Crescimento, por freguesia, concelho de Oeiras

Freguesia	Pop.2001	Pop.2011	Tot. Nv	Tot. Ób.	Saldo Nat.	Saldo Mig.	TBNat.(%)	TBMort.(%)	TCN ¹ (%)	TBM ¹ (%)	TCT ¹ (%)	Tip. Cresc. ²
U.F._A_LV_CQ/D	48 085	48 665	4 976	4 291	685	-105	10,29	8,9	1,42	-0,22	1,2	2
U.F._C_Q	30 125	36 288	4 446	2 373	2.073	4090	13,39	7,1	6,24	12,32	18,6	3
U.F._OSBJ_PA_C	58 347	58 149	6 792	5 304	1.488	-1686	11,66	9,1	2,55	-2,89	-0,3	1
Barcarena	11 847	13 861	1 581	832	749	1265	12,30	6,5	5,83	9,84	15,7	3
Porto Salvo	13 724	15 157	1 890	1 068	822	611	13,09	7,4	5,69	4,23	9,9	3
Total Oeiras	162 128	172 120	19 685	13 868	5.817	4175	11,78	8,3	3,48	2,50	6,0	3

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas, 2001-2010; INE, XVI e XV Recenseamentos Gerais da População.

Legenda: U.F._A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo; U.F._C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas;

U.F._OSBJ_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Notas: ¹TCN - Taxa de Crescimento Natural, TBM - Taxa da Balança Migratória, TCT - Taxa de Crescimento Total

²Categorias da Tipologia de Crescimento: 1 - Inversão para tendência negativa; 2 - Inversão para tendência positiva; 3 - Crescimento permanente/consolidado.

Com efeito, o crescimento migratório assumiu valores mais elevados e contrastantes do que o crescimento natural, no período intercensitário, contribuindo mais para o crescimento ou decréscimo populacional, na maioria das freguesias, do que a dinâmica natural.

Da combinação dos saldos natural e migratório resulta o crescimento total, que se revelou positivo nas freguesias em que as duas parcelas do crescimento (natural e migratório) apresentam valores positivos, isto é, as três do interior do concelho. As freguesias de Carnaxide e Queijas, Barcarena e Porto Salvo ganharam, assim, população por via do duplo crescimento - natural e migratório.

Já o crescimento total positivo da UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo é tributário do crescimento natural positivo que compensa as perdas migratórias. No caso da UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias o valor do saldo natural positivo não permite compensar o crescimento migratório negativo, resultando o balanço global num crescimento negativo, entre 2001 e 2011, embora próximo de zero, como já referido.

Figura 2.22: Taxa de crescimento total, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011

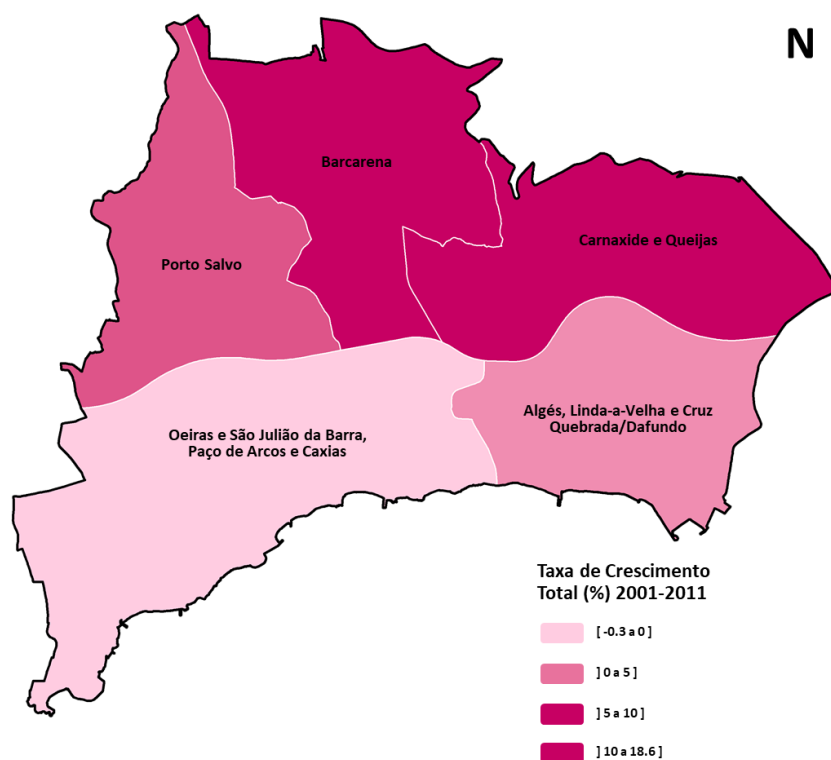


Figura 2.23: Taxa de Crescimento Natural, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011

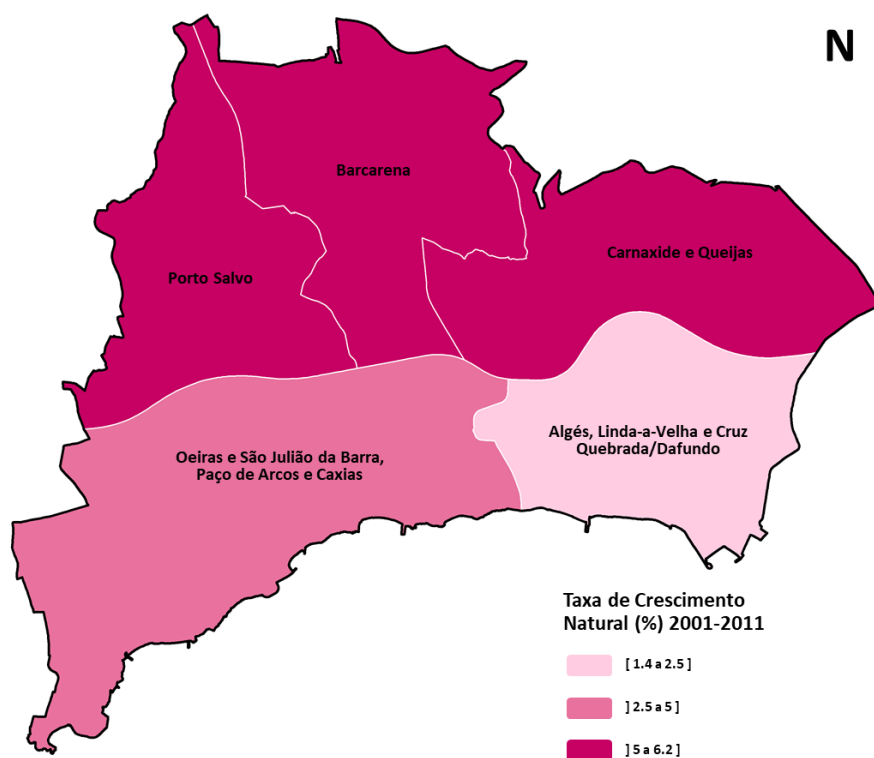
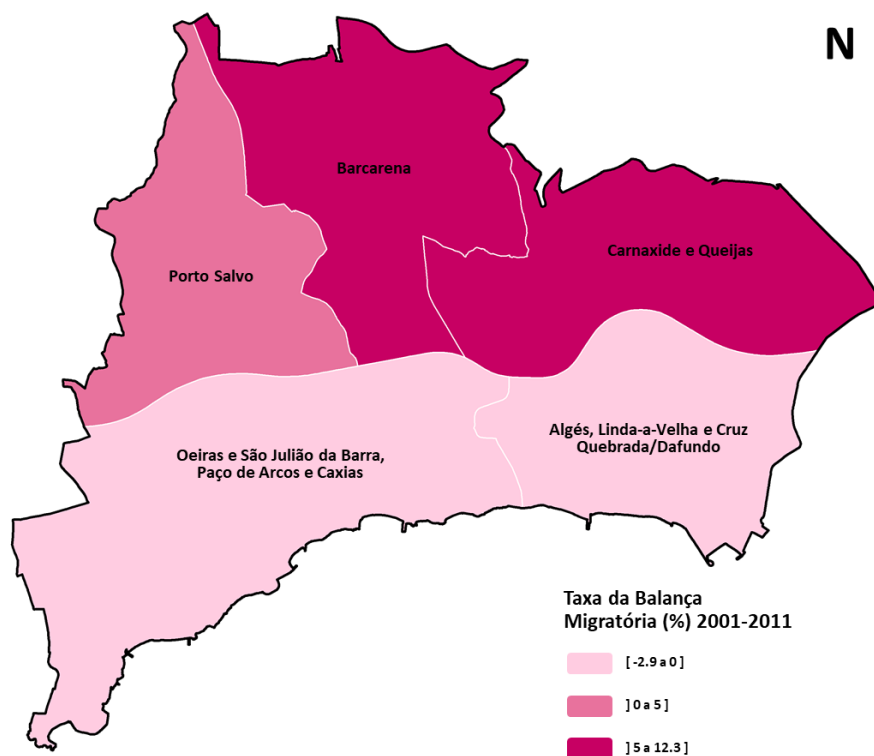


Figura 2.24: Taxa da Balança Migratória, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011



2.5.1: Dinâmica populacional: Natalidade e Fecundidade – AML, Oeiras e Freguesias

Se até aqui a análise se centrou na evolução da população até 2011, ano do último censo, importa agora considerar de que forma terá evoluído e continuará a evoluir a população do concelho de Oeiras desde o último momento censitário. Interessa perceber, ainda, como terá evoluído o crescimento populacional, nomeadamente na componente natural, essencial para identificar a futura população escolar¹⁷. E ainda compreender como terá evoluído a fecundidade, considerando as tendências até aqui reveladas.

Consideraremos o indicador da intensidade da fecundidade para essa análise, o índice sintético de fecundidade (ISF)¹⁸. No sentido de situarmos os resultados de Oeiras no contexto metropolitano e nacional, pela importância de que se reveste o presente indicador, apresentamos, em primeiro lugar, resultados para o país, para a AML e para os diferentes concelhos que a compõem.

Tabela 2.17: Índice sintético de fecundidade, Portugal, AML e concelhos, 2001, 2009-2018

Região\ Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	1,45	1,35	1,39	1,35	1,28	1,21	1,23	1,3	1,36	1,37	1,41
AML	1,56	1,57	1,63	1,57	1,51	1,44	1,5	1,56	1,63	1,67	1,72
Alcochete	1,4	1,58	1,72	1,51	1,31	1,35	1,38	1,16	1,26	1,41	1,24
Almada	1,65	1,51	1,59	1,51	1,49	1,39	1,49	1,54	1,68	1,57	1,67
Amadora	1,6	1,54	1,68	1,6	1,57	1,54	1,59	1,64	1,68	1,73	1,8
Barreiro	1,32	1,4	1,52	1,5	1,51	1,31	1,29	1,52	1,42	1,61	1,58
Cascais	1,68	1,61	1,57	1,55	1,46	1,37	1,42	1,49	1,46	1,5	1,51
Lisboa	1,53	1,75	1,78	1,67	1,65	1,71	1,83	2,03	2,2	2,25	2,28
Loures	1,52	1,47	1,66	1,69	1,52	1,5	1,58	1,56	1,64	1,67	1,69
Maфра	1,53	1,53	1,65	1,49	1,3	1,16	1,27	1,25	1,23	1,22	1,33
Moita	1,48	1,63	1,61	1,77	1,62	1,47	1,5	1,39	1,43	1,56	1,69
Montijo	1,53	1,48	1,58	1,6	1,49	1,25	1,31	1,4	1,44	1,46	1,41
Odivelas	1,44	1,38	1,59	1,6	1,59	1,47	1,55	1,59	1,69	1,76	1,73
Oeiras	1,55	1,54	1,55	1,46	1,54	1,39	1,46	1,51	1,56	1,5	1,59
Palmela	1,5	1,4	1,53	1,41	1,47	1,18	1,27	1,3	1,36	1,27	1,32
Seixal	1,54	1,48	1,66	1,5	1,44	1,38	1,33	1,37	1,39	1,52	1,59
Sesimbra	1,57	1,47	1,61	1,47	1,38	1,24	1,34	1,23	1,34	1,49	1,38
Setúbal	1,62	1,63	1,63	1,55	1,41	1,36	1,46	1,47	1,6	1,62	1,67
Sintra	1,61	1,66	1,62	1,56	1,51	1,4	1,42	1,48	1,55	1,65	1,76
V.F. Xira	1,53	1,42	1,54	1,49	1,34	1,26	1,34	1,36	1,45	1,39	1,51

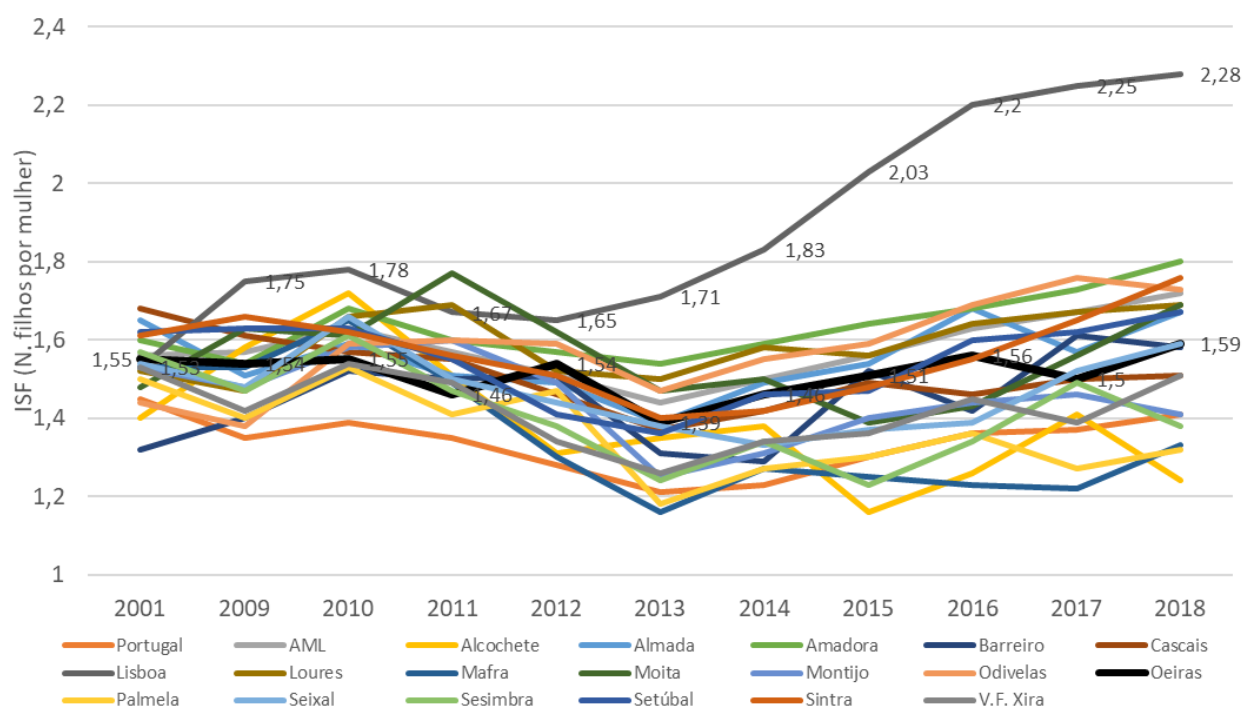
Fonte: PORDATA; Fonte de Dados: INE - Municípios, População, Fecundidade, ISF, 2001, 2009-2018.

Nota: Quebra de série nos concelhos de Lisboa e Loures, em 2013 e 2014, devido à reforma da divisão administrativa das freguesias, de 2012.

¹⁷ Para a análise da componente migratória do crescimento da população, importa considerar dados sobre a urbanização do concelho, que implicará novos movimentos de entrada. Será o caso de migrações internas, isto é, entradas de população proveniente de outros concelhos do país.

¹⁸ O ISF refere-se ao número médio de filhos por mulher, numa população, num determinado período em análise. O limiar de substituição das gerações situa-se no valor de 2,1 filhos por mulher. Em Portugal, desde 1982 que o valor do ISF se situa abaixo do limiar de substituição das gerações.

Figura 2.25: Índice sintético de fecundidade, Portugal, AML e respetivos concelhos, 2001, 2009-2018



Da análise desses valores, verifica-se que os municípios de Mafra, Alcochete, Sesimbra e Palmela são os que apresentam os menores valores para o ISF nos últimos anos do período em análise, sendo, em simultâneo, os concelhos que têm registado mais crescimento neste indicador. Tal pode decorrer do facto de estes serem dos concelhos mais atrativos em termos de população, o que começa a ter reflexos nos resultados da fecundidade.

Do conjunto de concelhos da AML, Lisboa é o que apresenta uma maior recuperação nos resultados do Índice Sintético de Fecundidade. Verifica-se, aliás, que, só no concelho de Lisboa, no último ano em análise, se alcança um valor de ISF superior a 2,1, o limiar mínimo para que se assegure a substituição das gerações.

O concelho de Oeiras apresentava, em 2018, um ISF de 1,59 filhos por mulher, o valor mais elevado de todo o período em análise no concelho, em resultado de uma recuperação e tendência de subida dos valores do indicador, a partir de 2014, à semelhança do que acontece na maioria dos concelhos da AML, cujos resultados se situam acima dos da média nacional.

Vejamos, de seguida, a dinâmica da natalidade por freguesia.

Tabela 2.18: Nados-vivos por local de residência da mãe, concelho de Oeiras e freguesias, 1996-2018

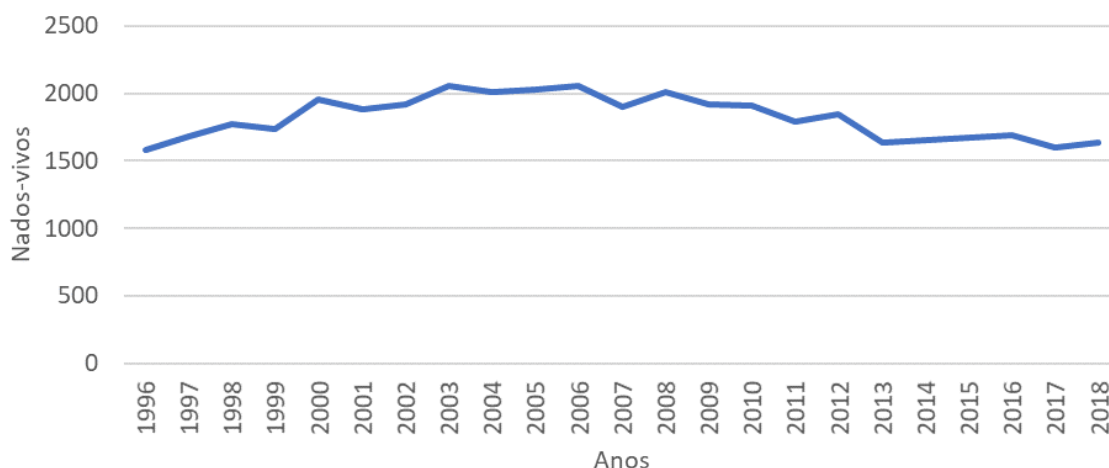
Freguesias	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
U.F._A_LV_CQ/D	387	423	505	427	489	459	481	493	509	519	525	490	519	477	504	484	462	410	435	443	430	401	432
U.F._C_Q	322	352	354	340	350	353	394	434	426	430	517	452	503	467	470	438	465	420	375	410	397	345	384
U.F._OSBJ_PA_C	703	713	691	708	828	747	726	799	733	705	648	599	613	616	606	527	568	520	527	519	565	534	497
Barcarena	82	121	112	134	146	154	129	151	154	167	175	157	173	163	158	164	174	142	160	135	135	127	157
Porto Salvo	83	70	115	129	139	169	189	176	185	209	191	204	199	197	171	177	175	146	156	167	163	188	167
Total Oeiras	1577	1679	1777	1738	1952	1882	1919	2053	2007	2030	2056	1902	2007	1920	1909	1790	1844	1638	1653	1674	1690	1595	1637

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1996-2018.

Legenda: U.F._A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo; U.F._C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas;
U.F._OSBJ_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Ao longo do período de duas décadas, entre 1996 e 2016, verifica-se, na evolução dos nados-vivos, uma primeira fase de uma década, com tendência para a estabilização ou ligeiro crescimento do número de nados-vivos no concelho, até 2006, ano com o número de nados-vivos mais alto de todo o período em análise. Entre 2008 e 2013, inclusive, houve um decréscimo claro dos valores dos nados-vivos, seguido de uma ligeira recuperação a partir de 2014.

Figura 2.26: Nados-vivos no concelho de Oeiras, 1996-2018

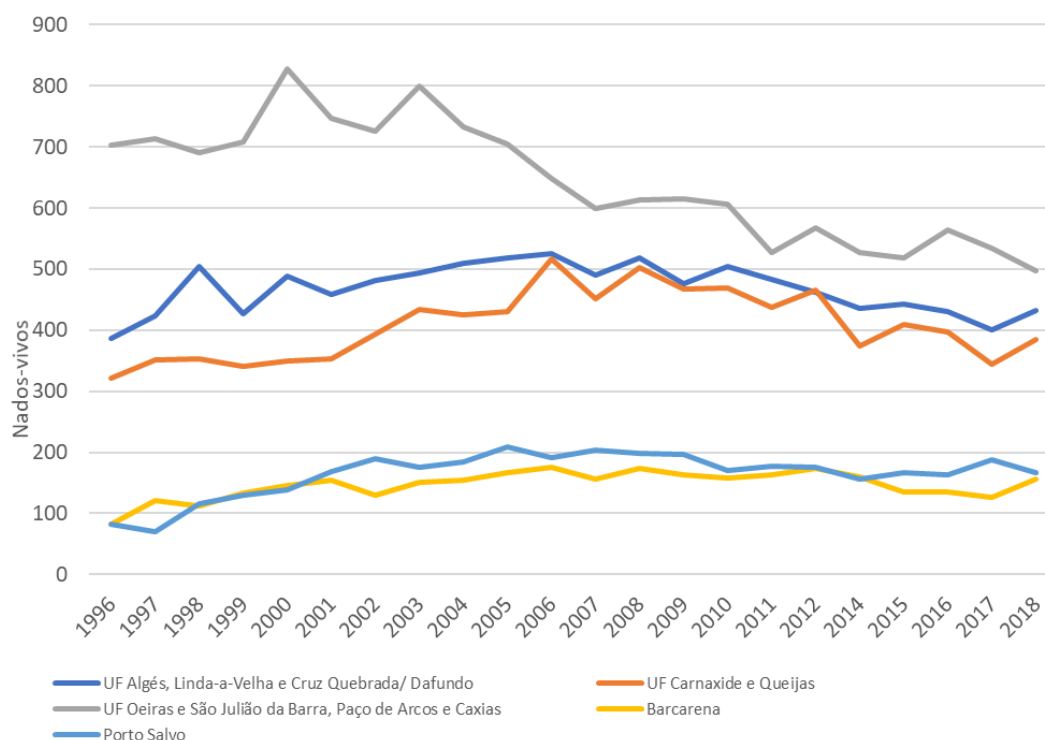


A distribuição dos nados-vivos pelas freguesias não é uniforme, o que resulta, por um lado, da própria dimensão das freguesias e, por outro, das dinâmicas que lhes estão associadas. Assim, considerando as freguesias no seu conjunto, verificamos que são a UF de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, a UF de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e a UF de Carnaxide e Queijas que, por esta ordem, apresentam o maior número de nados-vivos, ao longo do período. As freguesias de Barcarena e de Porto Salvo são as que apresentam os valores mais reduzidos de nados-vivos.

Estes resultados, aqui apresentados em valores absolutos, não podem dissociar-se do volume populacional da freguesia em que ocorrem. Com efeito, as freguesias que apresentam os maiores quantitativos de nados-vivos ao longo do período são as mais populosas. Importa, assim, observar não tanto a grandeza dos valores em cada freguesia, face às restantes, mas, sobretudo, a tendência de evolução da curva dos acontecimentos de cada freguesia.

Nessa perspetiva, a UF de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias apresenta uma tendência de decréscimo no número de nados-vivos, ao longo de todo o período, de que ainda não recuperou. A UF de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e a UF de Carnaxide e Queijas apresentam tendências próximas entre si, com um decréscimo no número de nados-vivos, na segunda metade do período em análise, de que só no último ano parecem estar a descolar, com uma inversão de tendência.

Figura 2.27: Nados-vivos por local de residência da mãe, Freguesias do Concelho de Oeiras, 1996-2018



As freguesias de Barcarena e Porto Salvo, que registam, no geral, um crescimento populacional permanente ou consolidado revelam, ao nível dos nados-vivos, uma maior estabilidade na evolução dos valores.

2.6: População estrangeira – AML, Concelho de Lisboa e Freguesias

No sentido de considerar a influência dos fluxos migratórios na composição do concelho de Oeiras, analisaremos, de seguida, informação relativa à população estrangeira, com o respetivo enquadramento nacional e regional.

A fixação de população estrangeira assumia, em 2011, um maior peso em certos concelhos da AML (nomeadamente, Cascais, Sintra, Amadora, Odivelas e Loures), registando os restantes um valor abaixo do da média da AML, o que já se verificava em 2001.

Tabela 2.19: População residente total e de nacionalidade estrangeira (n. e %), 2011, Portugal, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos

Região / Concelho	População		Proporção Pop. Nac. Estrangeira (%)
	Total	Nac. Estrangeira	
Portugal	10 562 178	395 049	3,74
AML	2 821 876	203 803	7,22
Alcochete	17 569	787	4,48
Almada	174 030	11 410	6,56
Amadora	175 136	18 900	10,79
Barreiro	78 764	3 438	4,36
Cascais	206 479	18 685	9,05
Lisboa	547 733	34 536	6,31
Loures	205 054	17 650	8,61
Mafra	76 685	3 987	5,20
Moita	66 029	3 285	4,98
Montijo	51 222	3 295	6,43
Odivelas	144 549	12 951	8,96
Oeiras	172 120	10 200	5,93
Palmela	62 831	2 210	3,52
Seixal	158 269	10 664	6,74
Sesimbra	49 500	2 231	4,51
Setúbal	121 185	6 789	5,60
Sintra	377 835	35 027	9,27
V.F.Xira	136 886	7 758	5,67

Fonte: INE - XV Recenseamento Geral da População; Cálculos próprios.

Nota: Os dados referentes à população estrangeira incluem população com dupla nacionalidade estrangeira e apátridas

Considerando os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, é possível ter uma noção da dinâmica dos fluxos imigratórios no concelho de Oeiras, pelo registo contínuo dos títulos de residência da população estrangeira.

Tabela 2.20: População estrangeira com estatuto legal de residente e Taxa de Crescimento, em Portugal, na Área Metropolitana de Lisboa e nos concelhos de Lisboa e Oeiras, 2008-2018

Região	Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013 ¹	2014 ¹	2015	2016	2017	2018	Tx.Cresc.(%) 2008-2018
Portugal	Total (n.)	436 020	451 742	443 055	434 708	414 610	398 268	390 113	383 759	392 969	416 682	477 472	-9,9
	Tx. Cresc. (%)		3,61	-1,92	-1,88	-4,62	-3,94	-2,05	-1,63	2,40	6,03	14,59	
AML	Total (n.)	224 089	230 334	221 353	217 779	211 217	205 309	203 650	198 217	197 199	206 048	240 963	-12,0
	Tx. Cresc. (%)		2,79	-3,90	-1,61	-3,01	-2,80	-0,81	-2,67	-0,51	4,49	16,95	
Concelho Lisboa	Total (n.)	42 396	43 777	43 142	44 128	44 367	44 972	48 225	49 780	53 470	62 424	78 614	26,1
	Tx. Cresc. (%)		3,26	-1,45	2,29	0,54	1,36	7,23	3,22	7,41	16,75	25,94	
Concelho Oeiras	Total (n.)	10 461	10 845	10 343	10 100	9 774	9 277	9 041	8 536	8 509	8 546	9 836	-18,7
	Tx. Cresc. (%)		3,67	-4,63	-2,35	-3,23	-5,08	-2,54	-5,59	-0,32	0,43	15,09	

Fonte: INE, SEF, Estatísticas Demográficas 2008-2016 (consulta em PORDATA, População, Migrações), formato do quadro adaptado de CML, IGOT, Plano Municipal para a Integração de Imigrantes em Lisboa 2015-2017, vol.II - Diagnóstico da População Imigrante residente em Lisboa.

Nota: 'Inclui os estrangeiros com título de residência, ou seja, que possuem uma autorização de residência ou cartão de residente da UE.

Exclui os titulares de vistos de longa duração prorrogados, os vistos de longa duração concedidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e os detentores de autorizações de permanência (nos anos em que tal figura legal vigorou).' (PORDATA, População, Migrações, Metainformação).

¹Quebra de série para o concelho de Lisboa, no seguimento da reforma administrativa de 2012 e consequente alteração da delimitação geográfica do concelho, o que implica uma leitura cautelosa do resultado das taxas de crescimento a partir de 2014 e para todo o período, para o concelho de Lisboa.

Os resultados obtidos para Lisboa (que usamos aqui como concelho de referência, pelo facto de poder concentrar um maior número de novos registos, mesmo que com endereços temporários), apresentam uma dinâmica francamente positiva entre 2008 e 2016, por comparação com o total da AML e do país (ambos com crescimento migratório negativo no mesmo período) mas poderão estar sobrevalorizados, eventualmente pela sua contabilização cumulativa e sem a anulação exaustiva de registos referentes a população que deixou a residência declarada aquando do pedido de autorização de residência, junto do SEF, e não são comparáveis com os apresentados pelo recenseamento. Atendendo à diferente natureza das duas fontes, à conceção dos instrumentos de notação, à carga simbólica e instrumental que lhe é atribuída pelos indivíduos observados, poderemos assumir uma sub-representação da população estrangeira no Recenseamento e uma sobrevalorização da mesma população nos dados das Estatísticas Demográficas, decorrentes dos registos administrativos provenientes do SEF.

Não deixa de ser, contudo, interessante a análise dos resultados a partir das duas fontes, quer pelo facto de o Recenseamento ser a operação estatística com maior garantia de exaustividade na cobertura da população e suas características num determinado momento, quer pelo facto de os registos do SEF serem a melhor indicação da dinâmica imigratória observada em Portugal e diferentes regiões ou concelhos, no caso em análise.

Em Oeiras, apesar de uma evolução negativa da população estrangeira com estatuto legal de residente, ao longo da maior parte do período, deve assinalar-se o salto de 15,09% na variação deste indicador entre 2017 e 2018, situando-se muito próximo da média da AML.

Estes resultados têm implicações nos resultados da fecundidade dos concelhos onde se fixa mais população estrangeira, que tenderá a reproduzir, em muitos casos, numa primeira fase, os padrões de fecundidade do país de origem, com níveis de intensidade acima dos verificados em Portugal nas últimas décadas.

Tabela 2.21: Proporção de nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira e taxa de variação no período (%), Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e concelhos, 2011-2018

Região	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tx.var. 2011-2018(%)
Portugal	10,3	9,8	8,9	8,7	8,4	8,8	9,7	10,8	4,5
AML	19,1	17,8	16,8	16,3	16,0	16,9	18,1	19,8	3,5
Alcochete	8,3	10,9	10,8	10,7	9,4	15,3	9,3	10,9	31,4
Almada	20,4	16,1	15,6	15,2	13,8	16,5	17,7	18,8	-7,6
Amadora	28,6	26,4	27,3	25,4	23,4	27,4	27,9	29,4	2,8
Barreiro	11,8	13,8	13,3	11,4	12,0	12,8	11,7	20,6	73,9
Cascais	21,6	20,4	16,0	17,2	15,7	16,9	18,4	20,4	-5,9
Lisboa	16,8	16,2	15,7	16,3	16,2	17,4	17,8	20,3	20,6
Loures	24,6	20,4	21,1	19,3	17,6	19,5	21,0	21,2	-13,6
Maфра	11,7	11,0	8,7	5,8	7,9	7,5	7,8	9,8	-16,4
Moita	14,7	13,4	12,8	12,8	8,5	9,4	10,4	14,1	-4,4
Montijo	14,3	12,3	12,8	10,8	10,4	11,0	14,1	16,0	11,5
Odivelas	21,7	21,3	20,7	19,4	21,8	19,8	23,3	24,2	11,6
Oeiras	14,0	13,5	12,4	13,1	12,7	11,5	13,4	14,1	0,6
Palmela	7,7	8,4	7,5	7,7	8,1	8,4	7,1	7,7	0,7
Seixal	17,7	16,2	15,1	13,0	13,0	14,1	16,3	17,9	1,3
Sesimbra	12,5	8,3	8,9	7,6	6,6	8,2	6,6	10,5	-15,6
Setúbal	13,3	12,2	10,1	9,6	10,4	10,2	9,6	12,6	-5,5
Sintra	26,0	25,3	22,6	22,6	22,9	22,5	24,0	25,0	-4,1
V. F. Xira	14,2	13,0	11,0	10,6	10,4	10,9	13,0	13,2	-6,7

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011- 2018; Cálculos próprios.

Nota: resultado de Alcochete deve ser lido atendendo ao reduzido volume populacional do concelho.

É nesse sentido que se introduz na análise a proporção dos nados-vivos de mães com nacionalidade estrangeira, no conjunto dos nados-vivos. Na AML, tal como no país, no período de 2011 a 2016, verificou-se uma redução do peso dos nados-vivos filhos de mães estrangeiras. Contudo, alguns concelhos da AML contrariam essa tendência, apresentando um aumento do peso referido ao longo do período. É o caso de Alcochete, Barreiro, Palmela e Lisboa. Nalguns deles, a população reduzida, por comparação com os restantes, poderá influenciar oscilações nos resultados.

Se observarmos não a evolução do peso dos nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira, mas a proporção em si, no início e no final do período (anos de 2011 e 2016), verifica-se, efetivamente, que os concelhos da AML com maior peso de população residente de nacionalidade estrangeira, são também aqueles em que se verifica um maior peso de nados-vivos filhos de mães estrangeiras, no conjunto dos nados-vivos. É o caso dos concelhos de Amadora, Loures e Sintra, mas, também, Odivelas e Lisboa.

No concelho de Oeiras, verifica-se o efeito da presença de população estrangeira nos resultados da fecundidade, nomeadamente nos últimos dois anos em análise, pela proporção crescente de nados-

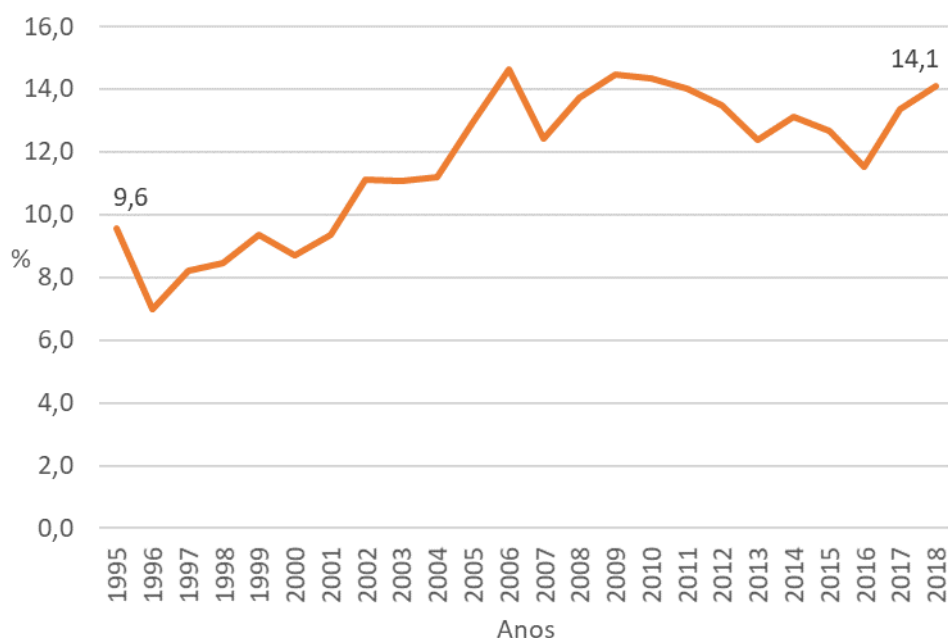
vivos filhos de mulheres com nacionalidade estrangeira, apesar da quebra verificada em anos anteriores.

Tabela 2.22: Proporção de nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira (%), concelho de Oeiras, 1995-2018

Ano	Prop. (%)	Ano	Prop. (%)
1995	9,6	2007	12,4
1996	7,0	2008	13,8
1997	8,2	2009	14,5
1998	8,4	2010	14,4
1999	9,4	2011	14,0
2000	8,7	2012	13,5
2001	9,4	2013	12,4
2002	11,1	2014	13,1
2003	11,1	2015	12,7
2004	11,2	2016	11,5
2005	13,0	2017	13,4
2006	14,6	2018	14,1

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas, 2011-2016; Cálculos próprios.

Figura 2.28: Proporção de nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira (%), concelho de Oeiras, 1995-2018



Daqui decorre que as freguesias com mais população estrangeira e uma relação de masculinidade equilibrada poderão sair beneficiadas, no que diz respeito aos resultados da fecundidade e consequente incremento populacional.

A análise da população residente com nacionalidade estrangeira, por freguesia, no concelho de Oeiras, em 2011, dá conta de que as duas freguesias com maior peso populacional – UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias e UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo – registavam uma proporção mais elevada de população residente de nacionalidade estrangeira face às que têm um volume populacional mais reduzido. Ora, sendo estas as freguesias com um índice de envelhecimento mais elevado, poderão beneficiar dessa realidade, em função da distribuição etária da população. Mas, sobrepondo-se às duas freguesias identificadas, é a freguesia de Porto Salvo aquela que, no conjunto do concelho, apresenta uma maior proporção de população de nacionalidade estrangeira, com um valor de 7,4%. Este resultado não decorre do maior efetivo populacional, mas de dinâmicas específicas da freguesia, nomeadamente, de natureza migratória.

Tabela 2.23: População residente total e de nacionalidade estrangeira (n. e %), 2011, Freguesias de Oeiras

Freguesias	População		Proporção Pop. Nac. Estrangeira (%)
	Total	Nac. Estrangeira	
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	48 665	3 156	6,5
UF Carnaxide e Queijas	36 288	1 870	5,2
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	58 149	3 592	6,2
Barcarena	13 861	464	3,3
Porto Salvo	15 157	1 118	7,4
Total Oeiras	172 120	10 200	5,9

Fonte: INE - XV Recenseamento Geral da População; Cálculos próprios.

Nota: Os dados referentes à população estrangeira incluem população com dupla nacionalidade estrangeira e apátrida.

Figura 2.29: Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira (%) nas freguesias de Oeiras, 2011

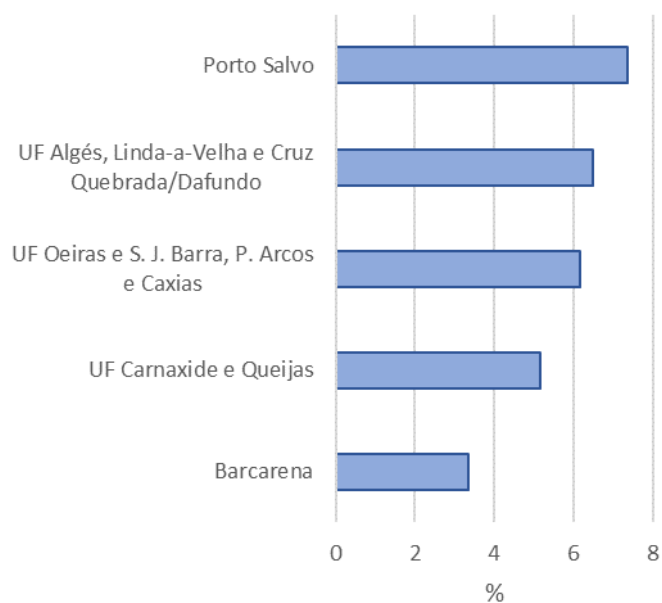
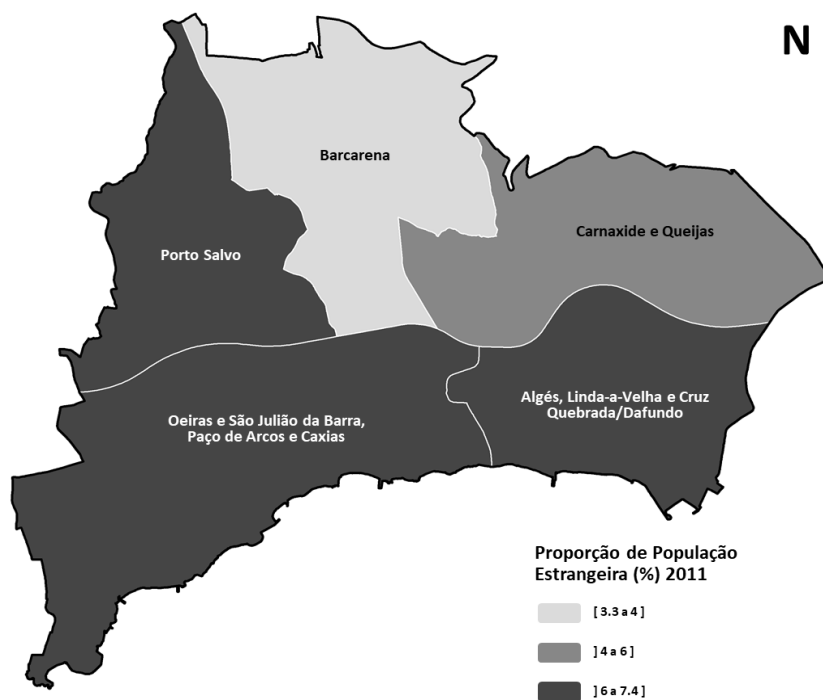


Figura 2.30: Proporção de população estrangeira, por freguesias, concelho de Oeiras, 2011



2.7: População ‘com dificuldades’

Considerando, agora, a especificidade da população com dificuldades¹⁹ das diferentes freguesias do concelho de Oeiras, verifica-se que não há diferenças assinaláveis entre freguesias. Aquela em que se regista um maior peso de população com pelo menos uma dificuldade é a de Porto Salvo (14,3% de população com, pelo menos, uma dificuldade), não correspondendo, ao contrário do que seria de esperar, a uma das freguesias com valores mais elevados na proporção de idosos.

Tabela 2.24: População residente, População e Proporção (%) de população com pelo menos uma dificuldade, homens e mulheres com pelo menos uma dificuldade, relação de masculinidade da população com pelo menos uma dificuldade, por freguesias do concelho de Oeiras, 2011

Freguesia	População residente	População com pelo menos 1 dificuldade	Proporção de população com pelo menos uma dificuldade (%)	Homens com pelo menos 1 dificuldade	Mulheres com pelo menos 1 dificuldade	Relação de masculinidade de população com pelo menos 1 dificuldade (%)
UFALVCQD	48 665	6 475	13,31	2 292	4 183	54,8
UFCQ	36 288	4 420	12,18	1 686	2 734	61,7
UFOSJPAC	58 149	7 500	12,90	2 710	4 790	56,6
Barcarena	13 861	1 764	12,73	676	1 088	62,1
Porto Salvo	15 157	2 126	14,03	846	1 280	66,1
Total Oeiras	172 120	22 285	12,95	8 210	14 075	58,3

Fonte: INE -XV Recenseamento Geral da População; Cálculos próprios.

Legenda: UFALVCQD = U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; UFCQ = U.F. Carnaxide e Queijas; UFOSJPAC = U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

As mulheres apresentam-se claramente maioritárias na identificação de pelo menos uma dificuldade no último recenseamento, em todas as freguesias. A relação de masculinidade da população com pelo menos uma dificuldade revela que, na generalidade das freguesias, as mulheres nesta condição podem ser até cerca do dobro dos homens.

2.8. População em idade escolar

A população em idade escolar, considerada entre os 3 e os 19 anos completos, apresentou uma distribuição desigual e um crescimento desiguais nas diferentes freguesias, no período de 2001 a 2011, como se apresenta de seguida.

¹⁹ Adotamos, aqui a terminologia do INE, no último censo (2011), constando do questionário individual a seguinte questão relativa à autoperceção de dificuldades dos indivíduos: “Nas perguntas seguintes, indique o grau de dificuldade que sente diariamente na realização de algumas actividades devido a problemas de saúde ou decorrentes da idade (envelhecimento)”.

Tabela 2.25: População por grupos etários escolares (3-19 anos completos), por freguesia, no concelho de Oeiras, 2001

Freguesias	Idades						Total
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	1 180	1 451	785	1 098	1 309	1 152	6 975
UF Carnaxide e Queijas	852	1 158	628	1 004	1 112	842	5 596
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	1 560	2 214	1 090	1 607	1 790	1 440	9 701
Barcarena	350	477	251	346	405	338	2 167
Porto Salvo	407	602	322	530	654	464	2 979
Total Oeiras	4 349	5 902	3 076	4 585	5 270	4 236	27 418

Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População; Cálculos próprios.

Tabela 2.26: População por grupos etários escolares (3-19 anos completos), por freguesia, no concelho de Oeiras, 2011

Freguesias	Idades						Total
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	1 472	1 947	948	1 295	1 209	902	7 773
UF Carnaxide e Queijas	1 410	1 713	857	1 122	1 016	741	6 859
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	1 603	2 246	1 109	1 531	1 596	1 136	9 221
Barcarena	511	639	348	445	405	261	2 609
Porto Salvo	532	729	360	475	503	331	2 930
Total Oeiras	5 528	7 274	3 622	4 868	4 729	3 371	29 392

Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População; Cálculos próprios.

Tabela 2.27: Taxa de variação (%) da população por grupos etários escolares (3-19 anos completos), por freguesia, no concelho de Oeiras, 2001-2011

Freguesias	Idades						Total
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	24,7	34,2	20,8	17,9	-7,6	-21,7	11,4
UF Carnaxide e Queijas	65,5	47,9	36,5	11,8	-8,6	-12,0	22,6
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	2,8	1,4	1,7	-4,7	-10,8	-21,1	-4,9
Barcarena	46,0	34,0	38,6	28,6	0,0	-22,8	20,4
Porto Salvo	30,7	21,1	11,8	-10,4	-23,1	-28,7	-1,6
Total Oeiras	27,1	23,2	17,8	6,2	-10,3	-20,4	7,2

Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População; Cálculos próprios.

Consideram-se seis grupos etários dos 3 aos 19 anos completos (3-5, 6-9, 10-11, 12-14, 15-17, 18-19), correspondentes aos diferentes ciclos de ensino até ao final do percurso da escolaridade obrigatória. Ao longo do último período intercensitário, verifica-se um crescimento total da população em idade escolar de 7,2%, no concelho de Oeiras. Para esse acréscimo contribuem, de

forma muito positiva, a UF Carnaxide e Queijas (com uma taxa de variação de 22,6%) e a Freguesia de Barcarena (20,4%), mas também a UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo (11,4%). Por outro lado, na UF de Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias e na freguesia de Porto Salvo registou-se um decréscimo da população em idade escolar. Estas duas freguesias são contíguas, apresentam volumes e estruturas populacionais desiguais, tendo em comum o facto de serem as mais distantes do concelho de Lisboa. São, também, as duas únicas freguesias que revelam um crescimento negativo na população em idade escolar a partir dos 12 anos, enquanto as restantes mantêm uma variação positiva na maior parte dos grupos etários.

Com efeito, apesar de, no conjunto dos grupos etários escolares se verificar um aumento populacional em três freguesias e uma diminuição em duas, na verdade, em todas as freguesias se verificou um crescimento da população nos grupos etários iniciais e uma diminuição nos grupos etários mais velhos. Os resultados das três freguesias com crescimento positivo – UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, UF Carnaxide e Queijas, Barcarena – apresentam uma taxa de variação da população até aos 14 anos francamente positiva, chegando aos 65,5% de crescimento.

Estes resultados dão conta de como o crescimento da população em idade escolar terá sido um fator impulsionador do crescimento total positivo das freguesias de crescimento permanente ou consolidado. No caso de Porto Salvo, o abrandamento do crescimento da população total entre o primeiro e o segundo período intercensitários terá condicionado o próprio crescimento da população em idade escolar, afetando os diferentes grupos populacionais, mesmo mantendo uma estrutura populacional jovem, como se viu atrás.

Apresenta-se, de seguida, o resultado de um exercício de cálculo de estimativas para a população total e para a população escolar, por grupos etários, para o ano de 2015 e 2019. Considerou-se como população de partida a do censo de 2011 de cada freguesia, à qual se fez intervir o efeito do movimento natural decorrido ao longo dos anos, entre 2011 e 2019. De seguida, aplicou-se a esses resultados a proporção dos grupos etários escolares, verificada a partir dos dados censitários de 2011, no pressuposto de uma alteração residual da estrutura demográfica nesses grupos etários, ao longo de cinco anos. O que é suportado pela evolução da dinâmica natural, com uma tendência de evolução decrescente no início desse período de alguma recuperação no final do período, ou até uma tendência de estabilidade no movimento natural.

Tabela 2.28: População total estimada, para 2015 e 2019, por freguesia, concelho de Oeiras

Freguesias	Total 2015	Total 2019
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	48 684	48 424
UF Carnaxide e Queijas	36 992	37 451
UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	58 120	57 834
Barcarena	14 060	14 233
Porto Salvo	15 364	15 570
Total Oeiras	173 220	173 512

Fonte: Cálculos próprios, a partir dos dados censitários de 2011 e da aplicação do saldo natural no período 2011-2014 e 2011-2018.

Tabela 2.29: População estimada por grupos etários escolares, para 2015, por freguesia, Concelho Oeiras

Freguesia	Grupos etários escolares						
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	Total
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	1 473	1 948	948	1 296	1 209	902	7 776
UF Carnaxide e Queijas	1 437	1 746	874	1 144	1 036	755	6 992
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	1 602	2 245	1 108	1 530	1 595	1 135	9 216
Barcarena	518	648	353	451	411	265	2 646
Porto Salvo	539	739	365	481	510	336	2 970
Total Oeiras	5 569	7 326	3 648	4 902	4 761	3 393	29 600

Fonte: Cálculos próprios, a partir dos dados censitários de 2011 e da aplicação do saldo natural no período 2011-2014.

Tabela 2.30: População estimada por grupos etários escolares, para 2019, por freguesia, Concelho Oeiras

Freguesia	Grupos etários escolares						
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	Total
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	1 465	1 937	943	1 289	1 203	898	7 735
UF Carnaxide e Queijas	1 455	1 768	884	1 158	1 049	765	7 079
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	1 594	2 234	1 103	1 523	1 587	1 130	9 171
Barcarena	525	656	357	457	416	268	2 679
Porto Salvo	546	749	370	488	517	340	3 010
Total Oeiras	5 585	7 344	3 657	4 915	4 772	3 401	29 674

Fonte: Cálculos próprios, a partir dos dados censitários de 2011 e da aplicação do saldo natural no período 2011-2018.

De acordo com os resultados encontrados, estima-se que as variações na população em idade escolar no concelho de Oeiras tenham evoluído no sentido de aumentos ligeiros, nas diferentes freguesias, incluindo Porto Salvo, eventualmente impulsionada pelo fator imigratório. A exceção remete para a UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias que denota, pelo exercício de estimativas, um ligeiro decréscimo nos diferentes grupos da população em idade escolar.

2.9: Projeções demográficas

As projeções demográficas são exercícios em que se apresentam tendências de evolução populacional, considerando hipóteses com um grau variável de probabilidade e plausibilidade. O objetivo das projeções demográficas é, antes de mais, o de compreender as consequências, em termos de evolução da população, da concretização de determinadas hipóteses definidas. Essas hipóteses, por sua vez, baseiam-se em pressupostos associados à evolução das dinâmicas demográficas natural (fecundidade e mortalidade) e migratória, que resultam em cenários que poderão concretizar-se, no futuro (de acordo com os limites temporais definidos), determinando tendências em termos de volume e estrutura de uma determinada população.

O documento produzido pelo Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (CESNOVA), com o Diagnóstico Demográfico e Projeção da População para o município de Oeiras, cobrindo o período de 1960 a 2040, apresenta projeções da população residente para o concelho, assumindo como metodologia a observação de tendências do passado para a projeção da população para o futuro. Desta forma, “o objetivo é fornecer um panorama dos futuros possíveis através de um exercício de simulação que permite pôr em evidência o que poderá acontecer segundo diversos pressupostos previamente estabelecidos e justificados.” (Pimentel, s.d.: 13)

As projeções de população aí apresentadas consideraram 4 cenários evolutivos possíveis:

“Cenário sem migrações – neste cenário projeta-se a população sem influência dos movimentos migratórios.

Cenário central [moderado] – projeta-se a população adotando hipóteses moderadas de evolução dos indicadores.

Cenário otimista – projeta-se a população adotando hipóteses otimistas de evolução dos indicadores.

Cenário pessimista – projeta-se a população adotando hipóteses pessimistas de evolução dos indicadores.” (Pimentel, s.d.: 13).²⁰

De acordo com as projeções apresentadas no documento referido e com a análise aqui efetuada da evolução demográfica do concelho de Oeiras, serão adotados os cenários moderado e otimista, tendo em conta as características de crescimento evidenciadas pelas diferentes freguesias.

O cenário central do estudo referido aponta para um aumento moderado da fecundidade em alguns grupos etários, um crescimento moderado da esperança de vida no nascimento e uma retoma do saldo migratório, para valores positivos, a partir de 2015, com um aumento progressivo, até 2020, com tendência para estabilizar posteriormente.

Já o cenário otimista assume uma tendência crescente do ISF, com base no crescimento das taxas no grupo etário dos 30 aos 34 anos completos, um crescimento mais rápido da esperança de vida e um aumento das migrações mais intenso até 2020, mantendo-se o saldo migratório positivo a partir dessa data.

É de referir que as migrações consideradas neste tipo de estudo poderão ser de outros concelhos – migrações internas – ou de outros países – migrações internacionais. Ora, considerando a análise efetuada nos subcapítulos anteriores, é plausível a assunção de que estas duas formas de migrações podem assumir um peso crescente no crescimento populacional total.

O exercício que faremos para a projeção da população das freguesias considerará o cenário moderado para a possível evolução da população de todas as freguesias. Será, ainda, considerado o cenário otimista para todas as freguesias, sendo pouco plausível a sua aplicação à UF de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Assim, começamos por apresentar o resultado das projeções, decorrentes da adoção dos dois cenários referidos, para as diferentes freguesias.

²⁰ Pimentel, T. (s.d.), *Município de Oeiras. Diagnóstico Demográfico e Projeção da População*. ESCXEL, CESNOVA, CMO

De seguida, apresentam-se as projeções por freguesia e grupos etários escolares, considerando, também os dois cenários. Nesse exercício, adotaram-se as proporções dos grupos etários escolares projetadas para o concelho de Oeiras, sendo essa projeção aplicada às diferentes freguesias em análise, de acordo com os cenários identificados. Considerou-se, também, a aplicação das proporções dos grupos etários escolares resultantes do censo de 2011 aos resultados das projeções, numa perspetiva favorável à proximidade entre as estruturas etárias da população recenseada em 2011 e da população projetada para 2025.

Começamos por apresentar os resultados das projeções para a população total das freguesias, de acordo com o cenário moderado e o cenário otimista, para 2020 e 2025.

Tabela 2.31: Projeções da População Total para 2020 e 2025, por freguesias e cenários

Freguesias	Cenário moderado		Freguesias	Cenário otimista	
	2020	2025		2020	2025
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	49 094	49 497	UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	49 680	50 667
UF Carnaxide e Queijas	36 608	36 908	UF Carnaxide e Queijas	37 045	37 781
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	58 662	59 143	UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	59 362	61 858
Barcarena	13 983	14 098	Barcarena	14 150	14 431
Porto Salvo	15 291	15 416	Porto Salvo	15 473	15 781
Total Oeiras	173 638	175 062	Total Oeiras	175 711	179 202

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pimentel, s.d.: 21.

De seguida, apresentam-se as projeções para a população dos grupos etários escolares, por freguesia, para 2025, considerando os cenários moderado e otimista e de acordo com a proporção da população em idade escolar observada em 2011, por comparação com a proporção dos grupos etários escolares, projetada para o concelho.

Do conjunto dos resultados, sinalizaremos, com cor, os que se revelam mais plausíveis, de acordo com a análise até aqui apresentada.

Tabela 2.32: População dos grupos etários escolares para 2025, UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)

Grupos etários escolares	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com peso projetado para 2025 (cenário moderado) para concelho	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com peso projetado para 2025 (cenário otimista) para concelho
3-5	1 497	1 047	1 533	1 093
6-9	1 980	1 550	2 027	1 584
10-11	964	870	987	878
12-14	1 317	1 521	1 348	1 526
15-17	1 230	1 538	1 259	1 545
18-19	917	1 065	939	1 071
Total	7 906	7 591	8 093	7 697

Tabela 2.33: População dos grupos etários escolares para 2025, UF Carnaxide e Queijas, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)

Grupos etários escolares	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com peso projetado para 2025 (cenário moderado) para concelho	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com peso projetado para 2025 (cenário otimista) para concelho
3-5	1 434	781	1 468	815
6-9	1 742	1 156	1 783	1 181
10-11	872	649	892	655
12-14	1 141	1 134	1 168	1 138
15-17	1 033	1 147	1 058	1 152
18-19	754	794	771	798
Total	6 976	5 660	7 141	5 740

Tabela 2.34: População dos grupos etários escolares para 2025, UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)

Grupos etários escolares	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com peso projetado para 2025 (cenário moderado) para concelho	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com peso projetado para 2025 (cenário otimista) para concelho
3-5	1 630	1 251	1 705	1 334
6-9	2 284	1 852	2 389	1 934
10-11	1 128	1 040	1 180	1 072
12-14	1 557	1 818	1 629	1 863
15-17	1 623	1 838	1 698	1 886
18-19	1 155	1 272	1 208	1 307
Total	9 379	9 070	9 809	9 397

Tabela 2.35: População dos grupos etários escolares para 2025, Freguesia de Barcarena, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)

Grupos etários escolares	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com peso projetado para 2025 (cenário moderado) para concelho	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com peso projetado para 2025 (cenário otimista) para concelho
3-5	520	298	532	311
6-9	650	441	665	451
10-11	354	248	362	250
12-14	453	433	463	435
15-17	412	438	422	440
18-19	265	303	272	305
Total	2 654	2 162	2 716	2 192

Tabela 2.36: População dos grupos etários escolares para 2025, Freguesia de Porto Salvo, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)

Grupos etários escolares	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com peso projetado para 2025 (cenário moderado) para concelho	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com peso projetado para 2025 (cenário otimista) para concelho
3-5	541	326	554	340
6-9	741	483	759	494
10-11	366	271	375	274
12-14	483	474	495	475
15-17	512	479	524	481
18-19	337	332	345	333
Total	2 980	2 364	2 930	2 397

Estes resultados serão articulados com todo o trabalho desenvolvido no âmbito da presente Carta Educativa e com a informação disponibilizada sobre o desenvolvimento municipal (nomeadamente a relativa a planos de urbanização), com o objetivo de identificar os cenários mais plausíveis para a evolução da população em idade escolar e a sua distribuição territorial, bem como a adequação da rede escolar do concelho a esses cenários.

Capítulo 3 : Caracterização socioeconómica

Neste capítulo procura-se caracterizar o concelho de Oeiras a partir de vários indicadores socioeconómicos, nomeadamente sobre a população ativa e taxa de atividade, escolarização, emprego e desemprego, tecido empresarial e apoios sociais, através de uma análise comparada com Portugal Continental e com a Área Metropolitana de Lisboa. Sempre que pertinente apresentam-se os dados relativos a Portugal Continental, à Área Metropolitana de Lisboa (AML) a par dos relativos ao concelho de Oeiras e respetivas freguesias.

3.1: População ativa e taxas de atividade

De acordo com os valores dos censos de 2011, existiam em Portugal Continental cerca de 4,8 milhões de residentes em idade ativa e na AML eram pouco mais do que 1,4 milhões (Tabela 3.1). A população ativa²¹ no concelho de Oeiras era quase de 86 mil, o que, no ano de 2011, correspondia a um pouco mais de 6% do total da AML e a perto de 2% da do Continente. Ao contrário do verificado nos panoramas nacional e da AML, em que o total da população ativa aumentou ligeiramente em 2011 face aos números de 2001, em Oeiras o total de residentes em idade ativa diminuiu ainda que apenas em 1,4%.

Essa quebra deveu-se, sobretudo, à diminuição da população ativa de sexo masculino no concelho (-5,6%), à semelhança do assinalado quer para o Continente (-5,6%) e para a AML, embora nesta em menor proporção (-3,8%). Relativamente às mulheres em idade ativa regista-se um aumento de 2,9% em Oeiras, o qual ficou aquém do observado nas outras unidades territoriais: 6,9% no Continente e 6,4% na AML.

Tabela 3.1: População ativa no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, em 2001 e 2011, por sexo, e variação decenal

Unidades territoriais	2001			2011			²² Variação decenal ¹		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
	N	N	N	N	N	N	%	%	%
Continente	4 778 115	2 617 974	2 160 141	4 780 963	2 472 635	2 308 328	0,1	-5,6	6,9
AML	1 389 939	726 369	663 570	1 405 058	698 989	706 069	1,1	-3,8	6,4
Oeiras	87 167	43 840	43 327	85 959	41 378	44 581	-1,4	-5,6	2,9

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011. ¹Cálculos próprios.

²¹ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), população ativa é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito.

²² No cálculo da variação decenal utilizou-se a fórmula da taxa de variação homóloga que, de acordo com o INE, compara o nível da variável em estudo entre o período de referência corrente e o mesmo período do ano anterior.

Na Tabela 3.2 surgem os números totais e por sexo da população residente em idade ativa das cinco freguesias ou uniões de freguesia do concelho de Oeiras. A União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e a de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo são as que apresentam, pela ordem, o maior número de residentes em idade ativa, apesar de serem as únicas que registaram uma descida compreendendo o período de 2001 e 2011. Do lado oposto encontram-se as freguesias de Barcarena e de Porto Salvo com números totais de residentes ativos inferiores aos 8 mil, embora com aumentos em ambos os casos entre os anos considerados, em particular no caso de Barcarena.

A par do panorama do concelho, em todas as freguesias e uniões de freguesias foi a população ativa de sexo masculino que mais diminuiu no caso da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e a de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, ou que menos aumentou entre as restantes. Na figura 3.1 exploram-se as taxas de variação com maior pormenor, porque isso permite uma melhor visualização em termos de comparação entre as freguesias ou uniões de freguesias e com o concelho de Oeiras.

Tabela 3.2: População ativa nas freguesias ou uniões de Freguesia do concelho de Oeiras, em 2001 e 2011, por sexo, e variação decenal

Freguesias/ Uniões de freguesia	2001			2011			Variação decenal ¹		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
	N	N	N	N	N	N	%	%	%
Barcarena	6 625	3 463	3 162	7 398	3 670	3 728	11,7	6,0	17,9
Porto Salvo	7 050	3 700	3 350	7 585	3 715	3 870	7,6	0,4	15,5
U.F. A_LV_CQ/D	25 536	12 713	12 823	23 642	11 349	12 293	-7,4	-10,7	-4,1
U.F. C_Q	16 657	8 382	8 275	18 734	8 970	9 764	12,5	7,0	18,0
U.F. OSJB_PA_C	31 299	15 582	15 717	28 600	13 674	14 926	-8,6	-12,2	-5,0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011. ¹Cálculos próprios.

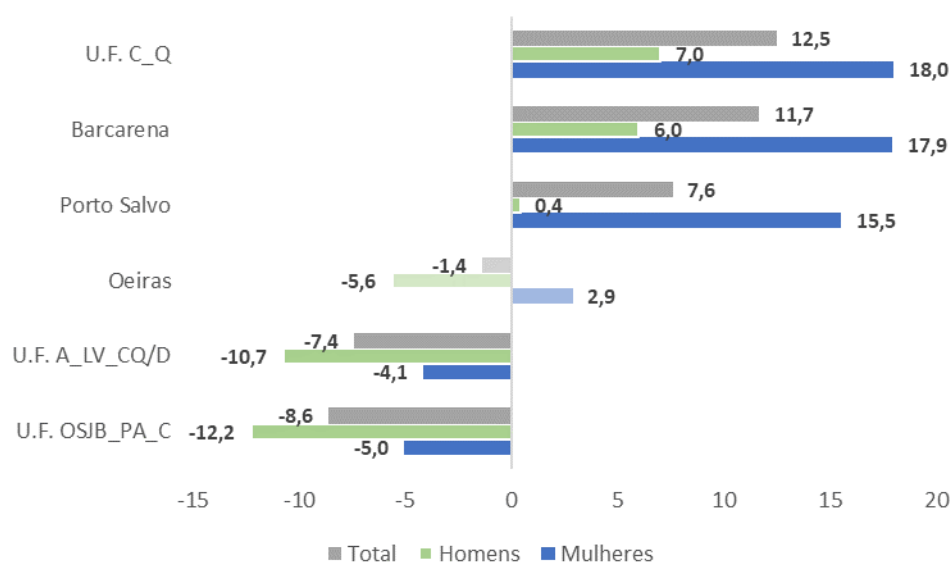
Legenda: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

A Figura 3.1 permite uma melhor visualização da comparação entre as taxas de variação da população ativa de cada freguesia ou união de freguesias e o concelho de Oeiras. Confirma-se que, ao contrário do que sucedeu no concelho de Oeiras, em que diminuiu em 1,4%, a população de residentes ativos, aumentou de forma considerável em Porto Salvo (7,6%), Barcarena (11,7%) e em Carnaxide e Queijas (12,5%).

Nessas freguesias, registaram-se aumentos elevados entre a população ativa de sexo feminino, de 15,%, 17,9% e de 18,0%, respetivamente, quando comparados com a média do concelho (2,9%) e, em particular, com as outras duas uniões de freguesia onde se registaram diminuições: de -7,4% em Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, e de -8,6% em Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

A diminuição da população ativa de sexo masculino foi mais acentuada nas Uniãos de Freguesia de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo (-10,7%) e de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (-12,2%), ambas consideravelmente inferiores à média concelhia, de -5,2%. Nas restantes freguesias, relativamente à população ativa masculina, em Porto Salvo a variação foi irrisória; e em Barcarena (6,0%) e na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas (7,0%) os aumentos foram positivos, embora bastante inferiores aos verificados para o sexo feminino.

Figura 3.1: Variação da população ativa nas freguesias ou união de freguesias de Oeiras e do concelho, entre 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011. ¹Cálculos próprios.

Nota: Reconstituição própria dos efetivos populacionais das atuais freguesias e uniões de freguesias de Oeiras, cujas delimitações são resultantes da reorganização administrativa de 2012.

Em resumo, a população de residentes ativos aumentou no interior de Oeiras, com maior incidência entre os indivíduos do sexo feminino, e diminuiu no litoral. Porém, as freguesias do litoral - nas Uniãos de Freguesia de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias – são as que maiores proporções de população ativa apresentam, representando em conjunto mais de 60% do concelho.

Analisa-se de seguida as taxas de atividade²³ para os anos de 2001 e 2011, ou seja, as proporções que representam os números da população ativa sobre a população total no Continente, AML, Oeiras e respetivas freguesias e uniões de freguesias. Na comparação com o Continente e a AML, as taxas de atividade registadas para o concelho nos anos de 2011 e de 2011 surgiram ligeiramente superiores, aproximando-se os valores no último ano (tabela 3.3).

²³ De acordo com o INE, a taxa de atividade permite definir o peso da população ativa (população empregada e desempregada em idade ativa – 15 aos 64 anos – sobre o total da população total.

Nos dois anos, entre as mulheres, as taxas de atividade em Oeiras (50,8% e 48,5%, respetivamente) foram consideravelmente superiores às verificadas para o Continente (42,3% e 44,0%) e igualmente mais elevadas, embora de forma ligeira, em relação às da AML (47,9% e 47,5%). No que respeita à taxa de atividade entre os homens era, em 2001, inferior no concelho quer quando comparada com o Continente quer com a AML, aproximando-se bastante em 2011 com diferenças apenas decimais (51,6% em Oeiras, face aos 51,6% no Continente e aos 52,4% na AML).

Tabela 3.3: Taxa de atividade no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, em 2001 e 2011, por sexo (%)

Unidades territoriais	2001			2011		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Continente	48,4	57,7	42,3	47,6	51,5	44,0
AML	52,2	52,1	47,9	49,8	52,4	47,5
Oeiras	53,7	49,2	50,8	49,9	51,6	48,5

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos, 2001 e 2011.

Com o apoio da Figura 3.2, e através da análise às taxas de atividade por freguesia ou união de freguesia é visível que é no interior do concelho de Oeiras que são mais elevadas; em 2011, eram iguais a 50% em Porto Salvo, cerca de 51% na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas e de mais de 53% em Barcarena. Isto deve-se ao facto de estas freguesias terem uma população residente mais jovem tal como identificado no Capítulo 2 dedicado à demografia, o que aumenta o peso da população ativa sobre o total da população. Não é de estranhar, por isso, que as uniões de freguesia localizadas junto ao litoral, em que a população tem, em média, mais anos de idade, as taxas de atividade sejam inferiores aos 50% - 49,9% na União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e 48,4% na de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo.

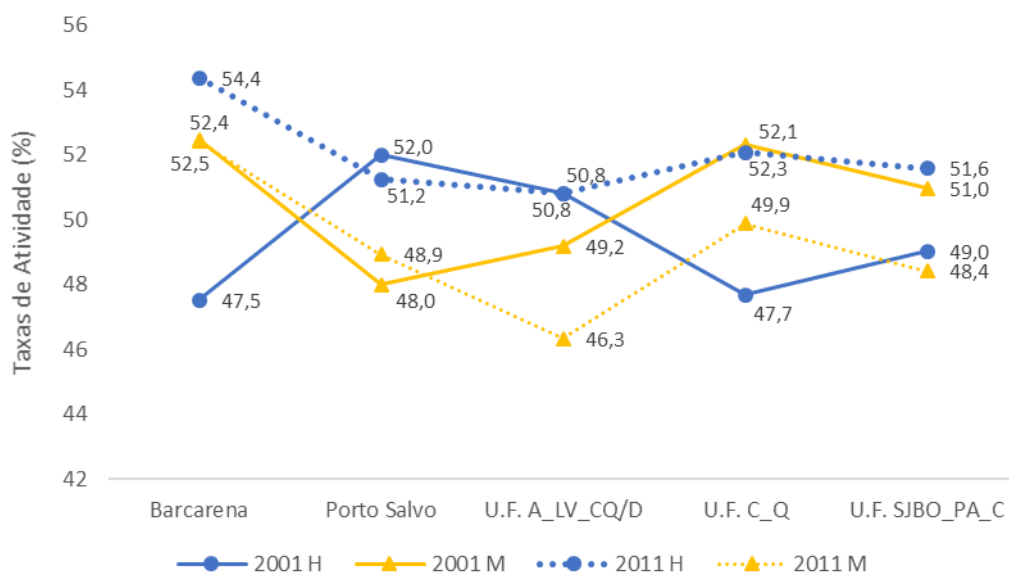
Figura 3.2: Taxa de Atividade por freguesias ou uniões de freguesia do concelho de Oeiras, 2011



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos, 2001 e 2011. Construção própria.

Atentemos agora na evolução das taxas de atividade por sexo por freguesias ou uniões de freguesia. Na freguesia de Porto Salvo e na União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, as taxas de atividade do sexo masculino foram consideravelmente superiores às do sexo feminino nos dois anos em análise. Entre as mulheres nota-se que, em 2011, houve um ligeiro aumento da taxa de atividade em Porto Salvo e uma diminuição de praticamente três pontos percentuais na outra. Já na freguesia de Barcarena, a população do sexo feminino registou, nos dois anos, uma taxa de atividade de cerca de 52%, enquanto entre os homens se verifica um aumento muito acentuado de 47,5% em 2001 para mais de 54% em 2011. Nas Uniões de Freguesias de Carnaxide e Queijas e de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, a taxa de atividade do sexo masculino aumentou entre 2001 e 2011, de forma mais acentuada no primeiro caso; entre as mulheres, identifica-se o movimento contrário, ou seja, em 2011 houve uma diminuição na taxa de atividade ficando, em ambas as uniões de freguesia, abaixo dos 49%.

Figura 3.3: Evolução das taxas de atividade das freguesias ou uniões de freguesia do concelho de Oeiras, por sexo, em 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos, 2001 e 2011.

Notas: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Em resumo, as uniões de freguesia localizadas no litoral do concelho têm maiores proporções de residentes em idades ativas, mas taxas de atividade inferiores às registadas no interior; e as taxas de atividade do sexo masculino aumentaram entre 2001 e 2011 ou mantiveram-se similares (no caso de Porto Salvo e de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, enquanto as do sexo feminino diminuíram de forma considerável em Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, Carnaxide e Queijas e Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

3.2: Níveis de escolaridade e qualificações

A população residente do concelho de Oeiras tem, em média, níveis de escolaridade mais elevados quando comparados com a AML e com o Continente. A proporção de população sem qualquer nível de escolaridade em 2011 era no concelho 9,0%, inferior à verificada na AML (11,2%) e no Continente (12,6%). A diferença aumentava quanto à percentagem de residentes com Ensino Superior completo, que em Oeiras era de um mais de 34%, face aos 21,5% então registados na AML e aos 15,1% do Continente. Tal como nas outras unidades territoriais consideradas, a maior parcela da população residente detinha apenas o Ensino Básico (referindo-se ao 1º ciclo, ao 2º ciclo ou a 3º ciclo de escolaridade). Em Oeiras as pessoas com esse nível de escolaridade representavam cerca de 38% da população residente, inferior, no entanto, aos valores da AML (48,4%) e do Continente (56,8%). No Ensino Secundário, Oeiras (19,4%) também se situa à frente da AML (19,0%) e do Continente (15,5%).

Tabela 3.4: Distribuição da população residente com mais de 15 anos de idade por nível de escolaridade completo no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e concelho de Oeiras, em 2011 (%)

Unidades Territoriais	Sem escolaridade	Ensino Básico	Ensino Secundário e Pós-Secundário	Ensino Superior
Continente	12,6	56,8	15,5	15,1
AML	11,2	48,4	19,0	21,4
Oeiras	9,0	37,5	19,4	34,1

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011. Cálculos próprios.

Aprofundando a análise, com maior discriminação dos níveis de escolaridade por sexo (figura 3.4), verifica-se que a distribuição das percentagens de homens e de mulheres no concelho de Oeiras são muito semelhantes, sendo de destacar o valor um pouco mais elevado de mulheres com o 1º ciclo do Ensino Básico completo (20,7%) em relação ao sexo masculino com o mesmo nível de escolaridade (17,6%); e, ainda, que perto de 20% dos homens tinha concluído o Ensino Secundário, em relação aos 17,3% de mulheres com o mesmo nível de ensino.

Até ao 2º ciclo de escolaridade do Ensino Básico, Oeiras mantinha de forma consistente percentagens inferiores às da AML e às do Continente; neste último, as proporções de população residente nestas categorias são sempre maiores.

No 3º ciclo do Ensino Básico, as proporções de residentes no concelho de Oeiras continuam a ser inferiores, mas agora é a AML que apresenta os valores mais elevados, ainda que se trate de valores bastante similares entre unidades territoriais.

As percentagens de residentes com Ensino Secundário completo são inferiores no Continente e ligeiramente inferiores entre os homens na AML; Oeiras e a AML apresentam ambos cerca de 17% de mulheres com este nível de ensino completo.

A diferença mais acentuada verifica-se ao nível do Ensino Superior, em que Oeiras apresenta um quadro claramente mais favorável, com proporções de homens e de mulheres próximos dos 35%, bastante superiores às da AML (com 19,4% de homens e 23,0% de mulheres) e, sobretudo, do Continente, em que apenas 12,6% dos homens e 17,3% das mulheres concluíram este nível de ensino.

Figura 3.4: Distribuição da população residente com mais de 15 anos por nível/ciclo de escolaridade completo no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e concelho de Oeiras, por sexo e em 2011 (%)



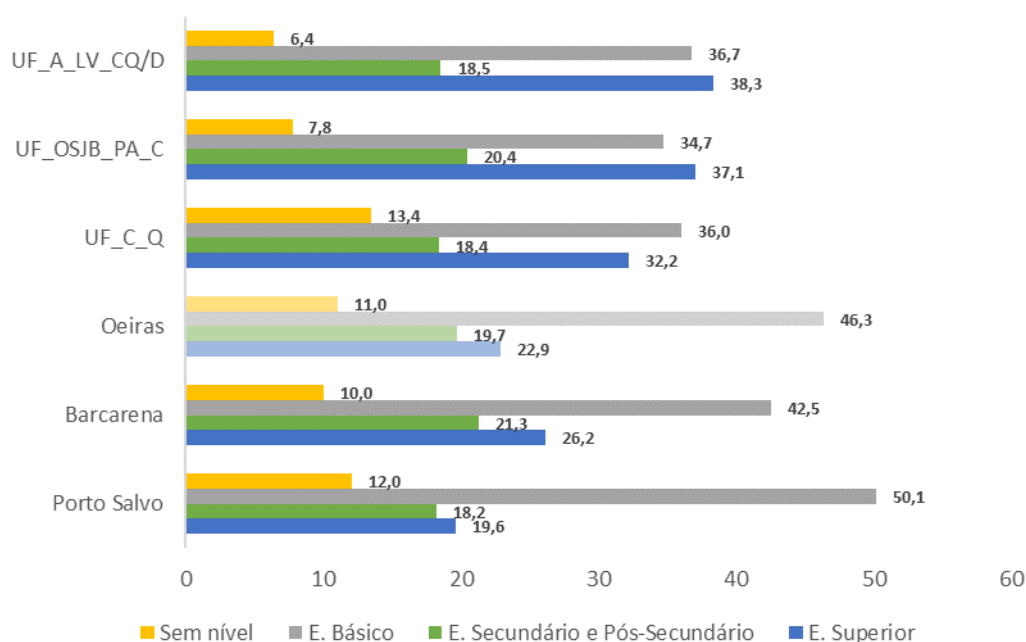
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011. Cálculos próprios.

Entre as freguesias, verifica-se na Figura 3.5 que são as localizadas no litoral – União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e a de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - juntamente com a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, as que têm maiores proporções de residentes com um diploma de ensino superior (38,3%, 37,1% e 32,2%, pela ordem). Nas outras duas freguesias as percentagens de diplomados do ensino superior diminuem acentuadamente, assumindo maior peso os residentes que têm apenas o Ensino Básico completo – 42,5% em Barcarena e metade da população residente de Porto Salvo (50,1%). Ainda assim, as percentagens relativas a residentes com qualificação ao nível do Ensino Básico completo são elevadas nas outras freguesias – 36,7% na União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, 34,7% na União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e 36,0% na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas.

Há ainda a considerar a proporção de residentes que não têm nível de escolaridade completo na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas (13,4%), de Porto Salvo (12,0%) e de Barcarena (10,0%). Nas freguesias do litoral a proporção de residentes sem escolaridade surgem abaixo dos 10%.

Ao nível do ensino secundário, não se registam grandes diferenças nas percentagens entre as cinco freguesias.

Figura 3.5: Distribuição da população residente com mais de 15 anos por nível de escolaridade completo por freguesia ou união de freguesia, em 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011. Cálculos próprios.

Notas: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Atentemos agora na análise das taxas de analfabetismo²⁴ da população residente (Tabela 3.5). No ano de 2011, a taxa de analfabetismo no concelho de Oeiras era claramente inferior à do Continente, quer entre os residentes do sexo masculino quer do feminino. Oeiras apresentava também percentagens de analfabetos inferiores às da AML, embora com diferenças menores sobretudo entre os homens (1,3% no concelho face aos 1,9% na AM); no que respeita às mulheres, a diferença em relação à AML (4,4%) aumenta com vantagem para Oeiras (3,0%).

Em todas as freguesias repete-se o padrão de maiores taxas de analfabetismo entre as mulheres, tal como se observa para o Continente, para a AML e para o concelho. A freguesia de Porto Salvo é a que apresenta maiores proporções de residentes analfabetos entre homens (2,5%) e entre mulheres (proporção mais elevada, de 5,5%). É seguida pela União de Freguesias de Carnaxide e Queijas e pela freguesia de Barcarena que apresentam percentagens semelhantes e que se posicionam acima da média do concelho de 2,2% de analfabetos (2,8% e 2,4%, respetivamente).

Tendo em conta todos os dados analisados ao longo deste subcapítulo, não é de estranhar que seja nas uniões de freguesia localizadas no litoral do concelho de Oeiras que se registam as taxas de analfabetismo menores, embora seja de referir que rondam os 3% entre o total de residentes do sexo feminino.

²⁴ De acordo com o INE, designa-se por analfabeto o indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, i.e., incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.

Tabela 3.5: Taxa de analfabetismo no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e concelho e nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, em 2011 (%)

Unidades territoriais, Concelho e Freguesias/Uniões de Freguesia	Total	H	M
Continente	5,2	3,4	6,8
AML	3,2	1,9	4,4
Oeiras	2,2	1,3	3,0
Barcarena	2,4	1,5	3,1
Porto Salvo	4,1	2,5	5,5
U.F. Carnaxide e Queijas	2,8	1,6	3,8
U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	1,9	1,1	2,7
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	1,8	0,8	2,7

Resumindo, a população residente no concelho de Oeiras é mais qualificada e apresenta maiores níveis de escolaridade quando comparada com a AML e o Continente. Porém, existem diferenças internas acentuadas relativamente às qualificações dos residentes em todas as freguesias, acentuando o peso da proporção de população menos qualificada nas freguesias de Barcarena e de Porto Salvo; e, ainda, relativamente às diferenças entre homens e mulheres no que respeita à taxa de analfabetismo, que é maior entre o sexo feminino.

3.3: Emprego

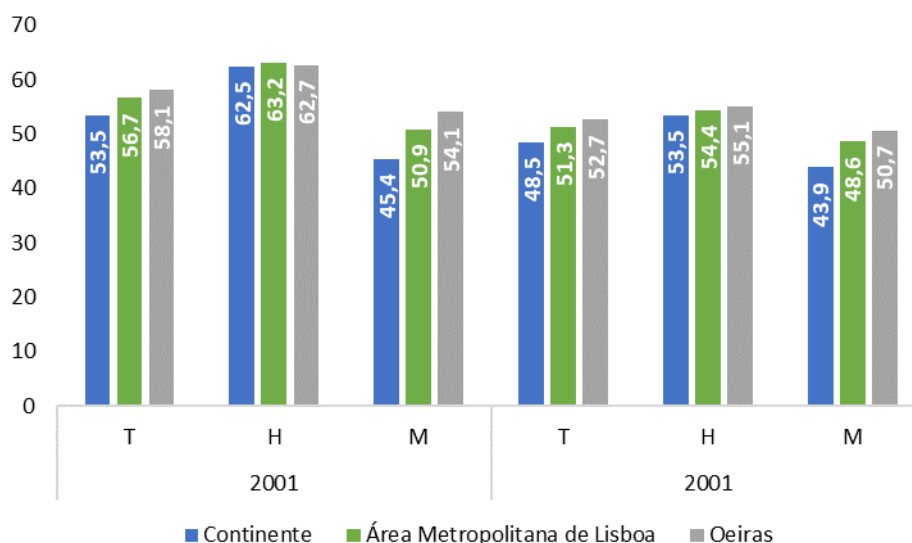
As taxas de emprego²⁵ (residentes entre os 15 e os 64 anos de idade empregados, sobre o total dos residentes) totais foram, nos dois anos em análise, ligeiramente mais elevadas no concelho de Oeiras do que na AML e, sobretudo, no Continente (Figura 3.6); e regista-se uma diminuição igual ou superior a 5% entre 2001 e 2011 nos três níveis de unidades territoriais. No Continente passou de perto de 54% para cerca de 48,5%, na AML de 56,7% para um pouco acima dos 54%, e em Oeiras, de 58,1% baixou para 43,9%.

O cenário é similar no que respeita à taxa de emprego de homens e de mulheres. No entanto, quer em 2001, quer em 2011, a taxa de emprego entre as mulheres foi sempre inferior dos homens, sendo de realçar a aproximação das percentagens no último ano em análise, por via da acentuada diminuição da taxa de emprego masculina. Em Oeiras, a taxa de emprego entre as mulheres era em 2001 de 54,1% e a dos homens de 62,7%, ambas diminuindo em 2011 para 50,7% e 55,1%, respetivamente.

De notar que a taxa de emprego aumentou na AML no ano de 2017, para 53,4% (INE), pelo que é provável que o concelho de Oeiras também tenha recuperado, embora não seja ainda possível verificar por não existirem dados mais recentes para municípios.

²⁵ Segundo o INE, a taxa de emprego (série 2001 e 2011) permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Figura 3.6: Taxa de emprego no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, total e por sexo, em 2001 e 2011 (%)



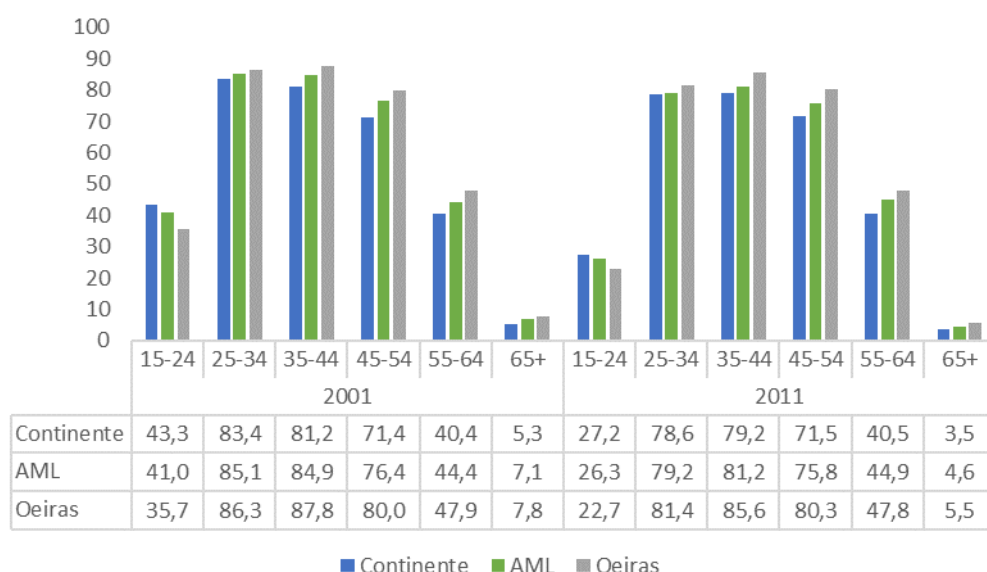
Fonte: PORDATA; Fontes de dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Com o apoio da figura 3.7, propõe-se agora uma análise às taxas de emprego por escalões etários. Entre 2001 e 2011, de uma forma geral, a taxa de emprego diminuiu ligeiramente em todas as idades nas três unidades territoriais, com exceção da faixa entre os 45 e os 64 anos de idade, em que as alterações foram diminutas.

Já no escalão dos 15 aos 24 anos, as quedas das taxas de emprego foram acentuadas, diminuindo dezasseis pontos percentuais entre 2001 e 2011 no Continente, cerca de quinze pontos na AML e treze no concelho de Oeiras. Esta é a faixa etária em que Oeiras apresenta uma taxa de emprego inferior à das outras unidades territoriais. O que pode ser explicado por este ser um concelho de elevadas qualificações académicas, incentivando os jovens a permanecer no sistema superior por mais tempo.

Em todas as faixas etárias para além dos 25 anos de idade, a taxa de emprego da população residente no concelho de Oeiras surge constantemente superior à registada no Continente e na AML.

Figura 3.7: Taxa de emprego no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, por escalões etários, em 2001 e 2011 (%)



Fonte: PORDATA; Fontes de dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Analisa-se agora as distribuições das populações de residentes por situação na profissão (Tabela 3.6). À semelhança do que se verifica no Continente e na AML, a maior parte da população residente no concelho de Oeiras integra a categoria de trabalhador por conta de outrem, representando mais de 80% do total de residentes em cada unidade territorial. Surgem, de seguida, os empregadores, que correspondem a cerca de 11% no Continente e na AML e a 12% em Oeiras. Há também que mencionar as proporções dos trabalhadores por conta própria, que representam cerca de 7% dos residentes no Continente e um pouco mais de 5% da população residente quer na AML quer em Oeiras.

Tabela 3.6: População residente no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras e empregada, segundo situação na profissão, em 2011

Situação na profissão	Continente		AML		Oeiras	
	N	% ¹	N	% ¹	N	% ¹
Empregador	440 175	10,6	128 007	10,5	9 148	11,9
Trabalhador por conta própria	272 672	6,6	64 916	5,3	3 917	5,1
Trabalhador familiar não remunerado	22 511	0,5	3 636	0,3	152	0,2
Trabalhador por conta de outrem	3 365 532	81,1	1 009 021	82,5	62 151	81,0
Membro de uma cooperativa de produção	2 018	0,04	539	0,04	14	0,02
Outra situação	47 344	1,1	17 157	1,4	1 335	1,7
Total	4 150 252	100	1 223 276	100	76 717	100

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011; ¹cálculos próprios.

Focando a análise no concelho e distinguindo entre residentes do sexo masculino e do sexo feminino verifica-se na Tabela 3.7 que, no total de residentes de Oeiras, a proporção de mulheres que

trabalham por conta de outrem é superior à dos homens (44,0% do sexo feminino face aos 37,1% do masculino). Relativamente aos empregadores, há mais residentes masculinos (7,2%) do que femininos (4,8%), verificando-se o mesmo para os trabalhadores por conta própria, ainda que a diferença seja para esta situação muito ligeira: 2,7% dos residentes do sexo masculino e 2,4% do sexo feminino.

Tabela 3.7: População residente no concelho de Oeiras e empregada, segundo situação na profissão e por sexo, em 2011

Situação na profissão	Total		Homens		Mulheres	
	N	% ¹	N	% ¹	N	% ¹
Empregador	9 148	11,9	5 490	7,2	3 658	4,8
Trabalhador por conta própria	3 917	5,1	2 088	2,7	1 829	2,4
Trabalhador familiar não remunerado	152	0,2	48	0,1	104	0,1
Trabalhador por conta de outrem	62 151	81,0	28 431	37,1	33 720	44,0
Membro de uma cooperativa de produção	14	0,02	8	0,01	6	0,01
Outra situação	1 335	1,7	582	0,8	753	1,0
Total	76 717	100	36 647	47,8	40 070	52,2

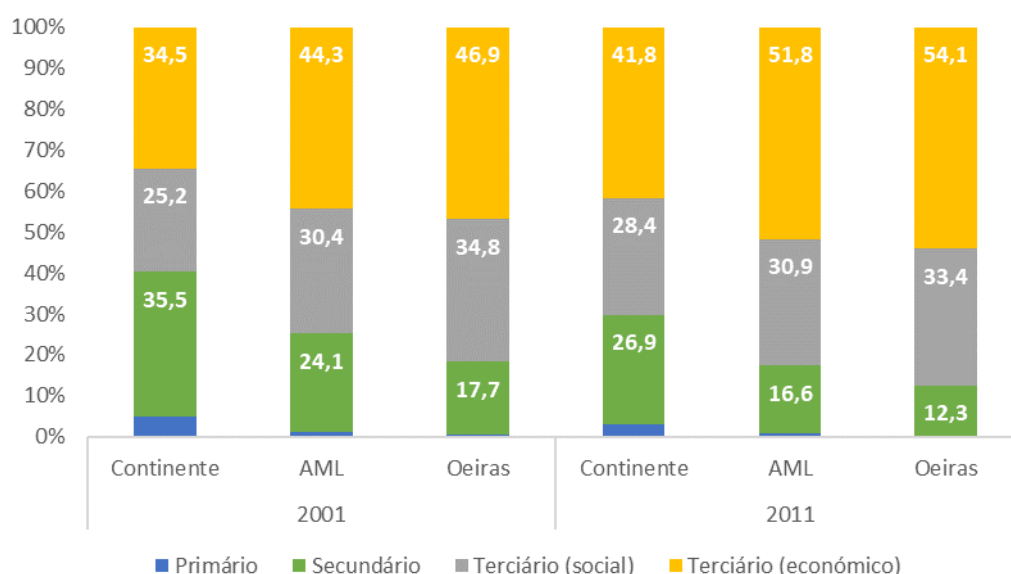
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011; ¹cálculos próprios.

Na Figura 3.8 analisam-se as distribuições de empregados residentes pelos setores de atividade nas três unidades territoriais. O setor terciário social e o terciário económico empregam a maior parte dos residentes trabalhadores no território nacional continental, mas assumem maior peso quer em 2001 quer em 2011, no concelho de Oeiras, registando-se um aumento das proporções no último ano em análise – 54,1% no terciário económico e 33,4% no terciário social.

O setor secundário, pelo contrário, apresenta proporções de empregados residentes no Continente e na AML maiores do que as verificadas no concelho de Oeiras, sendo visível que o seu peso diminuiu no panorama nacional em 2011. Em Oeiras, neste ano, apenas 12,3% dos empregados residentes trabalhavam neste setor, contra os 16,6% da AML e os 26,9% do Continente.

Quanto ao setor primário, este apenas apresenta algum peso ao nível do Continente (perto de 5% em 2001 e cerca de 3 em 2011), sendo residual quer na AML, quer no concelho de Oeiras.

Figura 3.8: Proporção de empregados, residentes no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, por setor de atividade, em 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011; Cálculos próprios.

Na Tabela 3.8, verifica-se que Oeiras apresenta uniformidade da distribuição do emprego dos seus residentes no setor de atividade primário, confirmando-se a expressão incipiente que tem neste concelho (inferiores aos 0,8% em todas as freguesias ou uniões de freguesia em 2001 e igual ou inferior aos 0,3% em 2011). Relativamente aos outros setores de atividade observam-se algumas diferenças que, entretanto, se diluíram em 2011.

No setor secundário, a proporção de residentes empregados diminuiu em todas as freguesias ou uniões de freguesia, com particular destaque no caso Barcarena e de Porto Salvo; no entanto, em 2011, estas são as freguesias que apresentam percentagens superiores às concelhias (15,8% e 15,7%, respetivamente, em comparação com a percentagem do concelho, de 12,3%). A União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, que em 2001 surgia acima do valor concelhio, aparece em 2011 com percentagem similar à do concelho.

A distribuição de empregados do setor terciário social manteve-se idêntica nos dois anos em análise, mas em 2011 verifica-se que o peso destes residentes empregados aumentou ligeiramente nas freguesias de Barcarena e de Porto Salvo e na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas que, ainda assim, permanecem abaixo ou próximos dos valores do concelho (31,0%, 32,5% e 33,6%, pela ordem de freguesias, face aos 33,4% do concelho). O número de residentes empregados no setor terciário social assume maior peso na União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (35,5% em 2011, acima do valor concelhio de 33,4%), embora tenha sofrido uma diminuição na proporção em relação ao valor de 2001 (de 38,3%).

As baixas identificadas na maioria dos setores devem-se, em grande parte, ao aumento do peso do setor terciário económico registado no ano de 2011 em todas as freguesias ou uniões de freguesia. Em todas, o peso de residentes empregados neste setor aumentou bastante para percentagens que

rondam dos 52% aos 56% (sendo o valor do concelho de 54,1%). Este setor assume maior peso nas Uniões de Freguesia de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e na de Carnaxide e Queijas.

Tabela 3.8: Proporção dos empregados da população residente nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, segundo o setor de atividade, em 2001 e 2011

Concelho/ Freguesias	2001					2011				
	Total	Prim.	Sec.	Ter. S.	Ter. E.	Total	Prim.	Sec.	Ter. S.	Ter. E.
	N	%	%	%	%	N	%	%	%	%
Oeiras	81 010	0,6	17,7	34,8	46,9	76 717	0,3	12,3	33,4	54,1
Barcarena	6 176	0,5	24,2	28,9	46,4	6 717	0,3	15,8	31,0	52,9
Porto Salvo	6 445	0,4	24,9	32,2	42,4	6 513	0,2	15,7	32,5	51,6
U.F. A_LV_CQ/D	23 761	0,6	15,8	34,6	49,0	21 313	0,3	10,9	33,6	55,2
U.F. C_Q	15 465	0,4	19,2	32,0	48,4	16 667	0,2	12,4	31,2	56,2
U.F. OSJB_PA_C	29 163	0,7	15,4	38,3	45,6	25 507	0,3	11,5	35,5	52,6

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011; Cálculos próprios.

Legenda: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias. Quanto ao sistema de cores, assinalaram-se a verde as células em que os valores das freguesias ou uniões de freguesia são superiores aos valores do concelho, e a rosa os inferiores. As células em branco correspondem a valores iguais ou com diferenças inferiores a 0,5 em relação aos valores do concelho.

O ramo de atividade económica com maior expressão no concelho de Oeiras, medida pelo número de residentes empregados, é o *comércio por grosso e a retalho* (G) que emprega 14,8% do total dessa população. Seguem-se a *educação* (com 9,5%), as *atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e as *atividades de saúde humana e apoio social* (ambos com 9,0%); e, ainda, as atividades da *administração pública e defesa e segurança social obrigatória* (com 8,6%).

De uma forma geral, as percentagens de residentes empregados não variam muito nas freguesias em relação aos valores concelhios, mas existem algumas diferenças que convém realçar. Na Tabela 3.9 observa-se que Barcarena e Porto Salvo e a União de Freguesia de Carnaxide e Queijas, as localizadas no interior do concelho de Oeiras, têm as proporções mais elevadas de residentes a trabalhar no ramo do *comércio por grosso e a retalho* (17,1%, 15,5% e 16,4%, respetivamente).

Em Barcarena destacam-se também os 9,8% que se empregam nas *indústrias transformadoras* e os 4,9% nos *transportes e armazenagem*.

No caso de Porto Salvo, também se registam proporções consideráveis de residentes empregados na *construção* (7,3) e também no *alojamento, restauração e similares* (6,7). Por último, na União de Freguesias de Carnaxide e de Queijas, há ainda a realçar os 7,4% de residentes que trabalham no ramo das *atividades de informação e de comunicação*.

Tabela 3.9: Proporção dos empregados da população residente nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, segundo o ramo de atividade económica, em 2011 (Parte I)

Concelho/ Freguesias	Total N	A %	B %	C %	D %	E %	F %	G %	H %	I %	J %
Oeiras	76 717	0,3	0,0	6,8	0,5	0,6	4,3	14,8	4,0	5,8	6,7
Barcarena	6 717	0,3	0,0	9,8	0,6	0,5	4,9	17,1	4,9	5,8	6,7
Porto Salvo	6 513	0,2	0,0	7,0	0,4	1,1	7,3	15,5	4,0	6,7	5,5
U.F. A_LV_CQ/D	21 313	0,3	0,1	6,4	0,5	0,3	3,6	14,3	3,9	5,9	6,6
U.F. C_Q	16 667	0,2	0,0	7,1	0,6	0,4	4,4	16,4	3,9	5,3	7,4
U.F. OSJB_PA_C	4 029	0,3	0,0	7,0	0,4	0,7	4,9	14,4	3,5	5,6	6,7

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011; Cálculos próprios.

Legenda: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Os setores de atividade económica são: A = Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B = Indústrias extrativas; C = Indústrias transformadoras; D = Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E = Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F = Construção; G = Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H = Transportes e armazenagem; I = Alojamento, restauração e similares; J = Atividades de informação e de comunicação.

Quanto ao sistema de cores, assinalaram-se a verde as células em que os valores das freguesias ou uniões de freguesia são superiores aos valores do concelho, e a rosa os inferiores. As células em branco correspondem a valores iguais ou com diferenças inferiores a 0,5 em relação aos valores do concelho.

Relativamente aos ramos de atividade incluídos na tabela 3.10 é visível uma maior disparidade no concelho. Em Barcarena destaca-se a proporção de residentes empregados no ramo das *atividades de saúde humana, e apoio social*, que é a mais elevada no concelho (9,8%) face ao total de 9,0%.

Em Porto Salvo há a destacar, por registarem as maiores percentagens no contexto do concelho de Oeiras, os residentes que trabalham nas *atividades administrativas e dos serviços de apoio* (com uma percentagem de 7,8% face à do concelho, de 5,9%).

Nas uniões de freguesia localizadas no litoral, verifica-se que em Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo há mais trabalhadores nos ramos das *atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e da *educação* que representam 10,2%, percentagem superior aos 9,0% concelhios.

Na União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paços de Arcos e Caxias é o ramo da *administração pública e defesa; segurança social obrigatória* que regista a proporção mais elevada de residentes empregados no cenário do concelho (12,2%, face à percentagem de 8,6% do concelho), o que talvez possa ser explicado pelo facto de ser sede de concelho concentrando, dessa forma, mais serviços.

Tabela 3.10: Proporção dos empregados da população residente nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, segundo o ramo de atividade económica, em 2011 (Parte II)

Concelho/ Freguesias	Total	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
	N	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Oeiras	76 717	6,4	1,2	9,0	5,9	8,6	9,5	9,0	1,7	4,9
Barcarena	6 717	6,0	0,8	6,6	4,8	7,8	8,1	9,8	1,5	4,1
Porto Salvo	6 513	5,1	0,9	5,8	7,8	9,6	8,2	7,5	1,3	6,1
U.F. A_LV_CQ/D	21 313	7,1	1,5	10,2	5,6	7,9	10,3	9,2	1,8	4,6
U.F. C_Q	16 667	6,9	1,1	8,7	6,2	7,1	8,3	9,5	1,7	5,0
U.F. OSJB_PA_C	4 029	5,2	1,2	8,0	6,1	12,2	8,7	8,5	1,5	5,0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011; Cálculos próprios.

Legenda: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Os setores de atividade económica são: L = Atividades financeiras e de seguros; M= Atividades imobiliárias; N = Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; O = Atividades administrativas e dos serviços de apoio; P = Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; Q = Educação; R = Atividades de saúde humana e apoio social; S = Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; T = Outras atividades de serviços.

Quanto ao sistema de cores, assinalaram-se a verde as células em que os valores das freguesias ou uniões de freguesia são superiores aos valores do concelho, e a rosa os inferiores. As células em branco correspondem a valores iguais ou com diferenças inferiores a 0,5 em relação aos valores do concelho.

Em suma, o concelho de Oeiras caracteriza-se por (i) ter taxas de emprego elevadas, por, (ii) apesar de a maioria dos residentes ser composta por trabalhadores por conta de outrem à semelhança dos quadros nacional e regional, ter uma maior proporção de empregadores, sobretudo, do sexo masculino, e (iii) também pelo peso particularmente acentuado do setor terciário económico. Existe uma oferta elevada de trabalho qualificado por força da existência de vários parques tecnológicos que abrangem todas as freguesias ou uniões de freguesia, mas nota-se uma maior concentração de residentes empregados em ramos de atividades menos qualificados no interior do concelho.

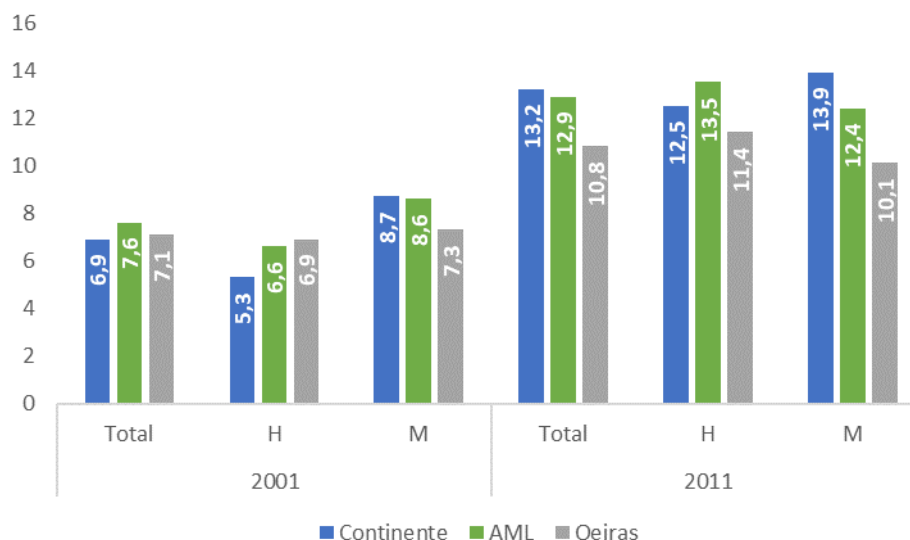
3.4: Desemprego

Quanto ao desemprego²⁶, a primeira ilação a retirar da figura 3.9 é a do aumento acentuado das percentagens de desempregados por cada 100 ativos em 2011 em todo o território nacional.

Sendo esse cenário igualmente real no caso de Oeiras, destaca-se este concelho pelas proporções consideravelmente inferiores da taxa de desemprego, quer entre homens, quer entre mulheres, em comparação com as observadas no Continente e na AML. Além dos aumentos terem sido menos acentuados, em 2011, ano em que já se faziam sentir fortemente os efeitos da crise de 2007/2008, a taxa de desemprego ronda os 11% para os dois sexos, inferior aos cerca de 13% registados no Continente e na AML.

²⁶ De acordo com o INE, a taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos, isto é, por cada 100 residentes entre os 15 e os 64 anos, disponíveis para trabalhar, empregados e desempregados.

Figura 3.9: Taxa de desemprego no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, segundo o sexo, em 2001 e 2011



Fonte: PORDATA; Fonte de Dados: INE – X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Para este indicador – taxa de desemprego - é possível apresentar dados mais recentes, recorrendo ao número de inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP),²⁷ mesmo que correspondam a uma aproximação ao número real de desempregados, tendo em conta que nem todos estão inscritos naquela entidade. Na Tabela 3.11, verifica-se que o número de inscritos, em média anual, tem diminuído acentuadamente desde 2014 no Continente, na AML e no concelho de Oeiras.

Em 2019, o número de inscritos no centro de emprego era de 3.619,9, um valor muito inferior ao observado em 2014, de 7.497,7. Existem algumas previsões quanto à taxa de desemprego para o ano de 2020 e futuros, mas que ainda não apresentam fiabilidade suficiente, tendo em conta a situação única que se vive por altura da elaboração deste documento²⁸.

Tabela 3.11: Número de inscritos no Instituto e Emprego e Formação Profissional no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2014 e 2019

Unidades territoriais	Total (média anual)					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Continente	604 566,3	527 337,1	491 577	407 132,1	332 709,2	291 495,7
AML	152 269,7	133 218,8	126 984,9	105 296,3	86 065,8	73 937,6
Oeiras	7 497,7	6 472,1	6 265,0	5 473,0	4 374,8	3 619,9

Fonte: PORDATA; Fonte de Dados: IEFP/MTSSS.

²⁷ Segundo o PORDATA, considera-se candidato inscrito num Centro de Emprego quem não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade de trabalho.

²⁸ Ano da pandemia mundial associada ao Covid19.

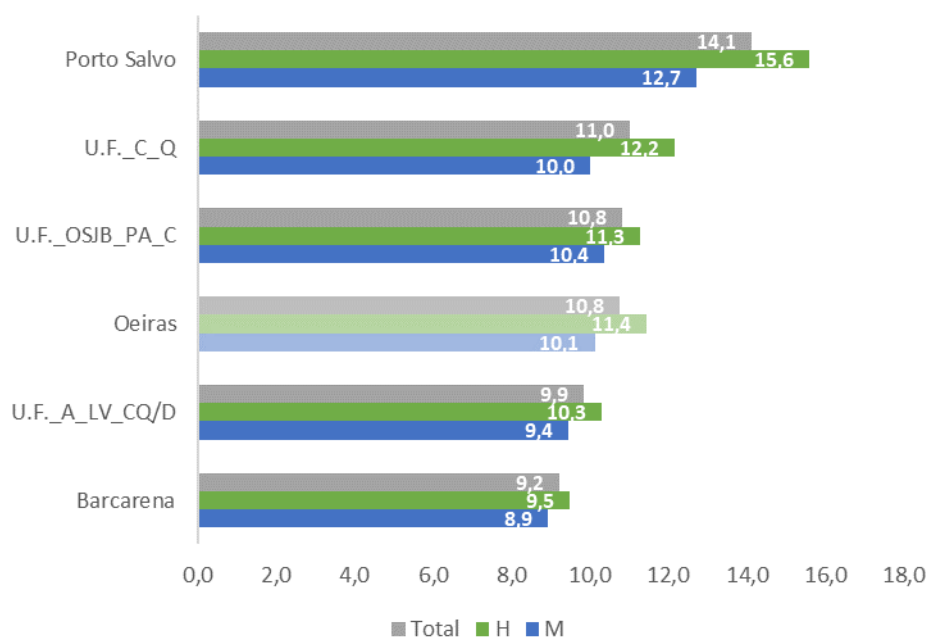
Regressando aos dados dos censos, analisam-se na figura 3.10 as taxas de desemprego por freguesia ou união de freguesia. Comparando as taxas de desemprego de cada uma com as percentagens do concelho, a União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e a freguesia de Barcarena destacam-se positivamente com percentagens inferiores em 1% e em 2%, pela ordem.

Nas Uniões de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e na de Carnaxide e Queijas as taxas de desemprego total, do sexo masculino e do sexo feminino, são bastante semelhantes às concelhias.

O cenário agrava-se quando se observam as taxas de desemprego na freguesia de Porto Salvo, em particular entre o sexo masculino, que atingem 15,6%, ou seja, perto de 16 por cada 100 homens ativos, um valor bastante superior ao do concelho, de 11,3%; a taxa de desemprego entre as mulheres era de 12,7%, igualmente superior à do concelho (10,4%).

Tendo em conta os indicadores trabalhados neste capítulo até este momento, que versam sobre tópicos mais estáveis na caracterização de uma população, e que dão conta de um contexto socioeconómico menos favorável nesta freguesia, calcula-se que o cenário espelhado na Figura 3.10 ao nível das freguesias ou uniões de freguesia se mantenha, ainda que com percentagens mais baixas.

Figura 3.10: Taxa de desemprego por freguesia ou união de freguesia, segundo o sexo, em 2011



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011.

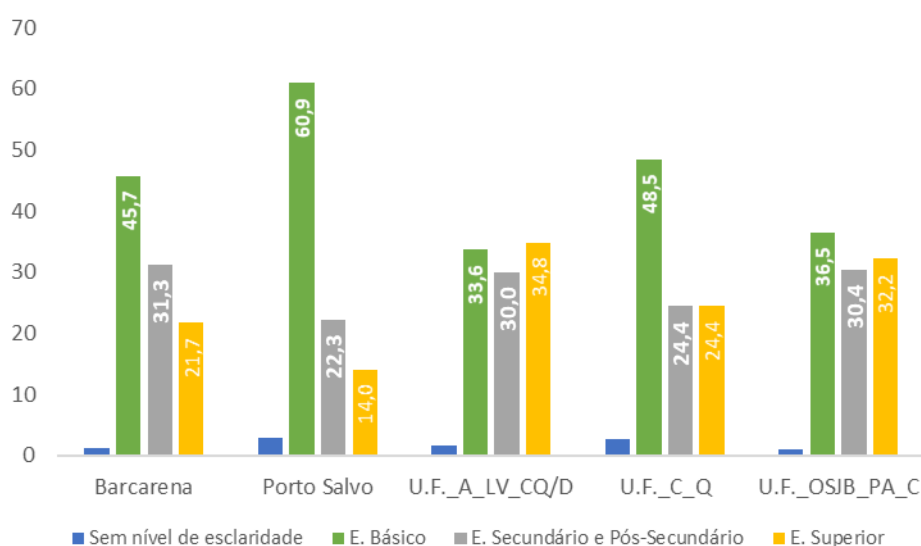
Legenda: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Na Figura 3.11 analisa-se a taxa de desemprego relacionando-a com o nível de escolaridade completo dos desempregados. Em todas as freguesias ou uniões de freguesia do concelho de Oeiras,

as proporções de desempregados que têm Ensino Básico completo tendem a ser mais elevadas em relação aos desempregados que têm nível Ensino Secundário, Pós-Secundário ou Ensino Superior. Não é de estranhar que as proporções sejam maiores nas freguesias de Barcarena e de Porto Salvo, onde os residentes com apenas o Ensino Básico completo tem maior expressão.

Estes dados expressam, no geral, a necessidade de prestar atenção à qualificação escolar da população adulta com níveis inferiores ao Ensino Secundário.

Figura 3.11: Proporção de desempregados segundo o grau de ensino completo por freguesia ou união de freguesia, 2011



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011. Cálculos próprios.

Legenda: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

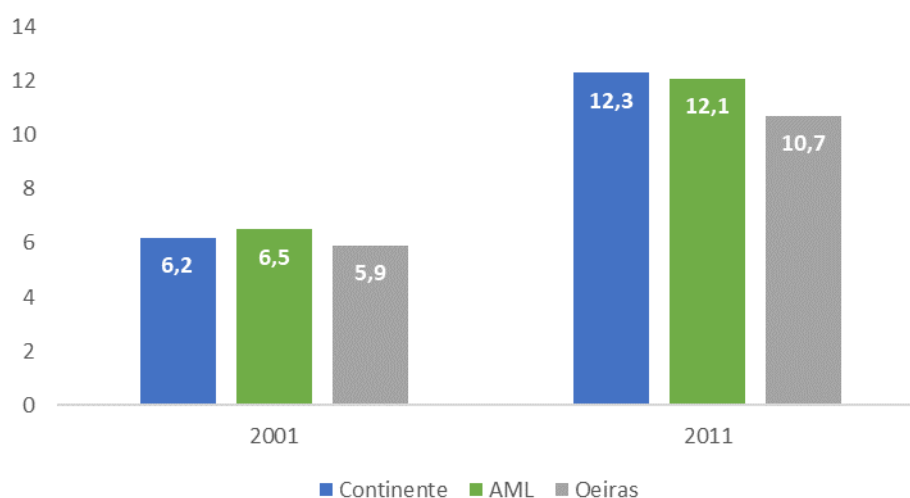
Notas: As percentagens foram calculadas sobre o número total de desempregados sobre os quais se conhecem os níveis de escolaridade completos.

Ao contrário do que aconteceu com a taxa de desemprego total, a figura 3.12 revela que entre a faixa etária dos 24 aos 35 anos de idade o número de desempregados por cada 100 ativos quase duplicou entre 2001 e 2011 nas três unidades territoriais em análise.

No concelho de Oeiras, a proporção de desempregados jovens²⁹ continua a ser menor quando comparada com o Continente e a AML, mas também se regista um aumento de cerca de 6% em 2001 para quase 11% no ano de 2011.

²⁹ De acordo com o INE, o desemprego jovem foca o conjunto de desempregado que se encontram na faixa etária entre os 24 e os 35 anos.

Figura 3.12: Taxa de desemprego jovem no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, em 2011



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: INE - XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

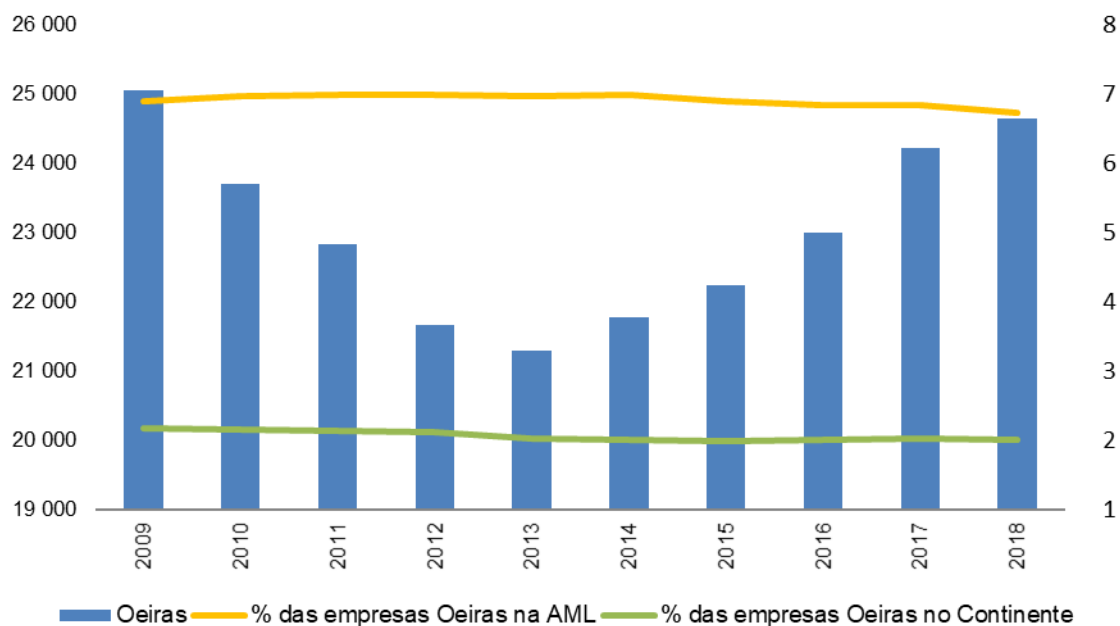
Resumindo, a análise da taxa de desemprego mostra uma tendência de diminuição constante no concelho, à semelhança do quadro nacional e regional e de inferioridade em relação ao Continente e à AML, porém há indício de grupos mais vulneráveis a este fenómeno em Oeiras, nomeadamente os residentes com níveis de escolaridade mais baixos e os jovens entre os 24 e os 35 anos de idade.

3.5: Tecido empresarial

Entre 2009 e 2018 o número de empresas sediadas no concelho de Oeiras sofreu algumas alterações, como é possível analisar na Figura 3.13. Se entre 2009 e 2013 ocorreu um decréscimo, de 3.757 empresas, entre 2014 e 2018 o número cresceu (um aumento de 2.866 empresas). O número de empresas em 2018 é, contudo, ligeiramente inferior ao registado em 2009 (24.653 em 2019 e 25.048 em 2009).

No período em análise, o peso em Portugal Continental e na AML das empresas sediadas no concelho de Oeiras manteve-se relativamente constante. Em 2018, o total de empresas com sede no concelho de Oeiras representava 7% do total de empresas sediadas nos concelhos da AML e 2% das empresas sediadas no Continente.

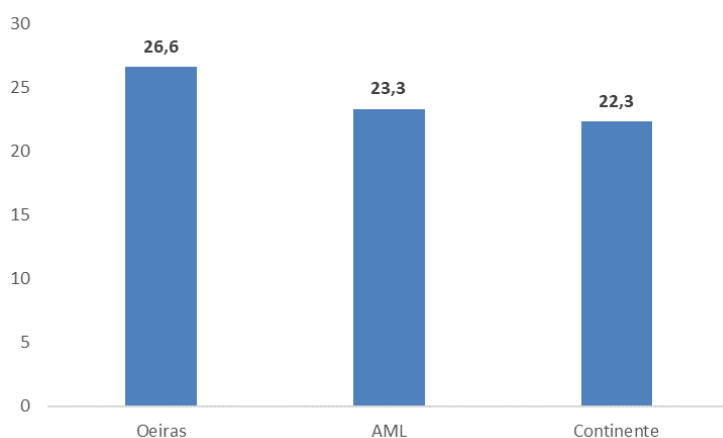
Figura 3.13: Número de empresas sediadas no concelho de Oeiras, e peso na Área Metropolitana de Lisboa e Continente, entre 2009 e 2018



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas; Cálculos próprios.

Na figura 3.14 analisa-se o rácio entre a população ativa e o número de empresas. Verifica-se nitidamente um rácio maior no concelho de Oeiras, comparativamente à Área Metropolitana de Lisboa e ao Continente. É possível dizer que, em 2011, no concelho de Oeiras para cada 100 pessoas ativas existem aproximadamente 27 empresas, valor superior ao da AML (cerca de 23 empresas por 100 pessoas ativas) e do Continente (cerca de 22 empresas por 100 pessoas ativas).

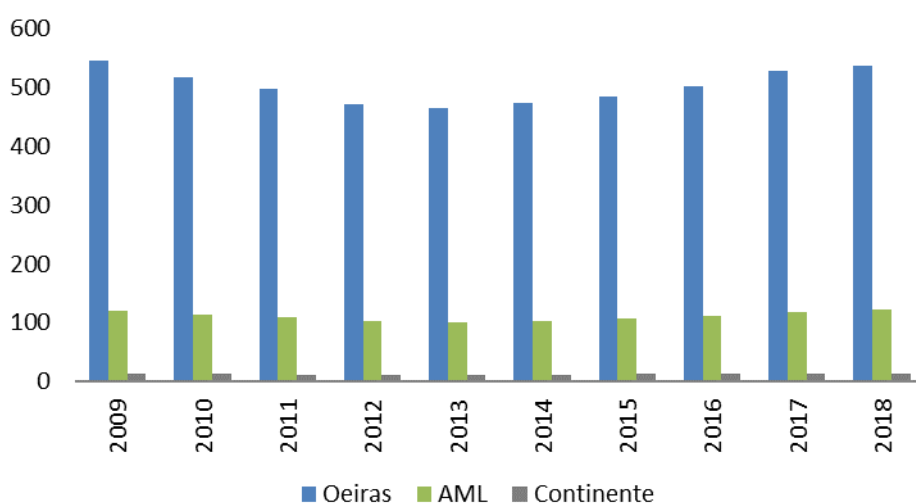
Figura 3.14: Rácio entre população ativa e o número de empresas em 2011, no concelho de Oeiras, AML e Continente



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas; INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011; Cálculos próprios.

Analisando o número de empresas no concelho de Oeiras em termos de densidade (empresas por Km²) comparativamente às que se encontram em outros concelhos da AML e do Continente, verificamos que há uma densidade empresarial no concelho de Oeiras muito superior (Figura 3.15). Em termos concretos, em 2018, o concelho de Oeiras apresenta uma média de 502 empresas por Km², na AML são 110 empresas por Km² e em Portugal Continental o número desce para 12 empresas por Km².

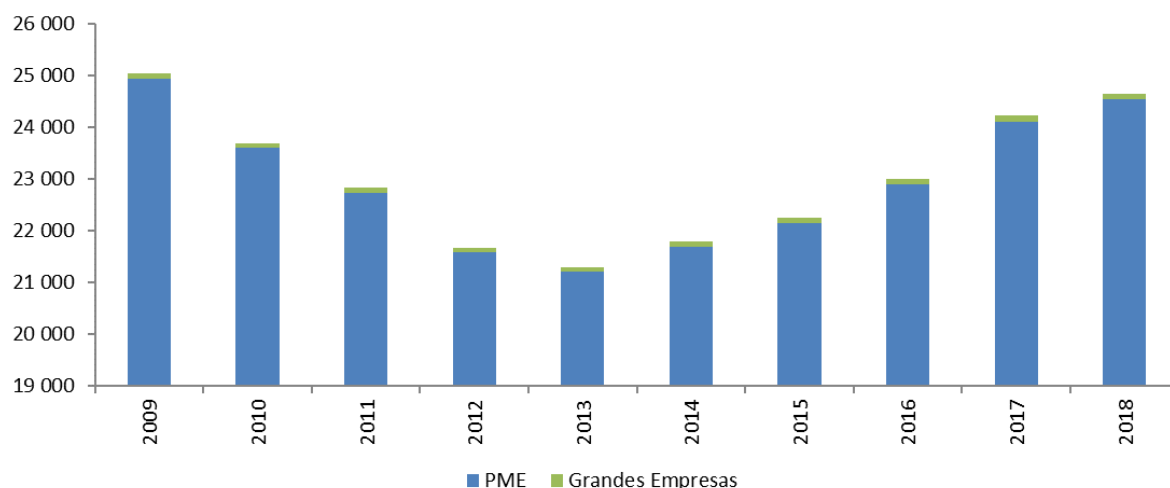
Figura 3.15: Número médio de empresas não financeiras por km² no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2009 e 2018



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: IGP - Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2009.0.

Um outro aspeto relevante para a caracterização do tecido empresarial no concelho é a evolução das empresas em termos da sua dimensão (ver figura 3.16). As Pequenas e Médias Empresas são a tipologia mais representativa do tecido empresarial do concelho de Oeiras. Já o número de Grandes Empresas tem-se situado entre 90 (anos 2012 e 2013) e 106 (ano de 2017), correspondendo a 0,4% do total das empresas em cada ano.

Figura 3.16: Evolução das empresas sediadas no concelho de Oeiras por dimensão, entre 2009 e 2018

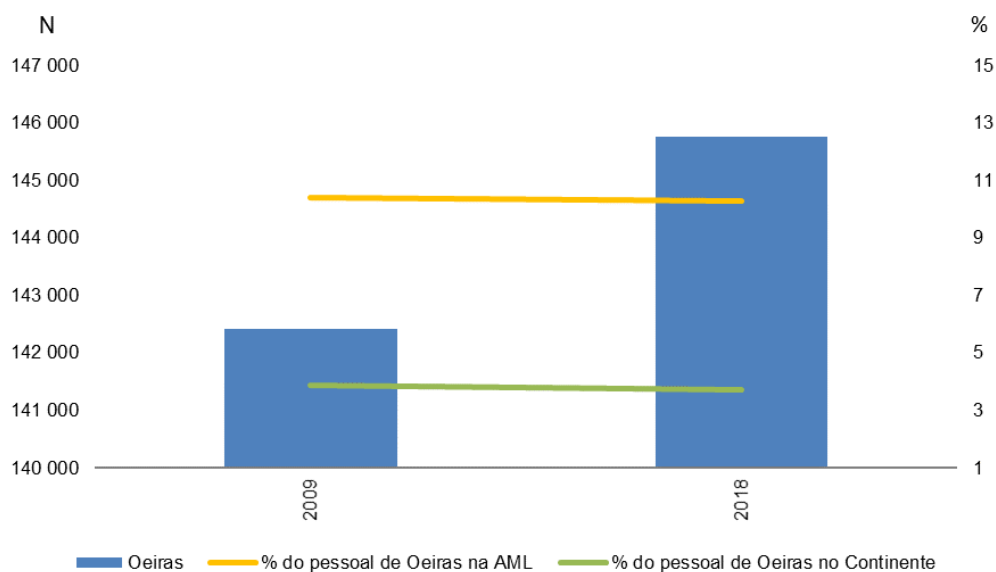


Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A Figura 3.17 permite analisar a distribuição do pessoal ao serviço das empresas não financeiras, nas unidades territoriais de Portugal Continental, AML e concelho de Oeiras. Evidencia-se um crescimento do número de pessoas nas empresas no concelho de Oeiras entre 2009 e 2018. O número de pessoal ao serviço das empresas não financeiras no concelho de Oeiras ascendia em 2018 a 145.771. Este valor situa-se acima do valor de 2009, encontrando-se mais 3.348 pessoas a trabalhar em empresas no concelho de Oeiras. Tal corresponde a aproximadamente 83% da população residente.

Acrescenta-se que o número de pessoas ao serviço no concelho de Oeiras em 2018 correspondia a 10,2% do pessoal em toda a AML, com um ligeiro aumento percentual comparativamente a 2009, e 3,7% do pessoal ao serviço em todo o Continente, com uma ligeira diminuição comparativamente a 2009.

Figura 3.17: Pessoal ao serviço das empresas não financeiras no concelho de Oeiras, em 2009 e 2018, em comparação com a Área Metropolitana de Lisboa e Continente



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. Cálculos próprios.

Nota: Dados incompletos para o setor primário.

Em termos concretos, o ramo com maior número de pessoas empregadas é o comércio por grosso e a retalho (G), com 34.768 mil pessoas ao serviço, representando 24% do total.

O segundo ramo com maior peso na distribuição das pessoas ao serviço das empresas no município de Oeiras é o de atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), representando aproximadamente 22% do pessoal ao serviço, 31.256 mil pessoas.

Destaca-se também o pessoal ao serviço nas atividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares (M), 12.934 mil, com um peso na ordem dos 9% no total; alojamento, restauração e similares (I), com 12.205 mil pessoas, correspondendo a 8,4%; e, por fim, a construção, que corresponde a 8,3% e 12.046 mil pessoas.

Tabela 3.12: Pessoal ao serviço das empresas não financeiras no concelho de Oeiras, por ramo de atividade económica, em 2018

	Ramo de atividade económica	N	%
--	-----------------------------	---	---

A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1	n.a.
B	Indústrias Extrativas	1	n.a.
C	Indústrias Transformadoras	8 552	5,9
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	165	0,1
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	1 114	0,8
F	Construção	12 046	8,3
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	34 768	24,0
H	Transportes e armazenagem	2 786	1,9
I	Alojamento, restauração e similares	12 205	8,4
J	Atividades de informação e de comunicação	11 138	7,7
L	Atividades Imobiliárias	1 921	1,3
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	12 934	8,9
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	31 264	21,6
P	Educação	2 645	1,8
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	9 539	6,6
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2 106	1,5
S	Outras Atividades de serviços	1 852	1,3
	Total	145 035	100

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Legenda: n.a. = não se aplica

Nota: ¹dados confidenciais.

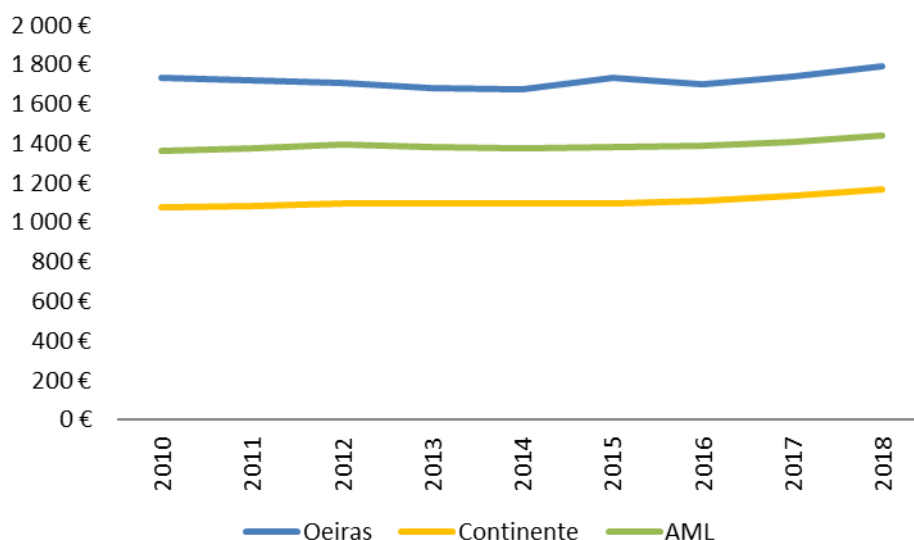
Em jeito de balanço, podemos dizer que se ao pessoal ao serviço de empresas não financeiras juntarmos os funcionários públicos, os trabalhadores por conta própria, teremos um valor superior à população do concelho. O que significa que muita gente que trabalha no concelho de Oeiras reside em outros concelhos. Esta atração do concelho de Oeiras pode ter consequências para a educação, uma vez que muitos dos trabalhadores do concelho tenderão a trazer os filhos para os equipamentos escolares existentes.

3.6: Rendimentos

É evidente na figura 3.18 que o ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2018, tem-se mantido no escalão entre 1.600€ e 1.800€, enquanto no Continente o valor de ganho mensal médio situa-se entre 1.000€ e 1.200€ e na AML entre 1.300€ e 1.400€.

Em 2018, um trabalhador por conta de outrem no concelho de Oeiras ganhava em média 1.791,5 euros. Assim, os trabalhadores no concelho de Oeiras obtêm um ganho mensal médio superior aqueles cujas empresas estão localizadas em outros concelhos da AML ou do Continente. Em concreto, o ganho é 9,7% superior ao ganho médio no Continente e 5,4% superior ao ganho médio da AML. Globalmente, tudo indica, portanto, que estamos a estudar um concelho relativamente afluente.

Figura 3.18: Evolução do ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2018

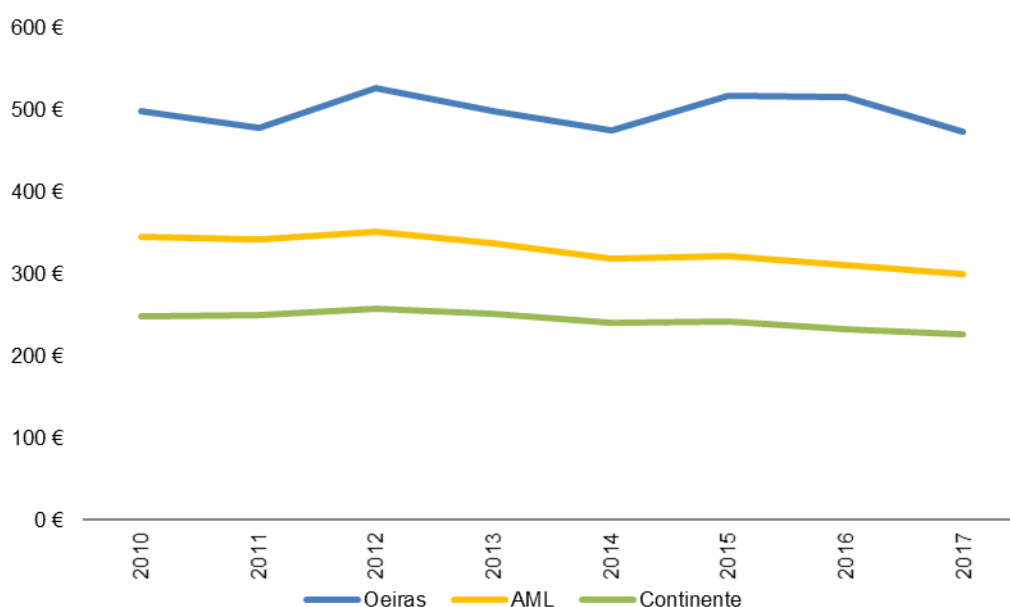


Fonte: PORDATA; Fontes de dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal.

A análise das diferenças do ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2017, presente na figura 3.19, evidencia períodos em que as diferenças salariais entre homens e mulheres diminuíram, são eles: 2010-2011, 2012-2014 e 2016-2017. Esta evolução é visivelmente mais vincada do que as que ocorreram na AML e no Continente.

Interessa, assim, salientar que é no concelho de Oeiras que as diferenças salariais entre homens e mulheres são mais visíveis, situando-se entre 473€ e 525€, durante o período em análise. Em 2017 (último ano a que temos acesso na base de dados utilizada), no concelho de Oeiras, os homens ganhavam em média 1.957,8 euros, um valor 12,5% superior à média do concelho, enquanto as mulheres ganhavam em média 1.484,8 euros, um valor 14,7% inferior à média. Isto apesar de, como vimos atrás, a escolaridade ser mais elevada, em média, entre as mulheres do que entre os homens.

Figura 3.19: Evolução das diferenças entre homens e mulheres em termos do ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2017

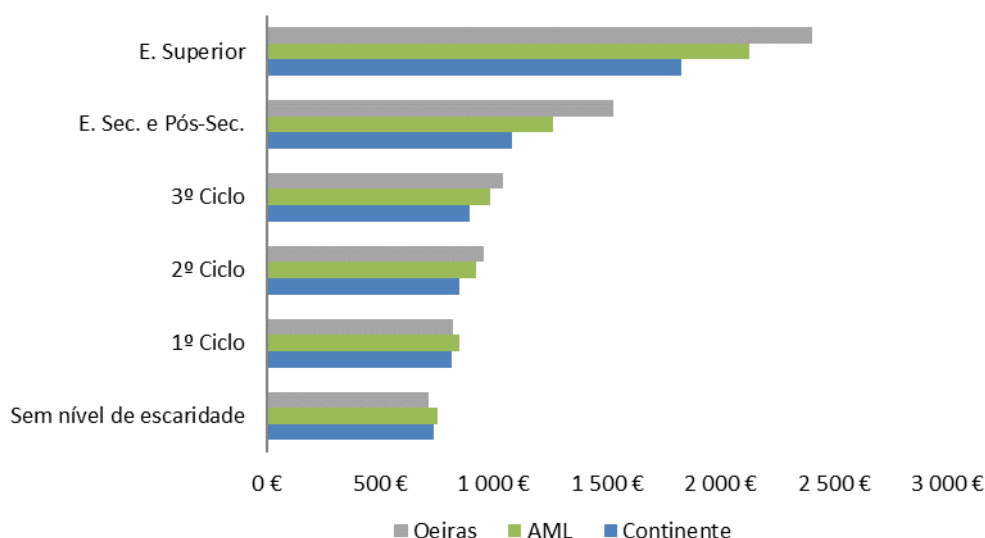


Fonte: PORDATA; Fontes de dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal.

Como expectável os ganhos médios mensais crescem com o aumento do nível de escolaridade (ver Figura 3.20). Tendo por referência que em 2017, no concelho de Oeiras, o ganho médio mensal era de 1.740,2 euros, os trabalhadores com escolaridade até ao 2.º ciclo do Ensino Básico auferem em média ganhos inferiores a 1.000 euros mensais. No sentido oposto, os trabalhadores que possuem um diploma de ensino superior auferem em média mais 657 euros por mês.

Os ganhos médios mensais no concelho de Oeiras são superiores aos ganhos médios na AML e no Continente em todos os níveis de habilitações, exceto para os indivíduos com qualificações inferiores ao 1.º ciclo EB ou com este nível de escolaridade. Só os trabalhadores com um nível de habilitação superior (bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento) recebem mais do que o valor médio total, seja em Lisboa, na AML ou no Continente.

Figura 3.20: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos, por escolaridade no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, em 2017



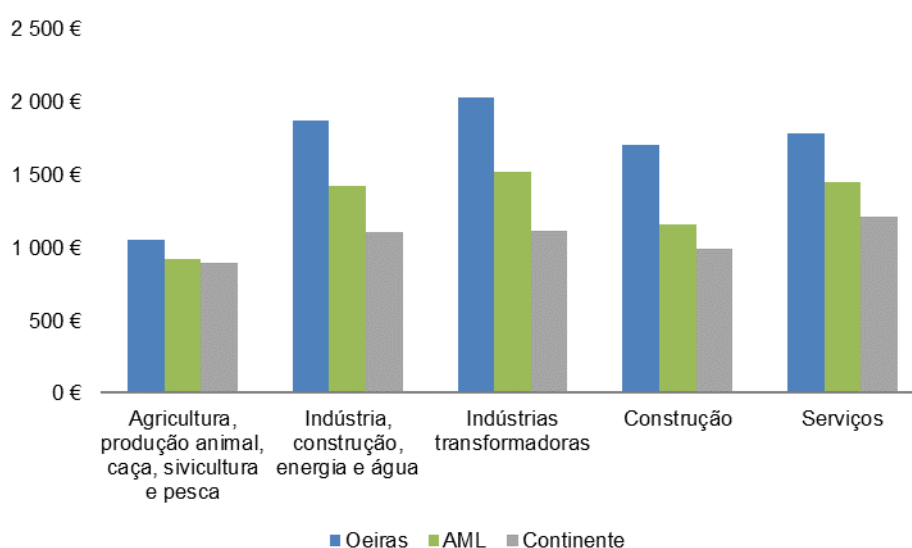
Fonte: PORDATA; Fontes de dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal.

Como visível na Figura 3.21, o pessoal do ramo da *construção* e dos *serviços* no concelho de Oeiras recebe uma remuneração mensal mais próxima ao valor médio, sendo a diferença de menos 90,5 euros no primeiro caso e de menos 8,8 euros no segundo. Tanto os trabalhadores da *indústria, construção, energia e água*, como das *indústrias transformadoras*, auferem um ganho mensal superior à média do concelho. No primeiro caso o valor é de mais 75,8€ e no segundo caso de mais 240,4€.

Novamente, os trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos no município de Oeiras, tendo como referência o ano de 2018, ganham mais, em média, do que os trabalhadores na AML e no resto do Continente, em todos os ramos de atividade económica. Apesar disso, o retrato descrito para o concelho de Oeiras é próximo do que poderia ser feito para a AML e para o Continente, seguindo as mesmas tendências. São os trabalhadores das *indústrias transformadoras* os que ganham um salário médio mensal mais elevado, tanto no concelho de Oeiras, como na AML (2.031,9€ e 1.521,3€, respetivamente), ainda que a diferença entre os dois territórios seja de mais de 500 euros. No Continente é o ramo dos *serviços* que apresenta uma remuneração superior (1.208,9€), sendo o valor inferior à AML e a Oeiras.

Existem, no entanto, alguns pontos distintos que merecem ser considerados: as diferenças com o valor médio mensal são menos significativas na AML e no Continente no que diz respeito ao ramo da *agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca* (uma diferença de 522,5€ na AML e uma diferença de 273,9€ no Continente); as atividades da *construção* apresentam um valor médio acentuadamente mais baixo comparativamente à média (menos 279€ na AML e menos 177,1€ no Continente); e no Continente os trabalhadores da *indústria* recebem um ganho mensal ligeiramente inferior ao ganho médio do país (uma diferença de cerca de 60€).

Figura 3.21: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos no Continente, na Área Metropolitana e Lisboa e no concelho de Oeiras, por ramo de atividade, em 2018

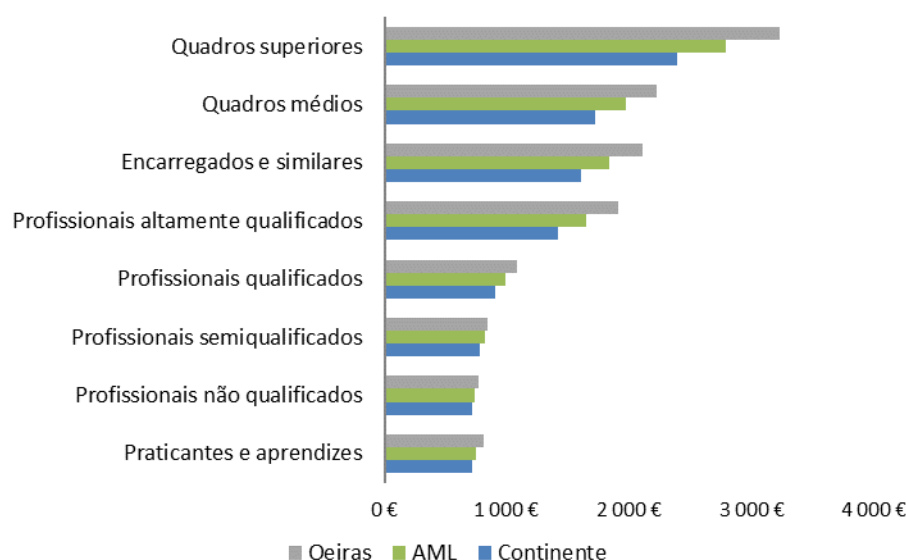


Fonte: PORDATA; Fontes de dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal.

Tal como acontece nos ramos de atividade económica em análise na figura anterior, os trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos do concelho de Oeiras auferem um ganho superior aos trabalhadores na AML e no Continente tendo em conta nos níveis de qualificação (ver Figura 3.22). No concelho de Oeiras apenas os praticantes e aprendizes, os profissionais não qualificados e os profissionais semiquualificados têm ganhos médios inferiores à média do concelho (variando entre 67,5% e 74,3% da média do concelho). No sentido inverso, são os quadros superiores, seguidos dos quadros médios, dos encarregados e similares e os profissionais altamente qualificados que auferem um valor superior ao valor médio do concelho. Os quadros superiores auferem mais 184% do que a média do concelho, valor acima de qualquer nível de qualificação dentro e fora do concelho de Oeiras.

É importante salientar ainda que no Continente apenas os quadros superiores apresentam um ganho mensal médio superior à média territorial (137% superior), enquanto os profissionais não qualificados e semiquualificados apresentam um ganho mensal de menos de metade da média nacional. A AML segue a mesma tendência do concelho de Oeiras, apesar de diferenças menos acentuadas acima da média (profissionais altamente qualificados, encarregados e similares, quadros médios e quadros superiores) e diferenças mais acentuadas nos casos localizados abaixo da média de ganho mensal (praticantes e aprendizes, profissionais não qualificados, profissionais semiquualificados e profissionais qualificados).

Figura 3.22: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, por qualificação, em 2017

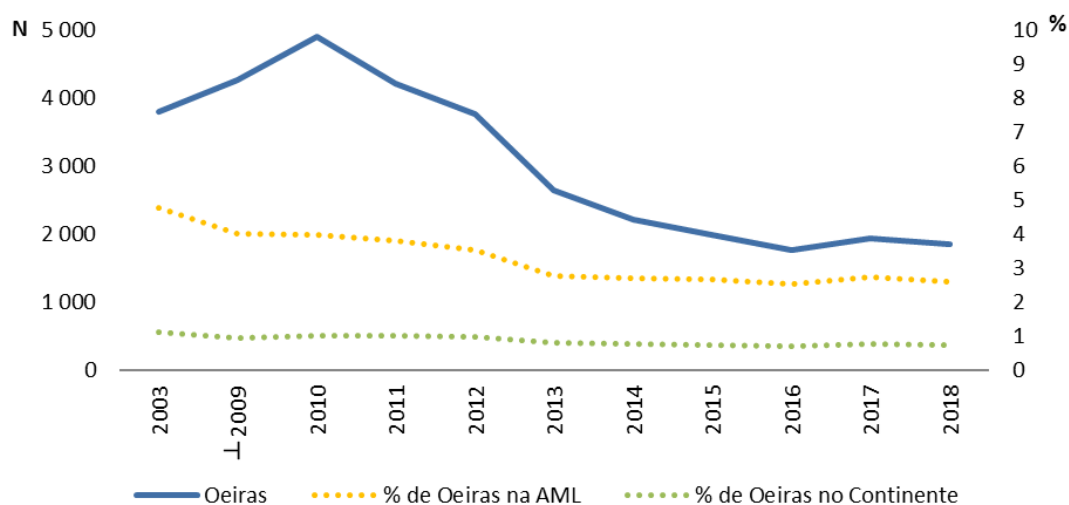


Fonte: PORDATA; Fontes de dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal.

3.7. Apoios sociais

Ao analisar a evolução do número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e do Rendimento Social de Inserção (RSI) no concelho de Oeiras, verifica-se que houve um aumento do número de beneficiários entre 2003 e 2010 e que, a partir desse ano o número de beneficiários tem baixado, havendo uma certa continuidade em termos de número de beneficiários a partir de 2015. Em 2018, no concelho de Oeiras, 1.850 indivíduos beneficiaram do RSI ou do RMG, o número mais baixo no período em análise. Tal número representa 1,2% da população residente no concelho de Oeiras com 15 e mais anos, comparativamente a 3,4% da população residente em 2010. Este número representa 3% do número total de beneficiários na Área Metropolitana de Lisboa e 0,7% no Continente, um peso que tem diminuído ao longo do tempo, sobretudo no que diz respeito ao Continente.

Figura 3.23: Número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção no concelho de Oeiras e peso na Área Metropolitana de Lisboa e no Continente, entre 2003 e 2018



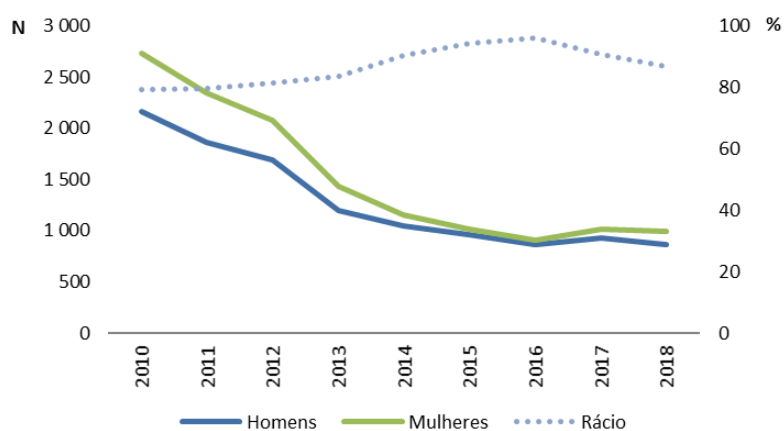
Fonte: PORDATA; Fonte de dados: II/MTSSS; Cálculos próprios.

Legenda: ⊥ = Quebra de série

Na Figura 3.24, ao analisar a evolução do número de beneficiários por sexo, entre 2010 e 2018, verifica-se que o número de beneficiários do sexo masculino e do sexo feminino diminuiu até 2016, havendo um ligeiro aumento em 2017 e voltando a decrescer em 2018.

Em 2018 eram 860 os homens beneficiários de RMG ou RSI e 990 as mulheres. Por sua vez, a análise do rácio evidencia que o número de homens beneficiários tem aumentado, sobretudo até 2016, havendo uma diminuição em 2017 e 2018. No ano de 2018 para cada 100 mulheres beneficiárias havia 87 homens.

Figura 3.24: Número de beneficiários do RMG e RSI por sexo no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2018

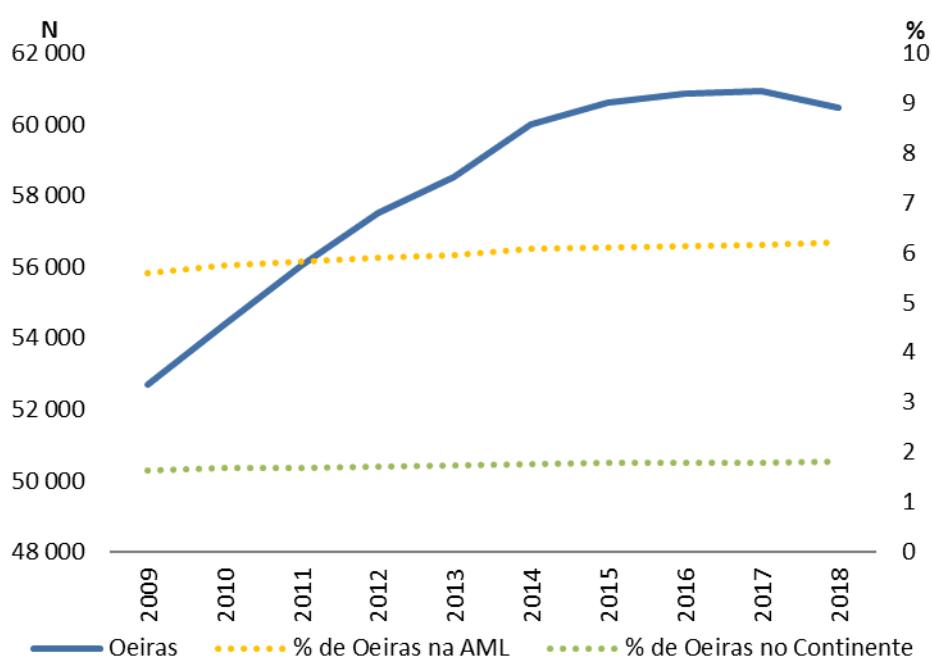


Fonte: PORDATA; Fonte de dados: II/MTSSS; Cálculos próprios.

Ao contrário do que acontece com o RSI e o RMG, o número de pensionistas tem aumentado ao longo do tempo, como é visível na Figura 3.25. Entre 2009 e 2017 o número de pensionistas aumentou de 52.690 para 60.923, havendo um ligeiro decréscimo em 2018 para 60.470. Estas tendências seguem o fluxo do número de pensionistas na AML e no Continente.

Contudo, em termos de percentagem dos pensionistas do concelho de Oeiras na AML e no Continente, verifica-se um ligeiro aumento até 2018, sem decréscimos. Assim sendo, se em 2009 a percentagem de pensionistas em Oeiras correspondia a 5,6% dos pensionistas da AML e 1,6% do Continente, em 2018 correspondia a 6,20 da AML e 1,8% do Continente.

Figura 3.25: Número de pensionistas no concelho de Oeiras e peso na Área Metropolitana de Lisboa e no Continente, entre 2010 e 2018

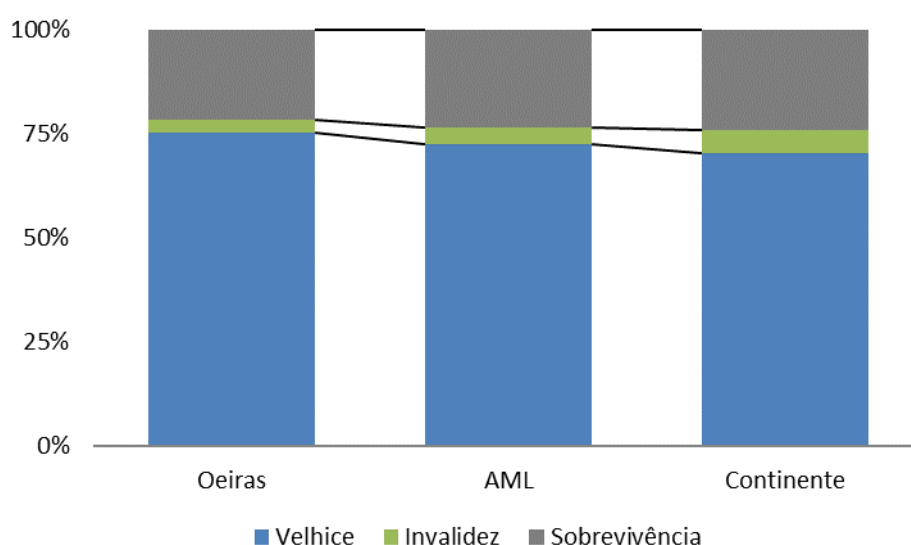


Fonte: PORDATA; Fonte de dados: II/MTSSS, CGA/MTSSS; Cálculos próprios.

Como a Figura 3.26 evidencia, nos três territórios são as pensões por velhice as mais expressivas, correspondendo a 75% das pensões no concelho de Oeiras, 72% na AML e 70% no Continente.

O número de pensões por invalidez e de sobrevivência é maior na AML e no Continente, relativamente ao concelho de Oeiras, sendo que neste concelho as pensões de sobrevivência são 22% das pensões e as de invalidez 3%.

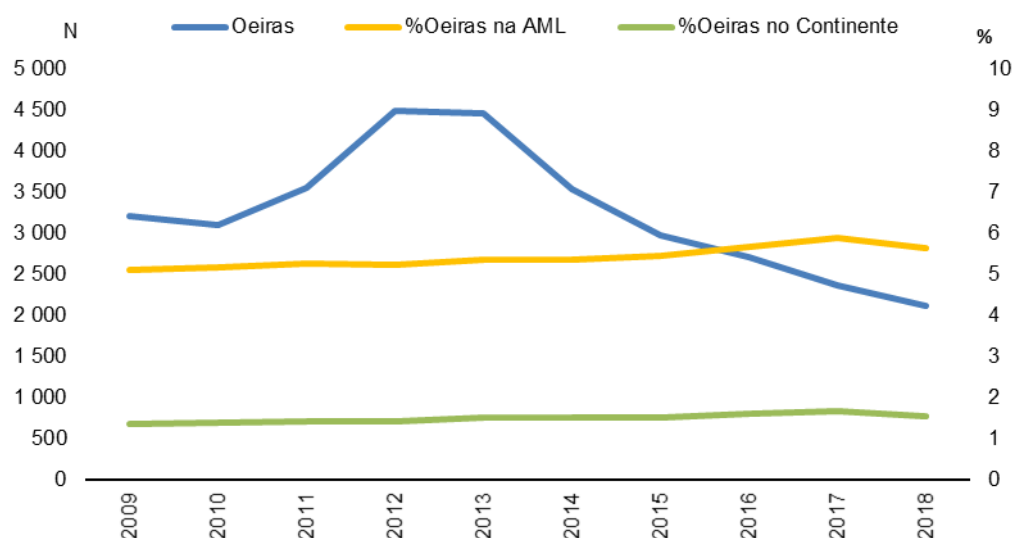
Figura 3.26: Número de pensionistas por tipo no concelho de Oeiras, em 2018



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: II/MTSSS; Cálculos próprios.

Na Figura 3.27 é possível observar a evolução do número total de beneficiários do subsídio de desemprego entre 2009 e 2018 no concelho de Oeiras. É possível identificar três períodos distintos. Um primeiro período de crescimento, entre 2009 e 2012, em que o número de beneficiários deste subsídio aumentou em 2.645 casos (havendo em 2012 4.491 beneficiários). Um segundo período de estabilização, entre 2012 e 2013, em que o número médio de beneficiários situava-se nos 4.473,5. Finalmente, um terceiro período de decréscimo, entre 2013 e 2018, com menos 2.368 beneficiários. Assim sendo, em 2018 existiam 2.123 beneficiários de subsídios desta natureza. Tal número corresponde a 5,6% do total de beneficiários do subsídio de desemprego na Área Metropolitana de Lisboa e 1,6% no Continente. A Figura revela ainda que o peso do total de beneficiários do subsídio de desemprego nos dois territórios tem-se mantido ao longo do período em análise, acompanhando as tendências na AML e no Continente.

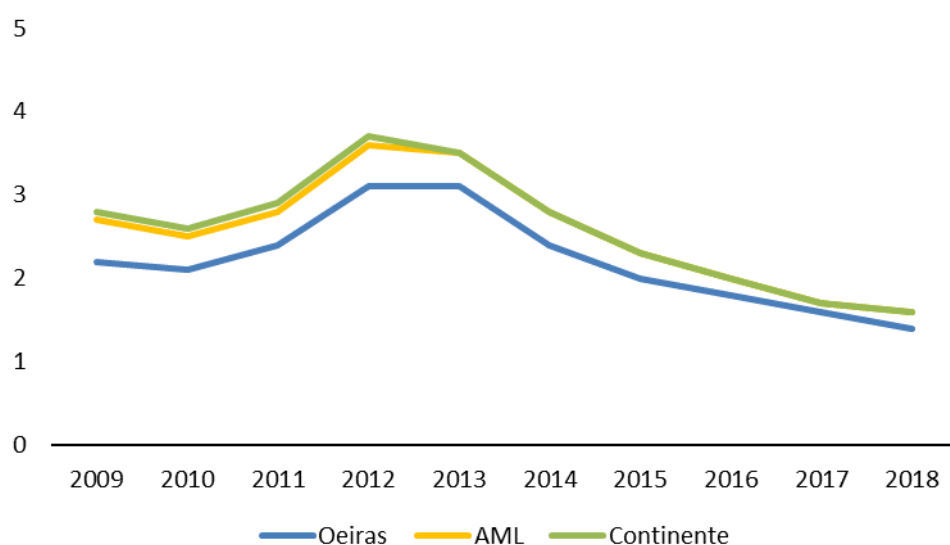
Figura 3.27: Total de beneficiários do subsídio de desemprego



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente e II/MTSSS; Cálculos próprios.

A Figura 3.28 onde se analisa a percentagem de beneficiários das prestações de desemprego no total da população residente sublinha o cenário em cima descrito e evidencia o acompanhamento das tendências nos três territórios. Sobressai, contudo, o facto de a percentagem de beneficiários na população residente no concelho de Oeiras ser menor do que na AML e no Continente, como já evidenciado nos dados sobre o desemprego acima relatados. Esta percentagem varia entre 3,1% em 2012 e 2013 e 1,4 em 2018.

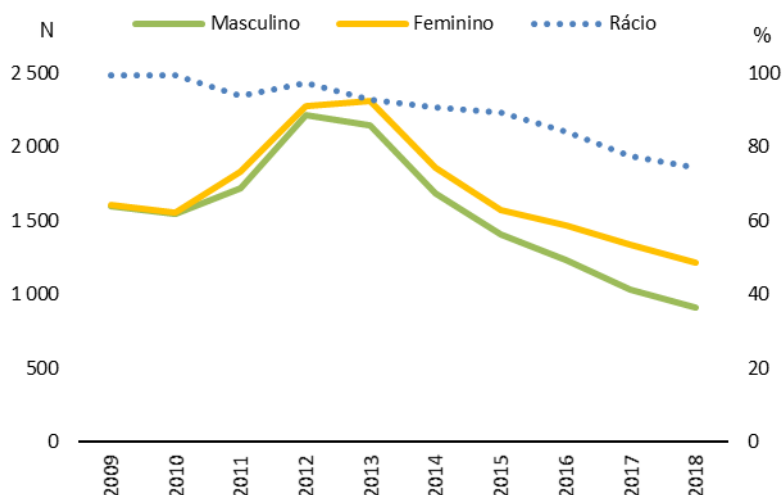
Figura 3.28: Beneficiários das prestações de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos (%)



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente e II/MTSSS; Cálculos próprios.

Ainda sobre as medidas de apoio ao desemprego, se analisarmos o número de beneficiários por sexo, verificamos que o número de beneficiários de sexo feminino tem aumentado ao longo do período em análise, sendo em 2018 mais 311 casos. A análise do rácio evidencia, assim, que o número de homens beneficiários de subsídio de desemprego tem diminuído. No ano de 2018 para cada 100 mulheres beneficiárias havia 74 homens.

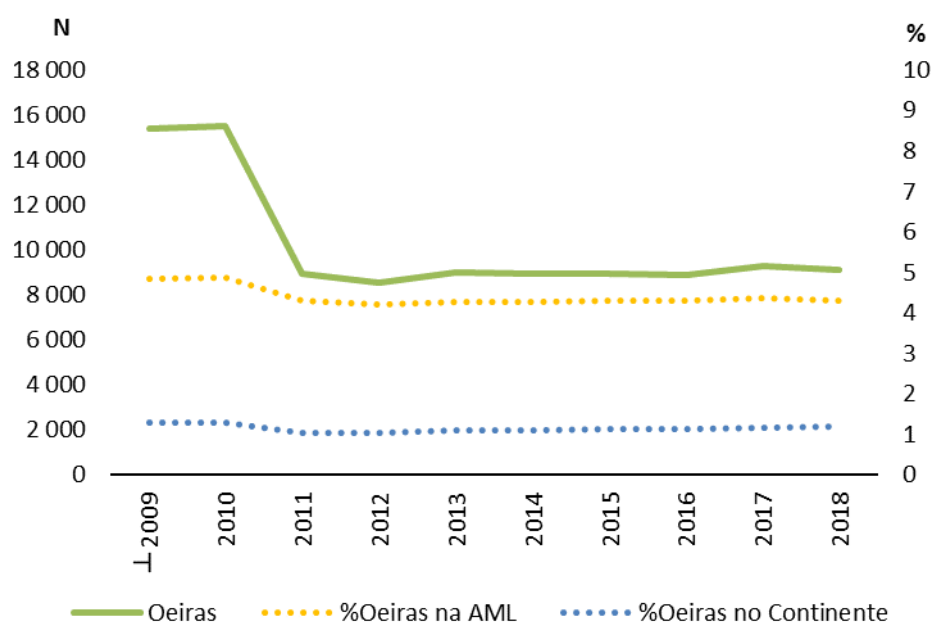
Figura 3.29: Beneficiários do subsídio de desemprego por sexo



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: II/MTSSS; Cálculos próprios.

Interessa nesta análise focada nos apoios sociais e na evolução do número de beneficiários no concelho de Oeiras, comparativamente à AML e ao Continente ainda debruçar-nos sobre os beneficiários do abono de família para crianças e jovens. A Figura 3.30 evidencia uma quebra abrupta entre 2010 e 2011 no número de beneficiários deste apoio social (de 15.494 em 2010 para 8.968 em 2011). A partir do ano de 2011 verifica-se uma estabilização do número, com um ligeiro crescimento em 2017 (9.304 beneficiários). Em 2018 eram 9.131 o número de beneficiários do abono de família no concelho de Oeiras, o que correspondia a 4,3% do número de beneficiários deste apoio na AML e 1,2% do número de beneficiários no Continente.

Figura 3.30: Número de beneficiários do abono de família



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: II/MTSSS; Cálculos próprios.

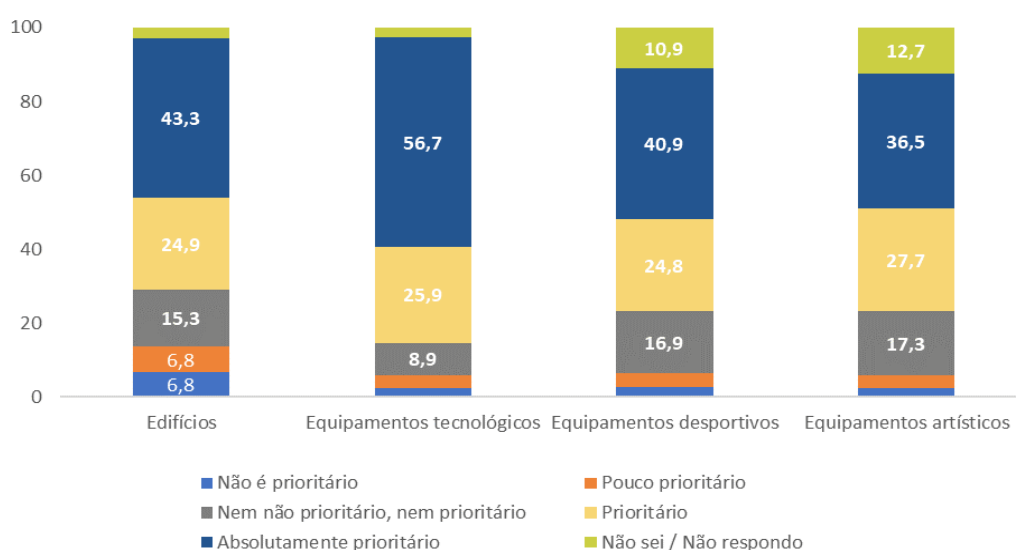
Capítulo 4 : O concelho e a educação pelos agentes locais

Neste capítulo apresentam-se as perceções dos agentes educativos locais – diretores das escolas públicas e privadas, docentes das escolas públicas, representantes de instituições de ensino superior e da rede solidária, do tecido empresarial, das associações de pais, das juntas ou uniões de freguesia e das equipas técnica e política da Câmara Municipal de Oeiras – recolhidos, analisados e sistematizados através dos instrumentos descritos na secção sobre o enquadramento teórico-metodológico, sobre os aspetos positivos e negativos das Unidades Orgânicas (UO) escolares, em particular da rede pública, sobre quais consideram ser as prioridades educativas do concelho, sobre os projetos de educação concelhios e, por último, sobre o papel de atribuem à Câmara Municipal enquanto entidade promotora da Carta Educativa e Projeto Educativo Municipal de Oeiras.

4.1: Aspetos positivos e negativos das unidades orgânicas

Questionados sobre quais os tópicos que precisam ser melhorados nas suas UO, os educadores e professores inquiridos responderam como sendo prioritário ou absolutamente prioritário renovar ou promover uma melhor manutenção dos equipamentos tecnológicos (82,6%). Seguida da renovação e/ou manutenção dos edifícios (68,2%), dos equipamentos desportivos (65,7%) e, finalmente, dos equipamentos artísticos (64,2%). Ainda em relação a esta dimensão, importa referir que a perceção quanto à necessidade de melhoramentos no equipamento está relacionada com a pertença dos inquiridos a determinada UO (V de Cramer = 0,223, $p < 0,001$), sendo esta dimensão mais apontada por educadores e professores dos AE de Linda-a-Velha e Queijas (89,7% considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”), Conde de Oeiras (89,3%) e Aquilino Ribeiro (86,3%).

Figura 4.1: Perceção da necessidade de renovação e manutenção de equipamentos escolares (%)



Fonte: Questionário a educadores e professores do concelho de Oeiras, 2020.

As intervenções no espaço físico das escolas de forma a adequar infraestruturas e equipamentos aos objetivos dos projetos educativos das UO é um aspeto salientado por diversos atores nas entrevistas e grupos focais. Apesar de muitos atores auscultados considerarem como aspeto positivo, o forte investimento efetuado pela Câmara Municipal na requalificação de equipamentos escolares, uma parcela importante mantém que é imprescindível investir mais na requalificação dos espaços escolares e equipamentos, incluindo equipamentos tecnológicos, infraestruturas para educação física e refeitórios; e também com o objetivo de possibilitar novos métodos de ensino o que implica a necessidade de um debate sobre a organização dos espaços escolares, nomeadamente sobre o modelo da sala de aula do futuro, e as alternativas pedagógicas que espaços mais flexíveis podem proporcionar. As citações em baixo ilustram os dois tipos de perceção.

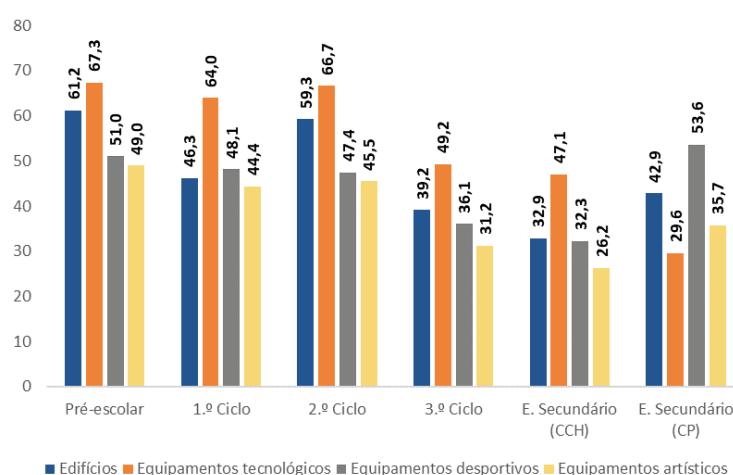
“O município de Oeiras está empenhado em criar boas condições para alunos e profissionais.”
(FG6, Presidentes das juntas e uniões de freguesia)

“As condições físicas de alguma forma criam alguns constrangimentos na adoção de práticas diferenciadas e pedagogias mais ativas.” (Diretor, Rede pública)

“Algumas escolas encontram-se em situações que não são compatíveis com os padrões de qualidade do concelho.” (FG6, Presidentes das juntas e uniões de freguesia)

Na figura 4.2 analisa-se a necessidade de renovação e manutenção por ciclo/nível de ensino e tendo apenas em consideração as percentagens que consideram absolutamente prioritário. Podemos constatar que os equipamentos tecnológicos são os considerados mais prioritários no conjunto da amostra, excetuando os professores do Ensino Profissional que valorizam mais os equipamentos desportivos (53,6%). Ressaltamos ainda que são os educadores de infância e os professores do 2.º ciclo do Ensino Básico os que consideram mais urgente a renovação e manutenção dos edifícios (61,2% e 59,3%, respetivamente). A prioridade dada aos equipamentos artísticos diminui com o aumento do ciclo de ensino, excetuando no caso do Ensino Profissional.

Figura 4.2: Perceção da necessidade de renovação e manutenção por ciclo/nível de ensino (%)

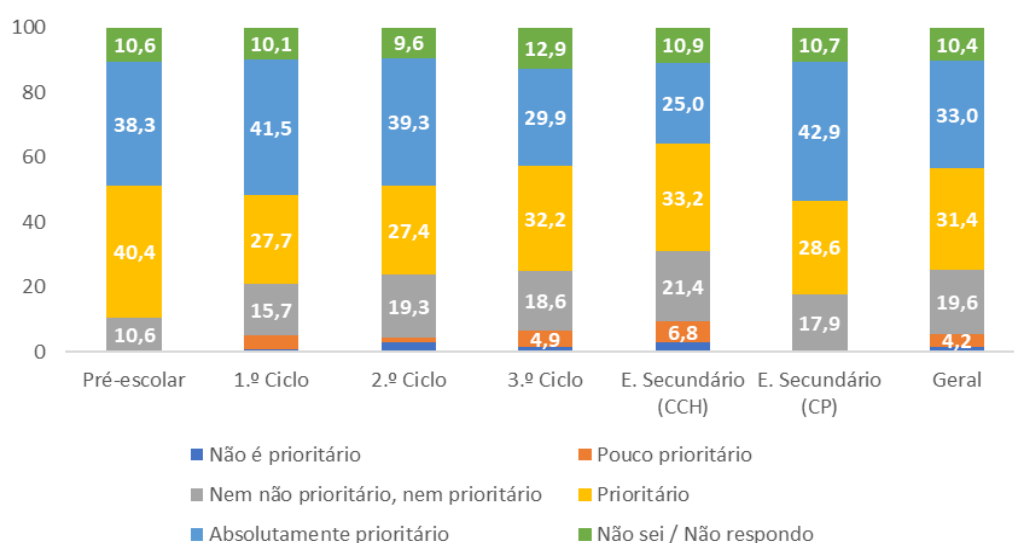


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Notas: Apenas foram contabilizadas as respostas “absolutamente prioritário”.

Quanto à rentabilização dos serviços e equipamentos (desportivos, culturais e artísticos) disponíveis no concelho, a figura 4.3 mostra que 33,0% dos inquiridos considera que é uma mudança “absolutamente prioritária” a fazer nas UO; e 31,4% considera-a “prioritária”. A figura mostra esta tendência geral e por ciclo de ensino, evidenciando que acima da média encontram-se os educadores de infância, os professores do 1.º ciclo, seguidos pelos professores do ensino profissional (38,3%, 41,5% e 42,9%, respetivamente).

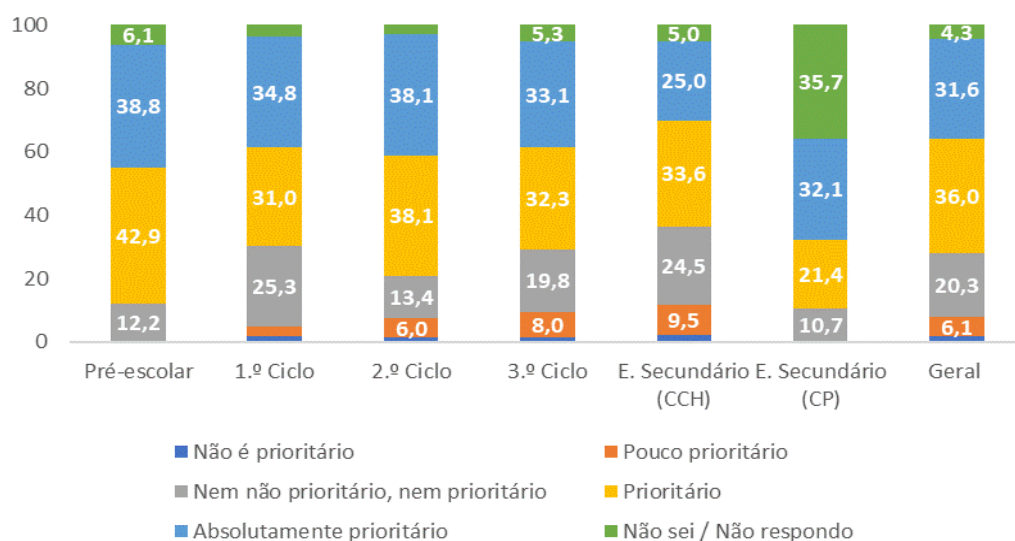
Figura 4.3: Perceção da necessidade de rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Quanto a mudanças na oferta educativa e formativa, também a maioria dos inquiridos (67,6%) considera que são necessárias reestruturações “prioritárias” ou “absolutamente prioritárias”. A figura 4.4 mostra ainda diferenças assinaláveis por ciclo/nível de ensino. São os professores do ensino secundário “regular” os que mais evidenciam a prioridade desta dimensão: 58,2% dos inquiridos considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”. Assinala-se ainda a percentagem de professores do ensino profissional que optaram pela hipótese “não sei/não respondo”.

Figura 4.4: Perceção da ampliação e diversificação da oferta educativa e formativa, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

As entrevistas e grupos focais vão na mesma direção, indicando que existem alguns atores sociais que consideram que a oferta formativa é adequada, complementar entre UO e diversificada, de forma a chegar às preferências e interesses dos alunos (n = 4), entre eles diretores da rede pública, associações de pais e equipa política da CMO. Já outros atores, nomeadamente do tecido empresarial, presidentes de juntas ou uniões de freguesia e, igualmente, a equipa política da CMO, consideram que se deve ampliar a diversidade da oferta escolar, incluindo a dinamização de competências transversais e a oferta das componentes de cidadania, arte e cultura, desporto. As citações que se transcrevem de seguida ilustram esta perspetiva.

“A aposta na educação está, neste momento, muito bem alicerçada e gizada. Muito bem pensada e muito bem executada, a nível das creches até ao ensino superior [...] O que me preocupa é que esses planos curriculares sejam desprovidos de uma formação humanista e que além disso não exista na oferta [de escola], fazerem teatro, intervirem civicamente na comunidade, clubes de literatura, aprender retórica argumentativa.” (FG8, Equipa política CMO)

“O investimento que é feito nas escolas tem de passar por uma formação de cidadãos, não é só apresentar os conteúdos programáticos. Destacar [...] criatividade, resiliência, etc., que são características muito importantes para o sucesso na vida dos jovens” (FG4, Tecido empresarial).

Outro aspeto salientado por diretores da rede pública e da rede privada é a maior promoção, acompanhamento e reconhecimento do ensino profissional pela CMO (n = 2): “Nós temos tido cursos de educação e formação de pastelaria e panificação com muito sucesso” (Diretor, Rede pública).

Outros aspetos positivos elencados pelos atores auscultados quanto à oferta educativa e formativa foram: a) maior estruturação das medidas adicionais/seletivas (Diretores escola pública), b) trabalho articulado com todas as UO, quer na vertente da inclusão quer no apoio dos projetos da

CMO (rede social e IES), c) formação de professores, aposta em ferramentas e áreas digitais (*data science*), preparação para a "escola do futuro" (rede social e IES), d) oferta de qualidade e especializada, com introdução ao mercado de trabalho (estágios e componentes práticas) e que complementa a oferta universitária (com aposta em pós-graduações, especializações) por parte das IES (IES).

Outros aspetos a melhorar quanto à oferta educativa que os atores referiram: a) oferta de percursos alternativos mais cedo (citação em baixo); b) pensar na resposta para depois do final da escolaridade obrigatória dos alunos com medidas adicionais (citação em baixo); c) Importante "desmistificar as formas de avaliação" (FG1, Diretores da rede pública).

"Nós consideramos que (...) as alternativas que há para outros percursos, com 15 anos e duas retenções já é tarde, muitas vezes os alunos já começam a perder o interesse (...) se eles pudessem ingressar nestes currículos alternativos mais cedo, faria toda a diferença." (FG1, Diretores da rede pública)

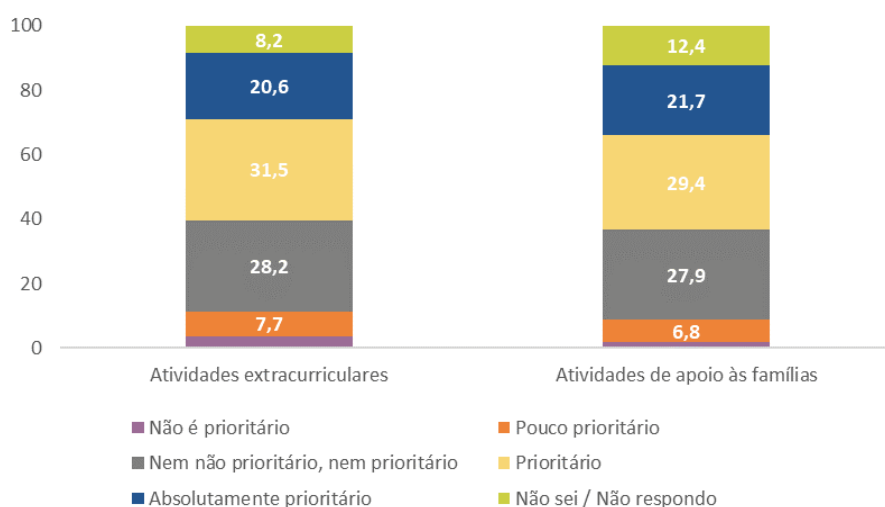
"Não está a funcionar. (...) É fundamental que o município crie uma rede de oferta, através da associação que faz com as diferentes empresas para os alunos (...) terem capacidade de ser integrados de uma forma digna em atividades que eles possam levar por diante." (FG1, Diretores da rede pública)

Os diretores da rede privada consideram ainda a dificuldade de adaptação à nova forma de ensino à distância provocada pela pandemia ao nível da gestão dos horários dos alunos e da disponibilidade de computadores para todos os estudantes. Existe uma preocupação relativamente à possibilidade de as escolas fecharem com os impactos económicos da pandemia:

"Isso é um problema também para o concelho, não há capacidade (...) e qual era a minha proposta, porque não, com essas empresas fazer algumas parcerias (...) com as escolas, e oferecer os computadores (...) ou pelo menos puderem ter acesso a preços acessíveis." (FG2, Diretores da rede privada)

A figura 4.5 mostra que a maioria dos inquiridos considera que tanto a oferta das atividades extracurriculares como de atividades de apoio à família devem sofrer alterações (52,1% e 51,1% consideram "prioritário" ou "absolutamente prioritário", respetivamente). São os professores do 1.º ciclo e do ensino secundário os que mais priorizam as atividades extracurriculares (60,2% e 60,9% considera "prioritário" ou "absolutamente prioritário", respetivamente) e os do ensino profissional que menos consideram este tipo de atividades (39,3% considera "prioritário" ou "absolutamente prioritário"). Quanto às atividades de apoio à família, são os docentes do 1.º e 3.º ciclos do Ensino Básico os que priorizam esta dimensão (62,5% e 59,6% consideram "prioritário" ou "absolutamente prioritário", respetivamente); no sentido oposto encontram-se os educadores de infância (51,0%).

Figura 4.5: Perceção da necessidade de ampliação da oferta de atividades extracurriculares e de apoio às famílias (%)

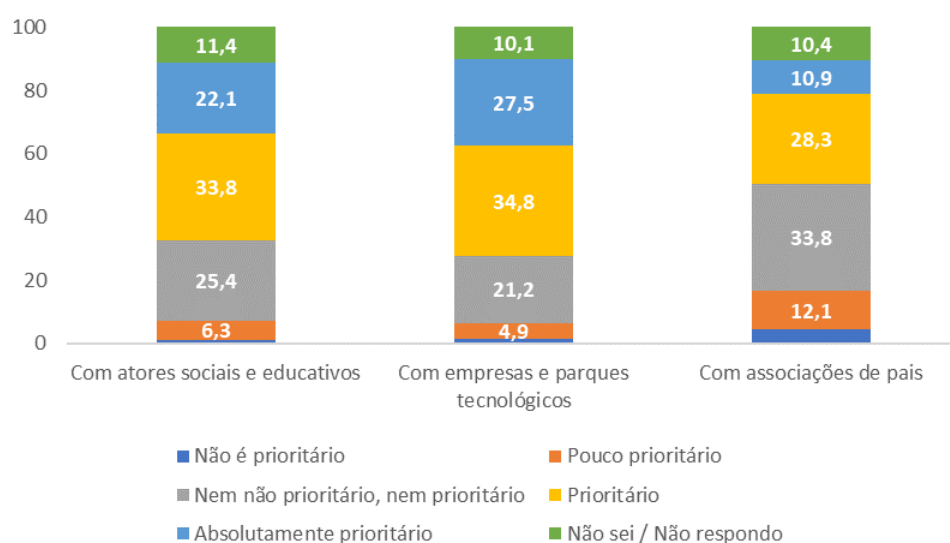


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

A este respeito é de assinalar a intenção das equipas técnicas e política da CMO de promover a reestruturação das atividades extracurriculares, através do apoio ao seu planeamento e à sua participação. A intenção é ter uma oferta “mais diversificada”, com “atividades de qualidade, informação, não escolarizadas, sem funcionamento em grupo-turma”, em que “os alunos se inscrevem consoante os interesses, não se sobrepõem a componente curricular embora se possa complementar” (FG7, Equipa técnica CMO).

Na figura 4.6 é possível verificar que são as parcerias com empresas e parques tecnológicas as consideradas mais pertinentes no âmbito do contexto educativo das UO, com 62,3% dos inquiridos a considerar como “prioritário” ou “absolutamente prioritário”. Em segundo lugar, 55,9% dos inquiridos considera as parcerias com atores sociais e educativos e, por último, as parcerias com associações de pais (39,2%).

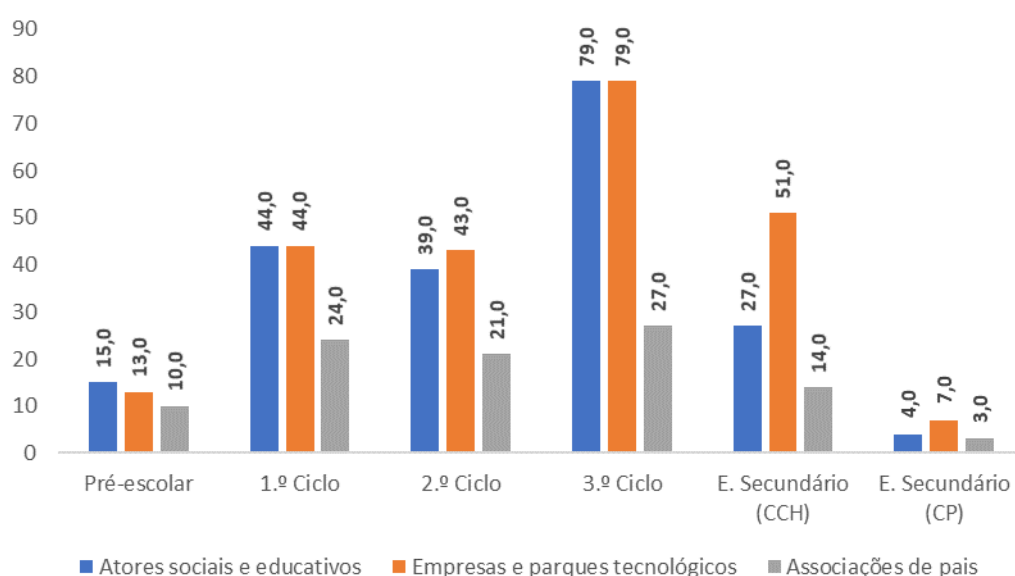
Figura 4.6: Perceção da necessidade de parcerias da UO com empresas e parques tecnológicos (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Uma análise mais detalhada, na figura 4.7, evidencia que são os professores do 3.º ciclo do Ensino Básico os que mais priorizam as parcerias, sobretudo com atores sociais e educativos e empresas e parques tecnológicos (79% em ambos os casos). Pelo contrário, são os educadores de infância e os professores do Ensino Profissional os que menos consideram um tema prioritário.

Figura 4.7: Perceção da necessidade de parcerias com outros atores sociais por ciclo/nível de ensino (%)



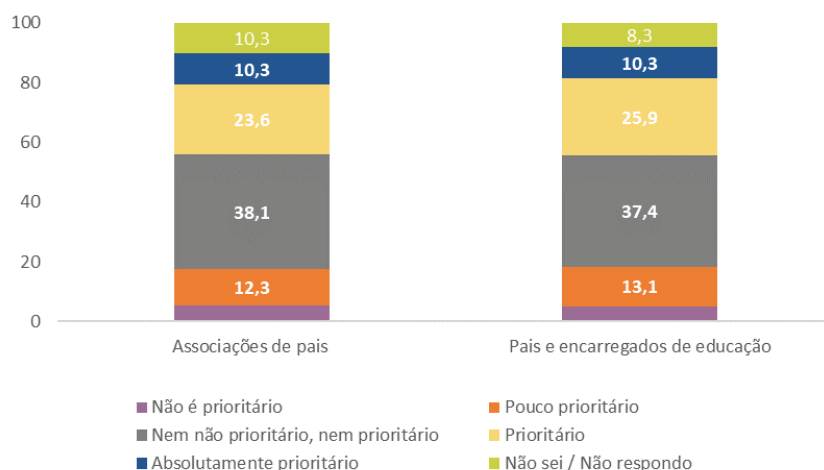
Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

A importância das parcerias, sobretudo com o tecido empresarial e social da região, é também salientada por um conjunto diverso de atores (diretores da rede pública, atores da rede social, das IES e do tecido empresarial). Considera-se que estas poderão facilitar a integração profissional dos jovens e podem ser dinamizadas de diferentes formas, tais como: bolsas de voluntários, *workshops* nas escolas e estágios.

“Seria interessante haver parcerias diretas entre escolas e as empresas (...), já que as empresas identificam determinadas necessidades e um curso ou uma formação mais específica é adequada a essas necessidades” (FG4, Tecido empresarial)

Questionados diretamente sobre o papel da família e das respetivas associações nas UO, os inquiridos não consideram uma dimensão prioritária. A maioria (55,6%) considera-o entre “não prioritário” e “nem não prioritário, nem prioritário”. Em ambos os casos, são os educadores de infância e os professores do Ensino Profissional que mais valorizam as melhorias no papel das famílias. Contudo, alguns diretores da rede pública, tal como a associação de pais auscultada, consideram que deveria ser reforçada a comunicação das escolas e da CMO com as famílias, de forma a colmatar a pouca expectativa e apoio dos pais, bem como situações económicas familiares fragilizadas, que têm um impacto nos resultados e abandono escolares: “há famílias que querem ajudar mas também não sabem como” (Diretor escola pública).

Figura 4.8: Perceção da necessidade de melhorias nos papéis das famílias (%)

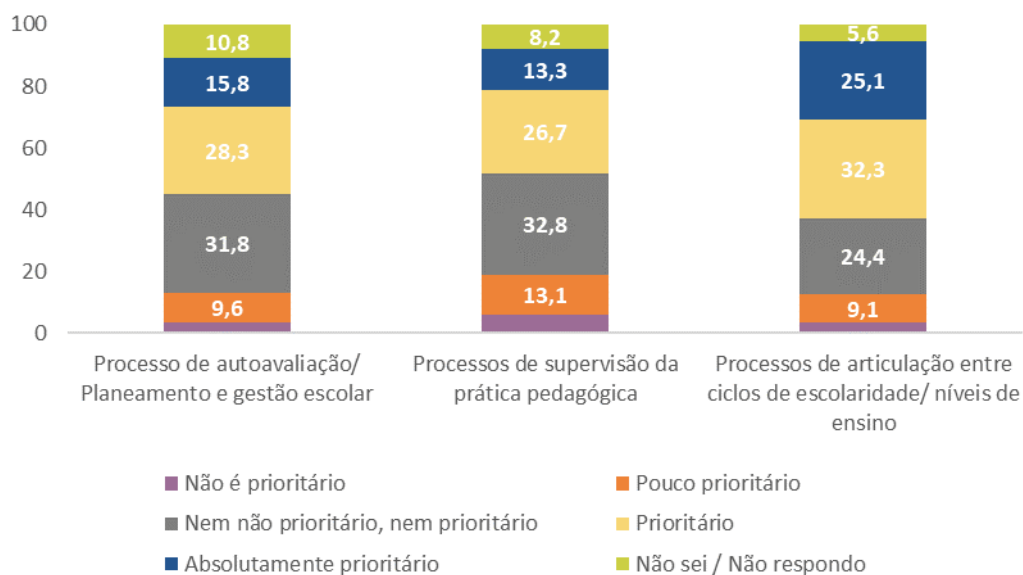


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Três subdimensões foram analisadas quanto aos processos de planeamento, avaliação e gestão (ver figura 4.9). São os processos de articulação vertical os que parecem carecer de maior atenção, segundo os inquiridos, sendo que a sua maioria (57,4%) considera como “prioritário” ou “absolutamente prioritário” este aspeto. No sentido oposto, encontram-se os processos e supervisão da prática pedagógica, sendo que 51,9% não prioriza este aspeto. A este respeito alguns

inquiridos consideram necessário melhorar a burocratização dos processos e os processos de avaliação externa.

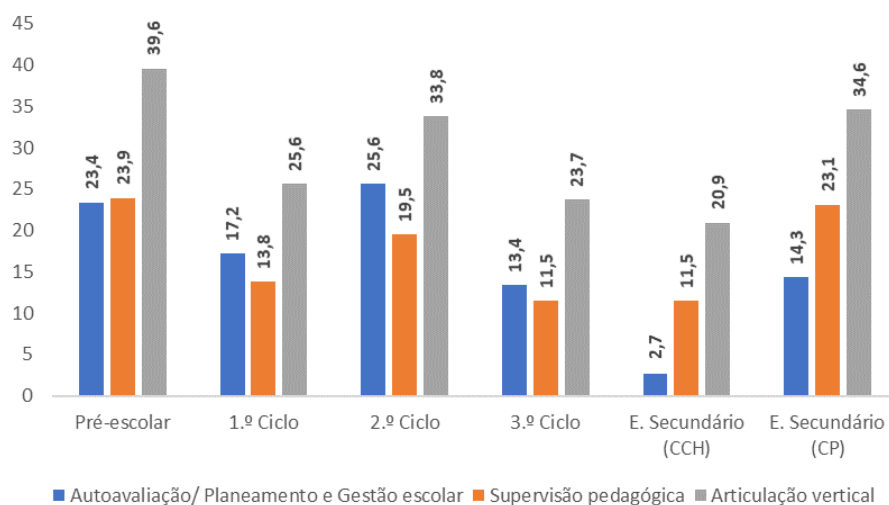
Figura 4.9: Perceção da necessidade de melhorias nos processos de planeamento, avaliação e articulação entre ciclos/níveis de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020

Todos os inquiridos, independentemente do ciclo/nível de ensino que lecionam, dão maior importância aos processos de articulação vertical (ver figura 4.10): consideram “absolutamente prioritário” entre 39,6% dos educadores de infância e 20,9% dos professores do ensino secundário. Já os processos de autoavaliação e planeamento e gestão escolar são mais fortemente considerados pelos professores do 2.º ciclo Ensino Básico (25,6%) e os processos de supervisão pedagógica pelos educadores de infância (23,9%) e professores do Ensino Profissional (23,1%).

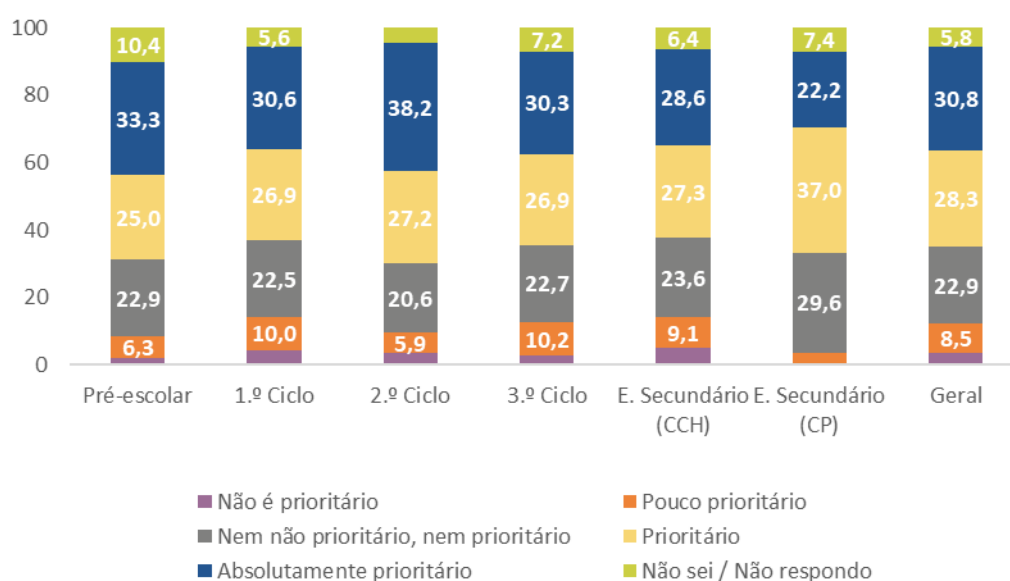
Figura 4.10: Perceção da necessidade de melhorias nos processos de avaliação, planeamento e articulação por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.
 Nota: Apenas foram contabilizadas as respostas “absolutamente prioritário”.

Outra dimensão revelante é o conhecimento sobre as aquisições que um aluno precisa de adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte. Como a figura 4.11 revela, 59,1% considera que deve haver melhorias neste aspeto. A figura revela ainda que acima da média encontram-se apenas os professores do 2.º ciclo do Ensino Básico e os professores do Ensino Profissional (65,4% e 59,3% consideram “prioritário” ou “absolutamente prioritário”, respetivamente).

Figura 4.11: Perceção da necessidade de melhorias no conhecimento sobre as aquisições do aluno para ter sucesso no ciclo/nível seguinte, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



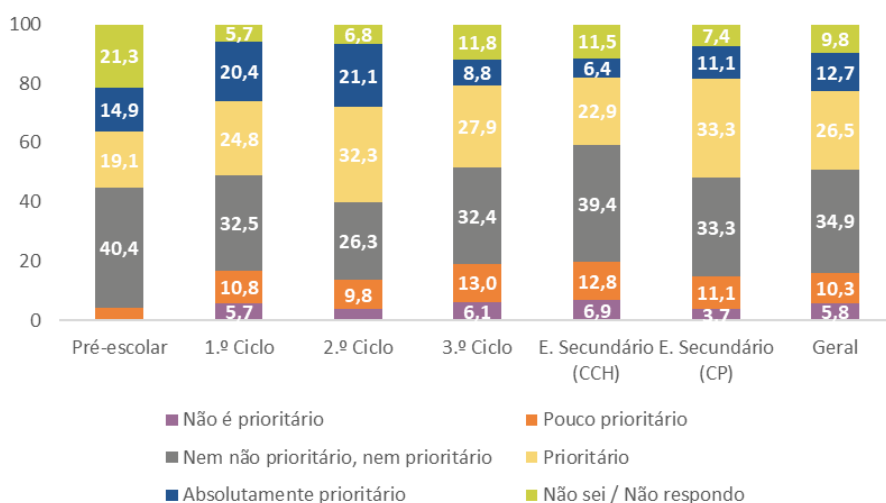
Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Importa salientar a este respeito que a perceção quanto à articulação entre o pré-escolar e o 1.º ciclo para os diretores auscultados é realizada, na maioria dos casos, de forma eficiente, sobretudo quando as crianças já estão em instituições da rede pública no pré-escolar, como a citação em baixo ilustra. Contudo, alguns diretores consideram que há falta de articulação entre os diferentes ciclos do ensino básico.

“Fazemos sempre articulação entre o pré-escolar e o 1.º ciclo e fazemos até ao final do 1.º ano para ver o que é que está, se resultou (...). Miúdos que me chegam de outras instituições e outros jardins-de-infância é diferente” (FG1, Diretores da rede pública).

Menos importante parece ser a regulação da implementação das metas previstas nos documentos estratégicos das UO (o projeto educativo, por exemplo): 51,0% dos inquiridos não considera como “prioritário” ou “absolutamente prioritário” (ver figura 4.12). Os inquiridos que mais valorizam esta dimensão são os professores do 2.º ciclo (53,4% como “prioritário” ou “absolutamente prioritário”).

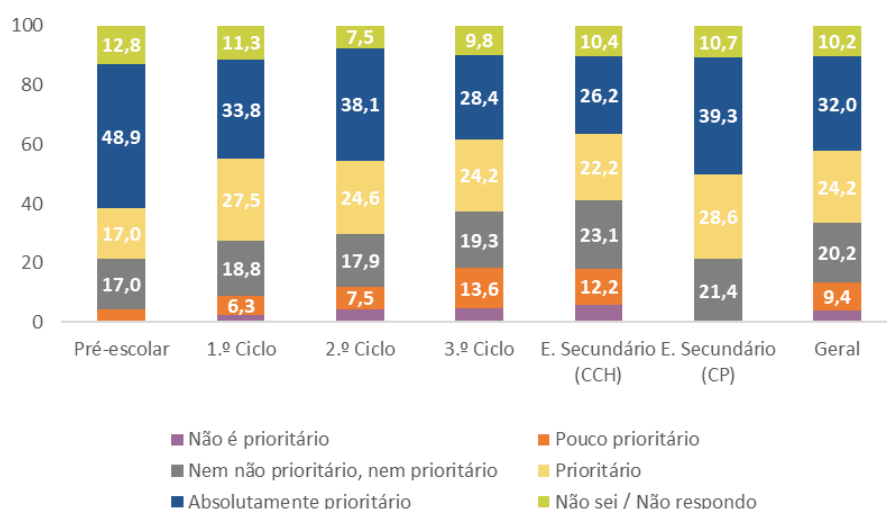
Figura 4.12: Perceção da necessidade de melhorias na regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

A maioria dos inquiridos considera a necessidade de fazer melhoramentos em termos de acessibilidades à escola onde leciona, mais especificamente 32,0% consideram “absolutamente prioritário” e 24,2% “prioritário” (ver figura 4.13). São os educadores de infância e os professores do Ensino Profissional os que mais priorizam esta dimensão (66,0% e 67,9% consideram “prioritário” ou “absolutamente prioritário”, respetivamente). Pelo contrário, são os professores do Ensino Secundário os que menos consideram esta dimensão como prioritária (48,4%).

Figura 4.13: Percepção da necessidade de melhorias nas acessibilidades, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

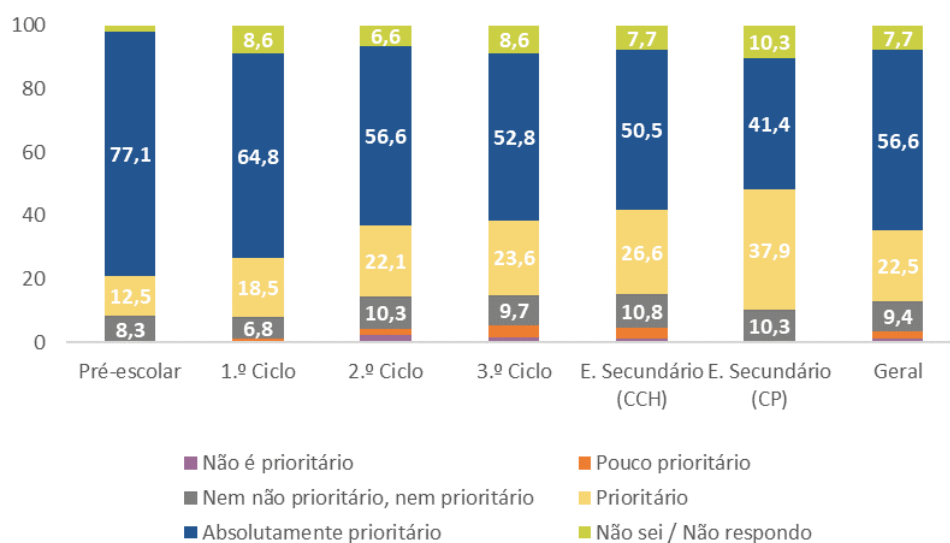
Este é também um aspeto que divide opiniões. Se alguns diretores da rede pública consideram que tem havido melhorias na rede de transportes escolares e equipa técnica da CMO reforça a ideia da concretização de um novo plano de mobilidade, outros atores consideram este aspeto como merecedor de atenção. Sendo esta última percepção mais unânime entre alguns diretores da rede pública, associações de pais e presidentes da Junta de Freguesia/União de Freguesias. Para estes, a rede de transportes é fraca e há falta de transportes diretos para algumas das UO. Elencam-se ainda problemas relacionados com falhas nos horários e questões de insegurança. Os dois tipos de percepção são ilustrados em baixo.

“A maior parte da nossa população vem de carro ou a pé. Só os miúdos que habitam nas zonas interiores do concelho [...], mas mesmo assim têm transportes. Não é uma situação difícil” (Diretor, Rede pública).

“Podia ser uma melhor solução, eventualmente em determinadas horas em utilização exclusiva ou quase exclusiva aos alunos para garantir a pontualidade e um pouco mais de segurança” (Diretor, Rede pública).

A figura 4.14 evidencia que a contratação de funcionários - incluindo assistentes operacionais, administrativos, técnicos especializados – é considerado um aspeto a melhorar por uma percentagem considerável dos inquiridos (79,1% considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”). Acima da média encontram-se os educadores de infância, professores do 1.º ciclo e professores do Ensino Profissional (89,6%, 83,3% e 79,3%). Como resposta a “outros”, alguns dos inquiridos fazem referência em específico a psicólogos e professores de apoio.

Figura 4.14: Perceção da necessidade de melhorias na contratação de funcionários, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

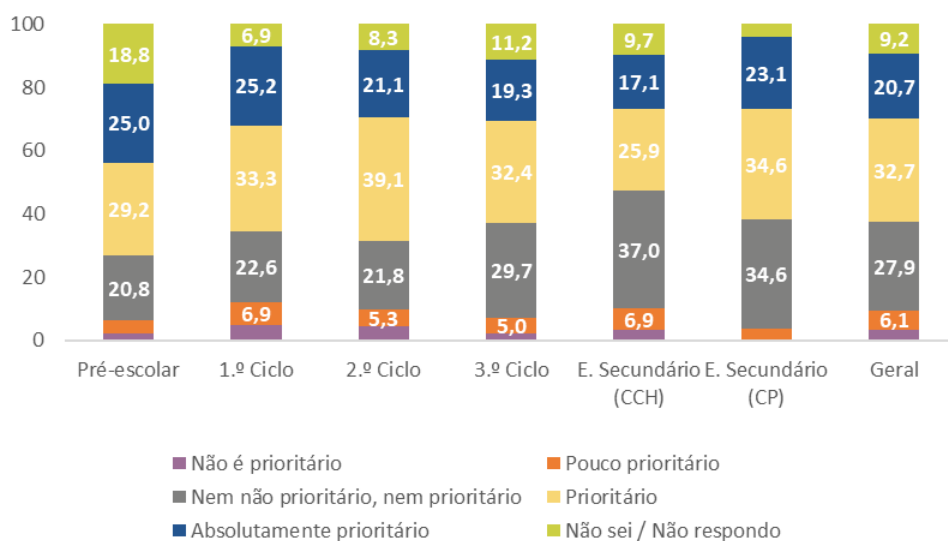
Alguns dos atores auscultados fazem referência em específico a psicólogos, assistentes operacionais e professores de apoio. Os excertos das entrevistas exemplificam esta ideia.

“No mínimo devíamos ter um técnico [em cada UO] para dar resposta na hora e eficaz e com a qualidade desejada. Estão a surgir situações em idades cada vez mais precoces e também é importante a despistagem precoce” (Diretor, Rede pública).

“A insuficiência resulta do número de crianças com necessidades educativas especiais, sem autonomia, que carecem do acompanhamento durante todo o tempo que estão dentro da escola” (Diretor, Rede pública).

O desenvolvimento de projetos e atividades concelhios na UO também se revelou um aspeto merecedor de melhorias (ver figura 4.15). Nomeadamente, 53,4% dos inquiridos considera-o “prioritário” ou “absolutamente prioritário”. Abaixo da média ficam apenas os professores do 3.º ciclo e do Ensino Secundário, onde a oferta de projetos e atividades parece estar mais de acordo com as suas expectativas.

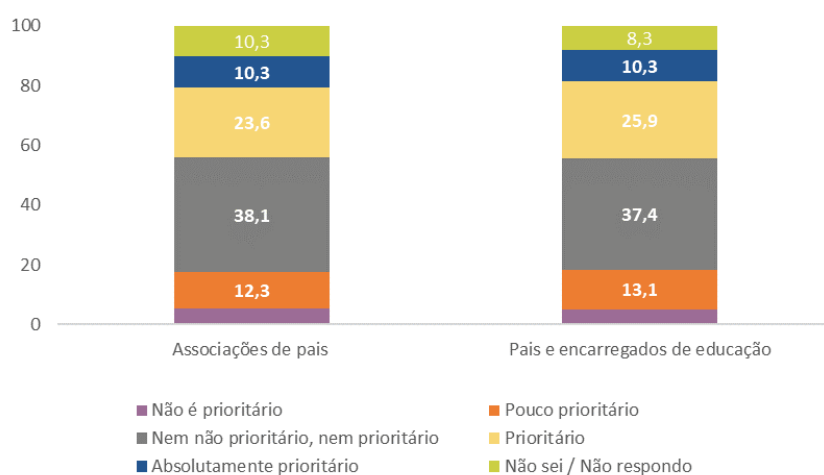
Figura 4.15: Perceção da necessidade de melhorias em projetos e atividades concelhios, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Questionados sobre o papel da família e das respetivas associações nas UO, os inquiridos não consideram uma dimensão prioritária. A maioria (55,6%) considera-o entre “não prioritário” e “nem não prioritário, nem prioritário”. Em ambos os casos, são os educadores de infância e os professores do Ensino Profissional que mais valorizam as melhorias no papel das famílias.

Figura 4.16: Perceção da necessidade de melhorias nos papéis das famílias (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Os tópicos avaliados pelos inquiridos relativamente à prioridade de melhorias necessárias nas unidades orgânicas foram trabalhados num exercício de estatística multivariada – Análise de Componentes Principais (ACP)³⁰ – com o objetivo de aferir tendências globais de resposta.

A ACP sobre a avaliação dos inquiridos quanto às prioridades de melhoria das UO³¹ permitiu a extração de quatro componentes principais, ou de quatro novas variáveis³², que foram designadas, após interpretação analítica dos indicadores que as compõem³³, como: i) Articulação e Regulação; ii) Recursos concelhios e Oferta escolar; iii) Equipamentos e Funcionários; iv) Representação das famílias (ver Anexo 6).

Para finalizar esta secção, importa analisar agora as novas variáveis construídas a partir da Análise de Componentes Principais, que darão um retrato mais sintético sobre as várias dimensões em consideração. Tendo por base a figura 4.17 verificamos que é a componente equipamentos e funcionários aquela em que os inquiridos consideram existir uma maior necessidade de melhorias na sua UO (42,4%). Em seguida encontra-se as melhorias em termos de recursos concelhios e oferta escolar (22,1%), os processos de articulação e regulação (15,4%) e, finalmente, a representação das famílias (10,0%).

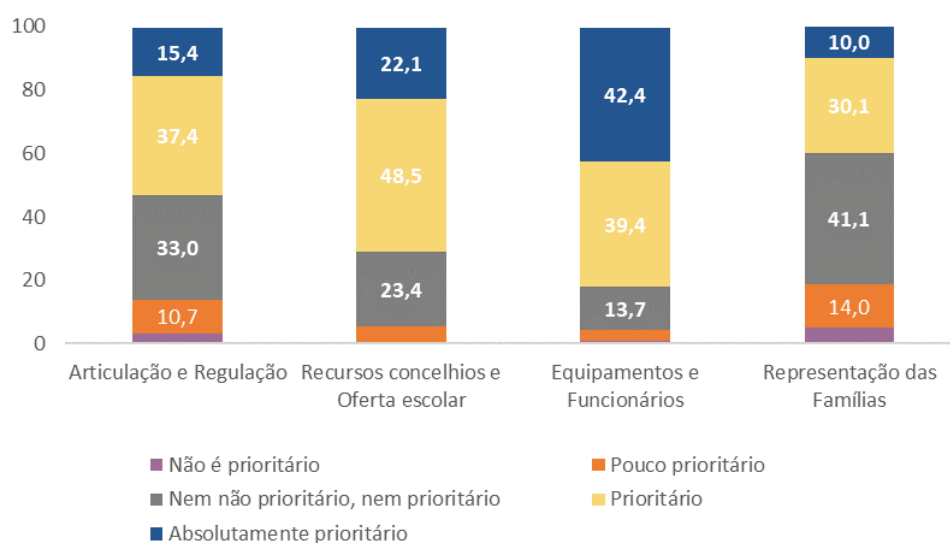
³⁰Realizada após verificação de todos os pressupostos necessários: i) variáveis possíveis de ser tratadas como métricas por via da utilização de escalas de resposta de Likert com 5 níveis; ii) garantia da normalidade e da linearidade por via da análise das médias e níveis de dispersão; iii) garantia da multicolinearidade por via do teste de Bartlett que garante que a matriz de correlações não é uma matriz de identidade, ou seja, é uma matriz que apresenta correlações significativas; iv) não foram identificados *outliers* severos em qualquer das variáveis iniciais; v) a dimensão da amostra ($n = 454$) é bastante superior ao número de variáveis multiplicado por 5 ($21 \times 5 = 105$).

³¹Apresenta resultados com um grau de adequabilidade perto de muito boa ($KMO = 0,935$; Teste de Bartlett $X^2(210) = 6525,112$, com $p < 0,001$) e que explicam 63,4% da variância global.

³²Foram criadas as quatro novas variáveis por apresentarem níveis de consistência interna alfa de cronbach excelente para as variáveis Articulação e Regulação (0,905) e Representação das famílias (0,918) e boa para Recursos concelhios e Oferta escolar (0,890) e Equipamentos e Funcionários (0,826).

³³A primeira componente, Articulação e Agregação, agrega os processos de articulação entre ciclos de escolaridade/níveis de ensino e de supervisão da prática pedagógica, o conhecimento sobre os conhecimentos e competências que um aluno precisa adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte, a regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores, o processo de autoavaliação e planeamento e gestão escolar. A segunda componente, Recursos concelhios e Oferta escolar, é composta pelos itens referentes às parcerias, tanto com empresas e parques tecnológicos, como com atores sociais e educativos, a oferta educativa e formativa, atividades no âmbito da componente de apoio às famílias, a rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho, os projetos e atividades concelhios e por fim, com menor peso, as atividades no âmbito das atividades extracurriculares. Adicionou-se a esta componente o tópico das acessibilidades à escola. Para a composição da terceira componente, Equipamentos e Funcionários, contribuíram os itens que remetiam para a renovação e manutenção de equipamentos desportivos, de edifícios, de equipamentos tecnológicos e artísticos. Com uma contribuição inferior a Contratação de funcionários também entra nesta componente. A quarta componente, Representação das famílias, é formada pelo papel exercido pelos representantes de pais e encarregados de educação, pelas associações de pais nos agrupamentos ou escolas e pelas parcerias com as mesmas.

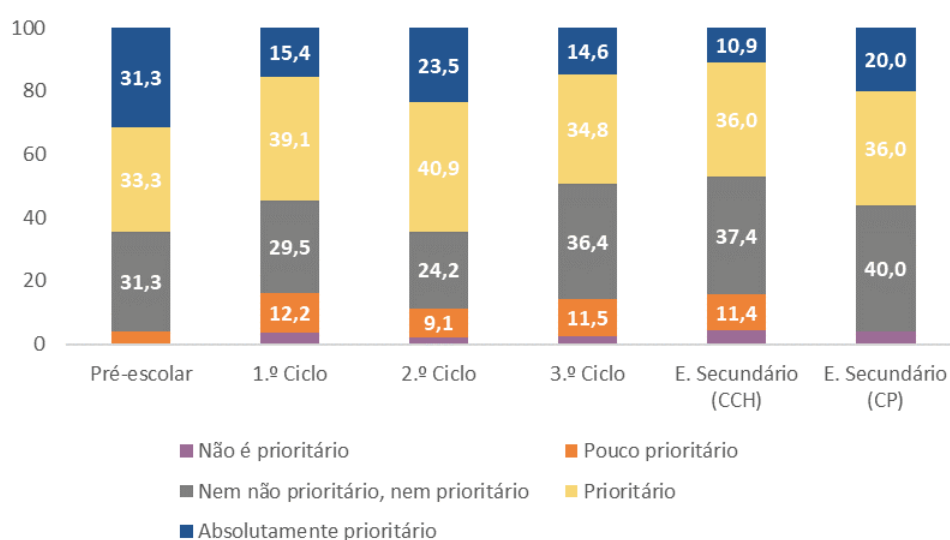
Figura 4.17: Perceção sobre as melhorias necessárias nas quatro componentes (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Quanto à questão da articulação e regulação, na figura 4.18 verificamos que são os educadores de infância e os professores do 2.º ciclo os que mais consideram que se trata de dimensões que devem ser melhoradas nas UO que integram. Sendo assim, 64,6% dos educadores e 64,4% dos professores do 2.º ciclo inquiridos consideram estes aspetos “prioritários” ou “absolutamente prioritários”.

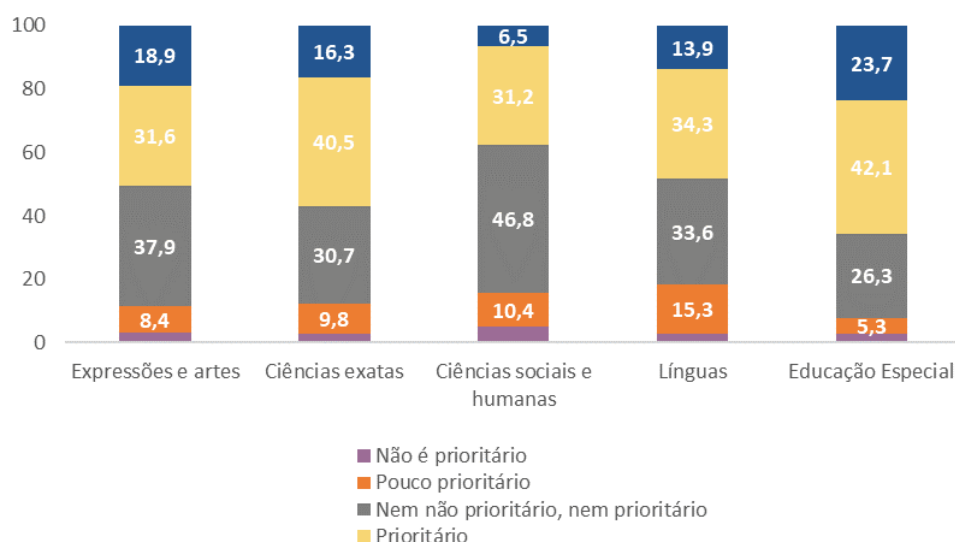
Figura 4.18: Perceção das melhorias necessárias na componente “Articulação e Regulação” por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Analisando por área disciplinar, na figura 4.19 verificamos que apenas os professores na área das ciências sociais e humanas e nas línguas não consideram, na sua maioria, esta componente como prioritária (apenas 37,7% e 48,2% o fazem, respetivamente).

Figura 4.19: Perceção sobre as melhorias necessárias na componente “Articulação e Regulação” por área disciplinar (%)

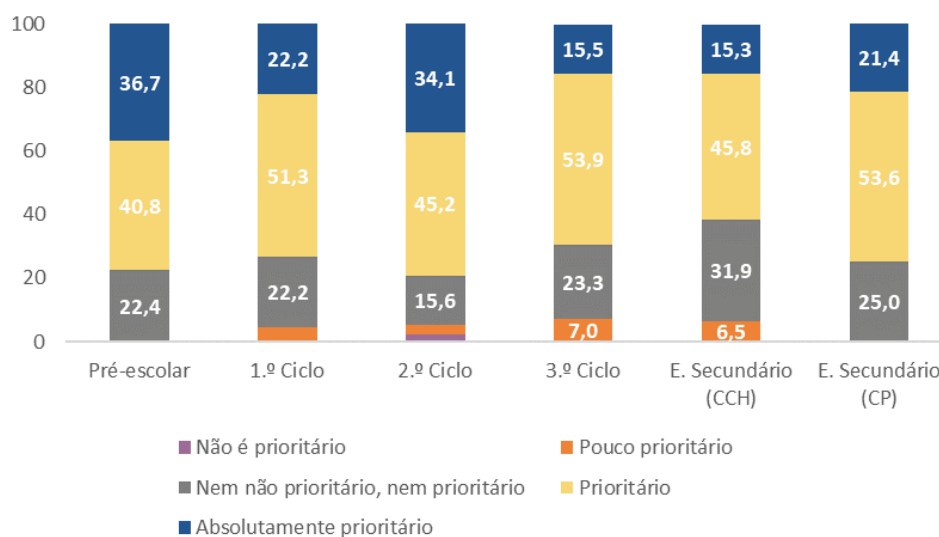


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Novamente, são os educadores de infância e os professores do 2.º ciclo aqueles que percecionam a dimensão “recursos concelhios e oferta escola” de forma mais negativa, isto é, os que consideram mais necessárias medidas nestes campos (ver figura 4.20): 77,6% dos educadores e 79,3% dos docentes do 2.º ciclo consideram necessárias medidas “prioritárias” ou “absolutamente prioritárias”. Também uma percentagem significativa dos professores do ensino profissional inquiridos (75,0%) considera este aspeto como “prioritário” ou “absolutamente prioritário”.

Esta dimensão é ainda significativamente relacionada com a UO onde os inquiridos lecionam ($\eta^2 = 0,200$), explicando 0,40 ($\eta^2 = 0,040$). São os AE de Carnaxide-Portela e de Carnaxide que mais consideram esta dimensão (85,7% e 79,3% consideram “prioritário” ou “absolutamente prioritário”, respetivamente).

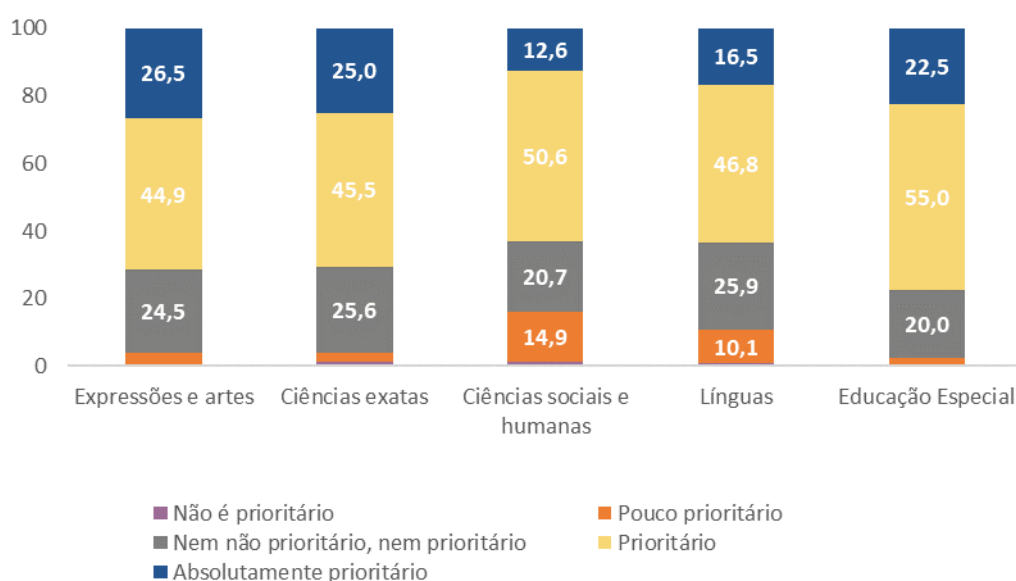
Figura 4.20: Perceção das melhorias necessárias na componente “Recursos concelhios e Oferta escolar” por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

A figura 4.21 evidencia que os inquiridos de todas as áreas disciplinares priorizam esta dimensão, salientando-se, contudo, os inquiridos no campo das artes e expressões e da educação especial como os que mais valorizam a questão do aproveitamento dos recursos concelhios em combinação com a oferta escolar: 71,4% e 77,5%, pela ordem de áreas, consideram-no “prioritário” ou “absolutamente prioritário”.

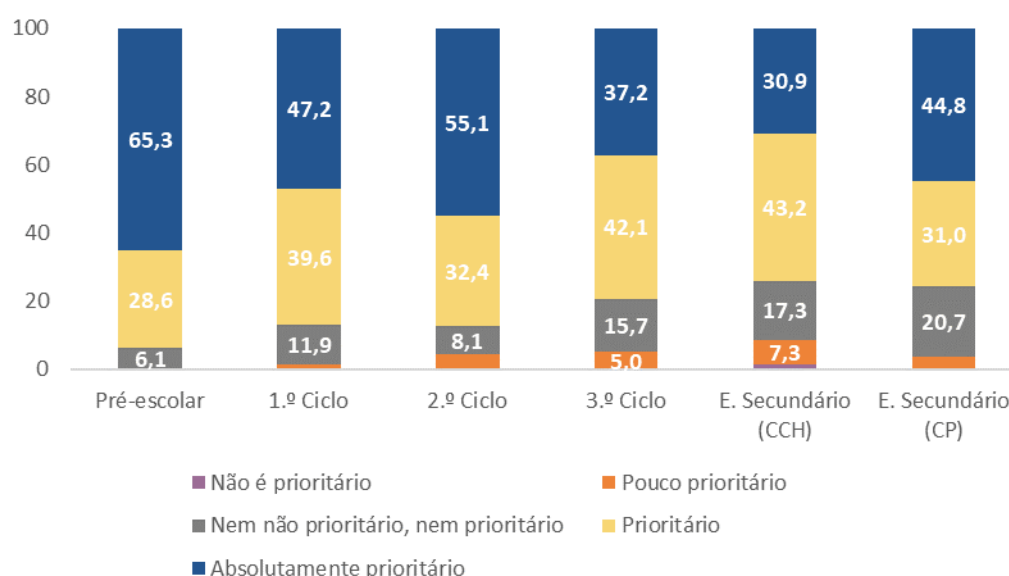
Figura 4.21: Perceção das melhorias necessárias na componente “Recursos concelhios e Oferta escolar” por área disciplinar (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Quanto aos equipamentos e funcionários, a análise por ciclo/nível de ensino (figura 4.22) revela uma acentuada percepção da necessidade de melhorias nesta dimensão. Contudo, a figura revela também que essa percepção tem uma tendência para diminuir com o ciclo/nível de ensino que os professores lecionam. Exemplificando, se para 93,9% dos educadores de infância esta dimensão é “prioritária” ou “absolutamente prioritária”, tal percentagem desce para 74,1% dos professores do ensino secundário inquiridos. Esta é a dimensão que mais fortemente se encontra relacionada com a UO onde os inquiridos lecionam ($Eta = 0,349$), explicando 12,2% da percepção sobre a necessidade de melhorias nos equipamentos e funcionários ($Eta^2 = 0,122$). São os professores e educadores dos AE de Carnaxide-Portela, de Conde de Oeiras e de Linda-a-Velha e Queijas, aqueles que mais priorizam as melhorias quanto a esta dimensão (91,4%, 92,9% e 94% assinalam como “prioritário” e “absolutamente prioritário”, respetivamente).

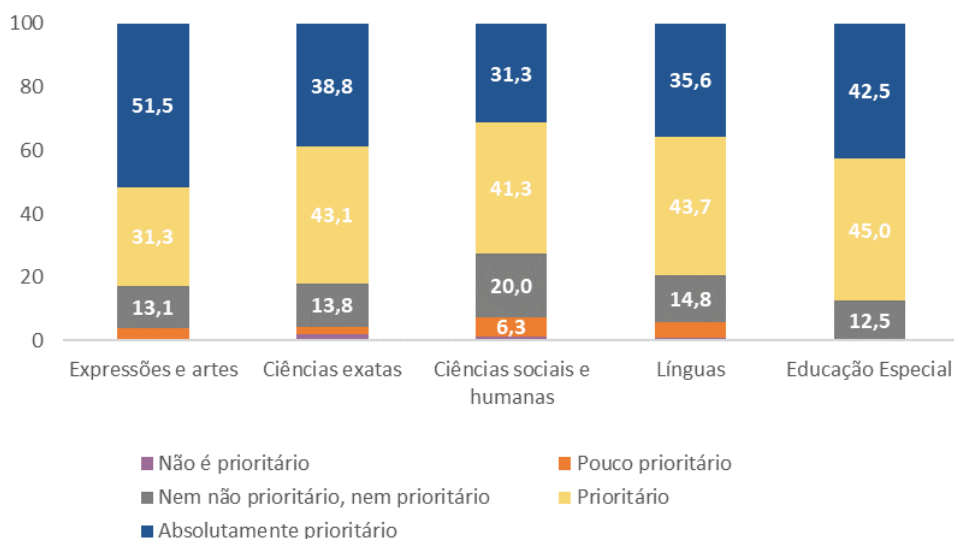
Figura 4.22: Percepção das melhorias necessárias na componente “Equipamentos e Funcionários” por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Tal como acontecia na primeira dimensão agrupada, são novamente os professores de ciências sociais e humanas e de línguas os que menos fortemente consideram que equipamentos e número de funcionários necessitava de melhorias, ainda assim a maioria assinala como prioritário (72,5% e 79,3%, respetivamente).

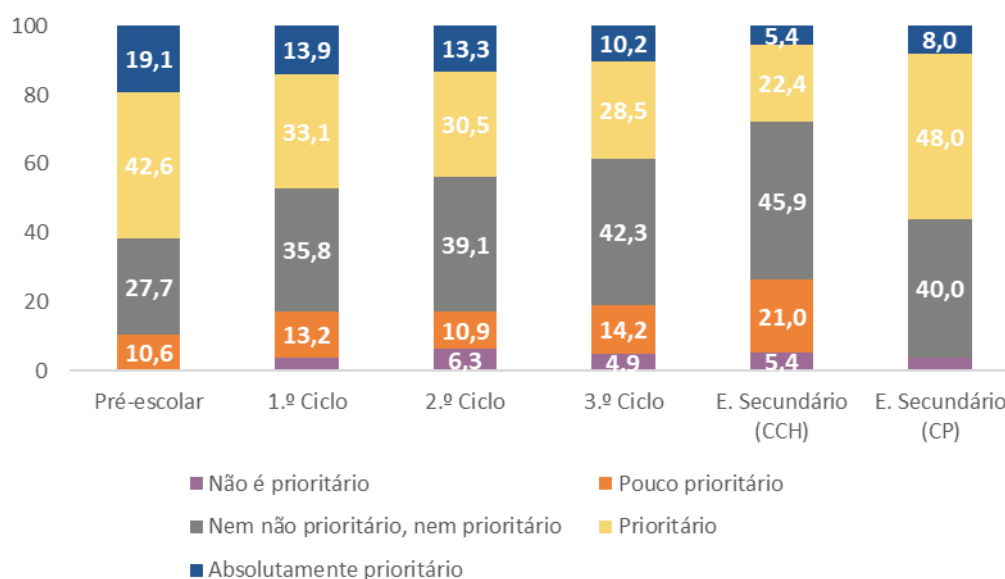
Figura 4.23: Percepção das melhorias necessárias na componente “Equipamentos e Funcionários” por área disciplinar



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Por último, a representação das famílias parece ser um dos aspetos menos considerado na percepção das melhorias necessárias nas UO, havendo uma tendência decrescente na valorização deste aspeto em termos de ciclo/nível de ensino (ver figura 4.24). Assim sendo, são os educadores de infância aqueles que mais estão atentos a esta dimensão da vida escolar (61,7% considera “prioritária” ou “absolutamente prioritária”). Contudo, assinala-se que os professores do ensino profissional quebram tal tendência, havendo uma maioria que considera prioritário este aspeto (56,0%). Esta dimensão está ainda relacionada significativamente com a UO a que os inquiridos pertencem ($\eta^2 = 0,199$), explicando esta variável 0,39% da percepção quanto à representação das famílias na UO ($\eta^2 = 0,039$). São os AE de Santa Catarina e de Carnaxide-Portela os que mais consideram esta dimensão (50% e 62,9%, respetivamente).

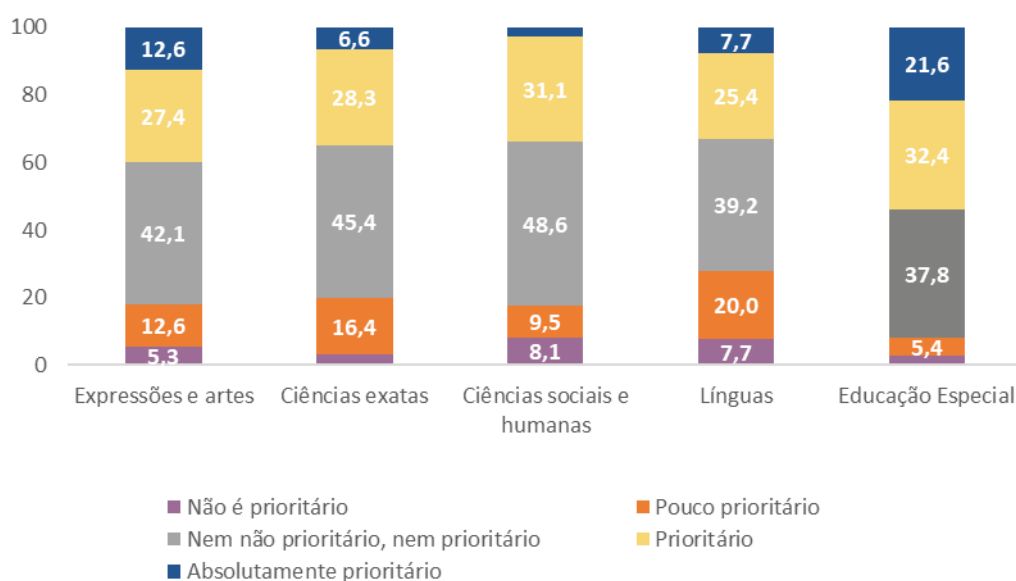
Figura 4.24: Perceção das melhorias necessárias na componente “Representação das Famílias” por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Como seria de se esperar, a figura 4.25 revela que são os professores de educação especial aqueles que mais consideram a representação das famílias na UO a que pertencem (54,1% assinala como “prioridade” e “absolutamente prioritário”).

Figura 4.25: Perceção das melhorias necessárias na componente “Representação das Famílias” por área disciplinar (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Os anos de serviço dos inquiridos, inclusive os anos de serviço em que é professor na escola, e o número de vezes que mudou de escola nos últimos 5 anos são variáveis correlacionadas com esta dimensão. Apesar de se tratar de relações fracas, são significativas, como mostra a tabela 4.1.

Tabela 4.1: Relação entre a componente “Representação das famílias” e outras variáveis

Variáveis	Coeficiente de Pearson
Há quantos anos é professor(a)?	0,080*
Há quantos anos é professor(a) nesta escola?	0,083*
Nos últimos 5 anos, quantas vezes mudou de escola?	0,105*

Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Nota: * $p < 0,05$. Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Outros aspetos apenas salientados pelos diretores da rede pública são a promoção da formação de professores:

“Os próprios profissionais no terreno que têm de dar respostas pedagógicas diferenciadas para uma população diferenciada. Acho que devem ser estas as linhas prioritárias e muito decorre da formação, acompanhamento em contexto dos professores” (FG1, Diretores da rede pública).

4.2: Avaliação dos projetos concelhios para a educação

Neste subcapítulo são apresentados os resultados da análise dos discursos produzidos pelos vários atores locais (entrevistas individuais com os diretores das unidades orgânicas da rede pública e representantes da comunidade nas entrevistas de grupo) acerca da avaliação de educadores e docentes de alguns dos projetos dinamizados pela Câmara Municipal de Oeiras (CMO).

Existe um sentimento geral de satisfação para com o investimento que a Câmara Municipal tem vindo a fazer junto das escolas incluindo no que respeita à dinamização e/ou complementação de vários projetos.

“(…) são projetos interessantes que ajudam à formação integral dos alunos que serem só para alguns alunos também me parece limitado.” (Diretor, Rede Pública)

“Os projetos da câmara vêm enriquecer os currículos dos alunos.” (Diretor, Rede pública)

Não obstante, durante as entrevistas com vários atores locais, nomeadamente, com os diretores das UO, identificou-se uma preocupação generalizada com a quantidade e a qualidade destes projetos em termos pedagógicos e também quanto à continuidade dos mesmos. Os seguintes excertos exemplificam estas inquietações:

“Eu já não podia ouvir mais falar de projetos. Eu não tinha necessidade deles, mas eu vejo que muitos desses projetos fizeram sentido para as escolas que os abarcaram.” (Diretor, Rede pública)

“Os projetos pedagógicos devem emergir da escola e a Câmara deve ser um facilitador dos projetos que a escola considere importantes (...). Pode acontecer que estes projetos se atoplem tornando projetos importantes insignificantes.” (Diretor, Rede pública)

“Devia dar-se mais continuidade aos projetos implementados, avaliar os seus resultados e melhorar e corrigir o que não funcionou, mas não começar do zero todas as vezes.” (FG3, Rede social e Instituições de Ensino Superior)

Este “excesso de projetos”, aos quais as UO se veem compelidas a atender, concretiza-se na dificuldade de coordenação e articulação entre os projetos promovidos pela CMO, os projetos desenvolvidos por cada escola e ainda as diretrizes do Ministério da Educação, à qual acresce alguns sentimentos de incapacidade dos educadores e professores em responder a tanta solicitação e de falta de autonomia da coordenação das escolas e agrupamentos, como ilustra a seguinte citação.

"As escolas precisam de timings, de tempo para implementar projetos e muitas vezes são-nos pedidas coisas para ontem (...) e nós não conseguimos dar resposta...temos muitas atividades que foram feitas e ficam feitas porque se fizeram, mas não com o sumo que se pretendia [...] Eu penso que aqui a política educativa terá de repensar o seu modelo (...), na ótica do ano de escolaridade. As pessoas muitas vezes recusam projetos e participar em determinadas atividades por causa disso." (Diretor, Rede pública)

“Em 2017 e 2018 houve um ímpeto muito forte na direção da mobilização de parceiros, projetos, iniciativas. Mas as escolas começaram a dizer «já chega».” (FG8, Equipa Política da CMO).

Neste âmbito foi ainda sugerido que houvesse, no início de cada ano letivo, uma proposta da câmara com os projetos para o ano, a sua discussão e distribuição pelas UO, "(...) na ótica daquilo que foi feito com o Oeiras Educa, em que as coisas estão lá e as pessoas vão à procura." (Diretor, Rede pública), bem como a existência de "(...) pivot nas escolas, que leve a informação e dinamize" de forma a que seja facilitada a integração dos projetos nas escolas (FG8, Equipa política da CMO).

Também a falta de avaliação dos resultados dos projetos camarários desenvolvidos e da continuidade de outros, cujos efeitos positivos foram notórios, são também enunciadas por vários dos entrevistados como medidas importantes para a gestão dos projetos propostos pela CMO.

“Nós quando fazemos um esforço temos de ter avaliação desse esforço económico. O Oeiras Educa tem coisas muito giras, tem de ser avaliado e não podem encher a escola de projetos (...).” (Diretor, Rede pública)

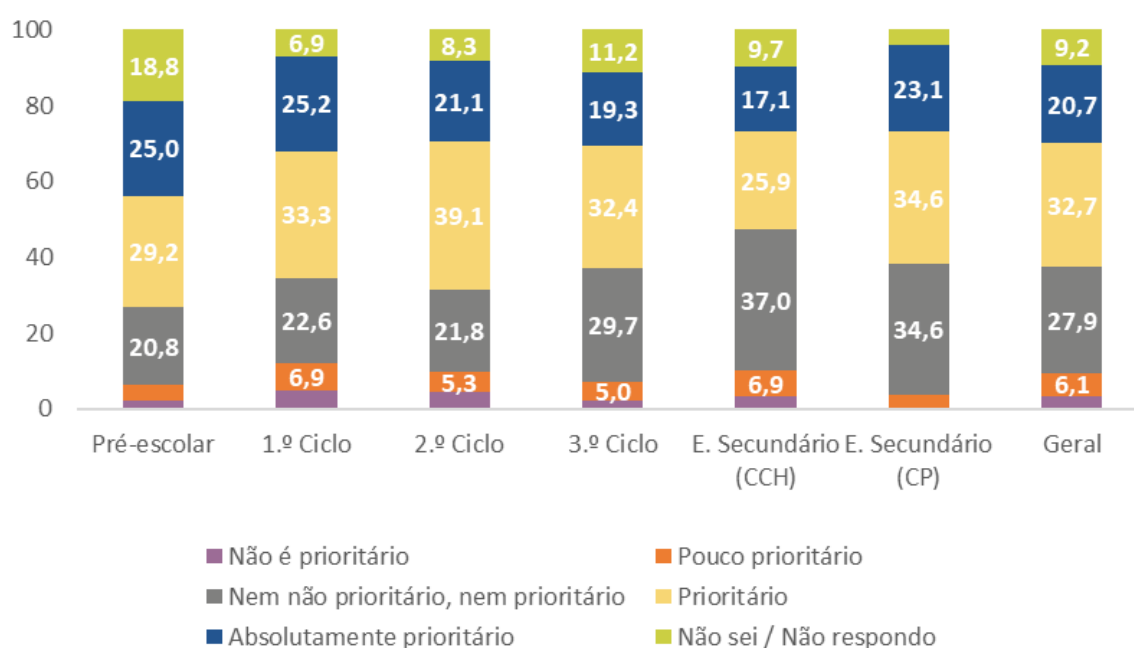
Ainda assim, é possível verificar, de forma global, a existência de interesse e vontade por parte dos atores educativos, na integração e desenvolvimento dos projetos promovidos pela CMO, vistos como potenciais ferramentas para o desenvolvimento e complemento do currículo dos alunos, em diversas áreas, especificamente na melhoria das componentes de educação para a cidadania e educação inclusiva, constituindo-se também como um fator importante para a motivação dos alunos.

"Todos os projetos que são apresentados na escola e que sejam no sentido de melhorar as aprendizagens e de ajudar a abrir um bocadinho os horizontes, para que os nossos alunos acreditem que vale a pena, (...) nós aceitamos." (Diretor, Rede pública)

Porém os impasses decorrentes do excesso de oferta no que diz respeito aos projetos propostos pela autarquia, do pouco planeamento em articulação com outras atividades letivas e da falta de avaliação das atividades realizadas apontam para uma necessidade de repensar a forma como a

gestão dos projetos educativos concelhios tem vindo a ser realizada. Os dados relativos à perceção dos educadores e professores sobre as necessidades de melhorias em projetos e atividades concelhios (figura 4.26) vêm reforçar esta ideia, pois 53,4% dos inquiridos considera “prioritária” ou “absolutamente prioritária” a concretização dessas melhorias. Abaixo da média ficam apenas os professores do 3.º ciclo e do ensino secundário, onde a oferta de projetos e atividades parece estar mais de acordo com as suas expectativas.

Figura 4.26: Perceção da necessidade de melhorias em projetos e atividades concelhios, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

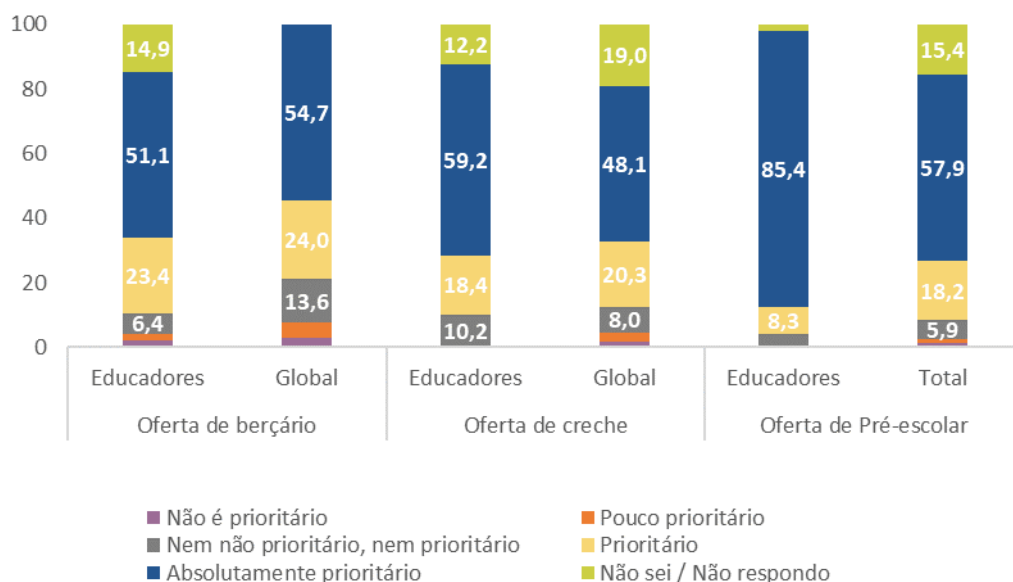
4.3: Prioridades educativas do concelho

Nesta secção relatamos os resultados analisados quanto aos tópicos que, segundo o conjunto de educadores e professores entrevistados, devem ser priorizados na política educativa do concelho de Oeiras.

Questionados sobre a oferta de berçário, creche e pré-escolar do concelho, os inquiridos priorizam mais intensamente a necessidade de aumentar a oferta de berçário, seguindo-se de pré-escolar e finalmente de creche (ver figura 4.27). Em termos concretos, 78,7% dos inquiridos considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”, a melhoria da oferta de berçário, enquanto 68,4% dos inquiridos avalia da mesma forma a oferta de creche e 76,1% a oferta de pré-escolar. A figura revela ainda a perceção dos educadores inquiridos quanto a esta oferta e diferenças assinaláveis. O pré-escolar é entendido pelos educadores inquiridos como a oferta que merece maior priorização

(93,8% considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”), seguindo-se neste caso da creche e do berçário (77,6% e 74,5%, respetivamente).

Figura 4.27: Grau de prioridade da oferta de berçário, creche e pré-escolar no concelho de Oeiras atribuído pelos inquiridos, geral e apenas educadores (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

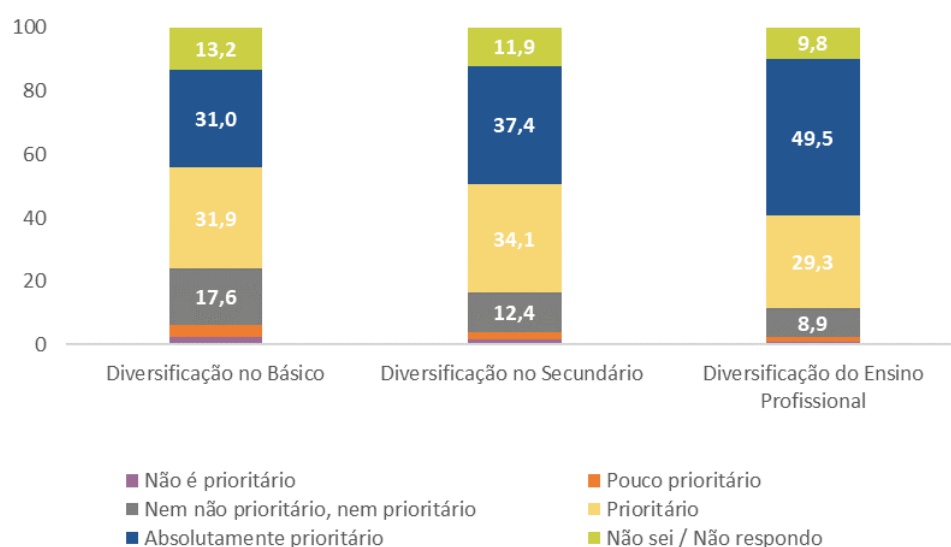
Os diretores da rede pública e dos presidentes das juntas ou uniões de freguesia consideram a premência de alargar a oferta no pré-escolar com a intenção de vir a construir uma rede universal nesta fase da vida das crianças. Para tal, a maioria dos atores concorda com a integração das redes pública e privada como “rede única” com “gestão integrada”.

“Há algum défice de resposta de pré-escolar, tanto que a generalidade entra com 5 anos, só estão connosco um ano, o que indicia que a resposta é insuficiente. Por outro lado, esta zona de Oeiras tem algumas IPSS com pré-escolar, se abrir salas a rede pública de pré-escolar elas vão à falência. (...). Acho que fazia sentido, numa lógica municipal, em vez de o público estar a criar mais salas, criar avenças, articular com o privado” (Diretor, Rede pública).

“O importante é garantir que em Oeiras todas as crianças dos 3 aos 5 anos têm a oportunidade de ter uma escola, com educadoras, profissionais e equipamentos que lhes permitam desenvolver o manancial de capacidades que têm nessa fase, para depois iniciarem o 1.º ciclo, (...), com valores equilibrados em função do que as famílias possam suportar, garantindo a igualdade de oportunidades” (Diretor, Rede pública).

A figura 4.28 assinala que é no ensino profissional que o conjunto dos inquiridos considera haver uma necessidade mais premente de diversificação das modalidades de ensino (78,8% escolhe as opções “prioritário” e “absolutamente prioritário”). Por sua vez, 71,5% dos inquiridos considera prioritária a diversificação das modalidades de ensino no secundário, enquanto 62,9% considera a prioridade da diversificação de modalidades no ensino básico.

Figura 4.28: Grau de prioridade da diversificação da oferta de modalidades de ensino básico, ensino secundário e ensino profissional (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Estes resultados vão ao encontro de uma preocupação evidente dos diferentes atores locais no sentido da necessidade de uma maior aposta na oferta de ensino profissional. Diretores da rede pública, diretores da rede privada, atores da rede social, das IES e do tecido empresarial, tal como presidentes das juntas ou uniões de freguesia e equipas técnicas e políticas da CMO salientam a importância de uma resposta mais estruturada que tenha em conta uma articulação com o mercado de trabalho (sendo falada a possibilidade de lançar um estudo aprofundado sobre o mercado de trabalho no concelho de Oeiras e as suas necessidades), assegurando as condições físicas e recursos materiais necessários (falando-se na possibilidade de concentrar o ensino profissional numa UO já existente). Fala-se, ainda a este respeito, da necessidade de desconstrução de ideias negativas de professores, alunos e famílias quanto a esta modalidade de ensino.

“Falta de oferta a nível de cursos técnico-profissionais ligada ao mundo do trabalho. São pedidos pela população e são bastante importantes. (...). Cada vez mais existem profissões que são muito procuradas e que não existem pessoas, que são precisamente as técnicas” (FG6, Presidentes das juntas e uniões de freguesia).

“Temos uma oferta residual, (...), nomeadamente com novas áreas que têm muita procura a nível profissional, áreas ligadas ao mar, farmacêutica, novas tecnologias. (...). Percebemos que as ofertas que temos não dão resposta àquilo que eventualmente possam ser estas áreas (...). Também queremos desconstruir a ideia de que o ensino profissional é para os piores alunos, tanto nos alunos como nas famílias. (...). As escolas têm de parar de olhar para os cursos profissionais como o parente pobre” (FG7, Equipa técnica da CMO).

“Seria importante pensar na concentração de oferta de cursos numa unidade ou criar essa mesma unidade. (...). Os professores também têm de ser especializados em cursos profissionais, porque são registos completamente diferentes (...) para que aqueles alunos sejam efetivamente bem acompanhados. (...). Pode até ser com protocolos com o ensino superior” (Diretor, Rede pública).

Ainda a este respeito, consideram que a ampliação da oferta escolar nos diferentes ciclos e níveis de ensino deve reforçar a dinamização de competências transversais e reforço das componentes da cidadania, arte, cultura e desporto como mencionado anteriormente. A essa ideia acrescenta-se agora a crença dos atores auscultados acerca de como essas componentes podem ser importantes para cativar algumas comunidades caracterizadas por uma maior tendência de abandono escolar precoce.

“A escola tem de cativar os alunos dos bairros sociais, se não o fizer estes alunos têm tendência a abandonar a escola ou a não ligar nenhuma à escola. Se houver uma oferta cultura, desportiva, de lazer, cativa os alunos” (FG6, Presidentes das juntas e uniões de freguesia).

Outro tema que surge de forma recorrente nos discursos dos auscultados é a ênfase numa escola inclusiva e a criação de condições para alunos com necessidades educativas especiais. Os mesmos atores propõem, por exemplo, cursos de cariz profissionalizante que ajudem estes alunos a fazer a transição para a vida ativa, mas também uma maior articulação da rede pública e privada em termos de apoios e projetos.

“Se a oferta é uma oferta inclusiva, numa escola para todos? Não. Há um grande caminho a fazer, que não pode também ser só feito pelo ensino particular. (...) Penso que neste momento temos muitos serviços que têm de ser desenvolvidos. (...). O Decreto-Lei nº 54/2018 implica que todos os envolvidos percebam o que é a inclusão e o que é que ela implica, portanto a nova legislação não mexeu ainda e não sei se vai mexer, naquilo que é a base, que é como é que as nossas escolas estão organizadas para receber de facto a diversidade” (FG3, Rede social e Instituições de Ensino Superior).

“É pena não termos uma rede de contactos para darem apoio às nossas crianças em termos de educação inclusiva (...) se houvesse uma rede de parceria com centros educativos, com equipas multidisciplinares (...) que permita fazer um trabalho efetivo com estas crianças que necessitam de apoios e de intervenção (...). Acho que podia ser interessante a Câmara envolver-nos e criar uma rede de partilha” (FG2, Diretores, Rede privada).

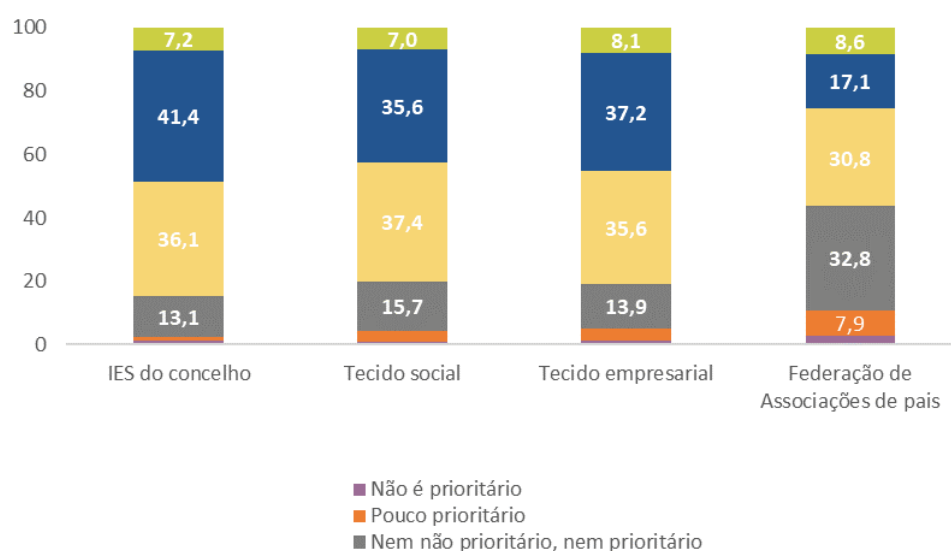
“É fundamental que o município crie uma rede de oferta através da negociação que fazem com diferentes empresas para os alunos puderem realizar os trabalhos autónomos fora do contexto escolar (...). As empresas aqui de Oeiras têm um perfil mais tecnológico e às vezes têm dificuldade em integrar esses miúdos. (...) A Câmara pode agenciar no sentido de ser facilitadora a inclusão destes miúdos na comunidade” (FG1, Diretores, Rede pública).

As parcerias entre UO com outros atores do concelho de Oeiras são também consideradas prioritárias pelo conjunto dos educadores e professores inquiridos. A ordem de prioridade é a seguinte: instituições de ensino superior do concelho (77,5%), tecido social (73,0%) e tecido empresarial (72,8%). Exceção é a federação de associações de pais que, como mostra a figura 4.29, é considerada uma parceria prioritária apenas para 47,9% dos inquiridos (17,1% selecionaram a opção “absolutamente prioritário” e 30,8% “prioritário”). Um dos inquiridos fez ainda referência a parcerias entre as várias UO.

Embora o conjunto dos inquiridos valorize a promoção de parcerias com diferentes atores, vale a pena ressaltar que há alguma variação quando se efetua o cruzamento com o ciclo/nível escolar

que os inquiridos lecionam. Realça-se que são os educadores de infância que mais priorizam as parcerias com instituições de ensino superior (83,3% considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”), com o tecido social (81,6%) e com a federação das associações de pais (60,7%); e são os professores do Ensino Profissional que mais fortemente priorizam as parcerias com o tecido empresarial (89,3%). No caso da federação das associações de pais a priorização decresce com o aumento do ciclo/nível de ensino. Assim sendo, são os professores do ensino secundário os que menos consideram este tipo de parceria como uma prioridade (apenas 13,0% considera “absolutamente prioritário), com distinção para os do ensino profissional que valorizam este aspeto (60,7% considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”).

Figura 4.29: Grau de prioridade das parcerias entre UO e outros atores (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

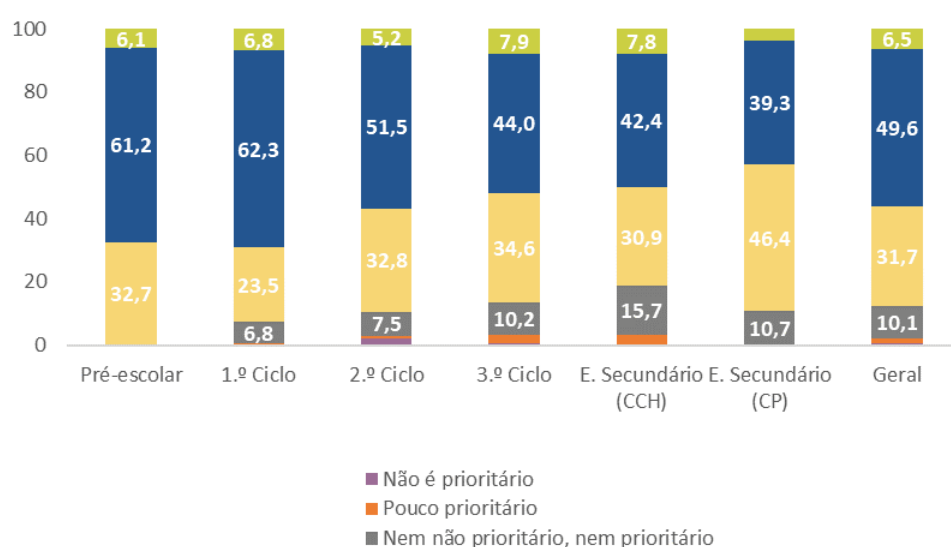
Os atores municipais auscultados priorizam também o aumento das parcerias com o tecido social concretizadas em projetos, nacionais e internacionais, mas também na reestruturação das atividades extracurriculares, tema desenvolvido no ponto 4.1. As parcerias com o tecido empresarial também são consideradas imprescindíveis, com o fim último de aumento da empregabilidade dos alunos, podendo concretizar-se, por exemplo, em bolsas de voluntários das empresas nas escolas e estágios nas empresas.

“Parece que deve ser encontrado um modelo com todos os parceiros de forma a proporcionar a todas as crianças e jovens formação desportiva, formação cultural, formação musical, a opção que os pais e os alunos entendessem fazer” (FG6, Presidentes das juntas e uniões de freguesia).

“Seria interessante haver parcerias diretas entre escolas e as empresas (...), já que as empresas identificam determinadas necessidades e um curso ou uma formação mais específica é adequada a essas necessidades” (FG4, Tecido empresarial).

A figura 4.30 mostra que a grande maioria dos inquiridos (81,3%) considera prioritária ou absolutamente prioritária a rentabilização dos serviços e equipamentos (desportivos, culturais e artísticos) disponíveis no concelho por parte das UO. É de notar que a prioridade concebida a este aspeto diminui com o aumento do ciclo/nível de ensino. Nesse sentido, enquanto 93,9% dos educadores consideram tal rentabilização “prioritária” ou “absolutamente prioritária”, 73,3% dos docentes do ensino secundário têm a mesma perceção. Mais uma vez são os professores do ensino profissional que contrariam esta tendência, apresentando valores elevados (85,7% considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”).

Figura 4.30: Grau de prioridade da rentabilização dos serviços/equipamentos disponíveis por parte das UO, geral e por ciclo/nível de ensino (%)

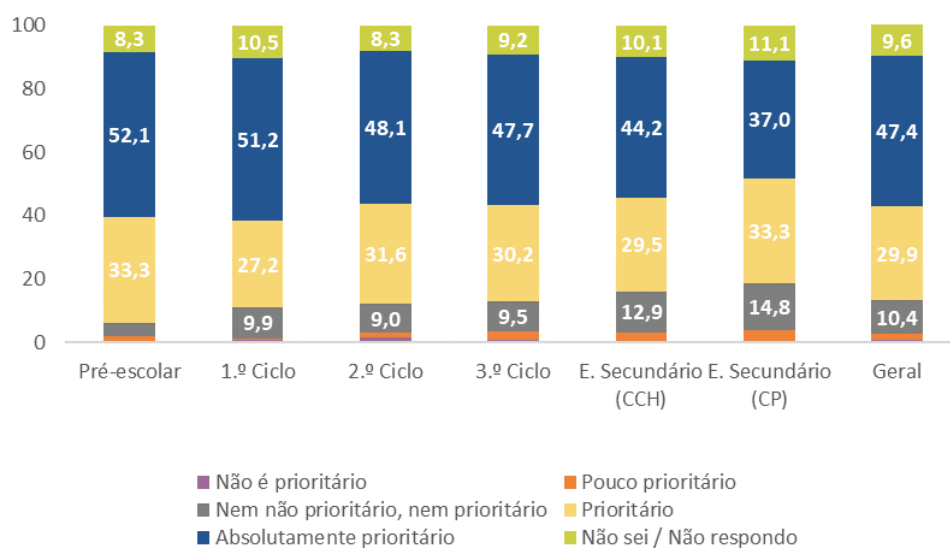


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Os transportes escolares e públicos são considerados uma dimensão prioritária por 77,3% dos inquiridos (ver figura 4.31). Em termos concretos, verifica-se que a prioridade dada a esta dimensão diminui com o aumento do ciclo/nível de ensino lecionado. Assim sendo, 85,4% dos educadores consideram “prioritária” ou “absolutamente prioritária” a atuação do concelho de Oeiras neste aspeto, e 73,7% dos professores do ensino secundário valorizam esta dimensão.

Como evidenciamos no ponto 4.1, um número significativo de atores auscultados, entre eles diretores da rede pública, associações de pais, presidentes de juntas ou uniões de freguesia, prioriza também a questão da rede de transportes, considerando a falta de transportes diretos, as falhas nos horários e questões de segurança.

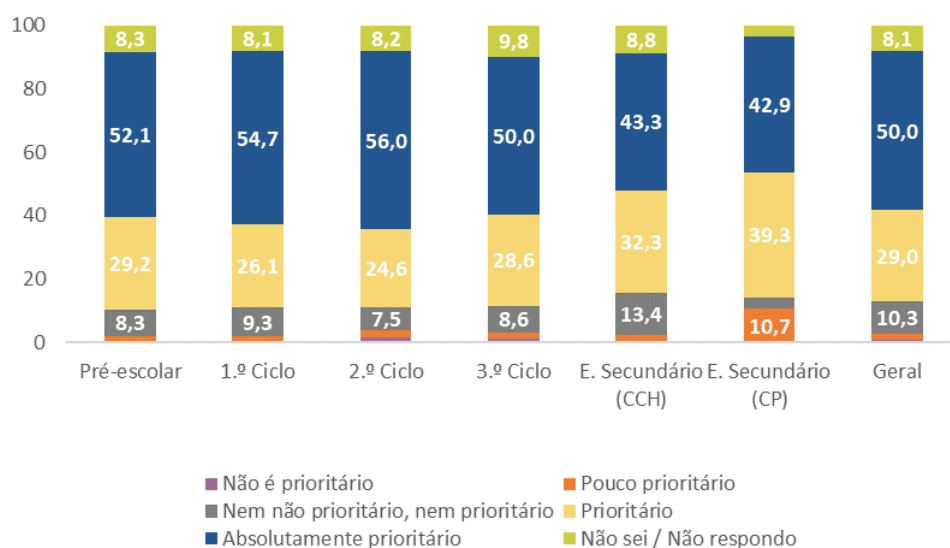
Figura 4.31: Grau de prioridade das ferramentas dos transportes escolares e públicos, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Quanto aos apoios à família – por exemplo, bolsas, prémios e passes – a maioria dos inquiridos considera “absolutamente prioritário” (ver figura 4.32, excetuando os professores do ensino secundário “regular” e profissional (43,3% e 42,9%, respetivamente). No campo aberto para esta questão, três inquiridos discriminaram apoios que consideram necessários, entre eles “apoios suficientes para ficarem com os bebés em casa” e “apoio à habitação”.

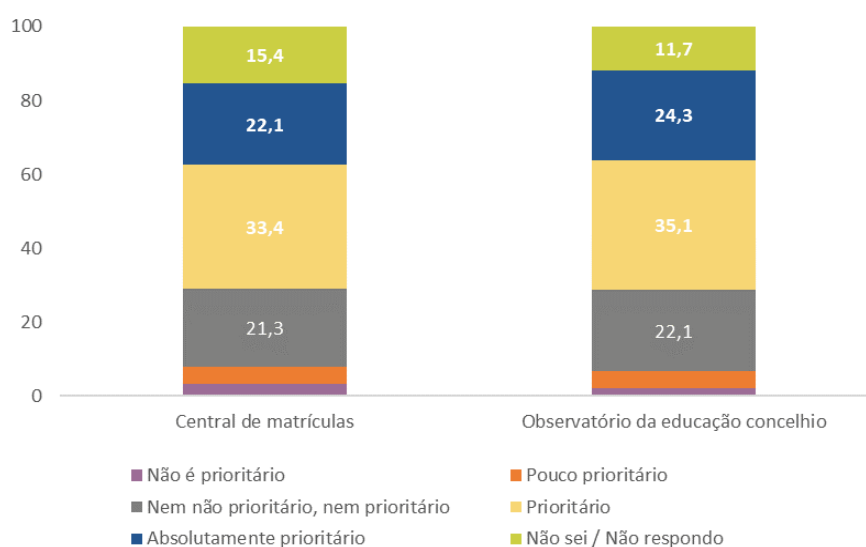
Figura 4.32: Grau de prioridade dos apoios à família, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Tanto a central de matrículas como o observatório da educação são ferramentas consideradas pela maioria dos inquiridos como prioritárias (55,5% e 59,4% opta por considerar “prioritário” e “absolutamente prioritário”, respetivamente). Comparando as respostas por ciclo/nível de ensino, a figura 4.33 evidencia que apenas os professores do ensino secundário têm uma perceção menos prioritária relativamente à central de matrículas, 25,5% não tendo opinião formada sobre este aspeto. É também neste nível de ensino que se verifica uma menor valorização do observatório da educação, mesmo que a maioria dos inquiridos considere este aspeto prioritário (52,1% opta por “prioritário” ou “absolutamente prioritário”).

Figura 4.33: Grau de prioridade das ferramentas de gestão no entendimento dos inquiridos (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Outros aspetos foram elencados pelos inquiridos na opção aberta do questionário. Entre eles, destaca-se a promoção e o apoio de projetos por parte da Câmara Municipal (n = 3) – “Apoiar projetos apresentados pelas escolas” e “Promover congressos, palestras e concursos para alunos/escolas”. Destaca-se ainda o apoio psicológico aos alunos (n = 2), a formação contínua de docentes (n = 2) – “Formação de professores em contexto da sua ação (na escola)” – e a desburocratização dos processos (n = 2) – “Todos os concursos públicos para a aquisição de serviços ou bens deveriam ser processados por um departamento da CMO no sentido de libertar a direção/serviços administrativos das UO para outras tarefas mais importantes”.

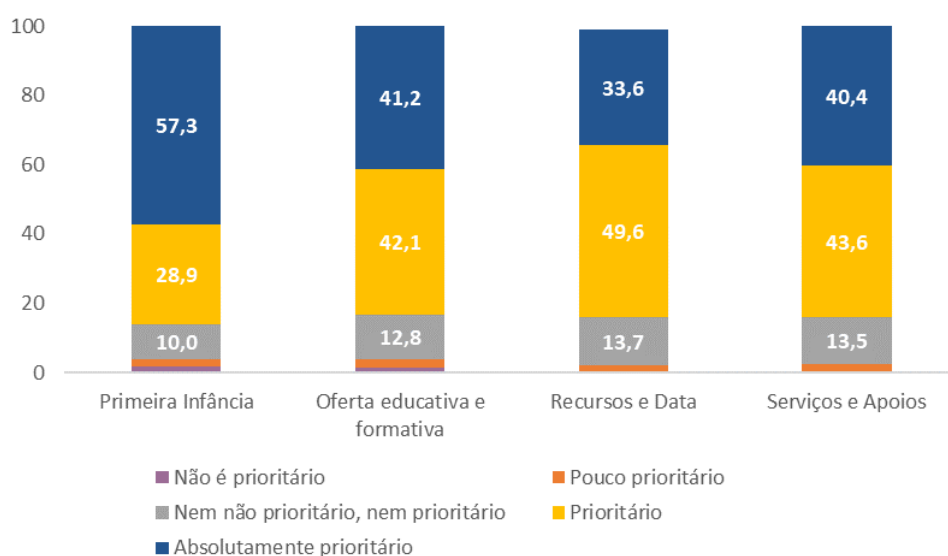
Os tópicos avaliados pelos inquiridos relativamente à prioridade de melhorias no âmbito da educação no concelho foram trabalhados num exercício de estatística multivariada, Análise de Componentes Principais (ACP)³⁴, com o objetivo de aferir tendências globais de resposta.

³⁴Realizada após verificação de todos os pressupostos necessários: i) variáveis possíveis de ser tratadas como métricas por via da utilização de escalas de resposta de Likert com 5 níveis; ii) garantia da normalidade e da linearidade por via da análise das médias e níveis de dispersão; iii) garantia da multicolinearidade por via do teste de Bartlett que garante que a matriz de correlações não é uma matriz de identidade, ou seja, é uma matriz que apresenta correlações

A ACP sobre a avaliação dos inquiridos quanto às prioridades de melhoria do concelho³⁵ permitiu a extração de quatro componentes principais, ou de quatro novas variáveis³⁶, que foram designadas, após interpretação analítica dos indicadores que as compõem³⁷, como: i) Recursos e Data; ii) Primeira infância; iii) Serviços e Apoios; iv) Oferta educativa e formativa (ver Anexo 5).

Importa agora ter em consideração as quatro componentes que compõem as prioridades. A figura 4.34 evidencia que é a oferta para a primeira infância a componente mais fortemente considerada prioritária para a maioria dos inquiridos (57,3%), seguindo-se da ampliação da oferta educativa e formativa (41,2%), dos serviços e apoios (40,4%) e, finalmente, dos recursos e data (33,6%).

Figura 4.34: Grau de prioridade dada às quatro componentes (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Relativamente à componente relacionada com a primeira infância, na figura 4.35, mostra que, como era expectável, são os educadores de infância e os professores do 1.º ciclo os que mais priorizam esta dimensão, decrescendo a sua valorização com o aumento do ciclo/nível de ensino em que os

significativas; iv) não foram identificados *outliers* severos em qualquer das variáveis iniciais; v) a dimensão da amostra ($n = 432$) é bastante superior ao número de variáveis multiplicado por 5 ($25 \times 5 = 75$).

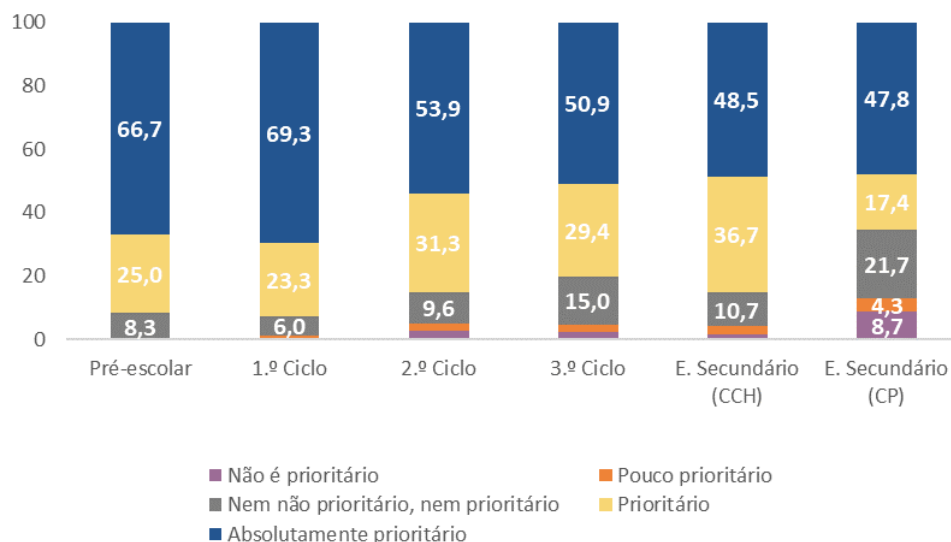
³⁵Apresenta resultados com um grau de adequabilidade perto de muito boa ($KMO = 0,877$; Teste de Bartlett $X^2(105) = 33892,437$, com $p < 0,001$) e que explicam 71,7% da variância global. A solução foi forçada a quatro dimensões uma vez que, pelo critério de Kaiser a solução não era satisfatória.

³⁶Foram criadas as quatro novas variáveis por apresentarem níveis de consistência interna alfa de cronbach excelente para a variável Primeira Infância (0,916), boa para Recursos e Data (0,883) e Oferta Educativa e Formativa (0,853) e aceitável para Serviços e Apoios (0,726).

³⁷A primeira componente, Recursos e Data, agrega as parcerias entre as escolas e diversos atores, a rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis, bem como o observatório da educação concelhio. A segunda componente, Primeira Infância, agrega a oferta de creche de berçário e de pré-escolar. A terceira componente, Serviços e Apoios, inclui os transportes, a central de matrículas e outros apoios às famílias. Por fim, a quarta componente, Oferta educativa e formativa, agrega as três opções de diversificação, seja do ensino secundário, do ensino básico como do ensino profissional.

inquiridos lecionam: 66,7% dos educadores e 69,3% dos professores do 1.º ciclo consideram a melhoria da oferta de berçário, creche e pré-escolar uma prioridade absoluta do concelho.

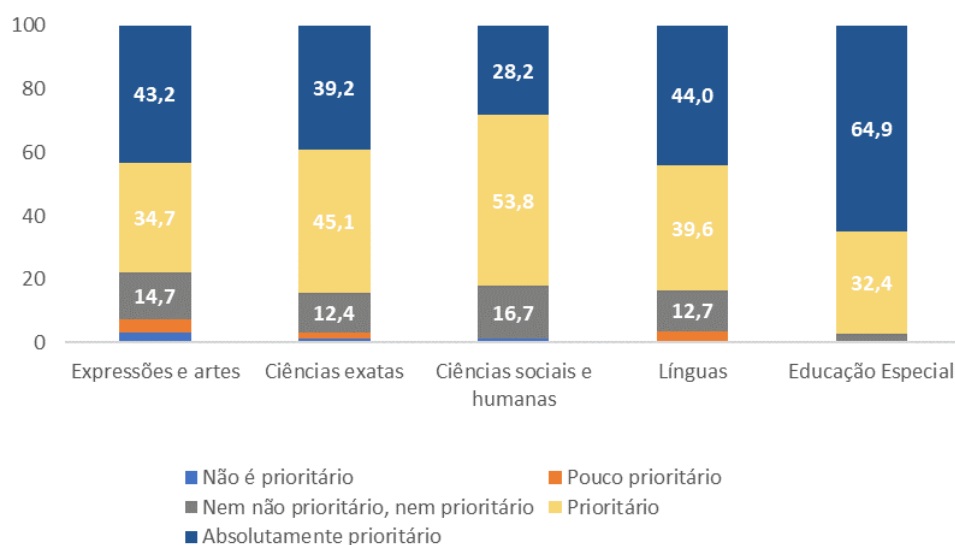
Figura 4.35: Grau de prioridade da oferta para a “Primeira infância”, por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

A diversificação da oferta educativa e formativa parece uma componente percecionada de forma bastante similar pelo conjunto dos inquiridos, variando a prioridade entre 81,4% e 81,57%. Esta componente varia mais se comparando as respostas em termos de áreas disciplinares dos inquiridos (figura 4.36). São os professores de educação especial que mais apontam esta dimensão como uma prioridade concelhia (97,3% assinala “prioritária” ou “absolutamente prioritária”). Sendo entre os docentes das expressões e artes que menos a consideram prioritária (77,9%). Esta componente varia significativamente, embora de forma fraca, com o número de inquiridos que mudou de escola nos últimos 5 anos (Pearson = 0,100, $p < 0,05$).

Figura 4.36: Grau de prioridade das ferramentas dado à “Oferta educativa e formativa”, por área disciplinar (%)

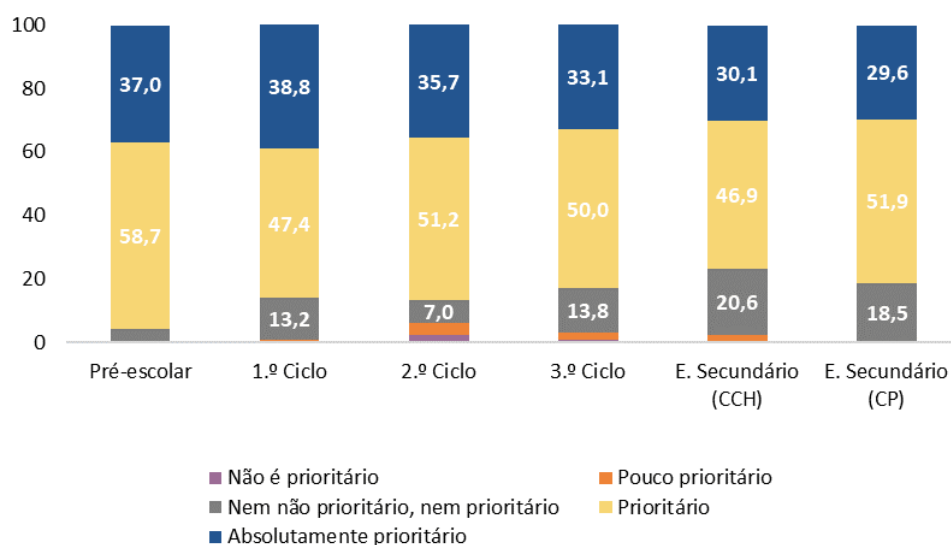


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

A componente – recursos e data – quando cruzada com os ciclos/níveis de ensino em que lecionam evidencia que estas dimensões são mais valorizadas por educadores e docentes do ensino básico do que por professores do ensino secundário. Assim, a quase totalidade dos educadores prioriza esta componente (95,7% opta por considerar “prioritária” ou “absolutamente prioritária”) enquanto apenas 77,0% dos professores do ensino secundário considera a gestão dos recursos e informação da mesma forma (figura 4.37).

É de assinalar que esta componente varia significativa e negativamente com o número de anos que o inquirido é professor (R ó de Spearman = -0,098, $p < 0,05$). Ou seja, quantos mais anos de carreira, menor é a consideração sobre a importância dos recursos e informação disponibilizada pela Câmara Municipal.

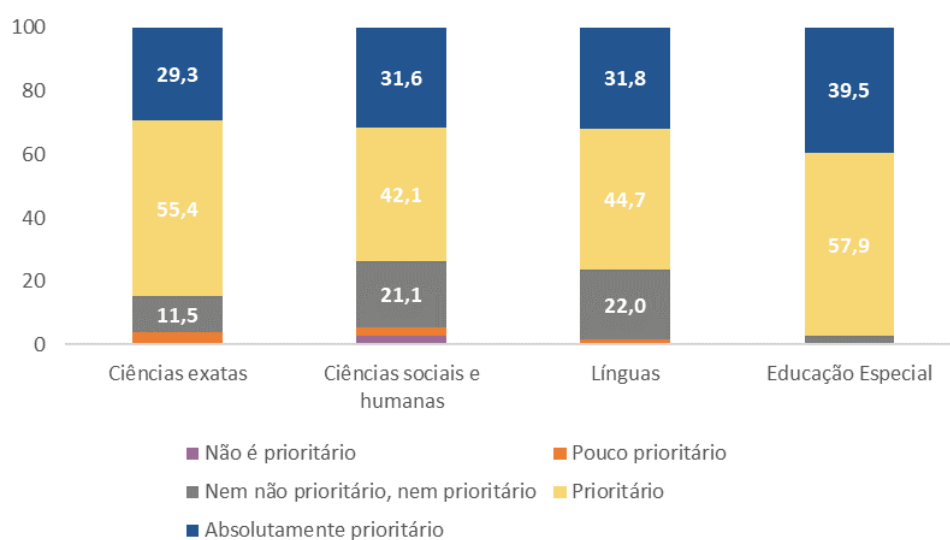
Figura 4.37: Grau de prioridade das ferramentas dado aos “Recursos e data”, por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Através da figura 4.38 verifica-se que são os professores das áreas das ciências exatas e da educação especial os que mais priorizam esta componente: 84,7% no primeiro caso e 97,4% no segundo caso optam por “prioritário” ou “absolutamente prioritário”.

Figura 4.38: Grau de prioridade das ferramentas dado aos “Recursos e data”, por área disciplinar (%)

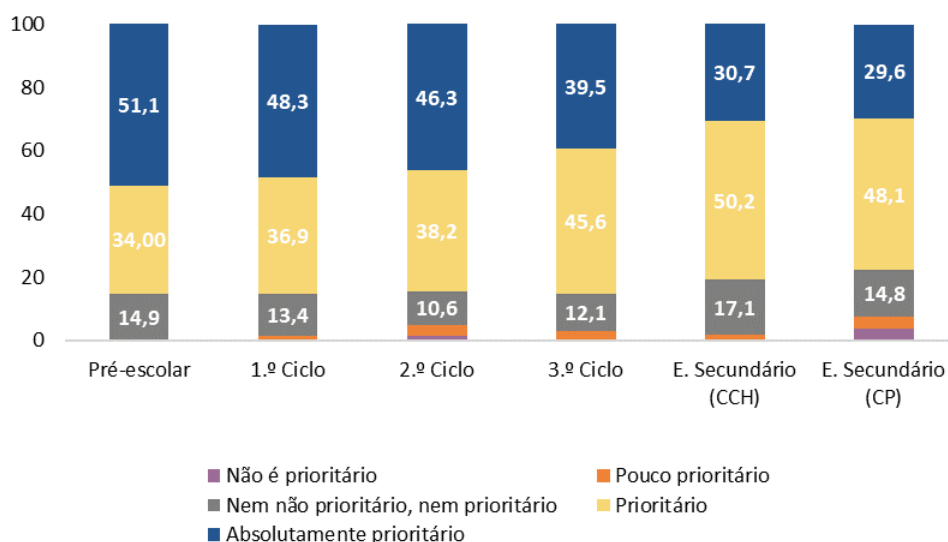


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Quanto aos serviços e apoios por parte da Câmara (figura 4.39), apenas o ensino profissional tem uma percentagem menor de inquiridos que consideram um aspeto “prioritário” ou “absolutamente

prioritário”, sendo que as percentagens variam entre 85,2% para o 1.º ciclo e 77,8% para os docentes do ensino profissional. Não se verificam diferenças assinaláveis quanto ao grupo disciplinar nesta componente, variando a prioridade entre 100% e 81,1%.

Figura 4.39: Grau de prioridade das ferramentas dado aos “Serviços e apoios”, por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Em complemento, os atores auscultados a partir de entrevistas individuais e grupais centram as suas prioridades em outros aspetos relacionados com o território e a rede escolar. Em primeiro lugar, encontra-se a insuficiente requalificação e investimento nos espaços escolares e equipamentos, incluindo tecnológicos, infraestruturas para educação física e refeitórios, aspeto salientado pelos diretores da rede pública, por atores do tecido empresarial e presidentes de juntas ou uniões de freguesia. Este aspeto já foi desenvolvido no subcapítulo 4.1, contudo completamos com a necessidade premente, segundo os atores, de apostar na infraestrutura e equipamento tecnológico.

“É importante prepararmos a nossa infraestrutura de uma forma mais eficiente. (...). Também temos de salvaguardar que temos todos os alunos com computadores em casa e com internet e sabemos que nas escolas do 1.º ciclo grande parte dos alunos não tem, (...), adaptando a escola a um novo modelo compatível com a nova realidade de comunicação tecnológica” (FG4, Tecido empresarial).

Em segundo lugar, como também já evidenciado, diretores de rede pública, presidentes de junta ou uniões de freguesia, equipa técnica e política da CMO, consideram como prioritária a reorganização da rede de escolas, eliminando os agrupamentos demasiado grandes, garantido a relação de proximidade entre os vários atores educativos. Em termos particulares, fala-se da construção de escola de pré-escolar e 1.º ciclo na freguesia de Barcarena, reagrupamento da Visconde de Leceia no AE Aquilino Ribeiro, de resolver a situação de não agrupamento do AE Conde de Oeiras e da ES

Quinta do Marquês e das UO de Carnaxide, e, ainda, a questão da ocupação de várias freguesias pelo AE de Linda-a-Velha.

“Quando se constituíram os agrupamentos algumas unidades orgânicas ficaram demasiado alargadas. (...).

Eu acho que não traz um benefício quando o agrupamento é excessivo. (...). Eu acho que a vantagem do nosso agrupamento é a proximidade, é não deixar que o 1.º ciclo ou pré-escolar seja algo tão distante que não é acompanhado por nós (...).” (Diretor, Rede pública).

“Ao longo dos anos, após encerramento de 2 escolas de 1º ciclo uma em Barcarena e outra em Caxias, tem-se a perceção de que o ideal era reorganizar a rede em parceria com Carnaxide, na sequência de um plano de construção de mais um edifício com valência de pré-escolar e de 1º ciclo e que tanto poderia ser junto da escola de São Bruno ou mais acima na zona de Barcarena para onde confluíam as crianças das zonas já referidas e ainda Queluz e Valejas, porque, mesmo as escolas pequenas continuarem a fazer sentido tendo em conta a idade das crianças, o processo de modernização de espaços e equipamentos [faz sentido]; seria bom as escolas terem mais espaços, bibliotecas, refeitório, espaços para educação física, espaços para trabalho em grupo, tudo numa linha mais moderna de ensino” (Diretor, Rede pública).

“Não faz sentido haver escolas próximas com o ensino secundário e o 3.º ciclo separados, acho que isto não resulta.” (Diretor, Rede pública).

“A pressão sobre o Alto de Algés [AE de Miraflores] é enorme. Pretende-se criar uma escola nova em Linda-a-Velha, também para permitir outros modelos educativos” (FG7, Equipa técnica da CMO).

“O sítio com maior densidade de bairros municipais é a Outorela [em que as escolas] são frequentadas [maioritariamente] pelas famílias dos bairros e a diversidade na convivência não existe (...).” (FG8, Equipa política CMO).

De forma mais residual, surgem outras duas prioridades mencionadas por diretores da rede pública:

a) a desarticulação administrativa entre juntas ou uniões de freguesia e a Câmara municipal, e b) a necessidade de intervenção ao nível da segurança na escola.

“A dificuldade maior é articular mesmo com duas autarquias [Cascais e Oeiras] e neste caso articular (...) duas juntas de freguesia” (Diretor, Rede pública).

“Somos um agrupamento muito disperso, no concelho de Oeiras talvez o agrupamento mais disperso. (...) Em termos físicos e humanos, de agregação de pessoal docente e não docente, traz-nos muitos problemas.” (Diretor, Rede pública).

“À porta da escola sede temos alguns assaltos e a Escola Segura faz o que pode. Agora estão em Oeiras e demoram 20 minutos a chegar aqui (...), quando eles chegam já a malta se pirou” (Diretor, Rede pública).

Em termos de promoção do sucesso escolar encontram-se dois temas enfatizados nas perceções e discursos dos diferentes atores. Em primeiro lugar, o aumento dos recursos humanos, aspetos já salientando no subcapítulo 4.1.

“Todas as escolas deviam ter equipas multidisciplinares, uma mediadora, um animador sociocultural, para fazer a ponte com a parte da sociedade e das famílias, isso não devia ser caraterístico de uma escola ou de outra, todas precisam” (Diretor, Rede pública).

“Os assistentes operacionais, o problema é que nunca vêm todos, nunca tive os 52 funcionários que na teoria temos cá colocados. Em média temos 40 a funcionar, que é pouco. O problema vem do Ministério e não da Câmara, por causa das quotas” (Diretor, Rede pública)

Em segundo lugar, encontra-se a adequação e relevância da formação contínua de professores e funcionários, também em termos de competências digitais e éticas, salientando pelos diretores da rede pública e pelos atores do tecido empresarial auscultados.

“As escolas são confrontadas com um conflito com o conhecimento básico de alguma carência com as novas tecnologias (...) o que caracteriza este problema é que não se adaptou [a escola] e se continuarmos este caminho que estamos a seguir, nunca se vai adaptar. (...) É importante criar dinâmicas com capacidade adaptativa das necessidades”. (FG1, Diretores, Rede pública).

4.4: Papel atribuído à Câmara Municipal no âmbito da Carta Educativa e Plano Educativo Municipal

No presente capítulo são analisados os dados relativos à perceção dos educadores e professores do concelho de Oeiras sobre o papel da Câmara Municipal de Oeiras (CMO) no apoio aos profissionais dos AE/ENA no âmbito de um projeto concelhio para a educação. Neste sentido, foi pedido aos inquiridos que atribuísem um grau de prioridade (de 1 “não pertinente” a 5 “totalmente pertinente”) a um conjunto de dimensões, relacionadas com: i) articulação e regulação ii) recursos concelhios e oferta escolar; iii) representação das famílias; e iv) equipamentos e funcionários.

Articulação e regulação

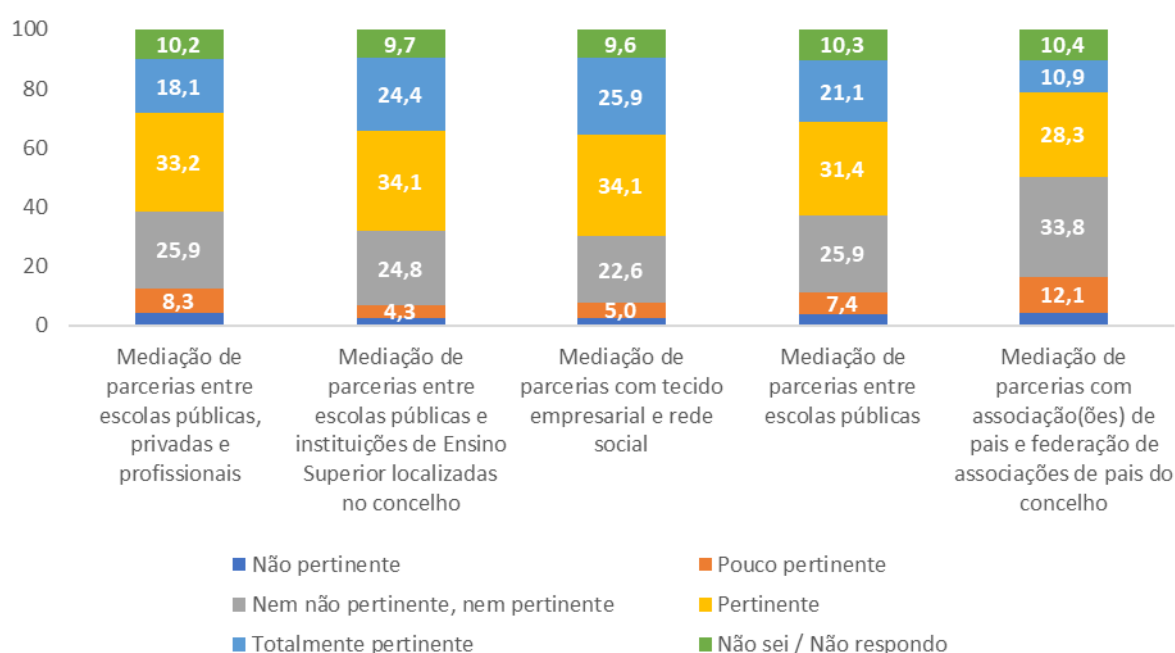
Na avaliação do apoio da CMO no que diz respeito às funções de articulação e regulação educativas do concelho, foram avaliados indicadores relacionados com: mediação de parcerias entre os vários atores sociais - escolas públicas e privadas; instituições de ensino superior; tecido empresarial e rede social; e associações de pais -; processos de autoavaliação, supervisão e articulação da gestão escolar e práticas pedagógicas; regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores; e conhecimento e promoção do sucesso escolar.

Em primeiro lugar, no que diz respeito às funções de mediação de parcerias entre os atores sociais enunciados, podemos observar, através da figura 4.40, que cerca de metade dos inquiridos considera pertinente o apoio da CMO na mediação de parcerias entre escolas públicas e instituições de ensino superior localizadas no concelho, entre o tecido empresarial e a rede social (34,1%, respetivamente, consideram “pertinente” e 24,4% e 25,9% consideram “totalmente pertinente, também respetivamente), entre escolas públicas, privadas e profissionais (33,2% consideram “pertinente” e 18,1% “totalmente pertinente”) e somente entre escolas públicas (31,4% afirmam ser “pertinente” e 21,1% “totalmente pertinente”).

Ainda assim, existe uma percentagem considerável de inquiridos que considera ser indiferente o apoio da CMO nestas tarefas de mediação de parcerias (25,9% acha que “nem não pertinente, nem pertinente” no caso da mediação de parcerias entre escolas públicas e escolas publicas, privadas e profissionais; 24,8% tem a mesma opinião para a mediação de parcerias entre escolas publicas e

instituições de ensino superior localizadas no concelho e 22,6% para a mediação de parcerias entre o tecido empresarial e a rede social). Não obstante, importa destacar que a mediação de parcerias entre o tecido empresarial e a rede social é, de todas as atividades de articulação, aquela em que os inquiridos mais consideram ser pertinente o apoio da CMO. Em oposição, o apoio da CMO na mediação de parcerias com associação(ões) de pais e com federação de associações de pais do concelho, é visto como o menos pertinente (33,8% dos inquiridos considera que o apoio da CMO “nem não pertinente, nem pertinente” e 12,1% que é “pouco pertinente”).

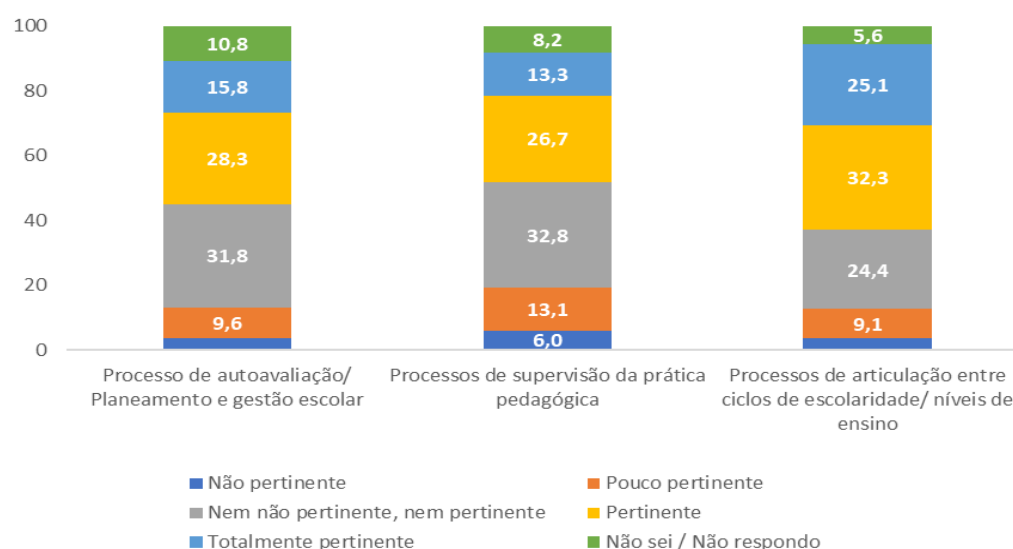
Figura 4.40: Perceção acerca do papel da CMO na mediação de parcerias (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Relativamente ao apoio da CMO nos processos acima descritos, os dados na figura 4.41 demonstram que, em todos os casos, as opiniões do inquiridos se dividem entre os que consideram o papel da câmara “pertinente” ou “totalmente pertinente” - que surgem com destaque para o processo de articulação vertical (25,1% consideram “totalmente pertinente” e 32,3% consideram “pertinente”) - e os que se posicionam de forma indiferente em relação a esta questão - cerca de um terço, desta vez com destaque para o processo de supervisão da prática pedagógica, que apresenta a maior proporção de inquiridos que diz não ser pertinente nem não pertinente o apoio da CMO (32,8%). O processo de supervisão pedagógica é também aquele que concentra a maior proporção de inquiridos que afirmam que o papel da câmara não é pertinente (6,0%) ou é “pouco pertinente” (13,1%).

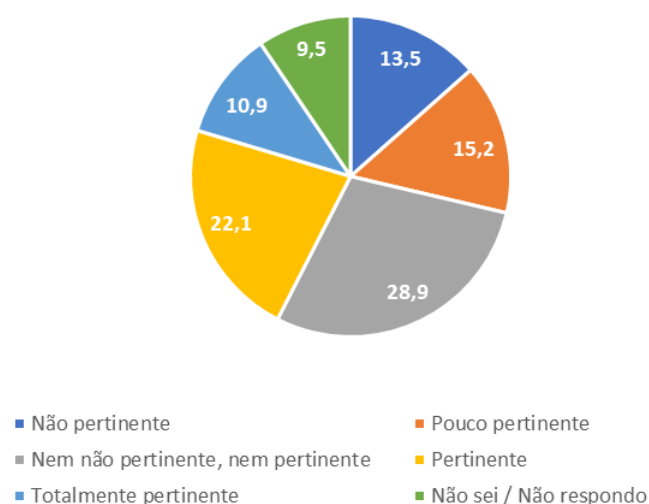
Figura 4.41: Perceção acerca do papel da CMO nos processos de autoavaliação, supervisão e articulação (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Quanto à regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores da UO, o papel da CMO é visto pelos inquiridos de forma bastante diferenciada, pois apesar de muitos considerarem o apoio camarário importante (22,1% consideram “pertinente” e 10,9% que é “totalmente pertinente”), cerca de um terço afirma que é indiferente (28,9% acha que “nem não pertinente, nem pertinente”) e outro tanto que não é um apoio importante (28,7% consideram que é “pouco pertinente” ou “não pertinente”).

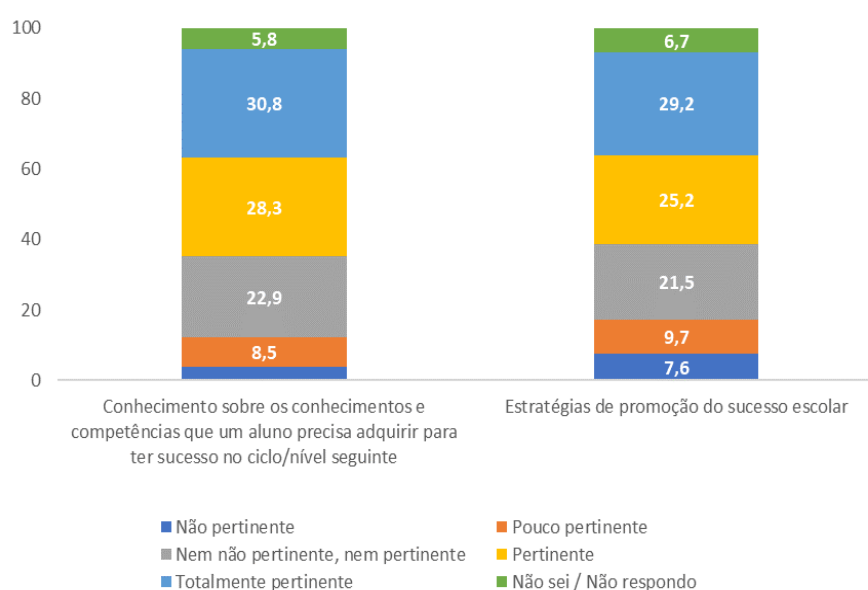
Figura 4.42: Perceção acerca do papel da CMO na regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Sobre o papel da CMO, ao nível do sucesso escolar, nomeadamente no conhecimento sobre os conhecimentos e competências que um aluno precisa adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte e nas estratégias de promoção do sucesso escolar, verificamos que, em ambos os casos o apoio da CMO é visto como “totalmente pertinente” (30,8% e 29,2%, respetivamente) ou “pertinente” (28,3% e 25,2%, também respetivamente); ainda que exista uma proporção considerável de inquiridos que afirma que esse apoio é “nem não pertinente, nem pertinente” (22,9% e 21,5% em cada um dos casos), bem como cerca de um quarto de respostas que, no caso das estratégias de promoção do sucesso escolar, considera o apoio da CMO pouco ou nada pertinente (9,7% considera “pouco pertinente” e 7,6% “não pertinente”).

Figura 4.43: Perceção acerca do papel da CMO ao nível do sucesso escolar (%)



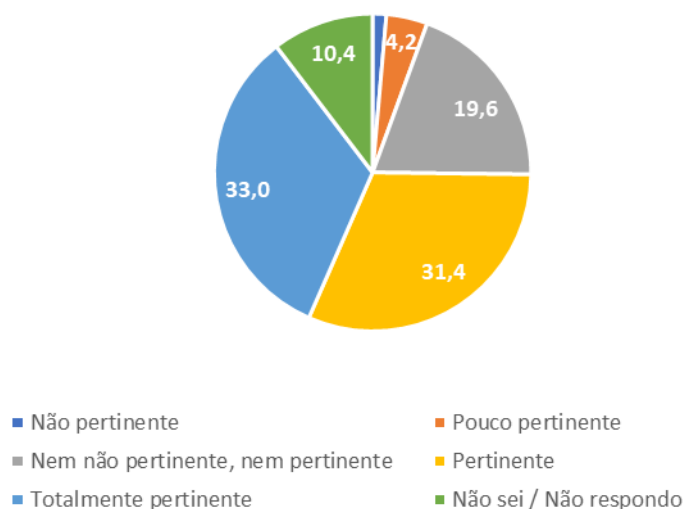
Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Recursos concelhios e oferta escolar

Para a avaliação da perceção dos inquiridos acerca do papel da CMO, no que diz respeito à gestão dos recursos concelhios e oferta escolar, foi avaliada a importância do apoio camarário ao nível: da rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho; da acessibilidade às escolas e transportes disponíveis; bem como, ao nível da organização da oferta educativa e formativa em concertação; dos projetos realizados anualmente e da promoção de atividades.

Analisando os dados relativos à perceção dos inquiridos relativamente ao apoio da CMO na rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho, verificamos através da figura 4.44 que cerca de dois terços dos educadores e professores consideram que o apoio da câmara é “totalmente pertinente” (33%) ou “pertinente” (31,4%), 19,6% considera que “nem não é pertinente, nem pertinente”, 10,4% não sabe ou não responde e a restante parte considera que é “pouco pertinente” (4,2%) ou “não pertinente” (1,4%).

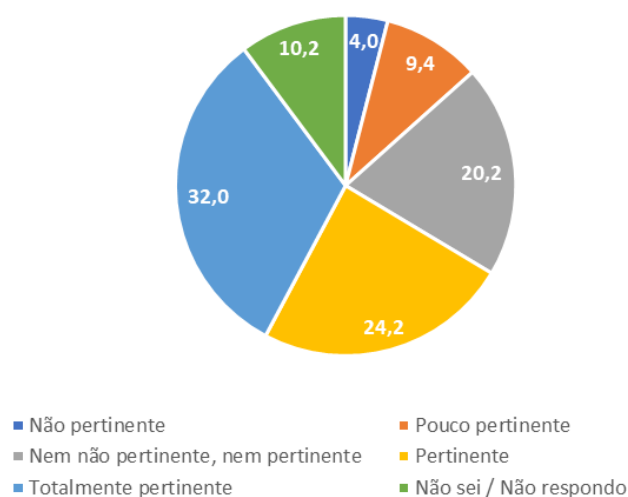
Figura 4.44: Perceção acerca do papel da CMO na rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Quanto à acessibilidade à escola, a perceção dos inquiridos em relação ao papel da CMO tende a ser mais diferenciada. Ainda assim, pouco mais de metade considera o apoio camarário “totalmente pertinente” (32%) ou “pertinente” (24,2%), sendo que 20,2% julga ser indiferente (20,2% considera “nem não pertinente, nem pertinente”), 10,2% não sabe ou não responde e 13,4% diz ser “pouco pertinente” (9,4%) ou “não pertinente” (4%).

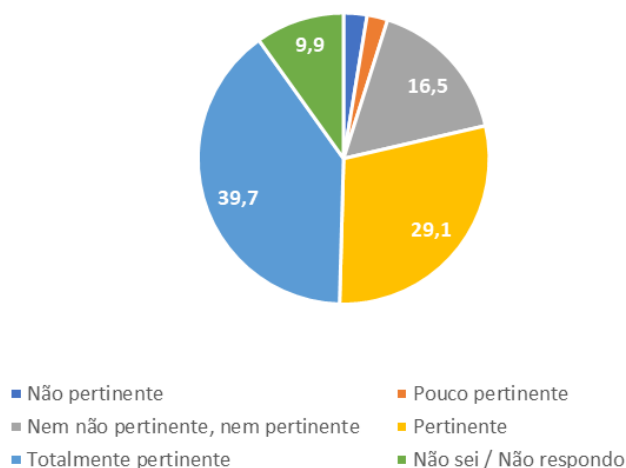
Figura 4.45: Perceção acerca do papel da CMO na acessibilidade à escola (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Ao nível dos transportes disponíveis, também a maioria dos inquiridos considera que o apoio da CMO é “totalmente pertinente” (39,7%) ou “pertinente” (29,1%), sendo que apenas uma ínfima percentagem considera “pouco pertinente” (2,3%) ou “não pertinente” (2,6%).

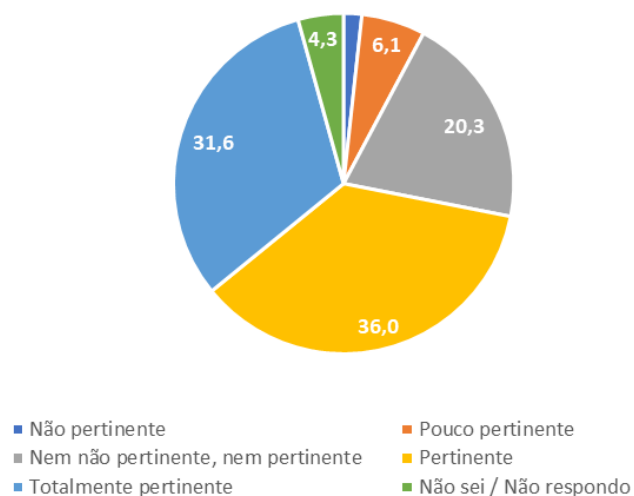
Figura 4.46: Perceção acerca do papel da CMO nos transportes disponíveis (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

No que respeita à organização da oferta educativa e formativa em concertação, a generalidade dos inquiridos, volta a considerar que o papel da CMO é bastante pertinente (36% acha “pertinente” e 31,6% acha “totalmente pertinente”), existindo uma proporção de educadores e professores que considera pouco ou nada pertinente inferior a 10% (6,1% considera “pouco pertinente” e 1,7% “não pertinente”).

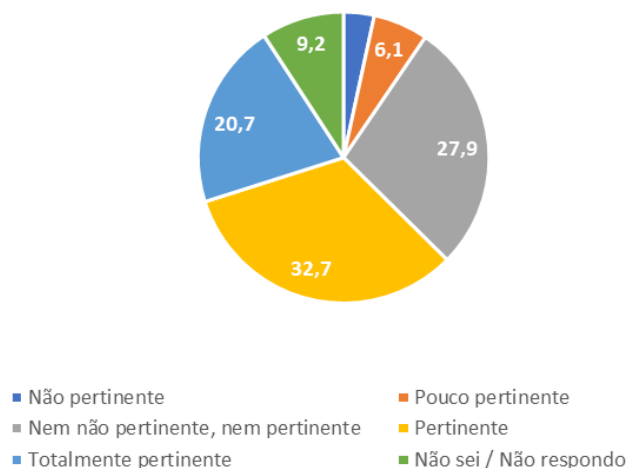
Figura 4.47: Perceção acerca do papel da CMO na organização da oferta educativa e formativa em concertação (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

No âmbito do apoio da CMO aos projetos e atividades realizados anualmente, os dados revelam ainda que cerca de metade dos inquiridos o considera “pertinente” (32,7%) ou “totalmente pertinente” (20,7%), enquanto cerca de um terço “nem não pertinente, nem pertinente” (27,9%) e apenas uma pequena parte considera “pouco pertinente” (6,1%) ou “não pertinente” (3,4%).

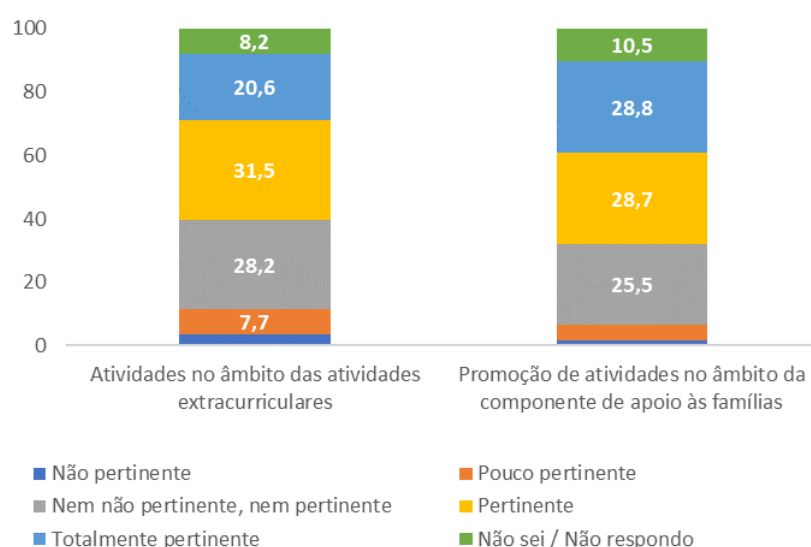
Figura 4.48: Perceção acerca do papel da CMO nos projetos e atividades realizados anualmente (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Também os dados acerca da promoção de atividades revelam que o papel da CMO (figura 4.49) é visto como “pertinente” (31,5%) ou “totalmente pertinente” (20,6%) por pouco mais de metade dos inquiridos (52,1%), no que diz respeito às atividades extracurriculares, sendo que quase um terço considera o apoio camarário nesta matéria “nem não pertinente, nem pertinente” (28,2%). Na figura 4.52 observa-se que a restante parte dos inquiridos (19,6%) reparte as suas opiniões entre “não sei/não respondo” (8,2%), “pouco pertinente” (7,7%) ou “não pertinente” (3,7%). A perceção do papel da CMO na promoção de atividades de apoio às famílias apresenta uma tendência semelhante: mais de metade dos inquiridos considera esse apoio “pertinente” (28,7%) ou “totalmente pertinente” (28,8%) e menos de um terço define-o como “nem não pertinente, nem pertinente” (25,5%).

Figura 4.49: Perceção acerca do papel da CMO na promoção de atividades (%)



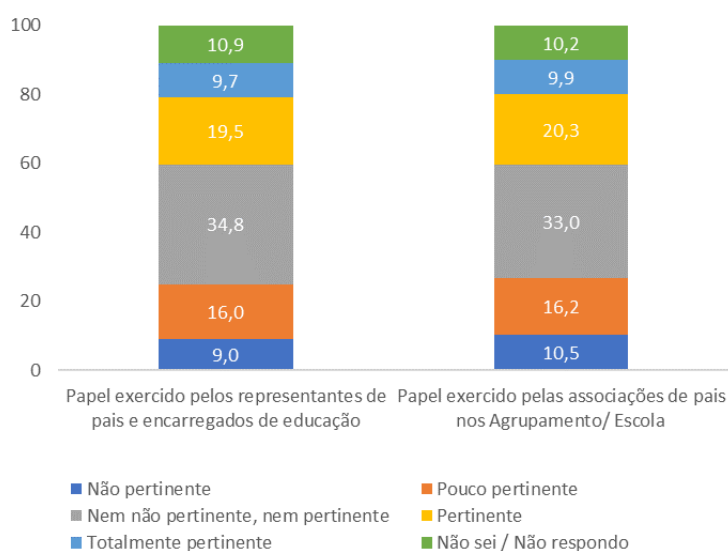
Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Representação das famílias

Na sequência da promoção de atividades no âmbito da componente de apoio às famílias, importa, também, destacar a avaliação feita pelos inquiridos ao papel da CMO no que respeita à representação das famílias quer pelos representantes de pais e encarregados de educação quer pelas associações de pais das UO (figura 4.50).

Em ambos os casos, o apoio camarário é visto pelos inquiridos de forma pouco homogénea. Cerca de um terço, considera o papel da CMO como “nem não pertinente, nem não pertinente” (34,8% e 33%, respetivamente), menos de um terço considera que é “pertinente” (19,5% e 20,3%, também respetivamente) ou “totalmente pertinente” (9,7% e 9,9% em cada um dos casos) e ainda 16% e 16,2% considera que esse apoio é “pouco pertinente” e 9% e 10,5% “não pertinente”. Isto significa que, cerca de dois terços dos educadores e professores inquiridos não veem a CMO como um elemento importante para apoiar as associações de pais e os seus representantes nas ações que desenvolvem nas UO.

Figura 4.50: Perceção acerca do papel da CMO na representação das famílias (%)

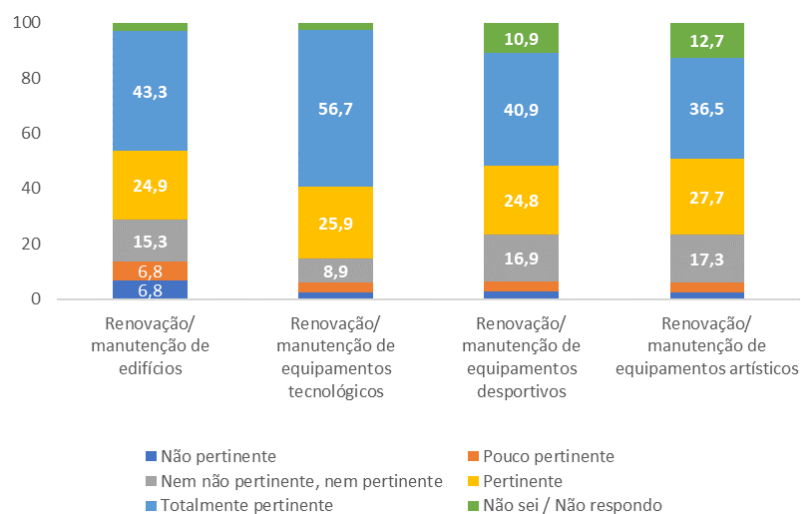


Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Equipamentos e Funcionários

No que diz respeito ao papel da CMO a nível dos recursos materiais e humanos, foi avaliada pelos inquiridos a pertinência do apoio prestado em relação à renovação/manutenção dos edifícios, dos equipamentos tecnológicos, desportivos e artísticos, bem como a contratação de funcionários e as acessibilidades à escola. Relativamente à renovação/manutenção dos edifícios e equipamentos é unânime a pertinência do apoio camarário neste âmbito, com destaque para a renovação/manutenção de equipamentos tecnológicos a ser considerada como “totalmente pertinente” por 56,7% dos inquiridos e “pertinente” por cerca de 25,9%.

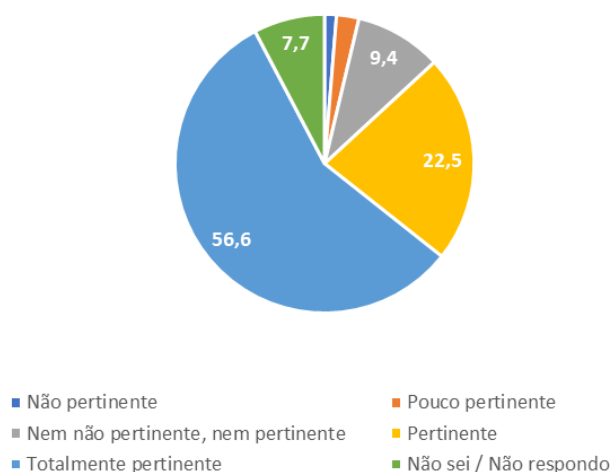
Figura 4.51: Perceção acerca do papel da CMO na renovação/manutenção de edifícios e equipamentos (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

A mesma tendência se verifica a respeito da contratação de funcionários, considerada por 56,6% dos educadores e docentes inquiridos como “totalmente pertinente” e por 22,5% como “pertinente”.

Figura 4.52: Percepção acerca do papel da CMO na Contratação de funcionários (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Percepção do papel da Câmara Municipal: Gestor, mediador, fornecedor

Sobre os tópicos avaliados pelos inquiridos relativamente ao papel da CMO foi realizado um exercício de estatística multivariada – Análise de Componentes Principais (ACP)³⁸ – com o objetivo de explorar os resultados de forma a aferir a tendência das respostas dos inquiridos.

A ACP sobre o papel que os inquiridos atribuem à CMO no âmbito da educação³⁹ permitiu a extração de três componentes principais, ou de três novas variáveis⁴⁰, que combinam os diferentes aspetos avaliados pelos inquiridos, às quais se deu o nome após interpretação analítica dos indicadores que as compõem e que indicam que aspetos são mais relevados pelos inquiridos como aqueles em que a CMO pode apoiar as UO: i) Gestor; ii) Mediador; iii) Fornecedor (ver Anexo 7).

À primeira variável foi atribuída a designação de “Gestor” pois indicam que gostariam que a CMO desse apoio nos processos de gestão pedagógica (articulação entre ciclos/níveis, conhecimentos e competências base dos alunos para ter sucesso no ciclo/níveis seguintes, desenvolvimento de

³⁸Realizada após verificação de todos os pressupostos necessários: i) variáveis possíveis de ser tratadas como métricas por via da utilização de escalas de resposta de Likert com 5 níveis; ii) garantia da normalidade e da linearidade por via da análise das médias e níveis de dispersão; iii) garantia da multicolinearidade por via do teste de Bartlett que garante que a matriz de correlações não é uma matriz de identidade, ou seja, é uma matriz que apresenta correlações significativas; iv) não foram identificados *outliers* severos em qualquer das variáveis iniciais; v) a dimensão da amostra (n = 698) é bastante superior ao número de variáveis multiplicado por 5 (25 x 5 = 125).

³⁹Apresenta resultados com um grau de adequabilidade muito boa (KMO = 0,942; Teste de Bartlett $\chi^2(300) = 15055,358$, com $p < 0,001$) e que explicam 65,9% da variância global.

⁴⁰Foram criadas as três novas variáveis por apresentarem níveis de consistência interna alfa de cronbach excelente no caso das duas primeiras (0,951 e 0,930, respetivamente); e boa no caso da terceira (0,832).

estratégias de promoção do sucesso escolar e supervisão pedagógica, projetos e atividades anuais), escolar (regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores, autoavaliação/planeamento e gestão escolar) e na gestão da ação dos encarregados de ação, quer por via das associações de pais quer dos representantes de pais e encarregados de educação).

A segunda variável foi designada como “Mediador” entre as escolas públicas e entre estas e as escolas privadas e profissionais, incluindo na concertação sobre a oferta educativa e formativa do concelho; e com as instituições de Ensino Superior, os organismos da rede social, o tecido empresarial, as associações de pais, incluindo como forma de rentabilizar os serviços e equipamentos disponíveis no concelho e promover as atividades extracurriculares e da componente de apoio às famílias e de reorganizar os transportes disponíveis.

A terceira variável recebeu o nome de “Fornecedor” pois o apoio da CMO às UO privilegia aqui o fornecimento de serviços de renovação e manutenção dos edifícios e diversos equipamentos escolares, a contratação de mais funcionários e de garante de mais acessibilidades às várias escolas.

Através da análise da figura 4.53, e considerando que os níveis de resposta aos vários aspetos avaliados pelos inquiridos sobre a pertinência do apoio da CMO (1 – Não pertinente; 2 – Pouco pertinente, 3 – Nem não pertinente, nem pertinente, 4 – Pertinente, 5 – Totalmente pertinente), é possível concluir que apesar de uma das novas variáveis parecer indicar que a CMO poderá apoiar ao nível da gestão das UO nos variados tópicos acima descritos, em média, os inquiridos avaliam o seu papel como “Nem não pertinente, nem pertinente”, o que revela uma menor apetência dos inquiridos para receber apoio nas questões relacionadas.

O cenário muda no caso das outras duas variáveis. A média de respostas sobe para um “pertinente” quanto ao apoio da CMO como mediador entre as várias entidades educativas e as que podem contribuir para uma melhoria dos serviços prestados. E surge entre “pertinente” e “totalmente pertinente” quando se trata da CMO apoiar como uma espécie de fornecedor, sobretudo, ao nível da requalificação/manutenção de edifícios, equipamentos, profissionais e vias de acesso.

Esta avaliação do papel da Câmara Municipal parece ser justificada por diferentes fatores. Identifica-se uma preocupação face à possível intromissão da Câmara Municipal no campo pedagógico, assim como algumas reticências, em particular, na avaliação realizada pela autarquia às escolas, como desatacam alguns entrevistados.

"Estou sempre de pé atrás, porque acho mesmo que às vezes não há esse cuidado. O que eu acho é que eles não podem desconfiar da capacidade que as escolas têm em ver a sua própria realidade. (...) As minhas reservas ao contrato interadministrativo foram sempre estas. Fazer um projeto para absorver o projeto das escolas, não pode ser." (Diretor, Rede pública)

"[Sobre a criação de um projeto educativo concelhio] (...) ainda não estão criadas as condições para que isso aconteça, ainda não temos essas condições...vai haver muita gente contra, nomeadamente o sindicato." (Diretor, Rede pública)

Apesar de tudo, alguns dos atores educativos vêm também esta aposta na descentralização como uma medida bastante positiva, considerando que a política pedagógica do concelho "está no caminho certo" (Diretor, Rede pública)

"[O projeto educativo concelhio é] Uma boa medida, um documento importante. (...) Quando nós buscamos a uniformidade ela deve ser entendida como um ponto de referência, (...), mas depois as escolas vão-se associar a esses princípios de uma forma diferente e que tem que ver com a sua identidade, mas é importante que haja uma referência mais acima". (Diretor, Rede pública)

"Acredito mais num plano estratégico para o concelho, mais do que num projeto educativo. Exatamente pelas diferenças áreas, comunidades, escolas faz mais sentido haver diferentes projetos educativos, que se tocam em alguns pontos, mas têm os seus objetivos estratégicos." (Diretor, Rede pública)

Quanto ao apoio da CMO como mediador entre as várias entidades educativas e as que podem contribuir para uma melhoria dos serviços prestados, a média de respostas sobe para um "pertinente", tendência que se espelha nas opiniões recolhidas em entrevista a vários atores educativos, em particular no que diz respeito à mediação e promoção da comunicação entre escola-família e escola-sociedade, que deve ser, ainda mais, reforçada. As citações exemplificam.

"A câmara já tem ajudado muito, com os projetos (...) têm-se visto alguns resultados, o interesse dos pais e a participação dos pais. (...) a câmara tem-nos ajudado bastante, só que a intervenção só na escola não chega, tem de ser fora da escola. (...) Fora da escola esse trabalho [positivo com os alunos] estraga-se, no bairro e aos fins de semana e nas férias. (...) Não é só na parte escolar, toda esta intervenção social é muito necessária." (Diretor, Rede pública)

"(...) há todo um conjunto que faz a ponte da escola com a sociedade que a câmara deve ter um papel expresso nessa carta educativa no sentido de complementar o ato educativo, [um papel] facilitador das necessidades que a cada escola vai sentindo e do caminho que cada escola vai percorrendo." (Diretor, Rede pública)

Também ao nível da comunicação dentro da comunidade educativa, entre as várias escolas, públicas e privadas, do concelho, é dada particular importância ao papel da Câmara municipal, igualmente reforçado pela vontade de participação nessa tarefa das juntas ou uniões de freguesia, como indicam as seguintes citações.

"Outra coisa que eu acho importante é a rede entre a câmara e as instituições particulares, acho que há uma falha nesse sentido, que tem vindo a melhorar (...), nós também somos docentes do concelho e estamos a prestar um serviço a cidadãos do concelho e acho que seria bom podermos partilhar as nossas experiências, os nossos projetos (...) seria bom que a câmara pudesse também ajudar e nesse sentido (...)." (FG3, IES e rede social)

"(...) nós [juntas/uniões de freguesia] podemos criar uma rede que facilita a comunicação. (...) Junto da comunidade educativa podíamos debater uma intervenção que complementasse e agilizasse as intervenções nas escolas." (FG6, juntas ou uniões de freguesia)

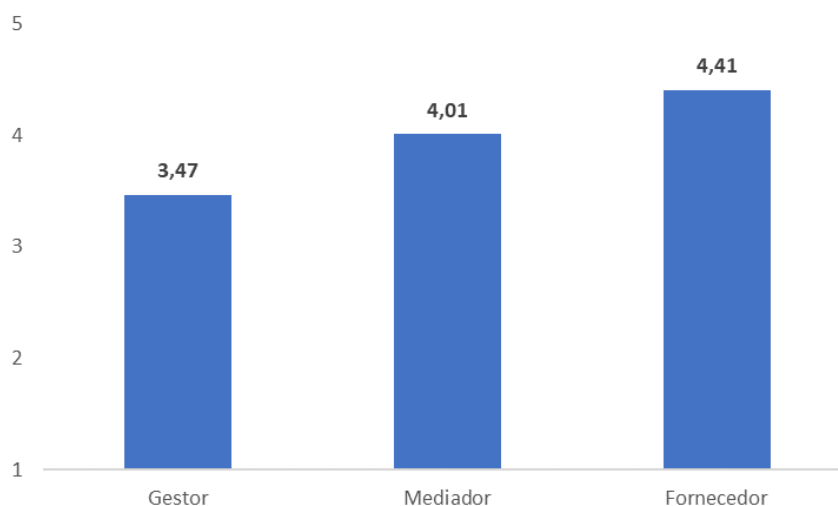
Por fim, é no âmbito da articulação entre escolas e empresas, através da promoção da inserção dos alunos, em particular do ensino profissional, no mercado de trabalho que os atores educativos entrevistados apontam, mais uma vez, a pertinência da ação mediadora da câmara.

“Existe uma grande proximidade e cooperação com a CMO na promoção e no apoio, quer dos projetos desenvolvidos e implementados quer na promoção da articulação do ensino e necessidades do concelho, ao nível das empresas e mercado de trabalho.” (FG3, IES e rede social)

"A CMO enquanto empresa empregadora é a segunda maior do concelho, ou seja, é onde há mais serviços, trabalhadores, funcionários, empregadores, desde gente altamente qualificada até aos operários especializados, (...) [portanto] tem espaço para o estágio, para a integração, para auxílio na entrada para o mercado de trabalho (...)." (FG1, Diretores da rede públicas)

O cenário mantém-se, quando se trata da CMO apoiar como uma espécie de fornecedor, sobretudo, ao nível da requalificação/manutenção de edifícios, equipamentos, profissionais e vias de acesso, surgindo entre “pertinente” e “totalmente pertinente”, pois o apoio financeiro da CMO é significativo para as UO poderem desenvolver os respetivos projetos educativos (FG1, Diretores da rede pública). A câmara é, neste sentido, vista como "agilizador das necessidades da escola" (Diretor da rede pública), ideia partilhada por vários atores educativos entrevistados e que retomaremos mais à frente.

Figura 4.53: Valores relativos à perceção dos inquiridos sobre o apoio da CMO



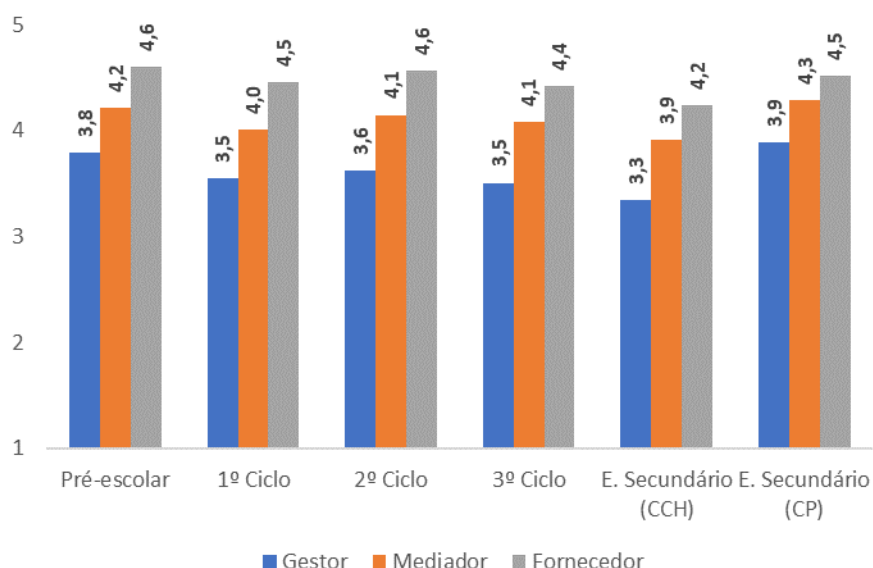
Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Na figura 4.54 observa-se como os valores médios discriminados por ciclo/nível de ensino seguem a tendência dos valores médios do total dos inquiridos analisados na figura anterior, ou seja, é atribuída maior pertinência ao papel da CMO no apoio através do fornecimentos de serviços relacionados com a renovação e/ou requalificação de edifícios e equipamentos escolares e com a contratação de mais profissionais (não docentes); seguido de perto pelo apoio enquanto mediador entre escolas, públicas, privadas e da rede solidária, e outras entidades sediadas no território

concelho e que podem contribuir para melhorar a educação no concelho; e menor pertinência ao apoio à gestão e planeamento organizacional e pedagógico de docentes e de encarregados de educação.

Porém, há a realçar que os valores médios das novas variáveis encontradas através do exercício da ACP tendem a ser menores entre os professores que lecionam no nível de ensino secundário “regular” que atribuem menor pertinência ao papel da CMO enquanto gestor, mediador ou fornecedor quando comparados aos valores médios dos seus colegas. Os educadores e os docentes do ensino secundário que lecionam nos cursos profissionais atribuem maior pertinência ao papel da CMO no apoio à mediação, e em particular no apoio à gestão, do que os seus colegas ao apresentarem valores médios que praticamente identificam um grau de “pertinente” mais afastado da opção nula da escala de resposta (“nem não pertinente, nem pertinente”).

Figura 4.54: Valores médios relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO, por ciclo/nível de ensino



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

A análise dos valores médios das três novas variáveis assumem a mesma relação de pertinência quando analisadas por UO (figura 4.55). Os valores médios atribuídos ao papel da CMO no apoio à mediação entre escolas e outras entidades correspondem, sem diferenciação entre UO, ao nível de pertinentes. Em relação ao papel da CMO enquanto fornecedor de serviços e de profissionais, os AE Aquilino Ribeiro, de Carnaxide, Carnaxide-Portela, Conde de Oeiras, e sobretudo, de Linda-a-Velha e Queijas apresenta valores médios que os aproximam de o considerar como muito pertinente; enquanto os restantes mantêm o nível de pertinente. Relativamente ao papel da CMO no apoio aos processos de gestão organizacional e pedagógica de escolas e de representantes ou de associações de representantes de pais e encarregados de educação, na maioria das UO, os valores médios posicionam a tendência de respostas nos tópicos incluídos nesta variável no nível nula da escala.

Quatro AE surgem com valores médios que os posicionam entre o avaliaram estes tópicos com um “nem não pertinente, nem pertinente” e um “pertinente”: Aquilino Ribeiro, Linda-a-Velha e Queijas, Miraflores e Paço de Arcos; e um, o AE de Carnaxide-Portela, avalia o papel da CMO enquanto gestor como pertinente.

As entrevistas aos diretores das UO da rede pública seguem a mesma tendência, em que alguns consideram o papel de gestão da câmara um importante contributo, ainda que igualmente um risco, e outros um risco para o desempenho das funções administrativas da escola, como provam as seguintes citações.

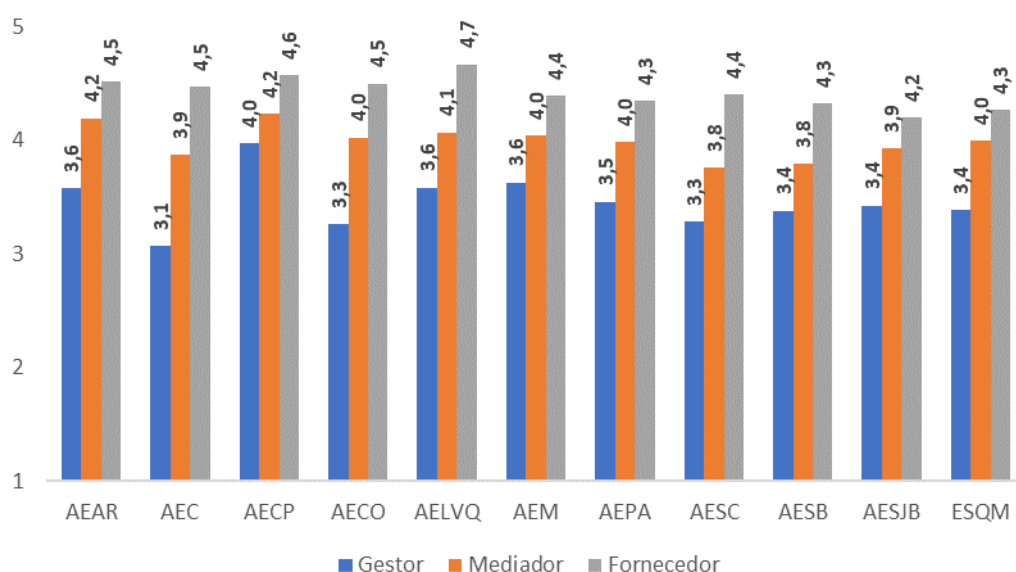
"Claro que sim, claro que é importante [o papel da CMO e a criação de um projeto educativo concelhio]! Tem de haver uma visão de um território ou de um concelho para a educação nesse mesmo território, que respeite resultados, mas também a própria dinâmica da aprendizagem. Não vejo isso como cortar a liberdade individual de cada escola, agora, cada escola também tem de contribuir para um fim comum. (...)

Claro que isto é um desafio." (Diretor, Rede pública)

"Acho ótimo [a criação de um projeto educativo concelhio] (...). Nós temos de trabalhar todos com só um objetivo. Temos de trabalhar todos para melhorar." (Diretor, Rede pública)

"É um risco. A última coisa que nós precisamos é ter duas tutelas, porque mantemos a tutela do Ministério da Educação." (Diretor, Rede pública)

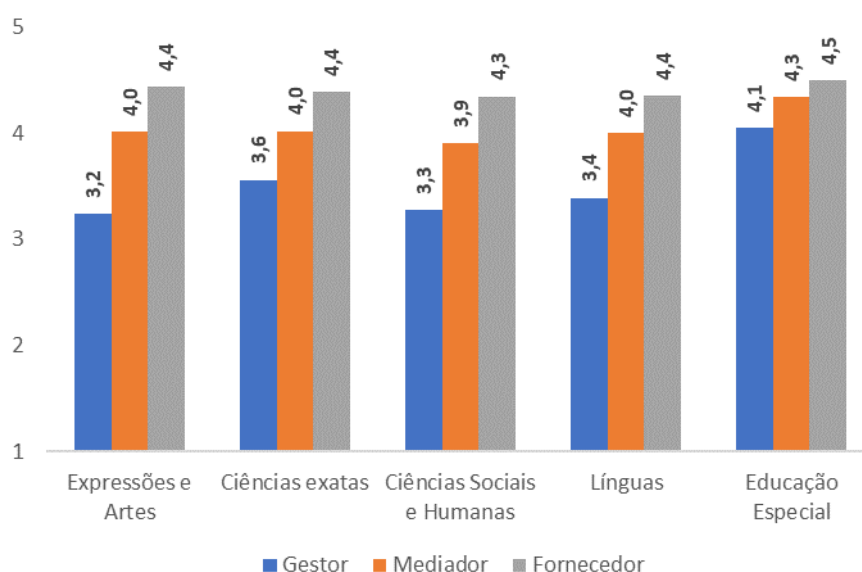
Figura 4.55: Valores médios relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO, por UO



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Relativamente à relação entre os papéis da CMO e as áreas disciplinares em que os inquiridos lecionam, a figura 4.56 mostra como os profissionais da área da educação especial avaliam como mais pertinente as três opções de apoio camarário, incluindo o papel de gestor. Pelo contrário, os professores das outras áreas disciplinares todos avaliam como “nem não pertinente, nem pertinente” o papel da CMO como gestor.

Figura 4.56: Valores médios relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO, por área disciplinar



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

De uma forma geral, é possível afirmar que o papel da CMO é visto pelos atores educativos do concelho como pertinente, sendo inclusive, mencionado pelos diretores das UO da rede pública como distinto, veja-se:

"A Câmara de Oeiras faz um trabalho que eu tenho sérias dúvidas que ao nível do país se faça ao nível do apoio que dá às escolas, ao nível da disponibilidade que tem." (FG1, Diretores da rede pública)

O apoio ao nível da gestão e manutenção dos equipamentos e funcionários assume uma posição de destaque no que diz respeito ao papel da Câmara Municipal, bem como a atividade de mediação das relações dentro e fora da escola, com as restantes instituições, em particular a família e as empresas, como reforça a seguinte citação.

"A gestão do parque escolar, sim; a manutenção dos espaços verdes, que é uma coisa praticamente ausente, sim; os transportes dos miúdos, sim; a ação social de famílias carenciadas, sim. Há um conjunto de questões que fazem a ponte entre o contexto social e a escola que a Câmara deve ter um papel importante." (Diretor, Rede pública)

Sendo ao nível da regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores e dos processos de autoavaliação, supervisão e articulação da gestão escolar e práticas pedagógicas, que se deteta uma menor valorização ou mesmo algum repúdio quanto à adoção de um papel de gestão por parte da Câmara Municipal. A citação que se segue exemplifica.

"É muito importante que as Câmaras Municipais saibam o seu lugar e a sua função que deverá ser fundamentalmente a melhoria dos espaços escolares e nunca opinar ou decidir sobre aspetos pedagógicos, essa função pertence aos professores e ao Ministério da Educação." (Diretor, Rede pública)

Anexos

Anexo 1: Fichas de caracterização socioeducativa (folha de rosto)

Caro Diretor(a) do Agrupamento de Escolas ou Escola Não Agrupada

Na sequência da realização da Carta Educativa de Oeiras, vimos por este meio solicitar um conjunto de dados sobre as escolas do Concelho, em particular, da sua Unidade Orgânica (UO).

A disponibilização destes dados é fundamental para uma compreensão correta e alargada sobre a educação e formação no Concelho, pelo que o seu contributo é essencial.

Em baixo pode observar um índice, ao qual corresponde a estrutura dos dados solicitados. Ao clicar em cada um dos pontos do índice é conduzido à respetiva folha.

Dentro de cada folha existe um botão (←) que lhe permite regressar a este índice.

Da mesma forma, em alguns casos, são feitas notas sobre o número de perguntas às quais é necessário responder.

Determinados dados são específicos de certas UO. Caso os mesmos não se adaptem à sua realidade solicitamos que ignore o pedido não preenchendo as respetivas linhas/colunas.

Caso tenha alguma questão, por favor, não hesite em contactar-nos.

Desde já agradecemos a sua atenção e colaboração.

A Equipa do ISCTE

ÍNDICE

- 1) Caracterização geral
 - 1.1) Alunos
 - 1.2) Alunos em inclusão
 - 1.3) Alunos por nacionalidade
 - 1.4) Docentes
 - 1.5) Funcionários
- 2) Infraestruturas
- 3) Atividades de Animação e de Apoio à Família
- 4) Componente de apoio à família
- 5) Atividades de Enriquecimento Curricular
- 6) Apoios sociais
- 8) Desempenho escolar
 - 8.1) Mobilidade e abandono
 - 8.2) Retenção
 - 8.3) Transição/ Conclusão

Anexo 2: Questionário aos educadores e docentes da rede pública

Caro participante,

Este questionário destina-se a Educadores e Docentes de todos os Agrupamentos de Escolas (AE) e Escola Não Agrupada (ENA) do concelho de Oeiras e insere-se no projeto de pesquisa relativa à Carta Educativa de Oeiras.

O preenchimento do questionário tem a duração de cerca de 20 a 30 minutos; as respostas serão automaticamente gravadas e poderá interromper o preenchimento sempre que necessário podendo regressar ao ponto onde ficou.

De acordo com o Código de Ética do Investigador do ISCTE (que respeita a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e a Lei da Proteção de Dados Pessoais), não se conhecem riscos associados em participar e é garantida a confidencialidade das respostas que são anonimizadas. Os dados recolhidos não serão usados para qualquer outro efeito, ficando assim garantidos os direitos dos respondentes.

Caso deseje colocar alguma dúvida ou partilhar algum comentário, pode contactar a equipa através do e-mail: Eva_Patricia_Goncalves@iscte-iul.pt

Agradecemos a sua disponibilidade e o seu valioso contributo!

A. Caracterização socioprofissional

P1. Sexo:

☐ Feminino

☐ Masculino

P2. Idade: ____

P3. Em que ciclo(s) de ensino desempenha atualmente funções letivas? [possibilidade de escolha múltipla]

☐ Pré-escolar

☐ 3.º Ciclo do Ensino Básico

☐ 1.º Ciclo do Ensino Básico

☐ Ensino Secundário

☐ 2.º Ciclo do Ensino Básico

☐ Ensino Profissional

P4. Há quantos anos é professor(a)? ____

P5. Há quantos anos é professor(a) nesta escola? ____

P6. Nos últimos 5 anos, quantos vezes mudou de escola? ____

P7. Qual o seu vínculo contratual

☐ Quando de Escola / Agrupamento - Efetivo

☐ Quando de Zona Pedagógica

☐ Contratado

☐ Outro. Qual?

P8. Que cargos exerce ou exerceu nos últimos 5 anos no AE/ENA:

☐ Diretor de Agrupamento/Escola não Agrupada

☐ Coordenador de Ano

☐ Coordenador de Estabelecimento

☐ Coordenador de Diretores de Turma

☐ Subdiretor de Agrupamento/Escola não Agrupada

☐ Diretor de Turma

- | | |
|--|---|
| ☐ Adjunto do Diretor de Agrupamento/Escola não Agrupada | ☐ Coordenador de Grupo Disciplinar |
| ☐ Assessor da Direção | ☐ Coordenador dos Professores bibliotecários |
| ☐ Membro do Conselho Geral | ☐ Coordenador do Desporto Escolar |
| ☐ Membro do Conselho Pedagógico | ☐ Coordenador de Projetos |
| ☐ Coordenador de Ciclo | ☐ Outras (indique quais): _____ |
| ☐ Coordenador de Departamento | |

P9. Que funções exerce atualmente no AE/ENA:

- | | |
|---|---|
| ☐ Docente | ☐ Supervisão de estágios (formação inicial de professores) |
| ☐ Apoio Especializado | ☐ Supervisão de professores em início de carreira (período probatório) |
| ☐ Professor Bibliotecário | ☐ Supervisão de professores das AEC (1º CEB) |
| ☐ Apoio socioeducativo | ☐ Supervisão, acompanhamento e/ou tutorias entre pares |
| ☐ Avaliador de desempenho docente | ☐ Outra (indique qual): _____ |
| ☐ Elemento da equipa de avaliação interna do Agrupamento / Escola Não Agrupada | |

P10. Pertence a alguma associação de professores?

- | | |
|------------------------------|---|
| ☐ Não | ☐ Sim. Qual? _____ |
|------------------------------|---|

[Se sim na P10]

P10.1. Pertence/eu a algum grupo de trabalho da associação nos últimos 5 anos?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| ☐ Não | ☐ Sim |
|------------------------------|------------------------------|

P10.2. Pertence/eu a órgãos de direção nos últimos 5 anos?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| ☐ Não | ☐ Sim |
|------------------------------|------------------------------|

P11. Pertence a algum sindicato de professores?

- | | |
|------------------------------|---|
| ☐ Não | ☐ Sim. Qual? _____ |
|------------------------------|---|

[Se sim na P11]

P11.1. Pertence/eu a algum grupo de trabalho do sindicato nos últimos 5 anos?

☐ Não

☐ Sim

P11.2. Pertence/eu a órgãos de direção nos últimos 5 anos?

☐ Não

☐ Sim

B. Formação inicial e contínua

P12. No âmbito da formação inicial, indique por favor o tipo de diploma [certificação/habilitação para a docência] que possui:

Curso _____

Instituição de formação _____

Data de conclusão do curso _____

P13. Indique por favor os respetivos códigos:

Departamento curricular: _____

Grupo Disciplinar: _____

P14. No âmbito da formação contínua, indique que cursos/diplomas adquiriu:

P14.1 Pós-graduação/Especialização

☐ Não

☐ Sim

Se sim, abre-se possibilidade de preenchimento da informação sobre este diploma, se não segue para a pergunta seguinte]

P14.1.1. Especifique:

Curso _____

Instituição de formação _____

Data de conclusão _____

P14.2 Mestrado

☐ Não

☐ Sim

☐ Sim, mas apenas a parte curricular

[se sim, abre-se possibilidade de preenchimento da informação sobre este diploma, se não segue para a pergunta seguinte]

P14.2.1 Especifique:

Curso _____

Instituição de formação _____

Data de conclusão _____

P14.3 Doutoramento

☐ Não

☐ Sim

☐ Sim, mas apenas a parte curricular

[se sim, abre-se possibilidade de preenchimento da informação sobre este diploma, se não segue para a pergunta seguinte]

P14.3.1 Especifique:

Curso_____

Instituição de formação_____

Data de conclusão_____

P15. Encontra-se a frequentar algum curso com vista à obtenção de diploma?

☐ Não

☐ Sim

[se sim, abre-se possibilidade de preenchimento da informação sobre este diploma, se não segue para a pergunta seguinte]

P15.1 Especifique:

Grau académico_____

Curso_____

Instituição de formação_____

P16. Indique por favor a regularidade com que frequentou outras modalidades de formação contínua - como Ações de Formação, Círculos de Estudos, Oficinas de Formação - que frequentou enquanto **formando(a)** nos últimos 5 anos, em que 1 significa “nunca” e 5 “Muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Agrupamento de Escolas/ Escola Não Agrupada

Centro de Formação

Instituição de Ensino Superior

Associação de professores

Sindicato

Outra. Qual?

P17. Indique por favor a regularidade com que frequentou outras modalidades de formação contínua - como Ações de Formação, Círculos de Estudos, Oficinas de Formação - que lecionou enquanto **formador(a)** nos últimos 5 anos, em que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Agrupamento de Escolas/ Escola Não Agrupada

Centro de Formação

Instituição de Ensino Superior

Associação de professores

Sindicato

Outra. Qual?

P18. Com que objetivos faz formação contínua? Indique por grau de importância os seguintes fatores, sendo que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Por obrigatoriedade da direção

Por orientação/sugestão da direção

Para efeitos de progressão na carreira

Pela relevância científica da formação

Pela relevância pedagógica da formação

Pela relevância didática da formação

Outro. Qual?

P19. Indique a importância atribuída ao tipo de conhecimento profissional que mais procura adquirir através de formação contínua, sendo que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Pedagógico

Didático

Científico (saberes/conteúdos)

Sobre políticas educativas / medidas ministeriais

Sobre elaboração de documentos estratégicos

Sobre gestão e planeamento escolar

Sobre supervisão e/ou avaliação de desempenho

Sobre temáticas transversais (interculturalidade, cidadania, sustentabilidade, etc.)

Outro. Qual?

P20. Indique a importância atribuída ao tipo de conhecimento profissional que mais mobiliza no seu trabalho em sala de aula, sendo que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Pedagógico

Didático

Científico (saberes/conteúdos)

Sobre temáticas transversais (interculturalidade, cidadania, sustentabilidade, etc.)

Outro. Qual?

C. Participação em projetos de intervenção e científicos

P21. Relativamente à **participação em projetos de intervenção no AE/ENA nos últimos 5 anos**, indique por favor a sua função e regularidade de participação, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Assumindo a coordenação

Integrando equipa do projeto por sua iniciativa

Integrando equipa do projeto por sugestão/recomendação da Direção de Escola/Agrupamento

P22. Relativamente aos **projetos de intervenção indicados acima**, identifique por favor qual(is) a(s) instituição(ões) promotoras e a sua regularidade, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Agrupamento de Escolas/Escola Não Agrupada

Instituição do Ensino Superior

Associação de Professores

Sindicato

P23. Indique até 3 projetos que considera significativos e que estão a ser dinamizados no seu AE/ENA por iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras, e quanto contribuem para promover os seguintes objetivos, numa escala de 1 a 5, em que 1 significa que “não contribuiu” e 5 que “contribui bastante”.

Escreva nome do projeto 1

Desenvolver os conteúdos das disciplinas

1 2 3 4 5 NS/ NR

Desenvolver competências transversais

1 2 3 4 5 NS/ NR

Envolvimento do aluno com a comunidade

1 2 3 4 5 NS/ NR

Escreva nome do projeto 2

Desenvolver os conteúdos das disciplinas

1 2 3 4 5 NS/ NR

Desenvolver competências transversais

1 2 3 4 5 NS/ NR

Envolvimento do aluno com a comunidade

1 2 3 4 5 NS/ NR

Escreva nome do projeto 3

Desenvolver os conteúdos das disciplinas

1	2	3	4	5	NS/ NR
Desenvolver competências transversais					
1	2	3	4	5	NS/ NR
Envolvimento do aluno com a comunidade					
1	2	3	4	5	NS/ NR

P24. Relativamente à participação em **projetos de investigação** nos últimos 5 anos, indique por favor a sua função e regularidade de participação, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Assumindo a coordenação

Integrando equipa do projeto por sua iniciativa

Integrando equipa do projeto por sugestão/recomendação da Direção de
Agrupamento de Escolas/ Escola Não Agrupada

P25. Relativamente aos **projetos de intervenção indicados acima**, identifique por favor qual(is) a(s) instituição(ões) promotoras e a sua regularidade, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Agrupamento de Escolas/ Escola Não Agrupada

Instituição do Ensino Superior

Associação de Professores

FCT

Outra. Qual?

D. Uso e Produção de Recursos

P26. No âmbito da sua prática profissional com que **regularidade consulta as seguintes publicações** sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”?

1 2 3 4 5 NS/NR

Científicas (conteúdos)

Métodos de Ensino e Didática

Educação e Pedagogia

Manuais Escolares

P27. Consulta essas publicações/fontes por sugestão/indicação de quem?

Científicas	Métodos de Ensino e	Educação e	Manuais
(conteúdos	Didática	Pedagogia	Escolares
programáticos)			

Outros professores da escola

Outros professores de outras
escolas

Outros profissionais da escola
(psicólogos, assistentes sociais,
animadores, etc)

Formadores/Especialistas

Associações de professores/áreas
disciplinares-científicas

Outro. Qual?

P28. Consulta essas publicações/fontes em que suporte/onde?

Científicas	Métodos de	Educação e	Manuais
(conteúdos)	Ensino e	Pedagogia	Escolares
	Didática		

Internet

Leitura de Livros e/ou Revistas

Outro. Qual?

P29. No âmbito da sua prática profissional, usa essas publicações para...

Científicas	Métodos de	Educação e	Manuais
(conteúdos)	Ensino e	Pedagogia	Escolares
	Didática		

Aquisição/Atualização de informação

Planificação/Preparação das aulas

Preparação de materiais/recursos pedagógicos-
didáticos para uso dos alunos

Preparação de materiais/recursos pedagógicos-
didáticos para seu uso no trabalho letivo

Preparação dos trabalhos de casa dos alunos

Preparação /elaboração dos instrumentos de avaliação dos alunos (fichas, testes e outros)

Resolução de problemas/dificuldades de aprendizagem dos alunos

Resolução de conflitos/problemas entre alunos

Organização/gestão de sala de aula

Adequação dos materiais e estratégias de ensino à diversidade dos públicos escolares (alunos)

Avaliação do sucesso das metodologias/estratégias usadas nas suas aulas

Outros. Quais?

P30. Assinale com (x) se for autor(a) de algum dos tipos de publicação indicados em baixo:

☐ Científicos (conteúdos)

☐ Educação e pedagogia

☐ Métodos de ensino e didática

☐ Manuais escolares

P31. Indique com que regularidade pesquisa ou participa nos seguintes sites, fóruns e chats, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Pesquisa no site do ministério da educação

Pesquisa em sites sobre ensino e educação

Participa em chats e fóruns sobre ensino e educação

[caso assinale pelo menos uma das opções como 2 a 5, passar para a questão 31.1]

P31.1. Especifique o que consulta:

1 2 3 4 5 NS/NR

Materiais pedagógicos

Planificação de aulas

Instrumentos de avaliação

Exemplos de atividades

Exemplos de projetos

Outro. Qual?

P32. É autor(a) e/ou publica conteúdos sobre ensino e educação em de sites ou blogues?

☐ Não

☐ Sim

[caso indique que sim, passar para P32.1]

P32.1. Indique se disponibiliza:

	1	2	3	4	5	NS/NR
Materiais pedagógicos						
Planificação de aulas						
Instrumentos de avaliação						
Exemplos de atividades						
Exemplos de projetos						
Outro. Qual?						

P33. No âmbito da sua prática profissional recorre a outros profissionais com que regularidade, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”?

	1	2	3	4	5	NS/NR
Outros professores						
Outros profissionais da escola (psicólogos, educadores sociais, assistentes sociais, etc.)						
Formadores / Especialistas						
Outros. Quem?						

P33.1. Especifique o motivo:

	Outros professores	Outros profissionais da escola (psicólogos, assistentes sociais, etc.)	Formadores/Especialistas
Aquisição de informação			
Preparação de materiais pedagógicos			
Planificação/Preparação das aulas			
Preparação dos trabalhos de casa dos alunos			
Preparação das avaliações			

Resolução de problemas de
aprendizagem dos alunos

Resolução de
conflitos/problemas entre
alunos

Organização/ gestão de sala de
aula

Adequação dos materiais e
estratégias de ensino à
diversidade dos públicos
escolares (alunos)

Avaliação do sucesso das
metodologias/estratégias
usadas nas suas aulas

Outro. Qual?

P34. No âmbito da sua prática profissional os outros profissionais recorrem a si para...

Outros professores	Outros profissionais da escola (psicólogos, assistentes sociais, etc.)	Formadores/Especialistas
-----------------------	--	--------------------------

Aquisição de informação

Preparação de materiais
pedagógicos

Planificação/Preparação das
aulas

Preparação dos trabalhos de
casa dos alunos

Preparação das avaliações

Resolução de problemas de
aprendizagem dos alunos

Resolução de
conflitos/problemas entre
alunos

Organização/ gestão de sala de
aula

Adequação dos materiais e
estratégias de ensino à

diversidade dos públicos
escolares (alunos)

Avaliação do sucesso das
metodologias/estratégias
usadas nas suas aulas

Outro. Qual?

P35. Participa em grupos de discussão pedagógica/reflexão profissional com que regularidade, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”?

1 2 3 4 5 NS/NR

Agrupamento de Escolas/ Escola Não Agrupada

Associações e Movimentos de Professores

Sindicatos

Instituição Ensino Superior/Formação de Professores

Outras. Quem?

P36. Participa em eventos científico-pedagógicos com que regularidade, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”?

1 2 3 4 5 NS/NR

Assiste a eventos científico-pedagógicos (congressos, jornadas, colóquios, etc.)

Organiza eventos científico-pedagógicos (congressos, jornadas, colóquios, etc.)

Apresenta trabalhos/comunicações em eventos científico-pedagógicos
(congressos, jornadas, colóquios, etc.)

E. Referências e influências para o trabalho de professor

P37. Escolha 3 dos seguintes níveis de pertença em termos de relevância para a sua identificação profissional:

- | | |
|---|---|
| ☐ Nível/ciclo de ensino | ☐ Unidade orgânica (agrupamento/escola não agrupada) |
| ☐ Grupo disciplinar ou de recrutamento | ☐ Classe profissional dos professores |
| ☐ Departamento curricular | ☐ Função pública |
| ☐ Estabelecimento escolar | |

P38. Para si, o trabalho dos professores hoje é essencialmente influenciado por qual destes níveis? Classifique-os, sendo que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante”?

1 2 3 4 5 NS/NR

Ação do Ministério da Educação

Ação do poder local

Direção do agrupamento /escola não agrupada

Coordenação do estabelecimento escolar

P39. O professor deve entender a sua responsabilidade profissional como respondendo perante: (Ordene os itens em cima, em função do grau de importância que atribui a cada um, sendo 1 o mais importante.)

☐ A sociedade

☐ A comunidade educativa

☐ Os encarregados de educação

☐ A comunidade científica

☐ Os alunos

☐ A tutela

☐ Os pares

☐ A si próprio

F. Prioridades educativas

P40. Pensando no **concelho de Oeiras**, indique quais são para si os tópicos que precisam de ser melhorados no âmbito da **educação**, atribuindo a cada tópico um grau de prioridade numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “não é prioritário” e 5 “absolutamente prioritário”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Oferta de berçário

Oferta de creche

Oferta de Pré-escolar

Diversificação das modalidades de ensino no Básico (não regular)

Diversificação das modalidades de ensino no Secundário (regular e não regular)

Diversificação do Ensino Profissional

Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e instituições Ensino Superior localizadas no concelho

Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e tecido social

Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e tecido empresarial

Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e federação de Associações de pais

Rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis (desportivos, culturais e artísticos) no concelho por parte das Escolas/ Agrupamentos

Observatório da educação concelho

Transportes escolares/ públicos

Apoios às famílias (bolsas, prémios, passes, etc.)

Central de matrículas

Outras. Quais?

P41. Pensando no seu AE/ENA, indique quais são para si os tópicos que precisam de ser melhorados no âmbito da educação, atribuindo a cada tópico um grau de prioridade numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “não é prioritário” e 5 “absolutamente prioritário”

	1	2	3	4	5	NS/NR
Renovação/ manutenção de edifícios						
Renovação/ manutenção de equipamentos tecnológicos						
Renovação/ manutenção de equipamentos desportivos						
Renovação/ manutenção de equipamentos artísticos						
Atividades no âmbito das atividades extracurriculares						
Oferta educativa e formativa						
Atividades no âmbito da componente de apoio às famílias						
Parcerias com tecido social						
Parcerias com tecido empresarial						
Parcerias com associações de pais						
Rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis (desportivos, culturais e artísticos) no concelho						
Processo de autoavaliação/ Planeamento e gestão escolar						
Acessibilidades à escola (transportes, acessos rodoviários, etc.)						
Processos de supervisão da prática pedagógica						
Processos de articulação entre ciclos de escolaridade/ níveis de ensino						
Conhecimento sobre os conhecimentos e competências que um aluno precisa adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte						
Contratação de funcionários (assistentes operacionais, administrativos, técnicos especializados)						
Projetos e atividades concelhios						
Papel exercido pelas associações de pais nos Agrupamento/ Escola						
Papel exercido pelos representantes de pais e encarregados de educação						
Regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores						
Outros. Quais?						

G. Papel atribuído à Câmara Municipal de Oeiras

P42. Entre os tópicos seguintes indique aqueles onde gostaria que a Câmara Municipal apoiasse os profissionais dos AE/ENA, atribuindo a cada um grau de prioridade numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “não prioritário” e 5 “absolutamente prioritário”.

	1	2	3	4	5	NS/NR
Renovação/ manutenção de edifícios						
Renovação/ manutenção de equipamentos tecnológicos						
Renovação/ manutenção de equipamentos desportivos						
Renovação/ manutenção de equipamentos artísticos						
Atividades no âmbito das atividades extracurriculares						
Transportes disponíveis						
Organização da oferta educativa e formativa em concertação						
Promoção de atividades no âmbito da componente de apoio às famílias						
Mediação de parcerias entre escolas públicas						
Mediação de parcerias entre escolas públicas, privadas e profissionais						
Mediação de parcerias entre escolas públicas e instituições de Ensino Superior localizadas no concelho						
Mediação de parcerias com tecido empresarial e rede social						
Mediação de parcerias com associação(ões) de pais e federação de associações de pais do concelho						
Rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis (desportivos, culturais e artísticos) no concelho						
Processo de autoavaliação/ Planeamento e gestão escolar						
Acessibilidades à escola (transportes, acessos rodoviários, etc.)						
Processos de supervisão da prática pedagógica						
Processos de articulação entre ciclos de escolaridade/ níveis de ensino						
Estratégias de promoção do sucesso escolar						
Conhecimento dos sobre os conhecimentos e competências que um aluno precisa adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte						
Contratação de funcionários (assistentes operacionais, administrativos, técnicos especializados)						
Projetos e atividades realizados anualmente						
Papel exercido pelas associações de pais nos Agrupamento/ Escola						

Papel exercido pelos representantes de pais e encarregados de educação

Regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores

G. Papel atribuído aos Investigadores

P43. A Carta Educativa de Oeiras está a ser revista com o apoio de um centro de investigação. Entre os tópicos seguintes indique aqueles em que considera adequado o apoio da equipa de investigadores, atribuindo a cada um grau de prioridade numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “não se adequa” e 5 “totalmente adequado”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Recolha e sistematização de informação sobre as escolas (públicas, privadas e profissionais)

Recolha e sistematização de informação sobre o concelho

Elaboração do diagnóstico educativo de cada escola (pública, privada e profissional)

Elaboração do diagnóstico educativo do concelho

Decisão sobre estratégias e respetivas ações de melhoria no âmbito das infraestruturas (edifícios, equipamentos, materiais)

Decisão sobre estratégias e respetivas ações de melhoria no âmbito dos transportes

Decisão sobre estratégias e respetivas ações de melhoria no âmbito das parcerias

Decisão sobre estratégias e respetivas ações de melhoria no âmbito da promoção do sucesso escolar

Elaboração da Carta Educativa/ Plano Educativo Concelhio

Planeamento das ações de melhoria

Implementação das ações de melhoria

Monitorização da implementação das ações de melhoria

Promoção de reuniões entre escolas públicas

Promoção de reuniões entre escolas públicas, privadas e profissionais

Promoção de reuniões entre escolas públicas e Câmara Municipal/ Juntas de Freguesia

Promoção de reuniões entre escolas públicas e Associações de pais e Federação Concelhia das Associações de pais

Promoção de reuniões entre escolas públicas e instituições de Ensino Superior localizadas no concelho

Outros. Quais?

Agradecemos a sua colaboração!

Anexo 3: Guião para entrevista individual aos diretores dos AE/ENA

Dimensão: **Agrupamento/ Escola Não Agrupada**

[apresentação, história, vantagens]

Q1: Em que ano surgiu o AE/ENA no seu formato atual? Quem escolheu e porquê o nome?

Q2: O que distingue este AE/ENA das escolas mais próximas?

Q3: Quais os principais objetivos estratégicos expressos no Projeto Educativo?

Q4: Em que medida considera o projeto educativo relevante para a qualidade da educação e o sucesso escolar?

Q5: Qual é a avaliação que faz do projeto?

Q6: Quais os principais problemas e limitações da sua implementação?

Dimensão: **Instalações, Equipamentos e Recursos**

[identificação das necessidades do AE/ENA]

Q7: Em que medida os edifícios, as infraestruturas e os equipamentos escolares estão adaptados às necessidades (obras de requalificação total, parcial, recursos que tem que ser adaptados)?

Q8: O número de assistentes administrativos e operacionais é o adequado à realidade do AE/ENA (em termos de número de alunos, de tipos de oferta, das AEC, CAF e Oferta Complementar)?

Q9: Em que medida os transportes escolares que servem a escola são suficientes?

Q10: Existe alguma parceria entre a escola e outra entidade nesta área?

Q11: Qual é o meio mais utilizado para acessibilidade à escola (transporte público, escolar, bicicleta, pé, carro)?

Dimensão: **Organização, gestão e ambiente escolar**

[problemas, medidas e soluções; o que falta fazer?]

Q12: Como avalia a segurança da escola?

Q12: Tem conhecimento de situações de violência dentro da escola?

Q14: Como avalia os serviços de limpeza e manutenção da escola?

Q15: Como define as relações interpessoais e profissionais ao interior do AE (entre docentes, direção, funcionários, etc.) ao nível de eficiência e reciprocidade?

Q16: E entre profissionais e alunos?

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Estratégias pedagógicas**

[problemas, medidas e soluções; o que falta fazer?]

Q17: Como caracteriza a oferta educativa e formativa da sua UO e quais as potencialidades dessa oferta (adequação ao público, sinergias entre estabelecimentos)?

Q18: Quais as estratégias atuais para a implementação da educação inclusiva (como sinalizam alunos que tenham necessidade de medidas seletivas e adicionais, o que mudou nos critérios de avaliação de desempenho destes alunos)?

Q19: Quais as estratégias previstas como parte integrante da flexibilização do currículo em implementação na UO (constituição de domínios de autonomia curricular, implementação da organização do ano letivo em semestres, novas disciplinas, etc.)?

Q20: Existem limitações na implementação dessas estratégias?

Dimensão: **Sucesso escolar e perfil do aluno**

[problemas, medidas e soluções; o que falta fazer?]

Q21: Como define o perfil do aluno que “procura” e “frequenta” o AE/ENA (que famílias procuram o AE/ENA e será pela área de residência, para integração social, integração no mercado de trabalho, ensino superior; quais as expectativas)?

Q22: Quais as competências e aprendizagens, associadas a esse perfil?

Q23: Como caracteriza o sucesso escolar no AE/ENA no geral e nos vários ciclos de escolaridade e níveis de ensino?

Q24: Quais os fatores explicativos dos fenómenos de insucesso escolar e do abandono escolar precoce?

Q25: Descreva as medidas utilizadas para combater o insucesso escolar (a nível de acompanhamento, monitorização, apoios, programas, projetos, etc.).

Dimensão: Concelho, descentralização e Papel da Autarquia e do Investigador

[problemas, medidas e soluções; qual o papel a desempenhar pelos vários atores educativos locais?]

Q26: O que pensa sobre o sistema de organização administrativa dos AE (que dificuldades identifica na gestão, administração, áreas de influência, juntas de freguesia)?

Q27: Como define as relações com a comunidade (famílias, encarregados de educação); com a autarquia (CML e JF); outros parceiros educativos?

Q28: Como caracteriza o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q29: Em que medida, os órgãos autárquicos (CML e JF) podem vir contribuir para o sucesso escolar do seu AE/ENA?

Q28: Tem conhecimento da anterior Carta Educativa do Município de Oeiras (perguntar se foram auscultados na realização da anterior carta de 2008)?

Q29: O que acha da criação de um “projeto educativo concelhio”?

Q30: Quais as prioridades de melhoria no âmbito da educação no concelho de Oeiras?

Q31: Em que medida podem o AE/ENA concretizar esse projeto concelhio?

Q32: Em que medida podem os investigadores contribuir para a elaboração de um projeto concelhio?

Q33: Em que momentos reúne com outras entidades do concelho (do tecido empresarial, social, escolas privadas e profissionais, câmara municipal e juntas de freguesia, associações de pais) para debater sobre questões da educação do concelho?

Q34: Alguma vez participou na definição de estratégias concelhias em articulação com outras entidades locais?

Q35: Em caso afirmativo, que informação (tipo e fontes) utilizaram para definir os objetivos dessas estratégias e como é que as monitorizaram?

Q36: Alguma outra questão que queira mencionar?

Anexo 4: Guiões para entrevistas *focus group*

FOCUS GROUP 1: Diretores de Agrupamentos/ Escola Não Agrupada

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **Que aspetos consideram mais positivos e mais negativos na oferta educativa e formativa do concelho? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Como veem a relação/equilíbrio entre as diferentes modalidades de ensino no concelho?

Q2: O concelho oferece condições para a concretização da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, ao nível da educação para adultos? Se não, o que falta?

Q3: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q4: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos num contexto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Face ao desempenho atual das UO, como definir um projeto concelhio para promoção do sucesso escolar?**

Q5: Consideram a oferta de atividades de enriquecimento curricular (AEC, CAF, OC) do concelho adequada? Se não, o que alterariam e/ou acrescentariam?

Q6: Existem no concelho outros projetos dirigidos pelas escolas ou em parceria com associações, empresas, IPSS, outras, para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens? Se sim, qual a sua articulação com as atividades educativas das escolas?

Q7: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q8: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Q9: Com que critérios criam e/ou implementam os projetos de promoção de sucesso escolar nas UO?

Dimensão: **Oportunidades de formação para profissionais escolares**

Questões gerais: **Quais as áreas em que se sentem mais lacunas na formação dos profissionais? Em função de que objetivos?**

Q10: Existem programas de formação dos professores, assistentes operacionais e administrativos e técnicos especializados no concelho? Quem os promove?

Q11: Como veriam uma parceria com a CM neste âmbito (cf. Como intermediária)?

Dimensão: **Medidas de apoio às famílias**

Questões gerais: **Os atuais apoios do município destinados às famílias respondem às necessidades verificadas no concelho/ UO?**

Q12: Em quê/e como poderiam ser melhorados?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Quais são os principais parceiros das UO no concelho? Que aspetos prioritários deve a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho e das vossas UO?**

Q13: Como caracterizam a colaboração educativa com a CM?

Q14: Como avaliam as parcerias existentes e que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q15: Quais os grandes eixos a privilegiar na colaboração entre CM e escolas?

Q16: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q17: Quais impactos da pandemia Covid19 sobre o trabalho das escolas? Que respostas foram preparadas pelas escolas, e com a CM? Quais as principais limitações encontradas?

Q18: Que oportunidades e riscos advém das novas formas de trabalho docente (Cf. digital)?

Q19: Que impactos preveem sobre o sucesso escolar dos alunos?

Q20: Que transformações preveem na sequência da crise que se avizinha e como pode a CE & PEM contribuir para suavizar as transições necessárias?

Q21: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 2: Escolas Privadas e Profissionais

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **Que aspetos consideram mais positivos e mais negativos na oferta educativa e formativa do concelho? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Como veem a relação/equilíbrio entre as diferentes modalidades de ensino no concelho?

Q2: O concelho oferece condições para a concretização da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, ao nível da educação para adultos? Se não, o que falta?

Q3: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q4: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos num contexto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Face ao desempenho atual das UO, como definir um projeto concelhio para promoção do sucesso escolar?**

Q5: Existem no concelho projetos para a educação que impliquem as escolas privadas e profissionais? Se sim, em que consistem? E são adequadas e suficientes?

Q6: Existem no concelho outros projetos dirigidos pelas escolas ou em parceria com associações, empresas, IPSS, outras, para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens? Se sim, qual a sua articulação com as atividades educativas das escolas?

Q7: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q8: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Q9: Com que critérios criam e/ou implementam os projetos de promoção de sucesso escolar nas escolas?

Dimensão: **Oportunidades de formação para profissionais escolares**

Questões gerais: **Quais as áreas em que se sentem mais lacunas na formação dos profissionais? Em função de que objetivos?**

Q10: Existem programas de formação dos professores, assistentes operacionais e administrativos e técnicos especializados no concelho? Quem os promove?

Q11: Como veriam uma parceria com a CM neste âmbito (cf. Como intermediária)?

Dimensão: **Medidas de apoio às famílias**

Questões gerais: **Os atuais apoios do município destinados às famílias respondem às necessidades verificadas no concelho/ UO?**

Q12: Em quê/e como poderiam ser melhorados?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Quais são os principais parceiros das vossas escolas no concelho? Que aspetos prioritários deve a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho e das vossas escolas?**

Q13: Como caracterizam a colaboração educativa com a CM?

Q14: Como avaliam as parcerias existentes e que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q15: Quais os grandes eixos a privilegiar na colaboração entre CM e escolas?

Q16: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q17: Como podem as escolas privadas e profissionais contribuir para esse projeto concelhio?

Q18: Como veem a possibilidade de integrar as redes pública e solidária de pré-escolar de forma a garantir o acesso universal das crianças entre 3 e 5 anos de idade?

Q19: Quais impactos da pandemia Covid19 sobre o trabalho das escolas? Que respostas foram preparadas pelas escolas, e com a CM? Quais as principais limitações encontradas?

Q20: Que oportunidades e riscos advém das novas formas de trabalho docente (Cf. digital)?

Q21: Que impactos preveem sobre o sucesso escolar dos alunos?

Q22: Que transformações preveem na sequência da crise que se avizinha e como pode a CE & PEM contribuir para suavizar as transições necessárias?

Q23: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 3: Instituições de Ensino Superior e da Rede Social

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **A oferta educativa e formativa do concelho responde às necessidades de todos os alunos do concelho e respondem adequadamente ao perfil de aluno necessário ao ingresso no ensino superior? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Conhecem os motivos pelos quais as vossas instituições se instalaram no concelho? Este tem respondido às expectativas?

Q2: Para a RS, as modalidades de ensino existentes dão resposta a todos os perfis de crianças e jovens que residem no concelho? Se não, o que falta e como desenvolver?

Q3: Para o ES, as modalidades de ensino existentes no concelho respondem ao perfil de aluno de acesso ao ensino superior? Se não, existem conversas com as escolas sobre o perfil necessário? Se não existem, como as desenvolver?

Q4: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q5: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos no contexto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Como podem as vossas instituições contribuir para um projeto concelhio de promoção do sucesso escolar?**

Q6: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q7: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Q8: Existem no concelho projetos para a educação que envolvam as instituições da rede social e do ensino superior? Se sim, em que consistem? São adequadas e suficientes?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Que aspetos prioritários deve a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho e das vossas instituições? Como podem as vossas instituições contribuir para esse projeto concelhio?**

Q9: Como avaliam as parcerias existentes com as escolas públicas e privadas? E que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q10: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q11: Quais impactos da pandemia Covid19 sobre as vossas atividades? Que respostas foram preparadas? Quais as principais limitações encontradas?

Q12: Que transformações preveem na sequência da crise que se avizinha e como pode a CE & PEM contribuir para suavizar as transições necessárias? Como podem as instituições de ensino superior e da rede social contribuir para esse objetivo?

Q13: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 4: Associações Empresariais, Parques tecnológicos e Empresas

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **A oferta educativa e formativa do concelho responde ao perfil de profissional que necessitam para as vossas organizações?**

Q1: Conhecem os motivos pelos quais as vossas organizações se instalaram no concelho? Este tem respondido às expectativas?

Q2: Se modalidades de ensino existentes não dão resposta ao perfil de profissional necessário, quais os conhecimentos e competências que importa trabalhar?

Q3: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos no contexto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Como podem as vossas instituições contribuir para um projeto concelhio de promoção do sucesso escolar?**

Q4: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q5: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Q6: Existem no concelho projetos para a educação que envolvam as empresas, associações empresariais, parques tecnológicos? Se sim, em que consistem? São adequadas e suficientes?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Que aspetos prioritários deve a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho e do tecido empresarial em particular? Como podem as empresas, associações empresariais, parques tecnológicos contribuir para esse projeto concelhio?**

Q7: Como caracterizam a colaboração com as escolas e com a CM para a área da educação?

Q8: Como avaliam as parcerias existentes e que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q9: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q10: Que transformações preveem na sequência da pandemia covid19 e da crise que se avizinha e como pode a CE & PEM contribuir para suavizar as transições necessárias? Como podem as empresas, associações empresariais, parques tecnológicos contribuir para esse objetivo?

Q11: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 5: Associações de Pais e Federação das Associações de Pais

Dimensão: Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia

Questões gerais: Que aspetos consideram mais positivos e mais negativos na oferta educativa e formativa do concelho? A atual organização da rede escolar é adequada?

Q1: Como veem a relação/equilíbrio entre as diferentes modalidades de ensino no concelho?

Q2: O concelho oferece condições para a concretização da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, ao nível da educação para adultos? Se não, o que falta?

Q3: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q4: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: Oportunidades educativas para os alunos num projeto concelhio

Questões gerais: Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Face ao desempenho atual das UO, como definir um projeto concelhio para promoção do sucesso escolar?

Q5: Consideram a oferta de atividades de enriquecimento curricular (AEC, CAF, OC) do concelho adequada? Se não, o que alterariam e/ou acrescentariam?

Q6: Existem no concelho outros projetos dirigidos pelas associações de pais ou em parceria com as escolas, para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens? Se sim, qual a sua articulação com as atividades educativas das escolas? São adequadas e suficientes?

Q7: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q8: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Dimensão: Medidas de apoio às famílias

Questões gerais: Os atuais apoios do município destinados às famílias respondem às necessidades verificadas no concelho/ UO?

Q9: Em quê/e como poderiam ser melhorados?

Dimensão: A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)

Questões gerais: Como avaliam a parceria das associações de pais com as escolas? Que aspetos prioritários deve a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho e das vossas UO?

Q10: Como caracterizam a colaboração educativa das associações com as escolas?

Q11: E que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q12: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q13: Como podem as associações de pais contribuir para esse projeto concelhio?

Q14: Que impactos teve a pandemia Covid19 sobre os alunos? Sobre a forma como as famílias se relacionam com os educandos? Sobre a relação entre famílias e as escolas/professores e entre famílias e as Associações de Pais? Que impactos preveem que irá ter sobre o sucesso escolar dos alunos?

Q15: Quais as oportunidades, riscos e limitações da utilização dos novos instrumentos ao serviço dos docentes, educadores, mediadores e outros profissionais (Cf. Digital)?

Q16: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 6: Juntas de Freguesia

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **Que aspetos consideram mais positivos e mais negativos na oferta educativa e formativa do concelho? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Como veem a relação/equilíbrio entre as diferentes modalidades de ensino no concelho?

Q2: O concelho oferece condições para a concretização da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, ao nível da educação para adultos? Se não, o que falta?

Q3: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q4: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos num projeto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Face ao desempenho atual das UO, como definir um projeto concelhio para promoção do sucesso escolar?**

Q5: Consideram a oferta de atividades de enriquecimento curricular (AEC, CAF, OC) do concelho adequada? Se não, o que alterariam e/ou acrescentariam?

Q6: Existem no concelho outros projetos para a ocupação dos tempos livres de crianças e jovens? Se sim, qual a sua articulação com as atividades educativas das escolas? São adequadas e suficientes?

Q7: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q8: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Dimensão: **Medidas de apoio às famílias**

Questões gerais: **Os atuais apoios do município destinados às famílias respondem às necessidades verificadas no concelho/ UO? Existem apoios fornecidos pelas juntas de freguesia?**

Q9: Em quê/e como poderiam ser melhorados?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Que aspetos prioritários devem a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho? Como podem as juntas de freguesia contribuir para esse projeto concelhio?**

Q10: Como caracterizam a colaboração educativa com as escolas?

Q11: Como avaliam as parcerias existentes e que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q12: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q13: Que impactos teve a pandemia Covid19 o trabalho desenvolvido junto das escolas pelas Juntas de Freguesia? Quais as respostas encontradas? E as limitações?

Q14: Como deve ser desenvolvido o processo de descentralização em educação? E que papel podem as Juntas de Freguesia desempenhar nesse processo?

Q15: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 7: Equipa Técnica da Câmara Municipal

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **Que aspetos consideram mais positivos e mais negativos na oferta educativa e formativa do concelho? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Qual a visão que tem acerca do futuro da Educação no Concelho? Qual a participação da Câmara Municipal na concretização dessa visão? E quais são os principais obstáculos que antecipam?

Q2: Como veem a relação/equilíbrio entre as diferentes modalidades de ensino no concelho?

Q3: O concelho oferece condições para a concretização da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, ao nível da educação para adultos? Se não, o que falta?

Q4: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q5: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos num projeto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Face ao desempenho atual das UO, como definir um projeto concelhio para promoção do sucesso escolar?**

Q6: Consideram a oferta de atividades de enriquecimento curricular (AEC, CAF, OC) do concelho adequada? Se não, o que alterariam e/ou acrescentariam?

Q7: Existem no concelho outros projetos para a ocupação dos tempos livres de crianças e jovens? Se sim, qual a sua articulação com as atividades educativas das escolas? São adequadas e suficientes?

Q8: Que outros projetos para a educação foram implementados no concelho por iniciativa da Câmara Municipal? Como os caracterizam em termos de sucesso?

Q9: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q10: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Dimensão: **Medidas de apoio às famílias**

Questões gerais: **Os atuais apoios do município destinados às famílias respondem às necessidades verificadas no concelho/ UO? Existem apoios fornecidos pelas juntas de freguesia?**

Q11: Em quê/e como poderiam ser melhorados?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Que aspetos prioritários devem a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho? Como pode a Câmara Municipal contribuir para esse projeto concelhio?**

Q12: Como caracterizam a colaboração educativa com as escolas?

Q13: Como avaliam as parcerias existentes e que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q14: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q15: Que impactos teve a pandemia Covid19 o trabalho desenvolvido junto das escolas? Quais as respostas encontradas? E as limitações?

Q16: Como veem o processo de descentralização em educação? Quais as medidas que consideram ideais? E quais são as que consideram possíveis?

Q17: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 8: Equipa Política da Câmara Municipal

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **Que aspetos consideram mais positivos e mais negativos na oferta educativa e formativa do concelho? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Qual a visão que tem acerca do futuro da Educação no Concelho? Qual a participação da Câmara Municipal na concretização dessa visão? E quais são os principais obstáculos que antecipam?

Q2: Como veem a relação/equilíbrio entre as diferentes modalidades de ensino no concelho?

Q3: O concelho oferece condições para a concretização da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, ao nível da educação para adultos? Se não, o que falta?

Q4: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q5: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos num projeto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Face ao desempenho atual das UO, como definir um projeto concelhio para promoção do sucesso escolar?**

Q6: Consideram a oferta de atividades de enriquecimento curricular (AEC, CAF, OC) do concelho adequada? Se não, o que alterariam e/ou acrescentariam?

Q7: Existem no concelho outros projetos para a ocupação dos tempos livres de crianças e jovens? Se sim, qual a sua articulação com as atividades educativas das escolas? São adequadas e suficientes?

Q8: Que outros projetos para a educação foram implementados no concelho por iniciativa da Câmara Municipal? Como os caracterizam em termos de sucesso?

Q9: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q10: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Dimensão: **Medidas de apoio às famílias**

Questões gerais: **Os atuais apoios do município destinados às famílias respondem às necessidades verificadas no concelho/ UO? Existem apoios fornecidos pelas juntas de freguesia?**

Q11: Em quê/e como poderiam ser melhorados?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Que aspetos prioritários devem a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho? Como pode a Câmara Municipal contribuir para esse projeto concelhio?**

Q12: Como caracterizam a colaboração educativa com as escolas?

Q13: Como avaliam as parcerias existentes e que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q14: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q15: Que impactos teve a pandemia Covid19 o trabalho desenvolvido junto das escolas? Quais as respostas encontradas? E as limitações?

Q16: Como veem o processo de descentralização em educação? Quais as medidas que consideram ideais? E quais são as que consideram possíveis?

Q17: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

Anexo 5: ACP com rotação Varimax sobre prioridades de melhoria do concelho de Oeiras

Variáveis originais	Componentes principais				Comunalidades
	Recursos e Data	Primeira Infância	Serviços e Apoios	Oferta educativa e formativa	
Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e instituições Ensino Superior localizadas no concelho	0,84	0,09	0,09	0,24	0,775
Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e tecido social	0,82	0,06	0,21	0,25	0,786
Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e tecido empresarial	0,81	0,10	0,15	0,18	0,712
Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e federações de Associações de pais	0,63	0,11	0,35	0,17	0,562
Rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis (desportivos, culturais e artísticos) no concelho por parte das Escolas/ Agrupamentos	0,57	0,18	0,42	0,11	0,538
Observatório da educação concelhio	0,57	-0,01	0,52	0,11	0,603
Oferta de creche	0,09	0,93	0,14	0,14	0,921
Oferta de berçário	0,01	0,90	0,16	0,14	0,850
Oferta de Pré-escolar	0,18	0,83	0,16	0,12	0,755
Transportes escolares/ públicos	0,15	0,19	0,74	0,23	0,657
Central de matrículas	0,25	0,10	0,69	0,20	0,592
Apoios às famílias (bolsas, prémios, passes, etc.)	0,27	0,35	0,67	0,12	0,657
Diversificação das modalidades de ensino no Secundário (regular e não regular)	0,27	0,11	0,18	0,86	0,848
Diversificação das modalidades de ensino no Básico (não regular)	0,15	0,15	0,26	0,84	0,811
Diversificação do Ensino Profissional	0,36	0,2	0,13	0,71	0,687
Percentagem da variância explicada	43,4	14,1	8,1	6,2	
Alfa de cronbach	0,883	0,916	0,726	0,853	

Anexo 6: ACP com rotação Varimax sobre prioridades de melhoria das unidades orgânicas

Variáveis originais	Componentes principais				Comunalidades
	Articulação e Regulação	Recursos concelhios e Oferta escolar	Equipamentos e Funcionários	Representação das famílias	
Processos de articulação entre ciclos de escolaridade/ níveis de ensino	0,817	0,194	0,106	0,208	<i>0,759</i>
Processos de supervisão da prática pedagógica	0,808	0,165	0,032	0,239	<i>0,738</i>
Conhecimento sobre os conhecimentos e competências que um aluno precisa adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte	0,785	0,307	0,062	0,161	<i>0,740</i>
Regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores	0,731	0,204	0,120	0,315	<i>0,689</i>
Processo de autoavaliação/ Planeamento e gestão escolar	0,673	0,391	0,168	0,278	<i>0,712</i>
Acessibilidades à escola (transportes, acessos rodoviários, etc.)	0,519	0,343	0,341	0,092	<i>0,512</i>
Parcerias com empresas e parques tecnológicos	0,146	0,788	0,134	0,170	<i>0,689</i>
Parcerias com atores sociais e educativos	0,214	0,754	0,170	0,314	<i>0,742</i>
Oferta educativa e formativa	0,331	0,645	0,176	0,167	<i>0,585</i>
Atividades no âmbito da componente de apoio às famílias	0,316	0,636	0,195	0,347	<i>0,663</i>
Rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis (desportivos, culturais e artísticos) no concelho	0,294	0,585	0,335	0,150	<i>0,564</i>
Projetos e atividades concelhios	0,433	0,532	0,146	0,252	<i>0,555</i>
Atividades no âmbito das atividades extracurriculares	0,260	0,436	0,329	0,385	<i>0,514</i>
Renovação/ manutenção de equipamentos desportivos	0,075	0,144	0,828	0,103	<i>0,722</i>
Renovação/ manutenção de edifícios	0,049	0,072	0,818	0,108	<i>0,688</i>
Renovação/ manutenção de equipamentos tecnológicos	0,111	0,142	0,78	0,055	<i>0,644</i>
Renovação/ manutenção de equipamentos artísticos	0,087	0,298	0,739	0,158	<i>0,667</i>
Contratação de funcionários (assistentes operacionais, administrativos, técnicos especializados)	0,256	0,396	0,402	-0,057	<i>0,388</i>
Papel exercido pelos representantes de pais e encarregados de educação	0,412	0,195	0,128	0,812	<i>0,884</i>
Papel exercido pelas associações de pais nos Agrupamento/ Escola	0,385	0,267	0,123	0,804	<i>0,882</i>
Parcerias com associação(ões) de pais	0,231	0,422	0,142	0,746	<i>0,808</i>
Percentagem da variância explicada	46,0	11,0	5,6	4,5	
Alfa de cronbach	0,905	0,890	0,826	0,918	

Anexo 7: ACP com rotação Varimax sobre papel da Câmara Municipal

Variáveis originais	Componentes principais			Comunalidades
	Gestor	Mediador	Fornecedor	
Processos de articulação entre ciclos de escolaridade/ níveis de ensino	0,887	0,196	0,082	<i>0,832</i>
Conhecimento sobre os conhecimentos e competências que um aluno precisa adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte	0,873	0,198	0,083	<i>0,809</i>
Processos de supervisão da prática pedagógica	0,867	0,232	0,077	<i>0,812</i>
Regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores	0,843	0,27	0,145	<i>0,804</i>
Estratégias de promoção do sucesso escolar	0,820	0,216	0,112	<i>0,732</i>
Processo de autoavaliação/ Planeamento e gestão escolar	0,775	0,345	0,138	<i>0,740</i>
Papel exercido pelos representantes de pais e encarregados de educação	0,716	0,391	0,181	<i>0,699</i>
Papel exercido pelas associações de pais nos Agrupamento/ Escola	0,675	0,402	0,202	<i>0,659</i>
Projetos e atividades realizados anualmente	0,531	0,416	0,284	<i>0,535</i>
Mediação de parcerias entre escolas públicas, privadas e profissionais	0,356	0,804	0,157	<i>0,798</i>
Mediação de parcerias entre escolas públicas e instituições de Ensino Superior localizadas no concelho	0,315	0,801	0,143	<i>0,762</i>
Mediação de parcerias com tecido empresarial e rede social	0,270	0,758	0,184	<i>0,682</i>
Mediação de parcerias entre escolas públicas	0,386	0,751	0,181	<i>0,745</i>
Promoção de atividades no âmbito da componente de apoio às famílias	0,232	0,709	0,248	<i>0,619</i>
Mediação de parcerias com associação(ões) de pais e federação de associações de pais do concelho	0,412	0,667	0,226	<i>0,666</i>
Rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis (desportivos, culturais e artísticos) no concelho	0,225	0,588	0,415	<i>0,569</i>
Organização da oferta educativa e formativa em concertação	0,422	0,539	0,23	<i>0,521</i>
Atividades no âmbito das atividades extracurriculares	0,315	0,515	0,437	<i>0,555</i>
Transportes disponíveis	0,098	0,497	0,483	<i>0,490</i>
Renovação/ manutenção de equipamentos tecnológicos	0,115	0,037	0,811	<i>0,672</i>
Renovação/ manutenção de equipamentos desportivos	0,046	0,235	0,789	<i>0,680</i>
Renovação/ manutenção de edifícios	0,148	0,060	0,774	<i>0,624</i>
Renovação/ manutenção de equipamentos artísticos	0,030	0,362	0,707	<i>0,632</i>
Contratação de funcionários (assistentes operacionais, administrativos, técnicos especializados)	0,161	0,267	0,531	<i>0,379</i>
Acessibilidades à escola (transportes, acessos rodoviários, etc.)	0,214	0,449	0,488	<i>0,485</i>
Percentagem da variância explicada	26,6	23,4	15,9	
Alfa de cronbach	0,951	0,930	0,832	

